



Class. Tese-EESC
 Cód. 7434
 Tomo 08/07

Paulo de Camargo e Almeida

Arquitetura Total na trajetória profissional de um arquiteto brasileiro

YFF35 11 .Jo



Ana Lúcia Cerávolo
 Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade

DEDALUS - Acervo - EESC



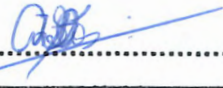
31100017102

Junho 2000

Serviço de Pós-Graduação EESC/USP

EXEMPLAR REVISADO

Data de entrada no Serviço: 06.../12.../00...

Ass.: 

Dissertação de Mestrado apresentada para a complementação dos créditos para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa em Arquitetura junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

C411p

Cerávolo, Ana Lúcia

Paulo de Camargo e Almeida : arquitetura total na
trajetória de um arquiteto brasileiro/ Ana Lúcia
Cerávolo.-- São Carlos, 2000.

Dissertação (Mestrado) -- Escola de Engenharia de São
Carlos-Universidade de São Paulo, 2000.

Área: Tecnologia do Ambiente Construído.

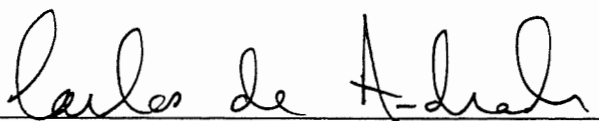
Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de
Andrade.

1. Arquitetura moderna. 2. Paulo de Camargo e Almeida.
3. Industrialização das construções. 4. Arquitetura e
urbanismo. 5. Brasil - arquitetura. I. Título.

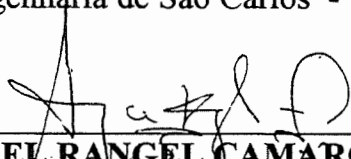
FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: Arquiteta ANA LÚCIA CERÁVOLO

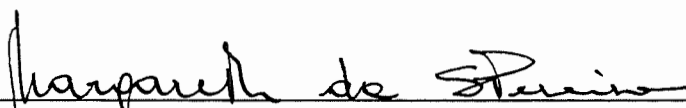
Dissertação defendida e aprovada em 15.09.2000
pela Comissão Julgadora:



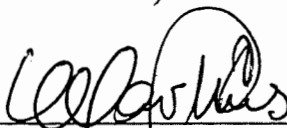
Prof. Dr. **CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo)



Prof. Dr. **AZAEEL RANGEL CAMARGO**
(Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo)



Prof. Dra. **MARGARETH PEREIRA DA SILVA**
(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)



Prof. Assoc. **CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia do Ambiente Construído



JOSÉ CARLOS A. CINTRA
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da EESC

DEDICATÓRIA

A Paulo de Camargo e Almeida (in memória),

Fundador deste Programa de Pós-Graduação, por vezes esquecido, pela trajetória apaixonada, por sua incessante dedicação à arquitetura, à universidade e à formação de novas gerações de profissionais.

A Carlos,

Autor da hipótese inicial que deu origem a este trabalho, o reconhecimento por ter me confiado a responsabilidade de empreender esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À FAPESP pelo apoio sem o qual este trabalho não teria sido realizado e pelo profissionalismo com que vem conduzindo a pesquisa no Estado de São Paulo.

Ao Mancha pela disponibilidade e confiança, por sua orientação paciente e tranqüila que me permitiram buscar e trilhar um caminho próprio.

Ao Prof. Azael R. Camargo pela sensibilidade intelectual e pela disposição de ter contribuído sem estar na banca de qualificação.

À banca de qualificação por suas sugestões valiosas.

À Margareth – pela hospedagem, pela camaradagem e principalmente pela disponibilidade de conversar e discutir diretrizes para este trabalho em momento bastante difícil.

À Regina Bittencourt, sobrinha de Paulo de Camargo, a primeira pessoa com quem falei na Casa S. Luiz para Velhice, pela receptividade em relação ao trabalho, permitindo o acesso a todo o arquivo ali disponível.

À Fernanda de Camargo- Moro, filha do arquiteto, a quem sou extremamente grata pelas longas conversas a que se dispôs e pela admirável memória, ajudando a traçar caminhos que pudessem tornar este trabalho possível.

A Ricardo Martucci pela rica entrevista que me concedeu e a Celso Lamparelli e Carlos Lemos pelos depoimentos casuais.

A todos os integrantes do GP ARQBRAS que contribuíram para a realização desta dissertação. Desejo muito sucesso e muitas publicações consistentes, divulgando o trabalho criterioso e cuidado que vem sendo desenvolvido desde 1993. Agradeço ao Prof. Renato Anelli pelas dicas durante os atendimentos coletivos. Ao amigo Alexandre Seixas pelos anos de convivência no grupo e pelas ricas discussões sobre arquitetura e o trabalho de pesquisa em história. Gostaria de mencionar ainda os amigos: Fabiano, Cynthia, Carol, Sandra, Sales e Renato, pela energia e tempo dedicados, pela grande afinidade de princípios e pela força nesta reta final.

A todas as pessoas que me auxiliaram na pesquisa, no Rio de Janeiro: Márcia Doré – arquivista da Casa São Luiz; Marcelo – pelo auxílio na primeira incursão pelo Rio; Denise Solon – possibilitou a pesquisa no IAB; Miguel Maurício – que me ajudou a fotografar; os colegas do NPD- FAU/UFRJ especialmente a Yve; os funcionários do Museu D. João VI- FAU/UFRJ – em particular a Jurema e os funcionários do Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Em São Paulo: aos funcionários do FUNDUSP, à Prefeitura do Campus de São Carlos, a Cristina Baron que gentilmente fotografou o Instituto de Genética em Piracicaba e a Ângela pela versão em inglês do resumo.

Aos funcionários do SAP pela dedicação diária, em especial a João, Fátima, S. Canavarro, e Marcelinho

Aos colegas e amigos da pós-graduação com quem compartilhei este percurso, especialmente a Paulo de Tarso.

A meus pais pela sobriedade e dignidade, por me permitirem chegar até aqui e pelas lições preciosas com que me prepararam para a vida.

A Luciana e Fabiana pela amizade e compreensão nos momentos de ausência.

À Dani pelo espírito alegre e amigo que tanto me ajudou a compreender como é necessário manter a doçura mesmo nas horas mais adversas

A Carlos, pelas jornadas compartilhadas, pelo exemplo de paixão à arquitetura e à universidade, por seu companheirismo e amizade incondicionais, pelo doce aprendizado sobre a vida. E sobretudo por sua paciência nos momentos finais deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	i
Abstrat	i
Apresentação	ii
Introdução	01
PARTE I – RIO DE JANEIRO 1925-1956	17
Capítulo 1- Formação, contexto e projetos	18
1. Formação	19
2. Arquitetura e Urbanismo	28
2.1. Arquitetura	
2.1.1. <i>A Primeira Experiência: Escolas Públicas de Primeiro Grau no Rio de Janeiro, 1932-5</i>	30
2.1.2. <i>Casa São Luiz para a Velhice, 1935</i>	43
2.1.3. <i>Residências</i>	71
2.1.4. <i>Edifícios de Apartamento</i>	89
2.2. Urbanismo	98
2.2.1. <i>Aeroporto Santos Dumont, 1937</i>	99
2.2.2. <i>Reurbanização do Morro de Santo Antônio, 1938</i>	106
2.2.3. <i>Praça da República, 1939</i>	129
Capítulo 2- Ensino e o Instituto de Arquitetos do Brasil	138
1. <i>Reformulação do ensino de arquitetura: primeira proposta 1940</i>	139
2. <i>Atuação na consolidação das entidades de representação profissional</i>	150
PARTE II – São Paulo 1956-1973	158
Capítulo 3- Concretização de uma idéia: Arquitetura Total	159
1. <i>Concurso para docente da FAU-USP, 1956</i>	162
2. <i>Concurso para o Plano Piloto de Brasília, 1957</i>	167
3. <i>Tese para Prof. Titular da EESC- USP, 1958-60</i>	
<i>Análise crítica sobre os caminhos da arquitetura moderna no Brasil</i>	189
4. <i>Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira" O Fundo de Construções, 1960-66</i>	196
Capítulo 4- Pesquisa e ensino: a industrialização das construções	217
1. <i>A ditadura militar e a viagem de 1969</i>	
<i>A pesquisa sobre industrialização das construções</i>	218
2. <i>A concretização de uma idéia</i>	
<i>A estruturação do curso de Mestrado na EESC-USP em 1971</i>	227
Considerações finais	230
Bibliografia	235

RESUMO

Esta dissertação pretende resgatar a contribuição do arquiteto Paulo de Camargo e Almeida para o processo de constituição de uma cultura arquitetônica no Brasil, bem como, seu papel específico no ambiente arquitetônico paulista durante os anos 60. A concepção de Arquitetura como atividade integral, sustentada por Camargo, torna indissociável sua obra projetual, arquitetônica e urbanística, de sua produção teórico- didática, das pesquisas desenvolvidas no campo da industrialização das construções e de sua atuação em entidades de representação profissional. Como docente e pesquisador inovou para a época, pelo menos para os padrões brasileiros, a relação entre pesquisa, ação projetual e formação de novos profissionais.

ABSTRACT

This dissertation aims to bring back the contribution of architect Paulo de Camargo e Almeida to the process of the constitution of an architectural culture in Brazil, as well as his specific role in the paulista architectural environment during the sixties. The conception of Architecture as an integral activity, sustained by Camargo, makes his projectual, architectural and urban work inseparable from his theoretical- didactic production, researches developed in the area of construction industrialization and his commitment to professional representation institutions. As both a professor and a researcher he innovated the relation among research, projectual action and formation of new professionals in his period, at least for the brazilian patterns.

APRESENTAÇÃO

Como todos aqueles que se colocam diante de um papel em branco me indaguei sobre como começar. Optei então por recuperar as circunstâncias nas quais esta dissertação foi concebida há cerca de cinco anos atrás.

Este trabalho surgiu como consequência da prática em grupo da atividade de pesquisa, não como realização de um desejo individual. Neste sentido, somente foi possível no contexto de minha participação como bolsista de Iniciação Científica, no Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil (ArqBras), do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da USP São Carlos, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins, que vem desenvolvendo, com o apoio do CNPq, a pesquisa “Constituição da Arquitetura Moderna em São Paulo, 1930-70”, na qual o trabalho sobre o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida se insere.

Na primeira fase do projeto integrado, que privilegiava as “*interlocações*”¹ entre os arquitetos paulistas e italianos / norte-americanos, realizou-se uma varredura em periódicos brasileiros especializados em arquitetura, cobrindo o período de 1930-50, o qual não é contemplado pelo Index da FAU-USP², o mais completo levantamento disponível em publicações sobre arquitetura brasileira. Percebemos que o diálogo com arquitetos estrangeiros, confirmando o diagnóstico inicial, merecia uma investigação mais sistematizada e criteriosa, mas nos chamou a atenção um outro intercâmbio, que se mostrava bastante vigoroso, entre os próprios brasileiros, sobretudo entre os arquitetos paulistas e os advindos da Escola Nacional de Belas Artes.

Este novo agrupamento recebeu o “apelido” de “cariocas em São Paulo”. Foram escolhidos alguns personagens chaves, entre os quais Abelardo Riedy de Souza, Hélio de Queiroz Duarte e Paulo de Camargo e Almeida que, com contribuições particulares, teriam desempenhado o papel de ‘vetores’ entre o

Rio e São Paulo, especialmente durante a década de 40, introduzindo aí de forma direta a linguagem 'carioca', no período que antecedeu à emergência da chamada "escola paulista", através da associação com outros arquitetos ou pelo papel que seus escritórios cumpriram como pólo de formação profissional³.

Esta hipótese geral, embora pertinente, mostrou-se, com o decorrer dos trabalhos, insuficiente, não dando conta das especificidades da contribuição mais direta de Paulo de Camargo para a arquitetura em São Paulo. Ao contrário de Abelardo de Souza e Hélio Duarte que vieram para São Paulo ainda jovens na década de 40, Camargo se mudou definitivamente para a Capital paulistana somente em 1958, aos cinqüenta e dois anos de idade. Este fator nos levou a considerar que, tanto o contexto que os trouxe para São Paulo, como o processo que motivou suas vindas eram de origens distintas.

Houve certamente no final da década de 30 e sobretudo durante a década de 40, uma primeira aproximação entre arquitetos cariocas e paulistas, adeptos ou simpatizantes da arquitetura moderna, não mais concebida como alternativa estilística. Através da trajetória profissional de Paulo de Camargo, sobre a qual nos detivemos neste trabalho, pudemos constatar a pertinência da hipótese aventada, apesar de sua vinda posterior.

Em 1939, participou do concurso para a Praça da República, no qual é classificado em primeiro lugar; no ano seguinte, no V Congresso Pan-americano de Arquitetos, em Montevideú, conhece Kneese de Mello, onde pelas declarações deste último se inicia a articulação para a formação do núcleo IAB-SP (Instituto de Arquitetos do Brasil); mais tarde como presidente do IAB, gestão 1942-4 e 1944-6, concretizou-se a criação da sede regional do Instituto.

No entanto, permaneciam alguma questões em relação a sua vinda. Por que vem para a capital paulistana, se aparentemente desfrutava de uma situação já bastante estabilizada no Rio? Mais: por que vem para São Carlos, para a

Escola de Engenharia? O que acontecia no Rio e em São Paulo que motivou esta decisão?

Como dito anteriormente, este parece constituir outro momento de aproximação, onde não estava mais em jogo a introdução, apropriação e constituição de uma linguagem moderna pelos arquitetos paulistas. O eixo econômico e financeiro havia trasladado do Rio para São Paulo, o concurso para o Plano Piloto de Brasília já havia ocorrido e estavam em curso as obras para sua construção. Ocorreram em São Paulo duas Bienais de Arte e Arquitetura, 1951 e 1954, onde estiveram presentes os mais emblemáticos representantes da arquitetura moderna, entre eles: Walter Gropius, Ernest Rogers e Josep L. Sert. A arquitetura paulista já contava com alguns nomes importantes no cenário nacional e as diretrizes para a constituição da “escola paulista” estavam praticamente definidas.

Assim, parece-nos que a contribuição de Paulo de Camargo é bastante distinta da de Souza e de Duarte. Podemos caracterizá-la segundo dois núcleos centrais de preocupações, que estando presentes desde o início de sua obra parecem não terem encontrado no Rio de Janeiro ambiente propício para se desenvolver.

A) Produção em massa – os arquitetos paulista já haviam feito uma opção clara pela industrialização, desenvolvendo projetos e protótipos que permitissem a construção em larga escala de habitação e redes de equipamentos de serviço, como escolas e hospitais.

B) Educação – o tema da “arquitetura escolar” está presente desde os anos 40, como temática privilegiada pelos arquitetos em São Paulo, tendo papel destacado Hélio Duarte⁴. Paulo de Camargo trouxe consigo a questão da formação de novas gerações de profissionais preparados para uma nova atuação, vindo de encontro com as preocupações aqui presentes, encontrando solo propício para desenvolvê-las.

Gostaria de ressaltar, ainda nesta apresentação, que as dificuldades enfrentadas ao longo do trabalho acentuaram o caráter investigativo da pesquisa. Digo isto para aqueles que não acompanharam a elaboração do trabalho e especialmente para aqueles que iniciam a jornada, pois, a meu ver, essas dificuldades tornaram a pesquisa mais instigante e apaixonante.

Ao decidir fazer esta dissertação, enfrentamos o desafio de realizar, no âmbito do Mestrado, um trabalho de caráter monográfico e inédito, dificultado pela ausência de um arquivo sobre o arquiteto e pela escassez de material sistematizado sobre a arquitetura moderna brasileira. Se este desafio no entanto era muito estimulante, entendemos que é o envolvimento com o grupo que tornou viável e justificável a realização desta tarefa.

Este é um ponto de partida, uma pequena, mas necessária, contribuição para um trabalho mais abrangente, para o qual espero estar contribuindo.

¹ O fluxo de informações entre duas culturas arquitetônicas constituídas não deve ser considerado apenas como “influência”, como via de mão única. É necessário verificar em que medida se estabelece uma “interlocução”, um processo de alimentação e informação mútuos. Essa caracterização é realizada por Martins no segundo Projeto Integrado de Pesquisa, quando de sua renovação para o período 1996-8. MARTINS, Carlos A. F. (1996). “Constituição da Arquitetura Moderna em São Paulo, 1930-70”. Projeto Integrado de Pesquisa enviado ao CNPq. São Carlos, Depto. de Arquitetura e Urbanismo, da EEESC-USP. P. 3.

² FAU-USP (1974). *Índice de arquitetura brasileira, 1950-70*. São Paulo, FAU-USP.

³ MARTINS (1996). *Op cit*, p. 3. Foi neste mesmo relatório que se formulou pela primeira vez publicamente esta hipótese.

⁴ Sobre este assunto Comissão do Convênio Escolar foram produzidos vários trabalhos no interior do GP ARQBRAS apresentados em Seminários da área, como o V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo e II - III DOCOMOMO Brasil .

Introdução

“Na história de Gropius é impossível separar o momento teórico do momento criativo ou do momento pedagógico: cada um dos edifícios, dos seus programas urbanísticos, das suas intervenções práticas e polêmicas a favor de uma renovação radical dos métodos produtivos na arquitetura e na arte aplicada, ou a favor de uma reforma do ensino formal, tudo é simultaneamente produção teórica, aplicação prática, acto criativo.”¹

Esta frase de Argan, que tão bem sintetiza a obra do arquiteto alemão Walter Gropius², como a noção de Arquitetura que nela está implícita, serviram de referência para a leitura que nos propomos a fazer nesta dissertação da obra de Paulo de Camargo e Almeida. A noção a que nos referimos foi cunhada pelo próprio Gropius como *Arquitetura Total*³.

Esta concepção e a abordagem que faz Argan da obra de Gropius no livro *Walter Gropius e a Bauhaus* auxiliaram também na tarefa de precisar e delimitar nosso objeto, abordando de forma articulada o conjunto da obra de Paulo de Camargo⁴. Nesta perspectiva fica claro que toda a obra arquitetônica

¹ ARGAN, Giulio Carlo (1984). *Walter Gropius e a Bauhaus*. Lisboa, Ed. Presença / Martins Fontes. P.7. Um dado relevante em relação a este livro, é que foi publicado originalmente em 1951, com o título de *Walter Gropius e la Bauhaus*, em Torim, pela Ed. G. Einaudi.

² Para a elaboração desta dissertação foi necessário realizarmos estudos mais aprofundados sobre a obra, arquitetônica e literária, de Walter Gropius, que deram o suporte necessário para construirmos um repertório que permitisse tanto, familiarizarmo-nos com as referências de Paulo de Camargo como, ler e compreender o alcance de suas obras. Estes estudos foram uma etapa necessária do trabalho, mas não aparecem como temática da dissertação, embora surjam em alguns momentos diluídos no texto.

³ Sobre o tema da “Arquitetura Total” ver texto com mesmo título, no livro *Bauhaus: Novarquitectura*, publicado pela Ed. Perspectiva, onde Gropius o desenvolve e analisa. Este livro publicado originalmente em 1955, em alemão, com o título *Architektur*, que quer dizer simplesmente Arquitetura e em inglês, *Scope of Total Architecture*, foi traduzido para o espanhol no ano seguinte pela editora La Isla com o nome *Alcances de la arquitectura integral*. GROPIUS, Walter (1972). *Bauhaus: Novarquitectura*. São Paulo, Ed. Perspectiva.

⁴ Neste caso, obra entendida como o conjunto das atividades realizadas pelo arquiteto, tanto no âmbito teórico e político, como no projetual. Hoje, esta questão parece ser bastante consensual. Hélio Piñon, no prólogo elaborado para o livro de Peter Bürker, *Teoría de las Vanguardias*, nos mostra, de maneira clara, como essa relação é constitutiva do pensamento das vanguardas históricas, sobretudo para as chamadas vanguardas construtivas.

“La identificación entre marco estético y práctica artística adquiere cuerpo en la figura atípica del vanguardista empeñado en elaborar una reflexión estética que peralta el sentido de sus obras. Reflexión que no precede a la obra sino que, comentándola, la antecipa y la trasciende a la vez. (...) Su transcendencia estética no puede entenderse al margen de sus concretas aportaciones artísticas”.

e urbanística, construída ou não por Camargo, está interligada com sua produção teórica-didática e tecnológica-científica, sobretudo a respeito da industrialização das construções e produção em larga escala, perpassando todas as atividades a que se dedicou, - projetual, ensino, pesquisa, política no âmbito das entidades de representação profissional -, de maneira indissociada.

Ao início, considerávamos que o objeto da pesquisa, a obra de Camargo, sua contribuição para o processo de constituição de uma cultura arquitetônica brasileira e, em particular, seu papel na configuração de um ambiente arquitetônico em São Paulo nos anos 60, permitia também explorar de forma privilegiada uma determinada *atitude* ou perfil, comum a vários arquitetos de sua geração, que ao aderirem à arquitetura moderna, instituíram compromissos inalienáveis entre arquitetura, cidade e sociedade, tornando inseparável na leitura de suas obras, trajetória profissional e ação arquitetônica.

Percebemos, no entanto, que o que caracterizávamos como *atitude*, a decisão de atuar em diversas esferas ligadas à Arquitetura, constituía em realidade a busca de um outro paradigma, para a atividade profissional muito próxima da noção de *Arquitetura Total* formulada por Gropius.

Com o texto *Arquitetura Total*, Walter Gropius, sistematizando distintas idéias presentes em sua obra, teórica e projetual, desde pelo menos a criação da Bauhaus em 1919, propõe uma redefinição do estatuto profissional, delineando sua abrangência e definindo novas estratégias de atuação, não como ação individual, mas sobretudo através do trabalho em cooperação com equipe multidisciplinares. Explicita então a concepção de Arquitetura que considera apropriada ao seu tempo. Na parte final desse texto, Gropius atribui um significado muito preciso à expressão *Arquitetura Total*. Diz, ele:

PIÑON, Helio (1986). Prólogo: Perfis Encontrados. In: BÜRQUER, Peter (1987). *Teoría de la Vanguardia*. Barcelona, Ed. Península. P. 13. O texto original em alemão foi publicado com o título *Theorie der Avantgarde*, em 1974.

“O arquiteto ou urbanista, digno desse nome, deve dispor de visão e fantasia a fim de chegar a uma verdadeira síntese para a cidade do futuro cuja concretização eu gostaria de chamar ‘arquitetura total’”⁵.

É necessário, entretanto, explicitar essa sintética definição por ele proposta, recuperando algumas idéias desenvolvidas ao longo do texto: de qual cidade do futuro está falando? Qual é a verdadeira síntese? Exatamente a que tipo de concretização se refere? Como alcançá-la?

Seguiremos para tanto o roteiro proposto pelo próprio arquiteto. Gropius faz inicialmente um rápido diagnóstico sobre as transformações ocorridas em seu tempo, acarretadas pelo desenvolvimento tecnológico e industrial. Constata um mundo novo, marcado por incessantes mudanças e pela relatividade dos fenômenos. Aponta as profundas alterações ocorridas na vida cotidiana e a dificuldade de adaptação dos seres humanos ao ritmo moderno, ditado por uma nova relação entre Tempo e Espaço. Quadro que torna necessário, segundo ele, que os homens repensem suas metas intelectuais e espirituais, já que o desenvolvimento “lançou o homem na confusão” e a “falta de iniciativa moral” assola a humanidade

“Quem quer que pense em nossos dias está quebrando a cabeça para saber qual será o fim desse estupendo progresso científico”⁶.

Propõe então, e este é seu objetivo central, fazer uma reflexão a partir da Arquitetura, sua área de intervenção, estabelecendo o Planejamento como meio estratégico de ação. Define-o tanto como

“(...)uma ciência quanto uma arte. Como ciência, analisa relações; como arte, leva as atividades humanas a uma síntese cultural”⁷.

Quanto a seu caráter simultaneamente científico e artístico, chama a atenção para a necessidade de se restabelecer a unidade do conhecimento, a relacionar essas dimensões afim de obter soluções articuladas e não

⁵ GROPIUS, Walter (1972). *Op. cit.*, p. 220.

⁶ GROPIUS, Walter (1972). *Op. cit.*, p. 206.

⁷ GROPIUS, Walter (1972). *Op. cit.*, p. 207.

“perfeitamente isoladas”. Para combater essa apatia, sugere como antídoto o trabalho artístico, em oposição à mecanização / especialização. Com a cooperação dos artistas, caracterizados por Gropius como protótipos do “homem integral”, ou seja, aqueles em que liberdade e independência permaneceram de forma íntegra, a humanidade poderia atingir uma forma de vida cultural própria da nova sociedade.

“Nenhuma sociedade do passado obteve sua expressão artística sem a colaboração do artista; (...). Os nossos magníficos instrumentos de produção nunca poderão transformar Main Street em um belo lugar”⁸.

Considera que a única forma de reintroduzir a sensibilidade visual, a beleza, é através de um contínuo processo educacional que cultive a vivência do novo homem, artista- cientista. Uma concepção de método de ensino que não tenha no estudo teórico um fim em si, mas que incorporando atividades práticas contribua também para o aprendizado de trabalho em grupo, essencial para o combate à especialização.

Após pensar na formação do indivíduo, Gropius passa, segundo sua avaliação, à difícil tarefa de humanizar as grandes cidades e metrópoles. Propõe uma ação hierarquizada e contínua, que começa pelas pequenas unidades e suas áreas comuns. Lembra, porém, que o Planejamento não pode se restringir à construção de conjuntos habitacionais, e que é necessário pensá-lo de uma maneira mais ampla, considerando o Habitat, a Terra, como organismo único⁹.

Essas rápidas referências sobre a noção de *Arquitetura Total*, desenvolvida por Gropius, permitem-nos voltar a Paulo de Camargo. Suas preocupações acerca do ensino e da formação, da organização das entidades de representação profissional e da industrialização das construções, entendida como alternativa mais apropriada para a Arquitetura atender às demandas crescentes da sociedade, constituem, segundo ele, a maneira pela qual o

⁸ GROPIUS, Walter (1972). *Op. cit.*, p. 212-3.

⁹ GROPIUS, Walter (1972). *Op. cit.*, p. 205-220.

arquiteto deveria e poderia se inserir na “nova” lógica produtiva, imposta pela modernidade. Todo o seu percurso profissional revela uma concepção de Arquitetura, bastante diferenciada daquela convencionalmente tratada pela historiografia oficial da Arquitetura Moderna no Brasil¹⁰, que se deteve prioritariamente ou sobre as obras ou sobre os textos¹¹.

Retomemos então alguns dos principais textos dessa historiografia, que nos permitem compor um quadro mais geral do ambiente arquitetônico especificamente brasileiro, identificar a presença do nome e da obra de Paulo de Camargo e as circunstâncias em que aparecem, bem como verificar as temáticas mais tratadas e o tema da industrialização das construções¹² nesse cenário.

“Aprender a lógica e a estruturação dessa trama (narrativa da arquitetura brasileira), localizar suas invariâncias e suas omissões, sua estrutura causal e seus vazios, pode, a nosso ver, ajudar a compreender o alcance e os limites do seu próprio objeto, o projeto dominante da arquitetura brasileira contemporânea”¹³.

É sabido que o primeiro esforço de sistematização da historiografia da arquitetura moderna brasileira foi a exposição no MOMA de Nova Iorque e a

¹⁰ Ver MARTINS, Carlos Alberto Ferreira (1988). *Arquitetura e Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado. FFLCH – USP. São Paulo, onde desenvolve minuciosamente no primeiro capítulo a análise crítica dos textos historiográficos, também publicado parcialmente na *Revista Pós* número especial de 1994.

¹¹ A concepção de Arquitetura mais difundida pela historiografia se pauta, segundo nossa leitura, em dois pilares fundamentais. Na eleição de uma arquitetura vinculada aos princípios de Le Corbusier, justificada no texto *Razões da Arquitetura*, de Lúcio Costa. E por uma série de preocupações no âmbito técnico-formal, a questão térmico-climática e o desenvolvimento dos brises-soleils, a transparência e leveza. Participações em atividade de ordem política, institucionais ou representativas, docência, entre outras, constituem quase que uma “história” paralela, que auxiliam em geral apenas na caracterização de um contexto profissional, que demonstra a politização e as preocupações sociais dos arquitetos modernos.

¹² Quando tratarmos do tema da racionalização e industrialização das construções, de particular interesse para este trabalho, recorreremos também à historiografia internacional, que nos auxiliará na constituição de um contexto mais amplo. Quais eram as discussões que se davam em torno deste tema fora do país, como esta questão foi aqui introduzida e por quem.

¹³ MARTINS, Carlos Alberto F. (1988). *Op. cit.*, p 72.

publicação do livro, por Philip Goodwin, intitulado *Brazil Builds*, em 1943¹⁴. Paulo de Camargo é citado no Prefácio, onde o autor agradece¹⁵ a vários arquitetos brasileiros.

“Os arquitetos encarregaram-se da parte essencial – os objetos necessários e mapas. Nunca poderemos agradecer suficiente as seguintes pessoas: P. C. Almeida, Alvaro Vital Brazil, Roberto Burle Marx, Flavio de Carvalho, Lucio Costa, Carlos Frederico Ferreira, Rino Levi, Atilio Corrêa Lima, Henrique E. Mindlin, Jorge Moreira, Oscar Niemeyer, Carlos Porto, Afonso Reidy, Marcelo e Milton Roberto, Paulo Rossi, Aldary Toledo e Gregori Warchavchik”¹⁶.

Está também presente entre os arquitetos selecionados pelo autor com a obra para a Casa São Luiz para a Velhice¹⁷, apresentado através de um pequeno texto e de duas fotos do Pavilhão Lebrão construído.

*“Asilo de Inválidos, Rio de Janeiro
Pavalo Camargo Almeida(sic), arquiteto
A fotografia do centro mostra a fachada da rua com caixas de concreto
para protegerem as janelas do sol”¹⁸*

Este pequeno trecho revela a preocupação do autor com a questão do controle solar e térmico, que é considerada, por Goodwin, como uma das grandes contribuições dos arquitetos brasileiros à Arquitetura Moderna, através do desenvolvimento de brises externos, recomendados por Le Corbusier no projeto para Barcelona, em 1933.

¹⁴ GOODWIN, Philip L. (1943). *Brazil Builds. Architecture Old and New*. New York, MOMA. Este livro – catálogo foi publicado originalmente em inglês – português.

¹⁵ O nome dos arquitetos está classificado por ordem alfabética, provavelmente pela forma como Goodwin os conhecia. Vejamos: Almeida, Álvaro, Burle-Marx, Carvalho, Costa, Carlos, Levi, Lima, Mindlin, Moreira, Niemeyer, Porto, Reidy, Roberto, Rossi, Toledo e Warchavchik.

¹⁶ GOODWIN, Philip L. (1943). *Op. cit.*, p. 8.

¹⁷ As publicações de época referem-se sempre a esta obra como o Asilo São Luiz, no entanto, no trabalho será utilizada a denominação atual Casa São Luiz para a Velhice, conforme foi solicitado pela direção daquela instituição.

¹⁸ GOODWIN, Philip L. (1943). *Op. cit.*, p. 134.

“Embora os primeiros ímpetus modernos tenham chegado por importação, bem logo o Brasil achou um caminho próprio. A sua grande contribuição para a arquitetura nova está nas inovações destinadas a evitar o calor e os reflexos luminosos em superfícies de vidro, por meio de quebra-luzes externos, especiais. (...) Já, em 1933, Le Corbusier recomendava (...), mas foi no Brasil onde, primeiro, essa teoria se pôs em prática”¹⁹.

Em 1956, surge *Modern Architecture in Brazil*, de Henrique Mindlin, concebido, segundo a leitura proposta por MARTINS (1988), como uma continuidade do livro de Goodwin, que amplia o número de arquitetos documentados. Entretanto, nele o nome de Paulo de Camargo não é citado.

O terceiro momento da historiografia que nos interessa retomar é o livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, de Yves Bruand, 1981, que constitui

“o momento de consolidação historiográfica da narrativa dominante. Apoiado em um trabalho até então inexistente de levantamento documental, seu texto é o momento definitivo de identificação entre o projeto corbusiano da ‘escola carioca’ e a arquitetura brasileira”²⁰.

Camargo, neste livro, somente é citado como um dos componentes da equipe de Atílio Corrêa Lima no concurso para o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Para Bruand o arquiteto não aparece em nenhum outro momento da cena cultural e política do período de formação da arquitetura moderna. Nem mesmo o projeto do Asilo São Luiz está presente no livro.

Quando Bruand se refere à Escola Nacional de Belas Artes, a atuação do arquiteto não é mencionada, ainda que tivesse sido membro do corpo docente da escola. Em vários outros trechos do livro nota-se a ausência de referências a Paulo de Camargo: no concurso para o Pavilhão Brasileiro em Nova Iorque; na equipe de Artigas para o concurso do Plano Piloto para Brasília; na construção da Cidade Universitária, da USP-SP. A esta Bruand tece algumas críticas, não se referindo, contudo, aos responsáveis pelo projeto

¹⁹ GOODWIN, Philip L. (1943). *Op. cit.*, p. 84-5.

e pelo andamento da obra. Os comentários do autor sobre o edifício da FAU-USP, no campus da Cidade Universitária, de Vila Nova Artigas, destacam que “(...) foi-lhe confiado o encargo de projetar a futura FAU (...)”²¹ e “(...) toda a liberdade de ação lhe foi dada e ele aproveitou-a amplamente.”²². Não há referência ao agente que permitiu a Artigas essa liberdade de ação. Bruand ignora ou não lhe parece relevante destacar o papel de Paulo de Camargo, durante seis anos (1960-6) como Diretor executivo do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP), na elaboração do Plano Diretor da Cidade Universitária-SP e no convite a vários arquitetos de primeira linha que, além de Artigas, inclui nomes como Rino Levi, Oswaldo Bratke, Carlos Millan e Paulo Mendes da Rocha, entre outros.

No entanto, em publicações escritas por contemporâneos de Paulo de Camargo, como Paulo Santos, Lúcio Costa e Geraldo Ferraz é possível encontrar referências a vários momentos da obra de Camargo, assim como é possível localizar textos do autor e sobre sua obra em revistas de época especializadas em arquitetura, em particular as cariocas do final da década de 30, como as revistas *Municipal de Engenharia* (PDF) e *Arquitetura e Urbanismo*. A primeira, sob responsabilidade da Prefeitura do Distrito Federal, criada pela Eng^a Carmen Portinho e a outra, do Instituto de Arquitetos do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, ambas lideradas por profissionais e artistas vinculados aos princípios modernistas.

Um destes artigos tem especial importância pelas considerações que tece a respeito do trabalho de Paulo de Camargo, com o título de *Asilo S. Luiz*, foi publicado na seção *Visitas Técnicas*, da *Revista Municipal de Engenharia*, em 1937. Apresenta imagens do Pavilhão Lebrão, na Casa São Luiz para a Velhice, em construção, destacando a montagem de peças pré-fabricadas e a limpeza do canteiro de obra.

²⁰ MARTINS, Carlos Alberto F. (1988). *Op. cit.*, p 93.

²¹ BRUAND, Yves (1981). *A Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, p 300.

²² idem, *ibidem*.

“Pelo que podemos apreciar no local, temos a certeza de que o Asilo projetado pelo arquiteto Camargo é uma obra notável, não só pela disposição de suas diversas seções, convenientemente estudadas, como também pelos processos modernos empregados na sua construção e que o indicam como uma das mais interessantes obras em execução atualmente nessa Capital.”²³

Um dos maiores nomes da arquitetura moderna brasileira, Lúcio Costa faz, no texto “Depoimento de um Arquiteto Carioca”, publicado pela primeira vez no *Correio da Manhã*, de 15 de junho de 1951, com o título “Muita Construção, Alguma Arquitetura e Um Milagre”²⁴, uma análise ampla do desenvolvimento da arquitetura brasileira moderna e de sua vinculação com o passado colonial, através do despojamento de formas. Neste texto, Costa explicita esta operação, ao explicar como pôde a arquitetura moderna tornar-se hegemônica no Brasil, referindo-se a este fato como um milagre. Diz:

*“Mas como explicar um tal milagre? (...) como explicar que, de um lado, a proverbial ineficiência do nosso operariado, a falta de tirocínio técnico dos nossos engenheiros, o atraso da nossa indústria e o horror generalizado pela **habitação coletiva**, se pudessem transformar a ponto de tornar possível, num tão curto prazo, tamanha revolução nos “usos e costumes” da população, na aptidão das oficinas e na proficiência dos profissionais; e que, por outro lado, uma fração **mínima** dessa massa edificada, no geral de aspecto vulgar e inexpressivo, pudesse alcançar o apuro arquitetônico necessário para sobressair em primeiro plano no mercado da reputação internacional, passando assim o arquiteto brasileiro, da noite para o dia e por consenso unânime da crítica estrangeira idônea, a encabeçar o período de renovação que vem atravessando a arquitetura contemporânea, quando ainda ontem era dos últimos a merecer consideração?”²⁵ (grifos do autor)*

²³ REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA (1937). Visitas Técnicas, Asilo S. Luiz. *Revista Municipal de Engenharia*, nº 2, Rio de Janeiro, mar, p. 109.

²⁴ Republicado no livro *Registros de uma Vivência*, publicado por Lúcio Costa em 1995, pela Empresa das Artes.

²⁵ COSTA, Lúcio (1995). *Op. cit.*, p. 159.

Logo a seguir, Costa relata a maneira como um pequeno grupo de arquitetos, interessados pela arquitetura moderna, adquiriu o conhecimento básico sobre a obra dos grandes mestres. Conhecimento necessário à apropriação e à adaptação destes conceitos às características específicas do Brasil.

“Nesse conjunto de profissionais²⁶ igualmente interessados na renovação da técnica e expressão arquitetônicas, constituiu-se porém, de 1932 a 35, pequeno reduto purista consagrado ao estudo apaixonado não somente das realizações de Gropius e Mies van der Rohe, mas, principalmente, da doutrina e obra de Le Corbusier, encaradas já então, não mais como um exemplo entre tantos outros, mas como o “Livro Sagrado” da arquitetura”.²⁷ (aspas do autor)

Neste texto, Lúcio Costa fala sobre a primeira obra construída de Paulo de Camargo, o edifício na Delfim Moreira, 1212, no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro:

“O registro de reminiscências traz à lembrança prioridades específicas: (...); o primeiro edifício construído sobre pilotis, onde moro desde 1940, data de 1933 ou 34, e foi projetado por Paulo de Camargo”.²⁸

Em *Registro de uma Vivência*, editado em 1995, Costa publica um texto cujo nome é “Delfim Moreira 1212, cobertura”, onde descreve a vida no apartamento onde viveu cerca de 50 anos, projetado e construído por Camargo.

Outro arquiteto que se destacou pelos trabalhos teóricos foi Paulo F. Santos, contemporâneo de Camargo na Escola Nacional de Belas Artes,

²⁶ Nos dois parágrafos anteriores a estes citados, Lúcio Costa se refere aos profissionais que constituíam este grupo, Reidy, Pinheiro, Luiz Nunes, Joaquim Cardoso, Marcelo Roberto, o eng. Fragelli e Paulo de Camargo. Paulo Antunes, Vital Brazil, Carlos Leão, Jorge Moreira, José Reis, Firmino Saldanha, seguidos por Oscar Niemeyer, Alcides da Rocha Miranda, Milton Roberto, Aldary Toledo, Ernani Vasconcellos, Fernando de Brito, Hélio Uchôa, Herminio Silva. Por fim, Jaime da Silva Teles e Alexandre Baldassini (foi seguida a ordem estabelecida pelo autor). COSTA, Lúcio (1995). *Op. cit.*, p. 167-8.

²⁷ COSTA, Lúcio (1995). *Op. cit.*, p. 168.

²⁸ COSTA, Lúcio (1995). *Op. cit.*, p. 168.

formados na mesma turma em 1930. Paulo Santos foi professor e autor de dois importantes textos: uma série de dez artigos intitulados A Arquitetura da Sociedade Industrial, publicados na revista Habitat, durante os anos de 1955 e 1956 e o livro *Quatro Séculos de Arquitetura*, publicado em 1977.

O primeiro texto se dedica a estudar o processo de industrialização, a partir do século XIX, seu impacto social e as alterações no modo de produção, em particular nas práticas construtivas e projetuais. O segundo nos interessa mais diretamente nesse momento por contribuir para o esforço de mapeamento da contribuição de Paulo de Camargo para a arquitetura moderna brasileira, além de permitir, de forma privilegiada, que agucemos nossa percepção do ambiente, no qual se introduziu e desenvolveu essa arquitetura, já que o autor tem no livro uma dupla condição, as de historiador e depoente.

O livro, estruturado cronologicamente, está dividido em três grandes períodos históricos: Colonial, Imperial e Republicano, seguindo, de certa maneira, o esquema teórico proposto por Costa²⁹. No entanto, a abordagem de Paulo Santos é mais abrangente, inclui a arquitetura neoclássica e a eclética, como consequência acaba sendo mais descritiva, dando maior destaque aos fatos históricos.

No terceiro capítulo, Santos faz duas referências ao trabalho de Paulo de Camargo, ambas no item Primeiros Ensaio da Nova Arquitetura, onde destaca obras relevantes do que caracteriza como primeira fase da arquitetura moderna no Brasil. Reforça o pioneirismo atribuído por Lúcio Costa ao Edifício da Av. Delfim Moreira, como o primeiro prédio “moderno” a utilizar pilotis no país e aponta a experiência de Enéias Silva, Camargo e Wladimir Alves de Souza na construção de várias escolas públicas no Rio de Janeiro patrocinadas pela Prefeitura³⁰.

²⁹ Costa desde o texto Razões da Nova Arquitetura, 1934-6, estabelece uma estreita relação entre as arquiteturas colonial e moderna, em oposição à arquitetura eclética. Em outros trabalhos como Documentação necessária, 1937, e Notas sobre a Evolução do Mobiliário Luso-brasileiro, 1939, desenvolve melhor esta questão.

³⁰ Esta experiência é posteriormente retomada em vários trabalhos, como o de Rachel Sisson, Escolas Públicas do Primeiro Grau. Inventário, tipologia e história, publicado na revista

*“Foram obras importantes dessa primeira fase: **Abrigo da Boa Vontade** de Afonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro, construído com projeto premiado em Concurso público, e as **Escolas da P.D.F.** de Wladimir Alves de Souza, Enéias Silva e Paulo de Camargo, deste último tendo sido igualmente a primeira casa de apartamentos com pilotis da Cidade (segundo prédio da Av. Delfim Moreira a partir da esquina com a Av. Visconde de Albuquerque, ainda existente). Paralelamente, fizeram-se dezenas de casinhas para exíguos terrenos”³¹.*

Outra referência é Geraldo Ferraz, um dos principais críticos de arquitetura dos anos 50 e 60. No texto “CUASO – A Cidade Universitária de São Paulo”, publicado na revista *Habitat*, em 1962, diz sobre a atuação do arquiteto Paulo de Camargo à frente do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP):

“(...) a história da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira, que está sendo escrita pela engenharia e pelos construtores naquela área, é também a história de um longo esforço pelo planejamento, pelo planejamento de um centro universitário, pelo planejamento urbanístico, a que prestaram seu serviço, nos vários projetos, nos últimos tempos levantados, mais de quarenta arquitetos de S. Paulo. E assim, é empolgante, mesmo agora quando mal se começa a desvendar aqui e ali, no intenso canteiro de obras, verificar o esforço que se realizou e que se deve principalmente à coordenação, finalmente, obtida pelo arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, uma das grandes figuras da arquitetura brasileira”.³²

Segue Ferraz dizendo:

“Cabe, ao assinalar que disposto o Planejamento, por inter-relações didáticas, o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida tenha considerado ultimado o trabalho para que se passasse à ‘demonstração arquitetônica’, a qual, em sua orientação, que consideramos a mais acertada, deveria moldar-se ‘sem os formalismos e os luxos

Arquitetura e de 1986, que enfocam especificamente o tema ou como no livro *Arquitetura do Brasil. 1900 a 1990*, de Hugo Segawa, publicado em 1998.

³¹ SANTOS, Paulo F. (1977). *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro, Fundação E. Rosemar Pimentel, p. 120.

³² FERRAZ, Geraldo (1962). CUASO: A Cidade Universitária de São Paulo. *Habitat*, nº 69, São Paulo, set., p 16.

condenáveis que vimos percebendo e sentindo nas realizações da arquitetura mundial contemporânea.³³

Há ainda alguns livros referentes à história da Universidade de São Paulo, destacando :*Universidade de São Paulo – alma mater paulista*, escrito por Maria Cecília Loschiavo, 1997 e *Espaço da USP: Presente e Futuro*, realização da Prefeitura da USP, de 1985, entre outros, que poderiam ser considerados nesta análise, ao falarem sobre a contribuição de Paulo de Camargo para a construção do Campus, na Capital, da Universidade de São Paulo. No entanto, são textos mais específicos sobre o assunto, aos quais recorreremos oportunamente no Capítulo III, onde trataremos da vinda de Camargo para São Paulo e sua experiência a frente do Fundo de Construção da Cidade Universitária, o FUNDUSP.

Esta análise nos mostra que há dois momentos da atividade profissional de Paulo de Camargo que se destacam em publicações de âmbito mais abrangente ou recente. Primeiro, algumas obras da década de 30 se sobressaem em relação à produção do período “pioneiro” da arquitetura moderna no Brasil, como as Escolas de Primeiro Grau produzidas para a Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, entre 1933-6, juntamente com os arquitetos Enéias Silva e Wladimir Alves de Souza; o Ed. Delfim Moreira, 1212, de 1933-4; e o Asilo São Luiz, 1935-7. Um segundo momento, bastante posterior, é seu trabalho na Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira” (USP), como primeiro Diretor Executivo do FUNDUSP, durante a década de 60.

Entre estes dois momentos, há uma lacuna de quase 25 anos. O que aconteceu durante este tempo na vida profissional de Camargo? Sabemos que não foram anos de inatividade. Concluiu em 1938 o Curso de Urbanismo para Pós-graduados do Instituto de Artes, da Universidade do Distrito Federal, com um trabalho sobre a Reurbanização do Morro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro; recebeu vários prêmios em concurso de arquitetura, com destaque para os concursos de Remodelação da Praça da República em São Paulo, em 1939, classificado em primeiro lugar e o do Plano Piloto de Brasília, em 1957,

³³ FERRAZ, Geraldo (1962). *Op. cit.*, p. 17.

realizado juntamente com Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi e Mário Wagner Vieira, classificado em quinto lugar. Participou de vários congressos no Brasil e no exterior. Foi Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, de 1942 a 1946, entre outras atividades, como docência, pesquisa e a prática projetual.

Neste sentido, há duas tarefas a cumprir, responder àquela pergunta, completando essa lacuna de quase 25 anos, e tentar compreender porque alguns momentos da trajetória de Camargo permaneceram, embora sua figura hoje seja quase que totalmente desconhecida entre os arquitetos, pesquisadores ou não.

Para narrar a trajetória profissional de Paulo de Camargo e Almeida, optamos por uma estrutura organizada cronologicamente. Consideramos que, desta maneira, seria possível abordar suas atividades, teórico – projetuais – políticas, de maneira mais articulada, contribuindo para a melhor compreensão da totalidade de sua obra e reforçando sua própria concepção de Arquitetura. Além disto, este tipo de estrutura também nos ajudou a organizar o material coletado, visto se tratar do primeiro trabalho a respeito do arquiteto.

Subdividimos sua trajetória em duas grandes fases, o período no Rio de Janeiro – 1925 a 1956 – do ano em que ingressou no curso de arquitetura até o momento em que considera encerrada suas atividades de arquiteto nessa cidade, conforme indicou em seus curriculum³⁴, e o em São Paulo – 1957 a 1973 – desde sua contratação pela Comissão do Plano da Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira” ao ano de sua morte.

Toda essa trajetória, referente a quase cinquenta anos de comprometimento com a arquitetura, está dividida em quatro capítulos:

- I. Período de formação e primeiros projetos;
- II. Depois de dez anos de formado: sua primeira formulação sobre ensino de arquitetura apresentada no V Congresso Pan-

³⁴ Curriculum vitae In: Processo do concurso para professor catedrático (339/58) na Escola de Engenharia de São Carlos, 1960-1.

americano de Arquitetos e sua atuação como Presidente do IAB (1942-6).

- III. A transferência para São Paulo: retorno à docência e o Planejamento do Campus da USP em São Paulo, momento em que exerceu de forma plena suas concepções arquitetônicas.
- IV. A dedicação integral à pesquisa e à docência: a estruturação do curso de Pós-graduação em Arquitetura no país.



Parte I

Rio de Janeiro: 1925- 1956



Capítulo 1

Formação e Projetos

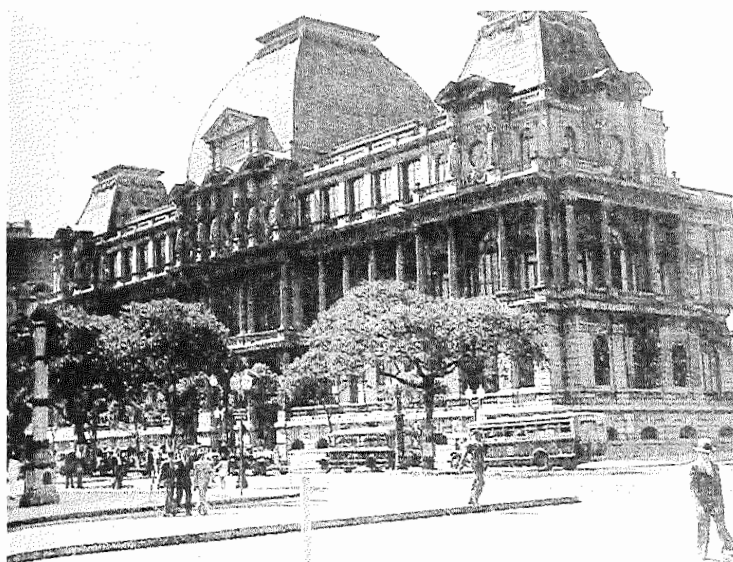
Paulo de Camargo e Almeida, filho de Carlos Ferreira de Almeida - engenheiro civil – e Helena Chaves de Camargo e Almeida, nasceu no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1906.

Quando criança foi morar com a família em Paris. Iniciou seus estudos na Europa, tendo freqüentado escolas em Paris, Lausanne e Bruxelas.

De volta ao Brasil, freqüentou os Colégios Jesuítas, Santo Inácio e Anchieta, este último em Friburgo, onde recebeu Medalha de Ouro ao se formar. Além de falar francês fluentemente, em função da estadia em Paris, também falava inglês, desde os cinco anos de idade, devido à preceptora que seu pai havia contratado na Inglaterra.³⁵

1. FORMAÇÃO

Aos dezenove anos de idade, em 1925, Paulo de Camargo iniciou o curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de



Escola Nacional de Belas Artes, RJ, 1934.

Janeiro, contrariando a vontade de seu pai, que gostaria que o filho fosse médico, advogado ou engenheiro, profissões mais respeitadas pela sociedade da época. Os seus estudos acabaram sendo financiados por alguns familiares, e Paulo de Camargo

³⁵ Mais dados sobre a biografia de Paulo de Camargo ver Anexo 1 – Breve trajetória profissional. Os dados, em sua maioria, foram retirados do Curriculum que o próprio arquiteto elaborou, quando professor na Escola de Engenharia de São Carlos ou fornecidos por Fernanda de Camargo- Moro, filha do primeiro casamento de Paulo de Camargo com Maria de Queiroz Medeiros, formada em Desenho e Escultura pela ENBA em 1930.

realizou alguns serviços extras, como cantar no coro do Municipal, para complementar os recursos financeiros necessários à conclusão do curso de arquitetura³⁶.

Enquanto cursava arquitetura na ENBA, o país vivia momentos de grandes transformações políticas, sociais e culturais. Estas mudanças, que vinham se desenhando lentamente desde o final do século XIX, com o desenvolvimento das relações capitalistas no país, foram impulsionadas com o final da Primeira Guerra Mundial³⁷.

O ano de 1922, quando se comemorava o Centenário da Independência, talvez por coincidência³⁸, assinalou a eclosão de três importantes fatos, aparentemente desconexos: política e socialmente, o Tenentismo e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no âmbito cultural, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo.

O aumento populacional e as crescentes ondas migratórias para as cidades, a insatisfação com a política em vigor e a organização do proletariado, somavam-se à crise mundial, que levou a uma diminuição significativa do mercado consumidor e conseqüentemente ao declínio da produção cafeeira, sobretudo em 1929, impulsionando a industrialização, sua diversificação e um processo de substituição da economia agrária de exportação³⁹.

Não nos estenderemos na análise dos fatos históricos, que não é nosso objetivo. Apenas gostaria de marcar que, estes fatos, que culminaram na Revolução de 30 e deram sustentabilidade no poder para Getúlio Vargas durante quinze anos, têm grande significado também do ponto de vista das mudanças estruturais da sociedade, que levaram a um novo tipo de Estado,

³⁶ Depoimento de Fernanda Camargo Moro à autora em novembro de 1997.

³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck (1977). Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 54.

³⁸ Alguns autores defendem que há mais que acaso nessas coincidências. A comemoração do Centenário da Independência impôs uma série de reflexões a respeito do país e projeções futuras. Ver IGLÉSIAS, Francisco (1975). Modernismo: Uma Reverificação da Inteligência Nacional. In: ÁVILA, Affonso (org.), *O Modernismo*. São Paulo, Perspectiva. P. 13-26

³⁹ FAUSTO, Boris (1999). *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, p. 273-389.

encerrando o primeiro ciclo republicano e a substituição da oligarquia cafeeira que a sustentava.

Segundo Boris Fausto (1999), no livro *História do Brasil*, este novo Estado, promotor do capitalismo nacional, não se distingue apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia, como também por outros elementos, entre os quais destaca três: a atuação econômica, voltada gradativamente para a industrialização; a atuação social, através da promoção de uma aliança entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora urbana, que recebeu alguns benefícios trabalhistas; e o papel atribuído às Forças Armadas, sobretudo o Exército, tanto como suporte da criação de uma indústria de base, como fator de garantia da ordem interna⁴⁰.

No campo cultural, o grande marco, a Semana de 22, rompeu as tradições da arte acadêmica e o gosto estabelecido, preparando o ambiente para mudanças mais profundas que ocorreriam posteriormente. Mário de Andrade, em depoimento a posteriori, descreve o acontecido:

*“A transformação do mundo, com o enfraquecimento dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes, (...), bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reavaliação e mesmo a remodelação da inteligência nacional. Isto foi o movimento modernista, de que a Semana de Arte Moderna ficou sendo o brado coletivo principal”.*⁴¹

No entanto, o movimento não pára, ao contrário, ganha força nos anos seguintes, num clima de grande dinamismo intelectual. Diz Mário de Andrade,

⁴⁰ FAUSTO, Boris (1999). *Op. Cit.*, p. 327.

⁴¹ ANDRADE, Mário de (1942). O Movimento Modernista. In: COSTA, J. Cruz (1974). *Pequena História da República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 87.

“(...) vivemos uns oito anos, até perto de 30, na maior orgia intelectual que a história artística do país registra”⁴².

Um excelente exemplo disto é a repercussão da construção das casas construídas por Gregori Warchavchik. Primeiro, a Casa da R. Santa Cruz, 1927-8, como mostra Geraldo Ferraz, no livro dedicado ao arquiteto, é objeto de análise de vários intelectuais e artistas da época, entre eles Anísio Teixeira, Tarsila do Amaral, e Mário de Andrade, todos destacando sua racionalidade construtiva, a moderna arquitetura, seu diálogo perfeito com o jardim, onde apenas foram utilizadas plantas nativas do Brasil, e o mobiliário, desenhado pelo próprio arquiteto. Contudo, maior repercussão teve a inauguração da Casa da R. Itápolis, com a exposição nela organizada, da qual participaram todos os grandes artistas do grupo modernista, tendo sido alvo de comentário de arquitetos, como Le Corbusier e Richard Neutra⁴³.



Escola de Filosofia na Serra dos Órgãos, ENBA, 1929. Perspectiva do conjunto. Papel canson, lápis, grafite, aguada, nanquim, aquarela e crayon. 0,71 x 1,52 m

⁴² ANDRADE, Mário de (1942). In: IGLÉSIAS, Francisco (1975). *Op. Cit.*, p. 17.

⁴³ FERRAZ, Geraldo (1965). Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940. São Paulo, MASP, pp. 51-63 / 81-115.

Mesmo com todo o esforço de requalificação das artes e da arquitetura, prevalecia ainda no ensino acadêmico a arquitetura de estilos – que ia do ecletismo ao neocolonial, tendo sido essa a formação recebida por Paulo de Camargo e todos seus contemporâneos na ENBA. Os trabalhos realizados durante os anos de escola revelam esta formação, assim como o domínio das técnicas de representação e a obediência aos estilos arquitetônicos.



Ponte Triunfal, ENBA, 1929. Perspectiva do conjunto.
Papel canson, lápis, e aquarela. 0,71 x 1,45 m



Palácio de Convenções Rotarianas, Concurso de Grau Máximo, ENBA, 1930. Fachada.
Papel canson, grafite e aquarela. 0,54 x 2,80 m

Sabemos entretanto que já durante o curso Paulo de Camargo entrou em contato com os pressupostos da arquitetura produzida pelas vanguardas européias, através da visita de Le Corbusier ao Rio em 1929, além da divulgação e os debates na própria imprensa nacional, como indicado acima. Conheceu também os princípios do urbanismo da S.F.U.⁴⁴ (Sociedade Francesa de Urbanistas), divulgado pelo urbanista francês Alfred Agache⁴⁵ durante sua estadia no Rio de Janeiro, entre 1927 e 1930, para desenvolver o Plano Diretor da cidade.

Ainda como estudante, Paulo de Camargo e Almeida participou do IV Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado no Rio de Janeiro, em 1930⁴⁶, onde recebeu o *Grande Prêmio Ministério da Justiça*⁴⁷. Neste mesmo ano, Camargo se formou arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), recebendo como mérito pela sua dedicação a *Medalha de Ouro* e o *Prêmio de Viagem ao Estrangeiro*. Este prêmio era concedido ao melhor aluno da turma e lhe dava o direito de permanecer cinco anos estudando na Europa, realizando cursos de pós-graduação.

⁴⁴ A Sociedade Francesa de Urbanistas (S.F.U.), fundada em 1919, por Alfred Agache, Marcel Auburtin, André Bérard, Léon Jaussely, Albert Parenty, Augustin Rey e Georges Bechmann, sob o patrocínio do Musée Social, tinha, “como objetivo, ‘agrupar as iniciativas e as competências consagradas ao estudo específico do *Urbanismo*, ciência que trata do planejamento, das reformas, das sistematizações, dos embelezamentos e das expansões a serem promovidas nas cidades’ e permitir a ‘seus membros estudar, em conjunto, tudo o que diz respeito ao futuro das cidades; reunir uma documentação técnica e mantê-la constantemente atualizada; estabelecer relações com grupos estrangeiros similares; organizar congressos, centralizar suas resoluções e perseguir sua realização’”. Informações extraídas de: BRUANT, Catherine. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; PECHMAN, Robert (1996). *Cidade, Povo e Nação. A gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. P. 168.

⁴⁵ Os ideais de Agache e sua metodologia de trabalho certamente se difundiram entre os alunos da ENBA. Uma das presenças destacadas na equipe que auxiliava Agache na elaboração do Plano Diretor, foi a de Affonso Eduardo Reidy, ainda como estudante, em 1929. Depois de formado, em 1930, portanto na mesma turma de Paulo de Camargo, Reidy passa a ser o principal assistente do urbanista francês, função que ocupou até a extinção do escritório, em 1930.

⁴⁶ Segundo alguns autores, este foi o Congresso de embate entre a arquitetura eclética e a moderna, que saiu aparentemente derrotada.

⁴⁷ Fonte: curriculum do arquiteto.

Com a nomeação, em dezembro de 1930, de Lúcio Costa para a direção da ENBA, Paulo de Camargo teve a oportunidade de um contato mais direto com a arquitetura moderna, enquanto tratava de toda a documentação necessária para a realização do estágio proveniente do Prêmio de Viagem. Com a experiência da ENBA, ainda que frustrada, teve início um processo de profundas transformações nos caminhos da arquitetura brasileira.

Camargo viajou para Paris em junho de 1931, onde pretendia residir por cinco anos, juntamente com sua esposa Maria de Queriroz Medeiros. Sua estadia, no entanto, foi interrompida por uma gravidez complicada e mal diagnosticada. Voltaram ao Brasil, cerca de oito meses depois, com a intenção de retornarem a França. Tiveram uma filha, Ana Maria, que nasceu em fevereiro de 1932⁴⁸. Porém, a situação pessoal complicada e as novas oportunidades de desenvolvimento da arquitetura moderna no país, acabaram por protelar seu retorno.

De qualquer maneira, o período em que esteve na Europa foi bastante profícuo, consistindo um momento privilegiado de sua formação arquitetônica. Entrou em contato com a metamorfose e efervescência da Europa dos anos 30, freqüentando a casa de Gertrude Stein e de outros intelectuais do período. Conheceu pessoalmente os principais mestres da vanguarda européia, como Mies van der Rohe, Walter Gropius, Josep Luis Sert, entre outros, e as obras que estavam construindo, concretizando os princípios que conhecia em teoria. Acompanhou o debate internacional acerca da arquitetura moderna. Realizou alguns estudos relacionados ao Urbanismo na França e viajou para a Bélgica, Suíça, Alemanha, Checoslováquia, Polônia, Hungria, Áustria, Itália e Espanha.⁴⁹

⁴⁸ A criança, nascida prematuramente, veio a falecer em junho de 1933.

⁴⁹ Depoimento de Fernanda Camargo Moro, filha do arquiteto, à autora.

Logo após o retorno, em 1934, Paulo de Camargo iniciou, na ENBA, sua primeira experiência como docente, contratado como professor auxiliar de Atílio Correa Lima⁵⁰, então titular da Cadeira de Grandes Composições.

Atílio foi uma referência e grande amigo de Camargo. Compartilhavam da mesma concepção de Arquitetura e realizaram alguns trabalhos conjuntos. Como em 1937, quando participaram, junto com Renato Mesquita dos Santos, do concurso para a Estação Central do Aeroporto Santos Dumont⁵¹, classificada em segundo lugar. Essa “parceria” foi interrompida pela morte abrupta de Lima em 1943⁵².

Outro aspecto importante na trajetória de Paulo de Camargo é sua ligação com a política, os pensamentos socialistas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Estes ideais marcaram sua atuação como arquiteto e são importantes para compreendermos algumas escolhas profissionais. No entanto, reconstituir essa trajetória política é uma tarefa quase impossível, em virtude dos períodos de clandestinidade do Partido Comunista e a hierarquia existente. As pessoas que o conheceram eram mais jovens e não tinham acesso às instâncias decisórias do partido.

Sabemos, no entanto, que na Europa, mas sobretudo em Paris, o arquiteto conheceu várias pessoas ligadas ao Partido Comunista e foi na volta ao Brasil que se filiou ao PCB. Sua conversão se deu através de Luís Carlos Prestes, que era primo do pai de Paulo, Carlos Ferreira de Almeida, um velho

⁵⁰ Atílio Correa Lima (1901-1943), arquiteto formado pela ENBA em 1925 também recebeu o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro, foi morar em Paris e lá fez o Curso de Pós-Graduação em Urbanismo pela Sorbone. Voltou em 1932 para assumir a Cadeira de Grandes Composições na ENBA. Levando-se em conta a data de ida de Paulo de Camargo e a de volta de Lima, é muito provável que ambos tenham se encontrado em Paris.

⁵¹ ARQUITETURA E URBANISMO (1937): 302-305.

⁵² Depoimento de Fernanda Camargo e Almeida Moro, filha do arquiteto, à autora em nov/97. Trecho da entrevista: “Era uma pessoa que ele adorava, o Atílio. (...). Quando do projeto da Estação de Hidros (...) o Atílio disse que só faria o projeto se tirassem a (...) Escola Naval dali. Inclusive, eu me lembro das discussões deles em casa. Porque o governo promete a ele que a Escola Naval sairia e o avião do Atílio bate no paredão da Escola (...). Eu me lembro inclusive da mulher dele, do filho, do enterro, eu era pequenininha e me lembro de ter ido ao enterro do Atílio para ficar com o Bruno, filho dele, sabe essas coisas que você lembra? O papai chorando muito ...”

monarquista, e que foi a única pessoa autorizada pelo governo getulista a visitar Prestes na prisão, após a chamada Intentona Comunista de 1935.⁵³

⁵³ Depoimento de Fernanda Camargo Moro, filha do arquiteto, à autora.

2. ARQUITETURA E URBANISMO

Durante o tempo em que esteve no Rio de Janeiro até vir para São Paulo, Paulo de Camargo manteve um escritório, na R. do Passeio, nº. 56 – 7º andar, sala 74⁵⁴. Dedicou-se à construção civil, projetando e construindo residências e edifícios de apartamento. Nos levantamentos realizados, constatamos que de 1933 a 1935 Paulo de Camargo construiu suas obras particulares através da Construtora *Paulo de Camargo e Almeida e Irmãos* e que, a partir de 1936, passa a utilizar a firma de nome *Camargo e Almeida & Cia. Ltda.* Constituiu ainda importantes parcerias com os engenheiros, especialistas no cálculo de concreto, Nathan Feferman e Antônio Noronha.

Consideramos, que esta mostra, é suficiente para caracterizar seus projetos, analisar a evolução das plantas em sua obra, assim como, seu domínio técnico, construtivo e formal.

2.1. ARQUITETURA

Algumas transformações significativas ocorreram na construção civil brasileira durante o entreguerras, período marcado no país pelo desenvolvimento industrial e pela diversificação da produção rural, agora mais voltada ao mercado consumidor interno, como já assinalamos na introdução deste capítulo.

A indústria de materiais para a construção civil, que emergiu naquele período, até os anos 40 é modesta e quase artesanal. Sua produção era insuficiente para o abastecimento do mercado interno, que precisava importar grande quantidade de materiais e equipamentos. A mecanização dos transportes, sobretudo a do elevador, garantiram as bases para um amplo

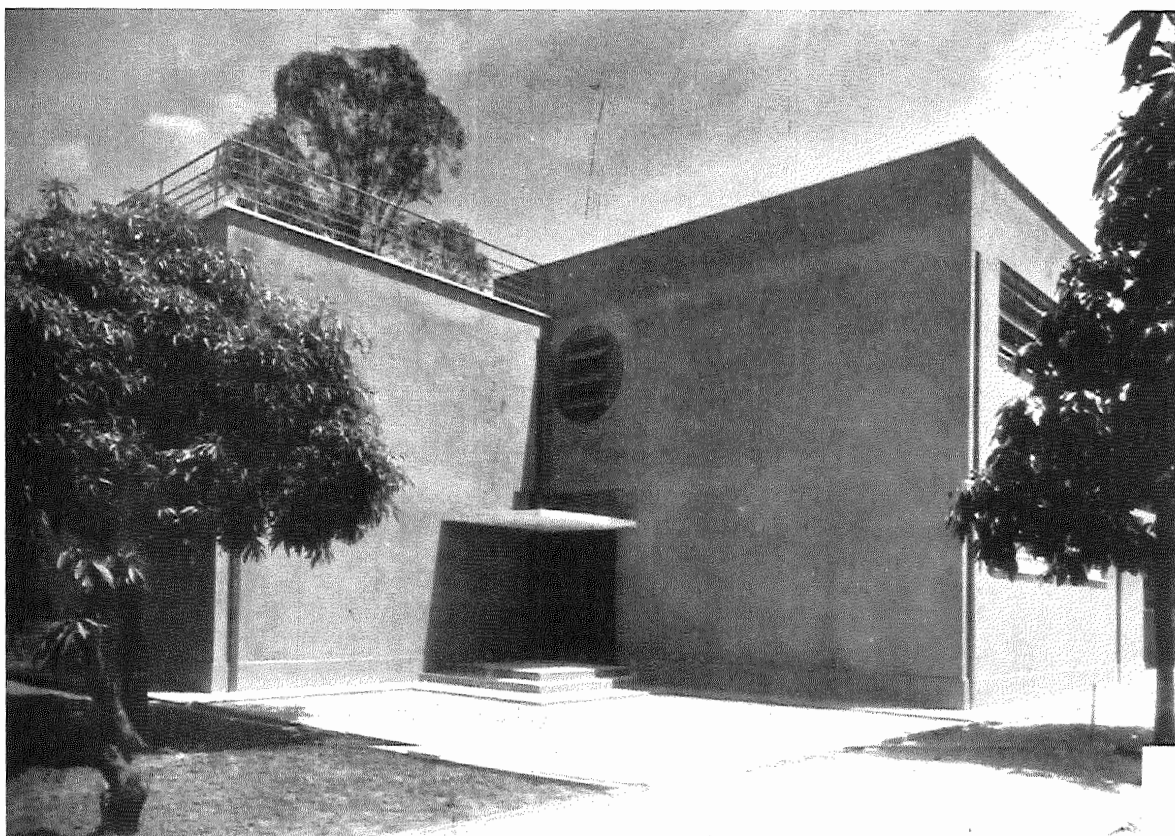
⁵⁴ Depoimento de Fernanda Camargo Moro, filha do arquiteto, à autora e confirmado por um telegrama enviado pela Comissão que organizava o concurso de Brasília. Ver Cap. 3.3. O anteprojeto para o Plano Piloto de Brasília. O livro de Goodwin trás nas últimas páginas o endereço de vários arquitetos, entre eles o de Camargo, constando Av. Nilo Peçanha. Ver GOODWIN. Philip (1943). *Op. Cit.*, p. 197.

desenvolvimento da arquitetura. O arranha-céu difunde-se pela cidade e dá origem ao fenômeno da verticalização dos centros urbanos. Por outro lado, com a extensão das redes de transporte coletivo, assistiu-se à formação de grandes bairros operários nas periferias das cidades⁵⁵.

Sabemos, segundo depoimento de Fernanda Camargo Moro, filha do arquiteto, que Camargo projetou e construiu residências em Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e em São Paulo, mas sem o endereço ou nome dos proprietários foi impossível localizá-las, já que os arquivos de prefeituras estão organizados por endereço e não por arquiteto.

⁵⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, p. 64.

2.1.1. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA: ESCOLAS PÚBLICAS DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO, 1932-5 ⁵⁶



Escola tipo nuclear 12 classes. Vista lateral.
Fonte: Revista Municipal de Engenharia, mai./1935.

⁵⁶ As escolas públicas do Rio de Janeiro apareceram como tema após a qualificação. Como o assunto já havia sido estudado por alguns pesquisadores, tendo sido objeto de Tese de Doutorado, foi possível incluí-lo aqui. No entanto, devemos ressaltar que a ausência de assinatura nas plantas originais dificultou a identificação da autoria dos projetos, sendo oficialmente atribuídas a Enéas Silva. Selecionamos então algumas escolas que apresentam referências formais na obra posterior de Paulo de Camargo. Embora seja difícil identificar a contribuição específica de Camargo nestes projetos, sabemos que esta experiência foi relevante para o seu processo de formação.

De volta ao Brasil, Paulo de Camargo foi convidado a participar como arquiteto colaborador de uma experiência pioneira, a Reforma do Sistema de Instrução Pública da cidade do Rio de Janeiro, liderada pelo pedagogo e educador Anísio Teixeira⁵⁷, na época Secretário de Educação, nomeado pelo Prefeito Pedro Ernesto, que esteve no cargo de setembro de 1931 a março de 1936.

A construção destas escolas é considerada por vários autores como a primeira experiência da arquitetura moderna no Brasil que contou com o apoio do poder público, tendo servido de modelo para outras intervenções.

Estes arquitetos “puderam ensaiar os primeiros passos da arquitetura moderna no Brasil, de caráter oficial, com a vênua e o apoio do poder público”⁵⁸

À diferença das construções escolares empreendidas até então, que consideravam o edifício escolar como objeto único e isolado, foi elaborado um plano que previa a instalação de uma rede de ensino primário na cidade do Rio de Janeiro, baseado no diagnóstico de crescimento e distribuição da população e no fluxo de circulação presentes no Plano de Remodelação para a cidade desenvolvido sob a orientação do urbanista Alfred Agache⁵⁹.

Este planejamento previa a construção mínima de setenta e quatro (74) novas unidades escolares com uma média de vinte e cinco (25) salas de aula, a ampliação de dezesseis (16) escolas, além do aproveitamento de vinte e cinco (25) prédios existentes, num período de quatro (4) anos, entre 1934 a 1938. No entanto, foram construídas vinte e cinco (25) novas escolas e

⁵⁷ Anísio Teixeira foi um dos maiores expoentes da corrente liberal democrática do movimento Escola Nova, que se estruturou no país durante os anos 20 em oposição à escola tradicional-elitista de origem eclesial. Suas idéias são devedoras do pensamento do filósofo norte-americano John Dewey, do qual foi aluno, num curso de Pós-Graduação no Teachers College da Columbia University, NY, EUA, na década de 20. Foi também o introdutor e principal divulgador das idéias do filósofo americano no Brasil, traduzindo para o português alguns de seus livros.

⁵⁸ OLIVEIRA, Beatriz Santos de (1991). *A Modernidade Oficial: a arquitetura das Escolas Públicas do Distrito Federal (1928-1940)*. São Paulo. 360p. *Tese de Doutorado* – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 189.

realizadas duas (2) reformas, em virtude da antecipação do afastamento de Teixeira de suas atividades como Secretário, devido o endurecimento político do governo Vargas⁶⁰.

A equipe, formada em geral por jovens arquitetos, era comandada por Enéas Silva, Chefe da Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares, vinculada diretamente à Secretaria de Educação. Além de Camargo, colaboravam os arquitetos Wladimir Alves de Souza e Raul Penna Firme⁶¹.

Do ponto de vista pedagógico, a grande contribuição desta experiência foi a introdução, no Brasil, do Sistema “Platoon”, que influenciou outras ações nas décadas seguintes, empreendidas tanto por Teixeira, como por adeptos de seus pensamentos. É o caso por exemplo das construções realizadas pela Comissão Executiva do Convênio Escolar, em São Paulo, no final dos anos 40 e começo do 50⁶².

⁵⁹ SISSON, Rachel (1986). *Escolas Públicas do Primeiro Grau. Inventário, tipologia e história. Arquitetura Revista*, no. 4, jul.- dez., p. 78.

⁶⁰ Escolas construídas, segundo o “tipo”: **Mínima de Três Classes** – Estácio de Sá e Humberto de Campos; **Nuclear Doze Classes** – Cócio Barcelos, Chile- Olaria, Ceará- Inhaúma, Honduras- Jacarepaguá, Nicarágua- Realengo, Pernambuco- Maria da Graça, Paraguai- Marechal Hermes, Paraná- Cascadura, Pará- Sapé; Santa Catarina- Santa Teresa e Venezuela- Campo Grande; **Nuclear Oito Classes** – Portugal (reforma); **Platoon Doze Classes** – Bahia- Bonsucesso, México- Botafogo, Mato Grosso, Pedro Ernesto- Gávea e Paraíba- Anchieta; **Platoon Dezesseis Classes** – São Paulo- Brás de Pina; **Platoon Vinte e cinco Classes** – Argentina- Vila Isabel, Getúlio Vargas- Bangu e Rio Grande do Sul- Engenho de Dentro; **Escola Parque** – Aquino Correa. *Escolas. Reformadas: Machado de Assis- Santa Teresa e Conde de Agrolongo.*

⁶¹ SISSON, Rachel (1986). *Op. Cit.*, p. 78-9.

⁶² A respeito da experiência do Convênio Escolar ver MARTINS, Carlos A. F. (1998). *CONSTRUIR A ESCOLA, CONSTRUIR A CIDADE, CONTRUIR O CIDADÃO: a Ação do Convênio Escolar e a São Paulo dos anos 50. (CD ROM) V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidades em confronto.* Campinas, PUCAMP. / Trabalhos completos / Ref. 244.

Anísio “(...) implanta um grande programa de construção escolar no qual despontam, entre as inovações, uma que iria se desenvolvendo gradativamente com o tempo, até consagrá-lo, mais tarde, com a criação da Escola- Parque de Salvador, no início da década de 50. Porque na verdade, a concepção da Escola- Parque da Bahia, e por extensão, de todo Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, seria consequência do modelo de escola platoon, trazido por ele de Detroit para ser implantado no Rio de Janeiro”⁶³.

O Sistema “Platoon” era uma tentativa de solucionar os desafios impostos pelas transformações da vida moderna à nova escola, adotando uma forma moderna e mais flexível de organização. Buscava a racionalização do uso das salas de aula, através do seu duplo e simultâneo aproveitamento, e a diversificação do conteúdo didático, pela divisão do curriculum em disciplinas fundamentais e especiais. Assim, a escola funcionava com duas turmas de alunos, divididas em duas sessões de três horas, que se alternavam entre as disciplinas correntes, ditas fundamentais, e as especiais, introdução de atividades esportivas, manuais, entre outras, totalizando um dia escolar de seis horas.

Anísio Teixeira idealizava um sistema educacional democrático, capaz de atender a toda a população, no entanto, não bastava quantidade, era preciso também assegurar sua boa qualidade, repensá-lo no intuito de formar adequadamente um novo homem, preparado para atuar num mundo em constante transformação. Para ele a simples alfabetização era insuficiente, era necessário aprender, e aprender envolvia a experiência de viver, então era preciso aprender a pensar.

“Podemos perceber a nova finalidade da escola, quando refletimos que ela deve hoje preparar cada homem para ser um indivíduo que pense e se dirija por si, em uma ordem social, intelectual e industrial

⁶³ ROCHA, João Augusto de Lima (1992). As inovações de Anísio Teixeira na Arquitetura e na Construção Escolar: os casos da Bahia e do Rio de Janeiro. In: ROCHA, João Augusto de Lima et alli. *Anísio em Movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura do Brasil*. Salvador, Fundação A. Teixeira. P. 97.

*eminentemente complexa e mutável. Antes a escola suplementava, com algumas informações dogmáticas, uma educação que o lar e a comunidade ministravam ao indivíduo, em uma ordem, por assim dizer, estática. Toda educação consistia em ensinar a seguir e a obedecer*⁶⁴.

Neste sentido, Teixeira entendia a nova escola como espaço da “formação integral do indivíduo”. Compartilhava a idéia propagada pelo filósofo americano John Dewey, para quem

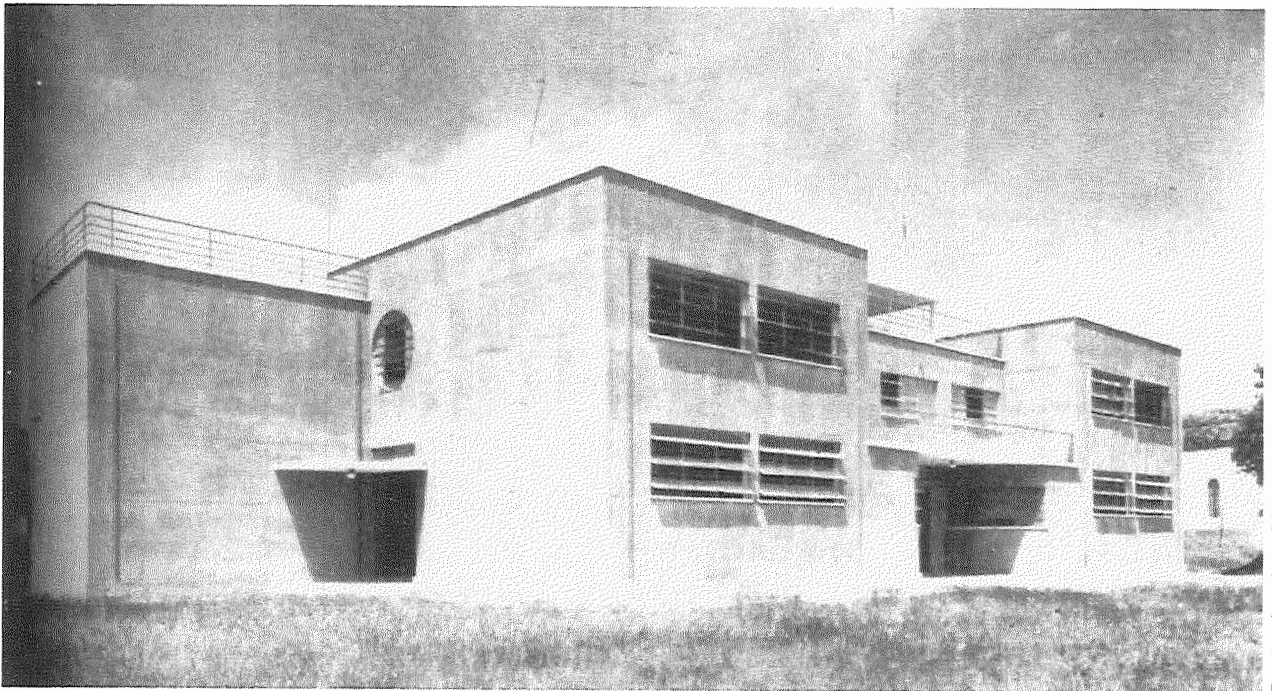
*“educação é vida, não uma imitação da vida, não simplesmente uma preparação para a vida, mas a própria vida”*⁶⁵.

Como espaço de formação do ser integral, entendia que era preciso investir na construção de escolas modernas, dotadas de salas de aula mais aprazíveis, laboratórios, biblioteca, museu, teatro, oficinas, auditório, locais para a prática de esportes e adequados à recreação, além disto, deveriam possuir serviços de alimentação e saúde.

Estes jovens arquitetos tinham dois grandes desafios: pensar o espaço físico destas novas escolas, respondendo às exigências da concepção pedagógica proposta por Anísio Teixeira, através do agenciamento espacial do edifício, assim como resolver sua reprodutibilidade, projetar uma rede de equipamentos escolares, definindo portanto elementos construtivos e materiais comuns, no sentido de racionalizar a construção, tornando-a mais econômica, além de dar unidade ao conjunto. Ao mesmo tempo, era preciso solucionar caso a caso as especificidades topográficas do terreno e sua implantação, conforme a orientação.

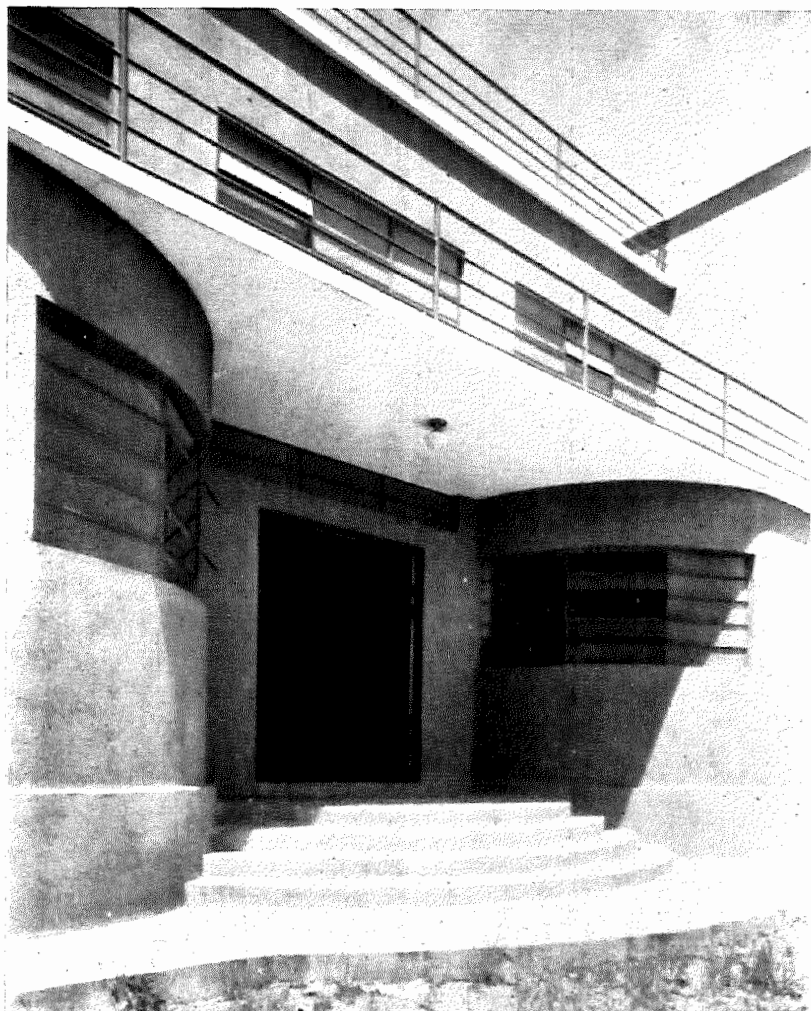
⁶⁴ TEIXEIRA, Anísio (1967). Pequena Introdução à Filosofia da educação. A Escola Progressiva ou a Transformação da Escola. São Paulo, Ed. Nacional. 5ª. Edição. P. 36.

⁶⁵ ROCHA, João Augusto de Lima (1992). *Op. Cit.*, p 95.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, mai./1935.

Escola tipo nuclear 12 classes. Acima, vistas frontal e lateral e abaixo, detalhe da entrada principal.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, mai./1935.

Estavam diante de um problema tipicamente moderno, projetar um objeto “tipo”. Realizaram vários estudos, afim de definir dimensões adequadas às salas de aula, elegendo-a como célula básica, a partir da qual estruturou-se o projeto, o tipo de mobiliário próprio às proporções infantis, sua correta disposição em relação às aberturas, proporcionando iluminação e ventilação apropriadas, o emprego conveniente de materiais de revestimento e cores.

“o que neste estudo fica patente é que nossos números foram encontrados através de uma mediação, cujo princípio era o bom senso prático, entre os argumentos científicos estrangeiros e os ‘argumentos técnicos filhos do desejo de economizar’ ”⁶⁶.

Ao analisar os edifícios projetados, percebemos que esses jovens arquitetos fizeram um esforço de atualização em relação ao que havia de mais avançado em termo de construções escolares na Europa e nos Estados Unidos, tentaram ainda filtrar estas informações adaptando-as às condições particulares do Rio de Janeiro. No entanto, é evidente a ingenuidade de algumas soluções adotadas, a rigidez formal, os problemas técnico-construtivos, como no caso da impermeabilização dos terraços-jardins, posteriormente cobertos com telhados tradicionais.

A este respeito Wladimir Alves de Souza revela os problemas enfrentados naqueles tempos pioneiros:

“O terraço foi influência de Le Corbusier mas chegou-se à conclusão que não era prático para o clima do Rio. A impermeabilização que se fazia no tempo, eram camadas de feltro e asfalto que subiam em rodapé pela parede. O fato é que nunca funcionou, e colocou-se o telhado convencional por essa razão ... Começava a pingar água”⁶⁷.

Vejamos algumas das soluções que caracterizam as escolas construídas por Enéias Silva e seu grupo de arquitetos, como as aberturas, o uso de terraços-jardins, a presença de pequenas marquises, a circulação horizontal e

⁶⁶ OLIVEIRA, Beatriz Santos de (1991). *Op. Cit.*, p 227.

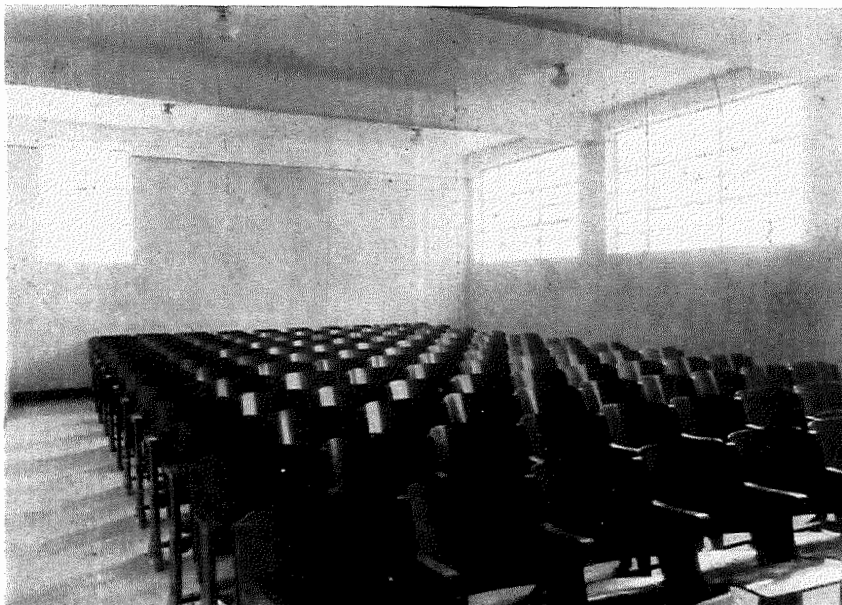
⁶⁷ OLIVEIRA, Beatriz Santos de (1991). *Op. Cit.*, p 240.

vertical e aspectos formais como a recorrência de simetria bilateral, revelando ainda a influência da formação acadêmica por que passaram.

Quanto às aberturas, convencionou-se uma área que correspondia a 1/5 da superfície do piso, diferente das recomendações européias, justificada pelo clima quente e pela maior luminosidade do Rio de Janeiro. A altura dos peitoris em 1,70 metros acarretava a perda do contado visual com a paisagem externa, cara aos princípios pedagógicos que adotavam. Alegavam que eram mais convenientes por proporcionarem maior luminosidade, melhor distribuição da luz e que a paisagem em questão não oferecia uma experiência positiva, distraia os alunos, revelando assim a dificuldade de assimilação de alguns aspectos da nova concepção. Outro problema, era a ausência de iluminação bilateral nas salas de aula, resolvido com criatividade em outras experiências.⁶⁸

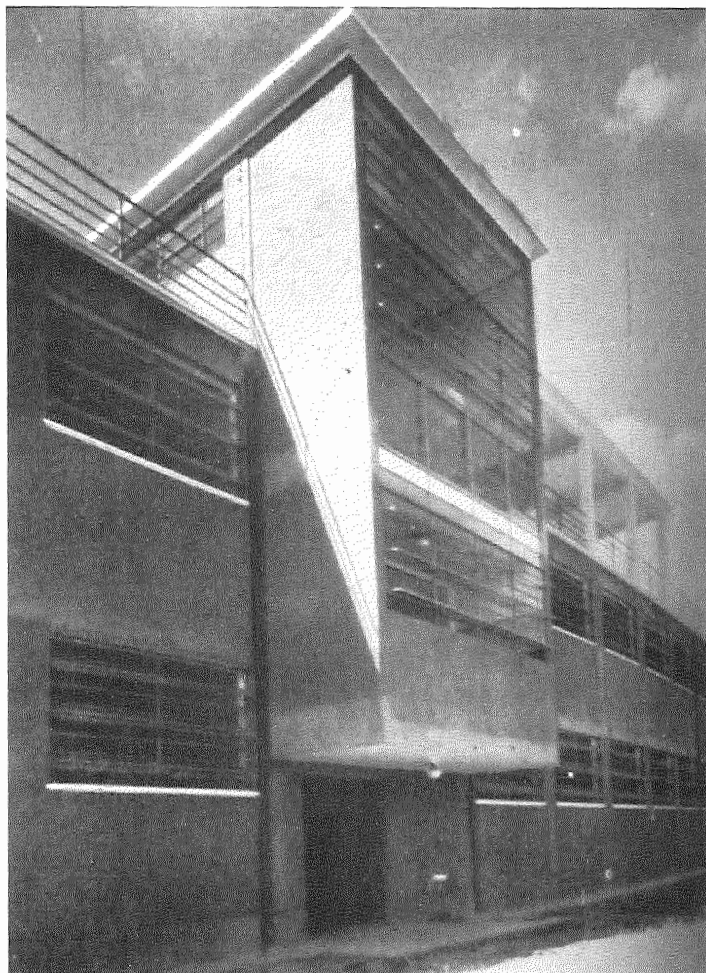
A circulação horizontal e vertical constituíam, em geral, elementos estruturadores dos projetos. Os ambientes funcionais de uso comum, como recepção, administração, serviços médicos, alimentação, entre outros, eram distribuídos de maneira hierárquica através de um corredor linear, que demarcava o acesso, reforçado nas fachadas por pequenas marquises, controlando e distribuindo o fluxo de alunos. A este núcleo se conectava um eixo vertical de circulação, claramente demarcado externamente, dando às salas de aula maior intimidade, que também eram por sua vez dispostas ao longo de corredores horizontais.

⁶⁸ OLIVEIRA, Beatriz Santos de (1991). *Op. Cit.*, p 227-232.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, mai./1935.

Vista interna de uma sala de aula onde se destaca a iluminação lateral.



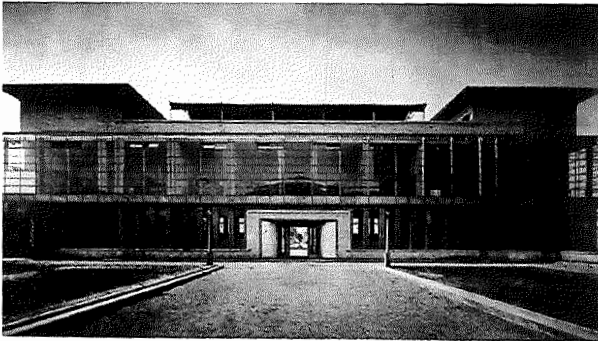
Fonte: Revista Municipal de Engenharia, mai./1935.

Escola tipo Platoon 16 classes. A foto destaca a caixa de escada em balanço, revestida por um pano de vidro vertical que marca o acesso principal.

Este tipo de distribuição é associada a uma lógica projetual tipicamente moderna, marcada pela divisão de blocos funcionais articulados pela circulação, a partir do que se projeta o edifício de dentro para fora. Esse mecanismo acaba por revelar, ao contrário do desejado, ou seja, dinamismo e assimetria da fachada, que enfatizam a tridimensionalidade da arquitetura, como nas obras de Mellet-Stevens para o “Pavilhão do Turismo”, na exposição em Paris de 1925, J. Hoffman no projeto do Sanatório Purkersdorf, em Viena de 1904-8, Walter Gropius e A. Meyer na Fábrica Fagus e na Exposição da Werkbund, ambas de 1914, construções ainda muito simétricas, marcadas por uma frontalidade excessiva.



Walter Gropius, Adolf Meyer e E. Werner.
Fábrica Fagus em Alfeld, Leine, 1910-4.
Fonte: *Arquitectura del Siglo XX*, Tashen, 1997, p.100.



Walter Gropius.
Fábrica Modelo na Exposição da
Werkbund em Colônia, 1914.
Fonte: Arquitectura del Siglo XX, Tashen, 1997,
p.102.

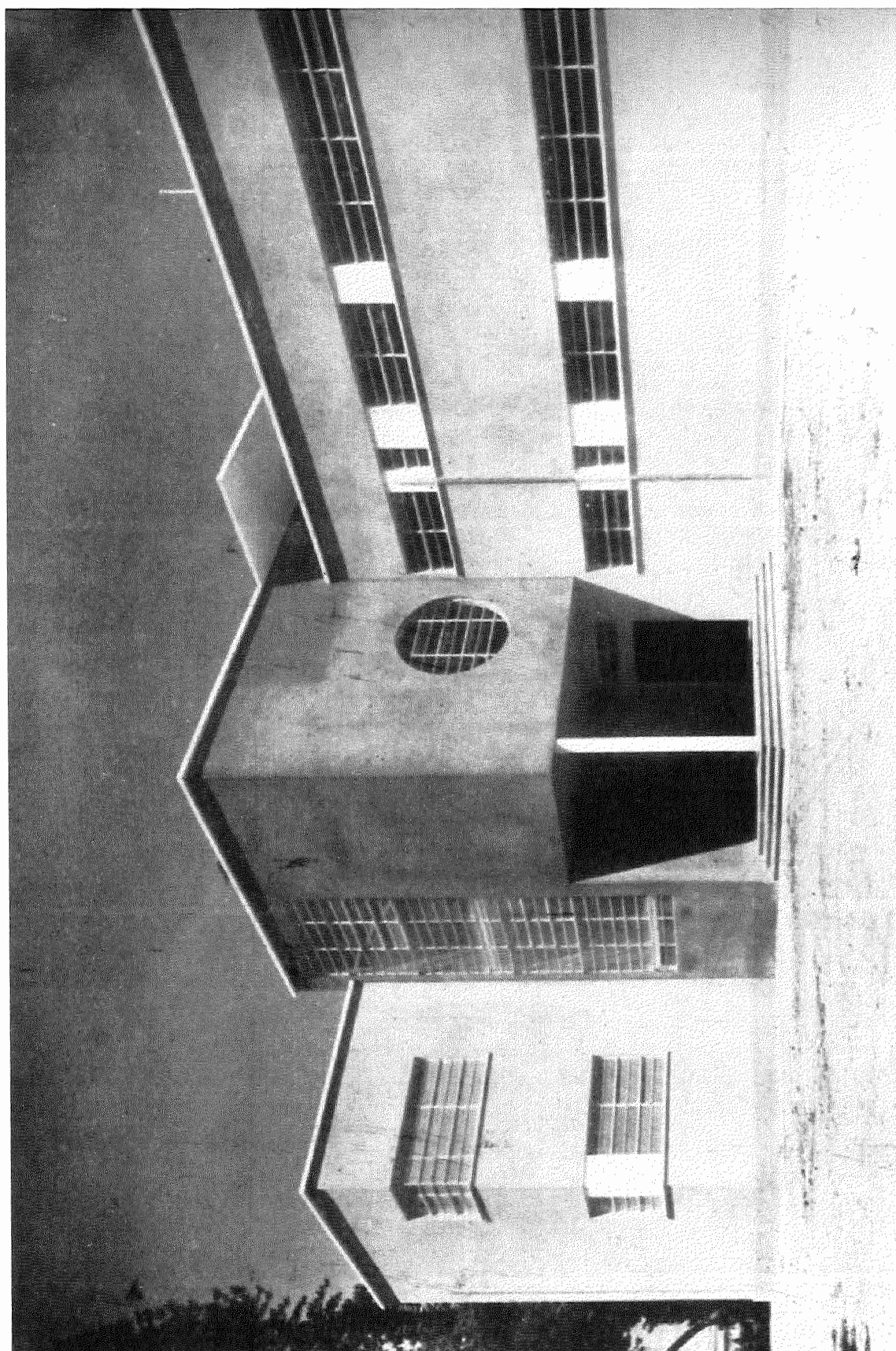
Esta experiência, que selou no Brasil a união entre arquitetura moderna e concepções pedagógicas arrojadas, foi, como no Convênio Escolar em São Paulo, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro na Bahia, entre tantas experiências empreendidas pelo poder público e privado no caso de construção de escolas, uma referência para outros arquitetos que se debruçaram sobre o tema, mostrando que não se tratava de um modismo circunstancial. Era sim apenas o começo de uma longa jornada.

A arquitetura moderna brasileira, que retomou continuamente o tema da arquitetura escolar, superou essas dificuldades iniciais chegando à construção de algumas obras luminares, como as escolas de Diamantina, projetadas em 1951 por Oscar Niemeyer, a que está no interior do Conjunto de Pedregulho, projeto de

na década de 60 por Vilanova Artigas. São apenas alguns exemplos de uma produção muito maior e vigorosa, da qual analisamos os primeiros ensaios.

Também para a análise da obra posterior de Paulo de Camargo e Almeida esta experiência é extremamente reveladora. Por um lado, pelo encontro com Anísio Teixeira, que deixou marcas profundas na concepção de Arquitetura do arquiteto, explicitada na maturidade de sua produção. O papel do ensino na formação de um outro tipo de cidadão e de profissional, capazes de responderem às exigências de seu tempo, é decisiva para a aproximação dos princípios defendidos por Gropius. Por outro lado, por seu caráter experimental e pelos desafios enfrentados. O princípio da construção em larga escala, que associa design, racionalização da construção, projeto e canteiro, e industrialização de componentes, permitindo baratear os preços e dar maior rapidez ao processo produtivo, está presente nas escolas municipais de primeiro grau do Rio de Janeiro, lembrando que a meta inicial era construir setenta e quatro escolas em quatro anos.

Portanto, esta experiência foi fundamental para o desenvolvimento do projeto para a Casa São Luiz para a Velhice, onde Camargo explorou de forma privilegiada a problemática da produção e do desenvolvimento de elementos pré-fabricados, tema que perseguiu por toda a vida.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, mai./1935.

Escola tipo Platoon 12 classes. A entrada principal é marcada pelo volume destacado da caixa de escada, enfatizada pelo caixilho vertical, pelo piloti e pelos degraus que remetem à Fábrica Fagus. Pode-se perceber ainda a intenção de dar dinamismo volumétrico à obra, através de blocos perpendiculares.

2.1.2. CASA SÃO LUIZ PARA A VELHICE, 1935



Casa São Luiz para a Velhice, 1937. Laje do Pavilhão Lebrão em construção. À direita Paulo de Camargo e Almeida.

Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

A Casa São Luiz para a Velhice foi a primeira obra de Paulo de Camargo a utilizar o conceito de racionalização da construção⁶⁹, e encontra-se entre as primeiras, senão a primeira obra moderna brasileira, a ser concebida totalmente segundo esta lógica. Seu sentido experimental, assim como seu caráter precursor são inegáveis. Nela foram desenvolvidas e utilizadas novas soluções construtivas, algumas delas inéditas no país até aquele momento.

Antes, no entanto, de entrarmos na análise da Casa São Luiz, pretendemos contextualizar a problemática da racionalização, economia e industrialização das construções, retornando à leitura de textos de época, publicados em revistas e jornais pelos arquitetos que protagonizaram este momento inicial da arquitetura moderna no Brasil. Esperamos assim poder compreender com maior clareza o alcance das idéias de Paulo de Camargo e Almeida no cenário nacional.

2.1.2.1. A racionalização / industrialização das construções em contexto

Como é sabido, a economia nos processos produtivos é um tema central para os arquitetos modernos da “primeira geração”. Esta questão, que envolve pré-fabricação, racionalização, economia, industrialização na e da construção civil, standard, objeto-tipo, design, não constituem peculiaridades da arquitetura brasileira. Estiveram presentes na arquitetura moderna, desde as primeiras formulações elaboradas pelas vanguardas históricas, e foram assumidas como questões estruturantes do movimento de renovação arquitetônica, que elegeu a produção do edifício, em todos os seus aspectos, como elemento da Arquitetura, deslocando-a do campo da Engenharia.

⁶⁹ Os significados de expressões como racionalização, economia e industrialização das construções, pré-fabricação, standard, objeto tipo, são diferentes entre si. Como o uso destas palavras é indiscriminado, sendo por vezes as mesmas utilizadas como sinônimos, será necessário explicitá-las mais à frente. Por ora, entenda-se por “racionalização das construções” a definição de todos os elementos estruturais, devidamente detalhados no projeto, a escolha prévia dos elementos construtivos, peças pré-fabricadas industrializadas ou feitas “in loco”, que ao proporcionarem a redução de cargas na estrutura em concreto armado, criaram elementos estruturais mais delgados. Neste caso, a construção passa a ser também objeto do projeto, estando a ele subordinada.

“De mais a mais já não há quem ignore que arquitetura não é uma questão de fachada ...”⁷⁰.

Entre os principais arquitetos modernos que atuavam e construíam no Brasil até 1935, momento em que o projeto para a Casa São Luiz foi elaborado, estão Gregori Warchavchik, Flávio de Carvalho, Rino Levi, Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Luís Nunes, Marcelo Roberto e Atílio Correa Lima.

A racionalização da construção, como na Europa, era questão comum a todos, recebendo, no entanto, diferentes abordagens e soluções. Podemos agrupar os arquitetos de acordo com as principais alternativas colocadas naqueles primeiros anos da arquitetura moderna em terras brasileiras.

Paulo de Camargo, como alguns de seus contemporâneos, entre os quais, Luiz Nunes, Atílio Correa Lima, Warchavchik, apresenta interesse específico pela questão construtiva numa perspectiva de desenvolvimento de processos industrializados. Entende que os processos de racionalização e economia devem ser solucionados através da maciça industrialização das construções. Porém, Nunes, ao contrário dos outros, aposta numa industrialização “financiada” pelo governo e não pelo “mercado”. É verdade que esta formulação de Nunes leva em consideração, como ele próprio justifica, as condições particulares de Recife e do Norte / Nordeste do país.



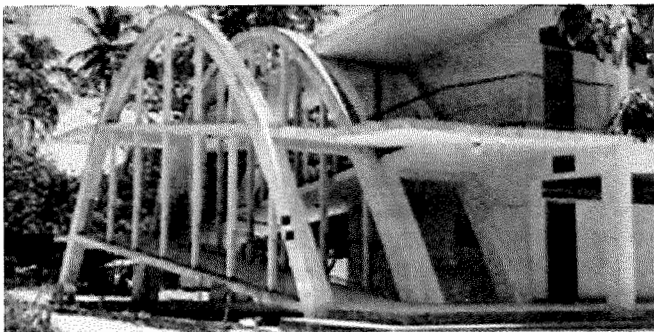
Luis Nunes, Hospital da Brigada Militar, 1935.

Segundo Nunes, num ambiente pobre, a possibilidade do Governo construir bem e por preço baixo, melhorando as condições locais, através da introdução de novos processos, que propiciassem a educação e aperfeiçoamento da mão-de-obra, possibilitando maior sistematização do

⁷⁰ NUNES, Luiz (1936). “Uma Directoria de Architectura”. *Revista Municipal de Engenharia*, vol. III, no. 1, Rio de Janeiro, jan. p. 11.

trabalho e uniformização de elementos, não poderia depender da iniciativa privada.⁷¹

“seria uma conquista de ordem técnica e social tão expressiva que justificaria todos os sacrifícios embora, contrariando as paixões mesquinhas, as competições vaidosas e os interesses inconfessáveis, que tudo neutralizam e dissolvem”⁷².



Luis Nunes, Escola Rural Alberto Torres, 1935.

Nunes atribui o baixo estágio de desenvolvimento da indústria da construção no Norte do país, mais do que à falta de recursos, ao desinteresse dos profissionais ligados à área. Assim, considera que caberia ao

Estado empreender a substituição dos processos construtivos tradicionais, a seu ver “deficientes”, e orientar as inovações “mal assimiladas e compreendidas”. Propõe um processo que, utilizando as oficinas governamentais existentes, como as das escolas técnico- construtivas e as da Casa de Detenção, criasse as condições adequadas para a implantação de uma industrialização das construções eficiente e rentável aos cofres públicos. Aponta ainda que esta ação do governo implicaria também em ganhos sociais e educacionais, que teria como consequência a elevação do salário dos operários e a melhoria do ensino técnico- profissional.⁷³

“o aproveitamento racional das oficinas do Estado, (...), já bem instaladas, trabalhando com materiais de custo assim favorável, poderia fornecer tudo o que se precisasse, fazendo render aquelas oficinas até então onerosas e criando simultaneamente nestes lugares de trabalho e ensinamento campo vasto para uma industrialização organizada que cooperaria diretamente na elevação do salário operário, e melhor

⁷¹ NUNES, Luiz (1936). *Op. Cit.*, p. 13.

⁷² NUNES, Luiz (1936). *Op. Cit.*, p. 11.

⁷³ NUNES, Luiz (1936). *Op. Cit.*, pp. 11-3.

preparação dos que freqüentam escolas-oficinas (...), cuja aprendizagem, por mais esforçada que seja, os colocará sempre à margem da realidade”⁷⁴.



Luis Nunes, Caixa d'água de Olinda, 1935.

Rino Levi considera a industrialização, na perspectiva da pré-fabricação, como um elemento do projeto. Para ele o desenvolvimento do processo de industrialização da construção é mais responsabilidade do setor construtivo do que propriamente dos arquitetos. Levi será um dos pioneiros a defender que o arquiteto deveria centrar-se no projeto, ficando a construção a cargo de engenheiros e construtores. Seu escritório foi um dos primeiros escritórios de projetos de arquitetura do país.

⁷⁴ NUNES, Luiz (1936). *Op. Cit.*, p. 12.

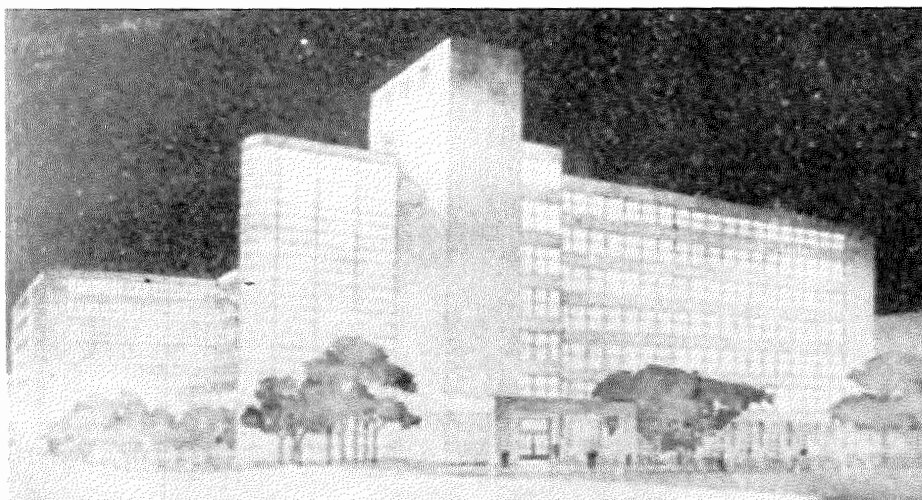
Já Affonso E. Reidy aparentemente é o menos preocupado com a questão da industrialização. A racionalização e a economia estão presentes no seu discurso, porém, assumem uma perspectiva muito mais social do que tecnológica. Se analisarmos sua condição de funcionário da Prefeitura do Rio de Janeiro, notaremos sua inserção numa equipe multidisciplinar bastante regular. A industrialização é uma preocupação muito mais presente no discurso de Carmen Portinho, engenheira na mesma Prefeitura.



Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro, Albergue da Boa Vontade, 1933.

Quanto à industrialização das construções, quando perguntado pelos entrevistadores Ferreira Gular e Alfredo Brito, do *Inquérito Nacional de Arquitetura*, realizado em 1961 e publicado no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, diz:

“em nosso país, somente agora pode-se começar a pensar na produção industrial em grande escala, de elementos pré-fabricados para a montagem de unidades arquitetônicas. Até então têm sido feitos alguns ensaios, não muito bem sucedidos sob o ponto de vista econômico, devido ao fato de não poderem competir com os sistemas tradicionais de construção. É provável, entretanto, que com o desenvolvimento que vem tendo a indústria entre nós, nesses últimos anos, possa ela interessar-se pela produção em massa de elementos pré-fabricados. Será um novo campo de ação aberto aos arquitetos, que desenharão esses elementos e demonstrarão como poderão eles ser reunidos artisticamente, formando belos edifícios. A ação dos arquitetos, porém, deverá ir além, deverá abranger todo o domínio do equipamento material da vida moderna, incluindo desde de utensílios domésticos ao urbanismo”.⁷⁵



Affonso Eduardo Reidy, Anteprojeto para o Ministério de Educação e Saúde Pública, 1936.

No entanto, é Lúcio Costa quem formula a proposta mais diferenciada para o problema da racionalização e economia das construções e também aquela que se tornará hegemônica para a historiografia. Costa associa a este binômio um terceiro, a tradição. Apresenta assim um enfoque bastante distinto dos outros. A arquitetura deve se apropriar das novas tecnologias, assim como

⁷⁵ REIDY (1985): 14. A entrevista com Reidy foi publicada no catálogo da exposição realizada sobre sua obra em 1985 no Rio de Janeiro.

dos conhecimentos acumulados no passado e da experiência dos mestres de obra. A arquitetura colonial brasileira precisou resolver os problemas práticos de falta de materiais de construção, distância da metrópole, entre outros, atendendo assim os preceitos de economia e racionalização, colocados obviamente sob ótica distinta da do movimento moderno.

Para Camargo era a arquitetura que deveria atender às necessidades já colocadas pela sociedade e não projetar soluções para uma sociedade a ser transformada no futuro, o que parece indicar uma análise social diferenciada.

A industrialização das construções⁷⁶, termo preferido de Paulo de Camargo, ou, para ser mais preciso, a preocupação com a produção arquitetônica, em particular a habitacional, em larga escala, atendendo às necessidades impostas por uma sociedade em processo de urbanização acelerado e crescente, no período das décadas de 30 a 60, não é questão menor no panorama da arquitetura moderna brasileira, tendo estado no centro das preocupações de uma das vertentes importantes da produção arquitetônica moderna deste país, em São Paulo particularmente, mas não apenas. O papel de Paulo de Camargo, particularmente quanto à questão da produção habitacional, parece importante para o estabelecimento do conjunto de interlocuções que constituem o solo para a emergência de uma arquitetura moderna com características próprias.

⁷⁶ A industrialização das construções foi definida por Paulo de Camargo e Almeida como a união e combinação de vários elementos e componentes pré-fabricados segundo uma lógica coerente que é determinada pelo sistema construtivo. Sobre este tema ver ALMEIDA, Paulo de CAMARGO e (1972). *Industrialização das Construções*. USP, EESC, 1971. 432p. Relatório à FAPESP.



2.1.2.2. Casa São Luiz para a Velhice: projeto e construção

A Casa São Luiz para a Velhice, situada na Rua General Gurjão, número 533, no Caju, foi fundada, em 4 de setembro de 1890, pelo Visconde Luiz Augusto Ferreira D’Almeida e ainda hoje pertence à família Almeida. A intenção inicial de seu fundador era a de fornecer abrigo aos operários idosos, desamparados ou inválidos, da fábrica São Lázaro, da qual o Visconde era o maior acionista. Em meio a muitas dificuldades o Asilo foi crescendo com o auxílio de amigos e em 1903, ano da morte do Visconde, o local possuía mais de 300 idosos. Com a morte do primeiro Presidente, tomou posse da direção seu sobrinho, pai de Paulo de Camargo e Almeida, Dr. Carlos Ferreira de Almeida, engenheiro civil, que ocupou o cargo até 1951.⁷⁷

“À sombra das suas telhas e do seu parque têm abrigo, atualmente, 96 anciãos, alguns deles centenários, e 207 velhinhas, que ali vivem cercados de conforto civilizado e de bondade cristã”⁷⁸.

Em setembro de 1936, Paulo de Camargo e Wladimir Alves de Souza foram contratados para elaborar um projeto completo de ampliação e remodelação da Casa São Luiz. Esta associação entretanto teve curta duração. Segundo correspondência encontrada nos arquivos da Casa, a sociedade foi revogada entre os dias 23 e 28 de dezembro daquele mesmo ano. Ao que tudo indica, Souza estava prestando um concurso para professor catedrático na ENBA⁷⁹, o tornava inviável sua participação na elaboração do projeto.

“Devido a impossibilidade do meu colega Dr. Wladimir Alves de Souza, colaborar eficientemente comigo no projeto e fiscalização das obras do Asilo São Luiz, fomos levados a desfazer a sociedade que tínhamos exclusivamente para esta obra. Como, porém, a Associação São Luiz assinou contrato para a confecção do projeto comigo e com o Dr.

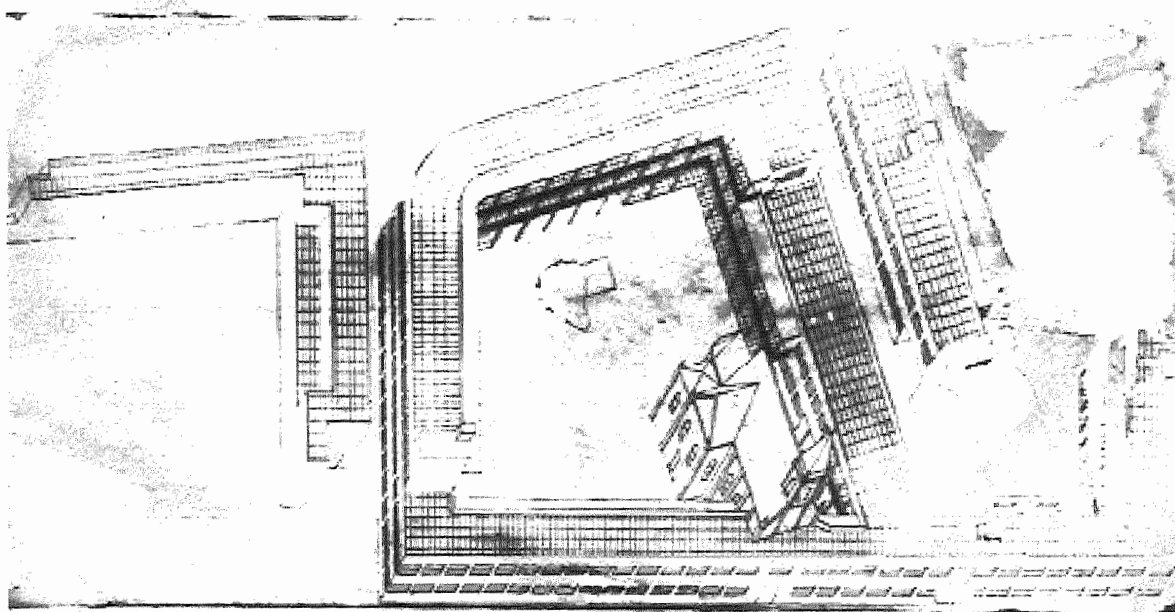
⁷⁷ CASA SÃO LUIZ PARA A VELHICE, Histórico da Casa São Luiz para a Velhice. Rio de Janeiro, 1995, mimeo.

⁷⁸ CAMPOS, Humberto de (1933). Na Casa de S. Luiz. In: Os Párias. Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 73-91. 3ª Edição.

⁷⁹ Conforme explicitado em carta de 24 de dezembro de 1936 assinada por Wladimir Alves de Souza. Fonte: Arquivos da Casa São Luiz para a Velhice.

Wladimir Alves de Souza, venho pela presente comunicar a VV.SS. desta rescisão amigável e saber se é desejo desta Associação, que os trabalhos contratados continuem sob a minha inteira e exclusiva direção”⁸⁰.

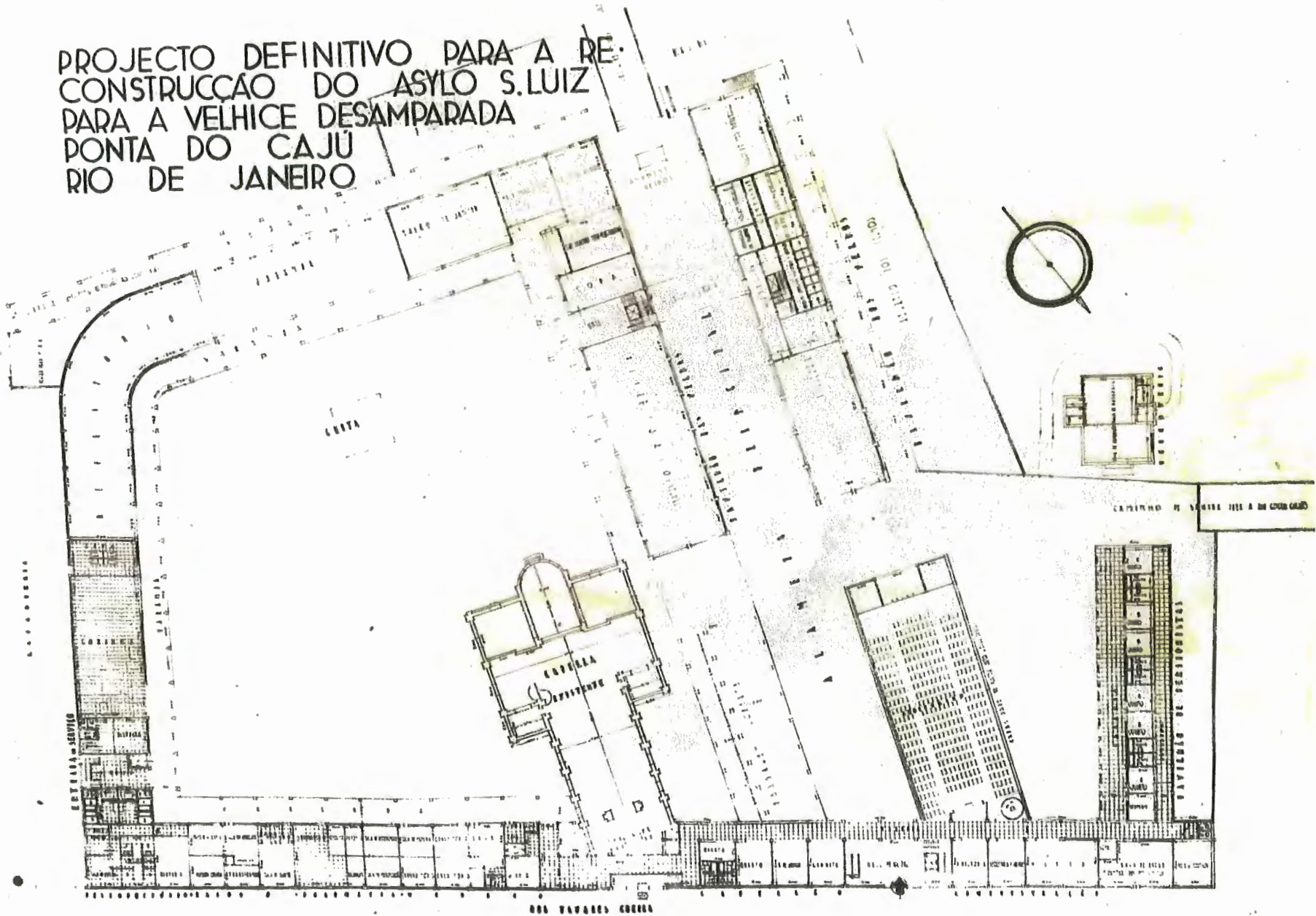
Assim, Paulo de Camargo deu início à elaboração de um projeto de reformulação completa do conjunto arquitetônico do Asilo São Luiz, permanecendo à sua frente até dezembro de 1937. O projeto previa uma grande ampliação das instalações disponíveis e a reforma dos edifícios existentes. As obras ali realizadas não se destacam apenas pelas formas da arquitetura moderna, mas sobretudo pelo sistema construtivo proposto e pelas arrojadas soluções técnico-construtivas.



Axonométrica do projeto proposto por Paulo de Camargo e Almeida em 1935 para a Casa São Luiz.

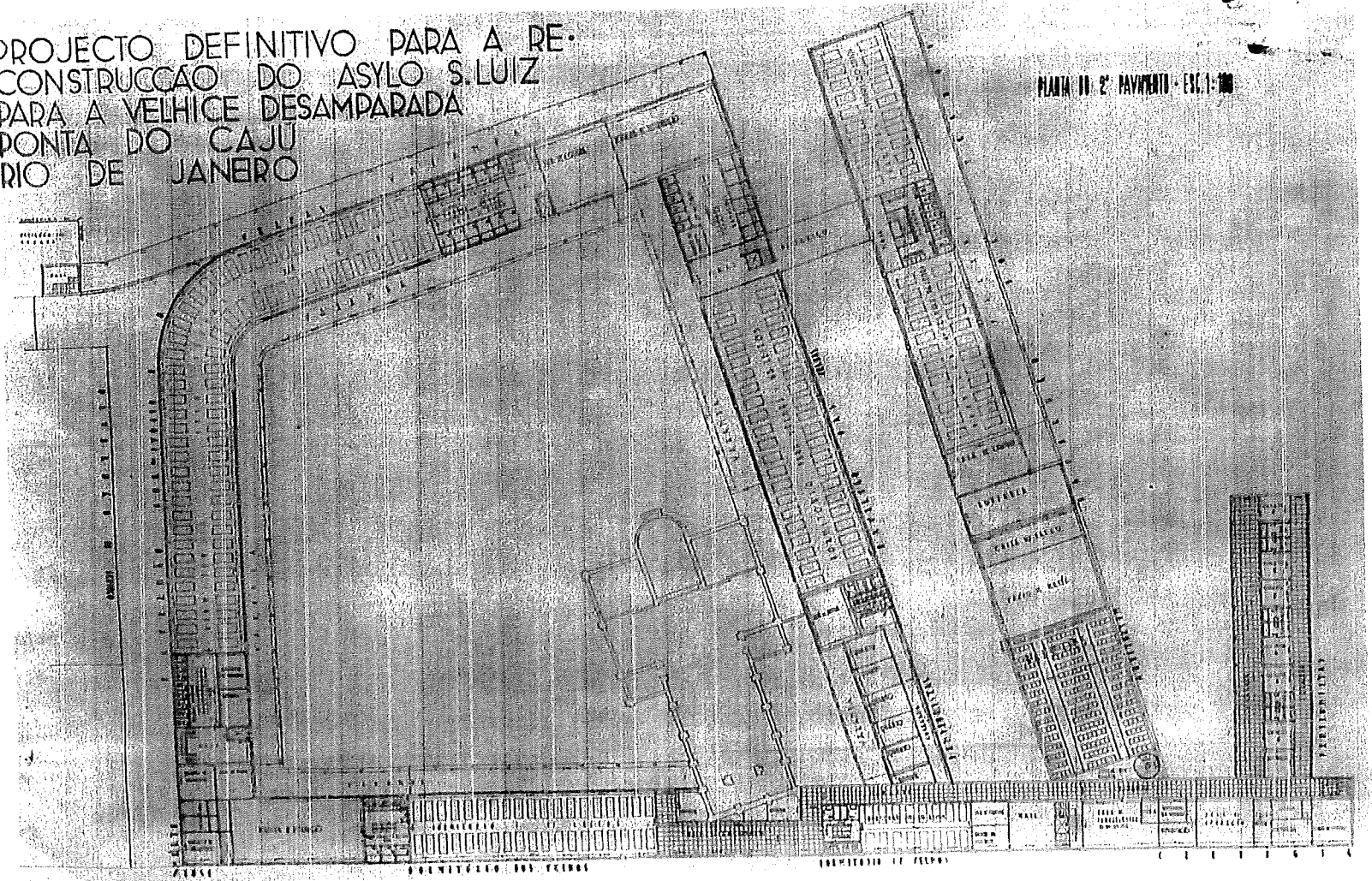
⁸⁰ Carta de Paulo de Camargo e Almeida aos diretores do Asilo São Luiz com data de 28 de dezembro de 1936. Fonte: Arquivos da Casa São Luiz para a Velhice.

PROJECTO DEFINITIVO PARA A RE-
CONSTRUCCAO DO ASYLO S. LUIZ
PARA A VELHICE DESAMPARADA
PONTA DO CAJU
RIO DE JANEIRO



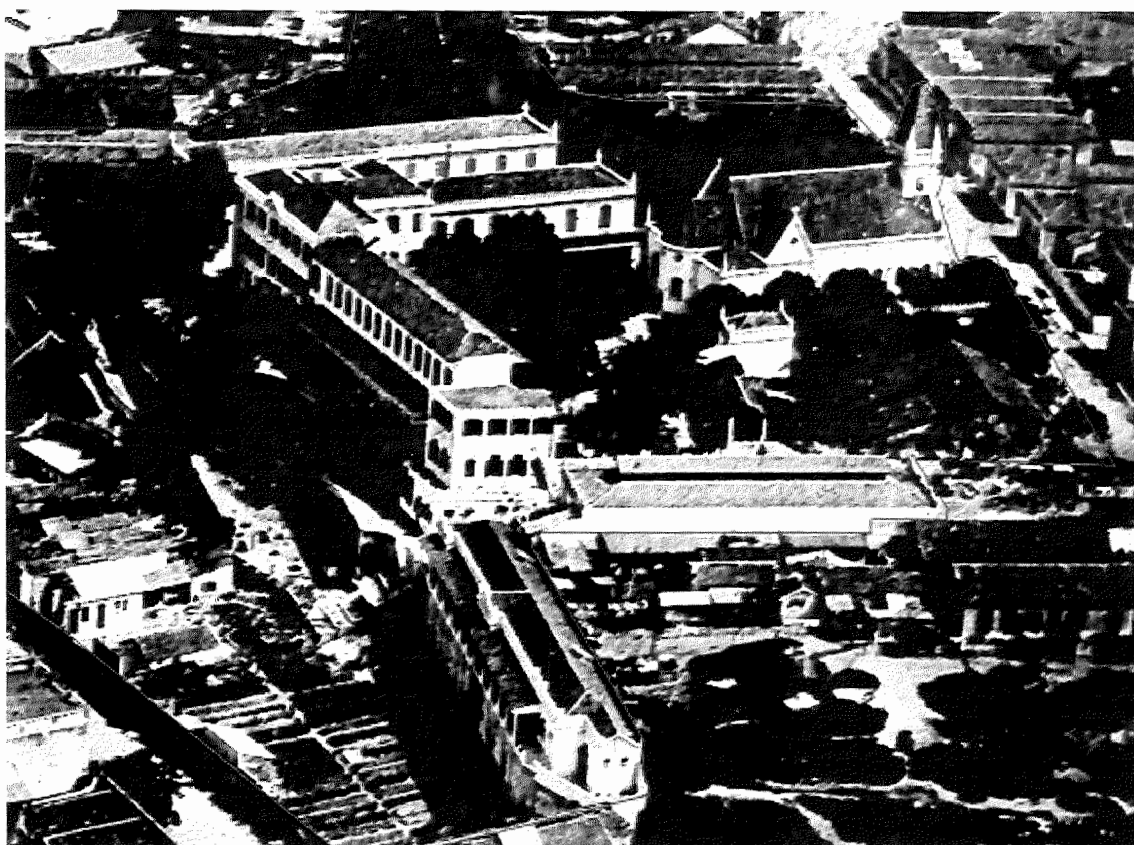
PROJECTO DEFINITIVO PARA A RE-
CONSTRUCCAO DO ASYLO S. LUIZ
PARA A VELHICE DESAMPARADA
PONTA DO CAJU
RIO DE JANEIRO

PLANTA DO 2º PAVIMENTO - ESC. 1:100



O arquiteto repensou a distribuição geral do conjunto arquitetônico e alterou completamente a sua relação com o entorno e com a comunidade local, privilegiando e atendendo às necessidades de seus usuários.

A fotografia panorâmica anterior às alterações, procedentes do projeto elaborado por Paulo de Camargo para o Asilo, em 1935, revela a magnitude das concepções nele presentes. O projeto de reformulação dos edifícios existentes demonstra a intenção de dar uniformidade ao conjunto arquitetônico do Asilo.



Panorâmica do Asilo São Luiz antes das modificações e ampliações propostas por Paulo de Camargo.

Faziam parte do complexo arquitetônico do Asilo, até 1935, seis pavilhões, uma capela e uma praça central. Os espaços coletivos, sobretudo as áreas verdes e a igreja, eram compartilhadas pela comunidade local. A entrada era pública e não havia muros que separassem o espaço interno e externo.

A Casa São Luiz está localizada numa colina. A parte mais plana é a que se volta para a R. Tavares Guerra, caindo em direção à R. General Gurjão. Do alto do Asilo se vê o porto, a praia, a Ilha do Fundão e a ponte Rio-Niterói.

No entanto, as construções dão as costas para o vale. Ainda assim, é possível ter uma visão bem ampla da paisagem, não contemplada no projeto para a instituição, desde o início de sua construção.

“Na enseada do Cajú, dominando um pequeno mundo de trapiches meio mergulhados na lama; de montanhas de carvão destinado à fome das locomotivas, dos navios e das fábricas; e de embarcações escuras, cobertas de encerado negro, que boiam pesadamente na água turva como enormes cisnes preguiçosos, - ergue-se, afogado entre árvores verdes, um conjunto de vastas construções brancas e alegres (...). Este corpo de edifícios é o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada”⁸¹.

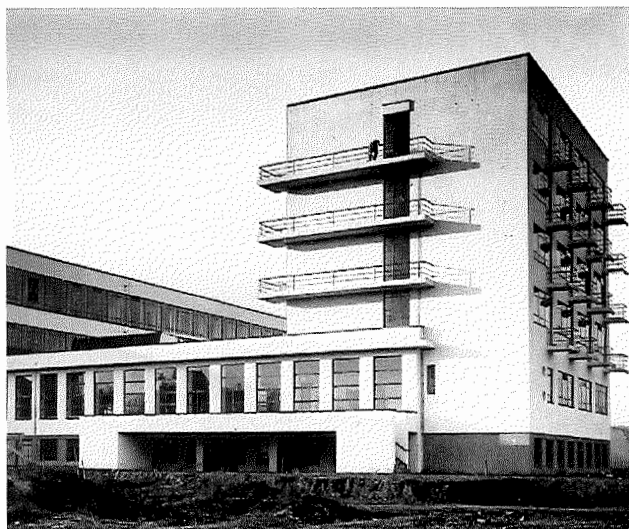
No projeto, Paulo de Camargo ocupa toda a extensão do terreno que se volta à R. Tavares Guerra com edificações, e realiza a mesma operação do lado oposto, onde existe uma grande declividade. Desta maneira, utiliza ao máximo os limites do terreno. Fecha todo o lote com edifícios, possibilitando espaços de lazer internos, de uso exclusivo da instituição. Aproveita, ainda, a parte mais íngreme para construir um conjunto de casas para os operários da construção, que hoje é utilizado por funcionários da Casa. O antigo acesso, que era pela Rua Tavares Guerra, é transferido para a Rua General Gurjão, em sua parte mais plana.

Este tipo de ocupação do terreno, assim como o tratamento arquitetônico nos remetem a algumas referências projetuais. Os blocos que se contrapõem no edifício da Bauhaus de Dessau, projetado por Walter Gropius em 1925-26, ou no Sanatório para Tuberculosos, de Alvar Aalto em Paimio, 1928-33. A criação de um pátio através da disposição de vários blocos como no Dispensário Antetuberculose em Barcelona, autoria de Josep Lluís Sert, 1934-38.

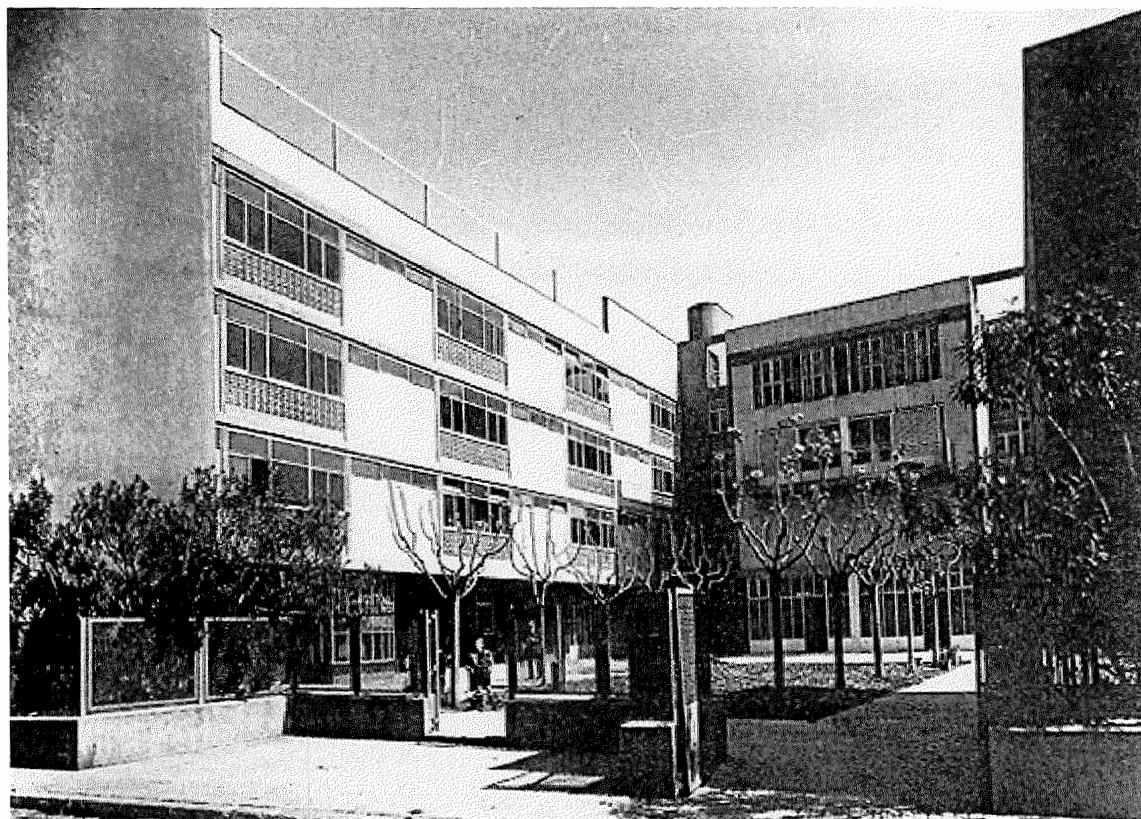
⁸¹ CAMPOS, Humberto de (1933). *Op. cit.*, p. 73.



A. Aalto, Sanatório para Tuberculosos em Paimio, 1928-33.



Walter Gropius, Bauhaus em Dessau, 1925-6.



Dispensário Antituberculose em Barcelona, autoria de Josep Lluís Sert, 1934-38.

O material divulgado sobre o Asilo São Luiz em periódicos e livros é apenas uma parcela do projeto integral, que foi elaborado por Paulo de Camargo e Almeida. O bloco, que aparece como o Asilo São Luiz, é o Pavilhão Lebrão, em homenagem ao Comendador Manoel José Lebrão, que doou a verba para a sua construção. Na realidade o projeto integral nunca foi totalmente implementado, mas, outros pavilhões foram depois construídos. É o caso por exemplo do Pavilhão Peixoto, bloco localizado à esquerda da igreja, destinado ao restaurante e demais dependências. Sua construção foi realizada apenas na década de 40 sob supervisão de Camargo, recontratado nesta ocasião pela Casa.

A Revista Municipal de Engenharia, na sessão “Visitas Técnicas”, já chamava a atenção para a execução do projeto em partes. No entanto, não apresentaram o projeto na íntegra.

“(...) a Revista da Diretoria de Engenharia percorreu as obras que estão sendo realizadas na Casa São Luiz, destinada ao abrigo da velhice desamparada. Projetadas pelo arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, elas estão orçadas em cerca de 4.000 contos de réis, quantia essa superior aos recursos atuais da Administração daquela Instituição. Justamente por este motivo a construção das novas dependências está sendo executada por partes.”

O acesso ao material do projeto integral, nunca antes divulgado, foi cedido pelos atuais diretores da Casa. Este material ajudou a elucidar a concepção projetual de Camargo, visto que o projeto não contém somente uma ampliação.

No ano de 1937, na Casa São Luiz, inaugurou-se o Pavilhão Lebrão, que somou-se aos edifícios existentes, construídos ao longo do tempo. As construções antigas não foram reformadas como estava previsto no projeto de Paulo de Camargo, formando um conjunto com grande variedade de “estilos”. A arquitetura destes edifícios conta um pouco da história da arquitetura carioca e brasileira, edifício em estilo colonial, edifício construído em estrutura metálica,



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

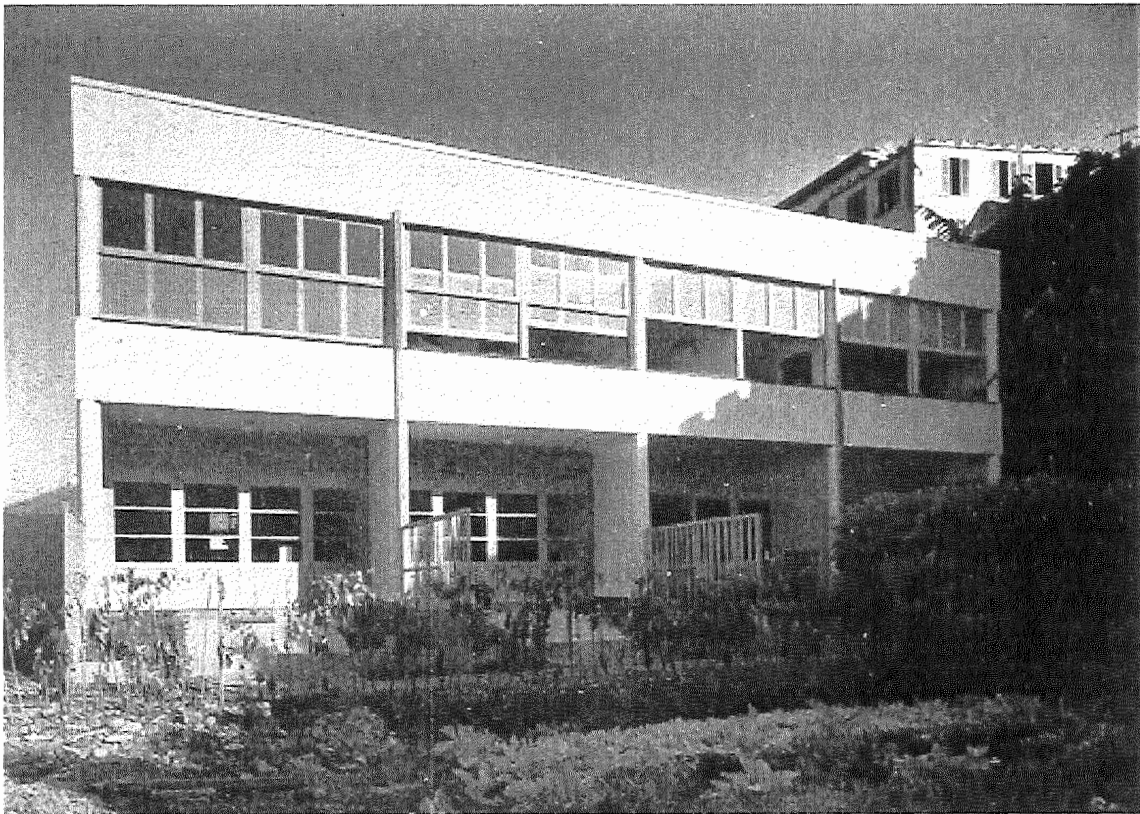
edifício em estilo eclético e até o art decó, bastante despojado utilizado na capela, revestida internamente, em meia parede com azulejos belgas.

Na primeira etapa de execução das obras, projetadas por Camargo, foram construídos: o primeiro pavilhão de alojamento para os idosos, sob o qual estavam localizadas a lavanderia e a casa de máquinas; um auditório com capacidade para 800 pessoas e um conjunto de quatro residências para os operários.

Pavilhão Lebrão. Acima, vista externa da fachada do bloco que fica paralelo ao Auditório e à direita, imagem da construção.

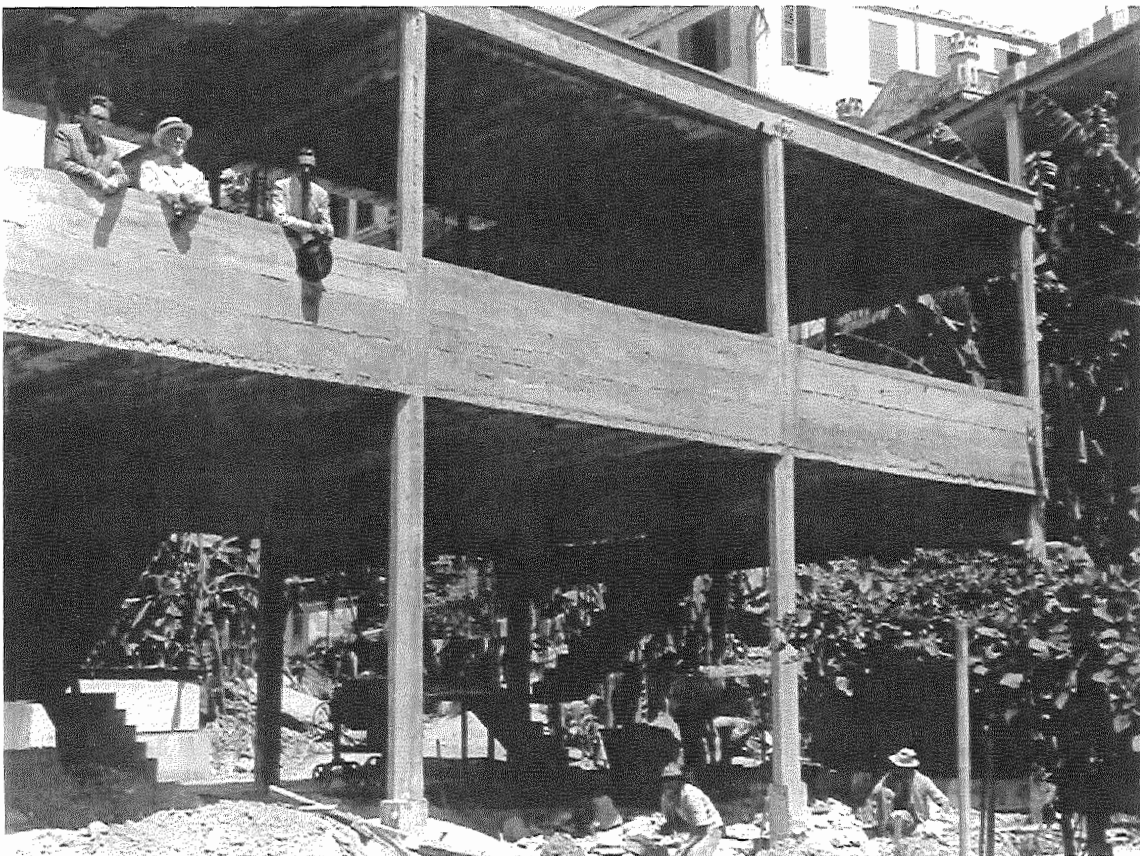


Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, mar.-abr., 1940, p. 74.

Casas de funcionários. Vista externa.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

Casas de funcionários. Foto da construção, no alto da foto à direita Paulo de Camargo.

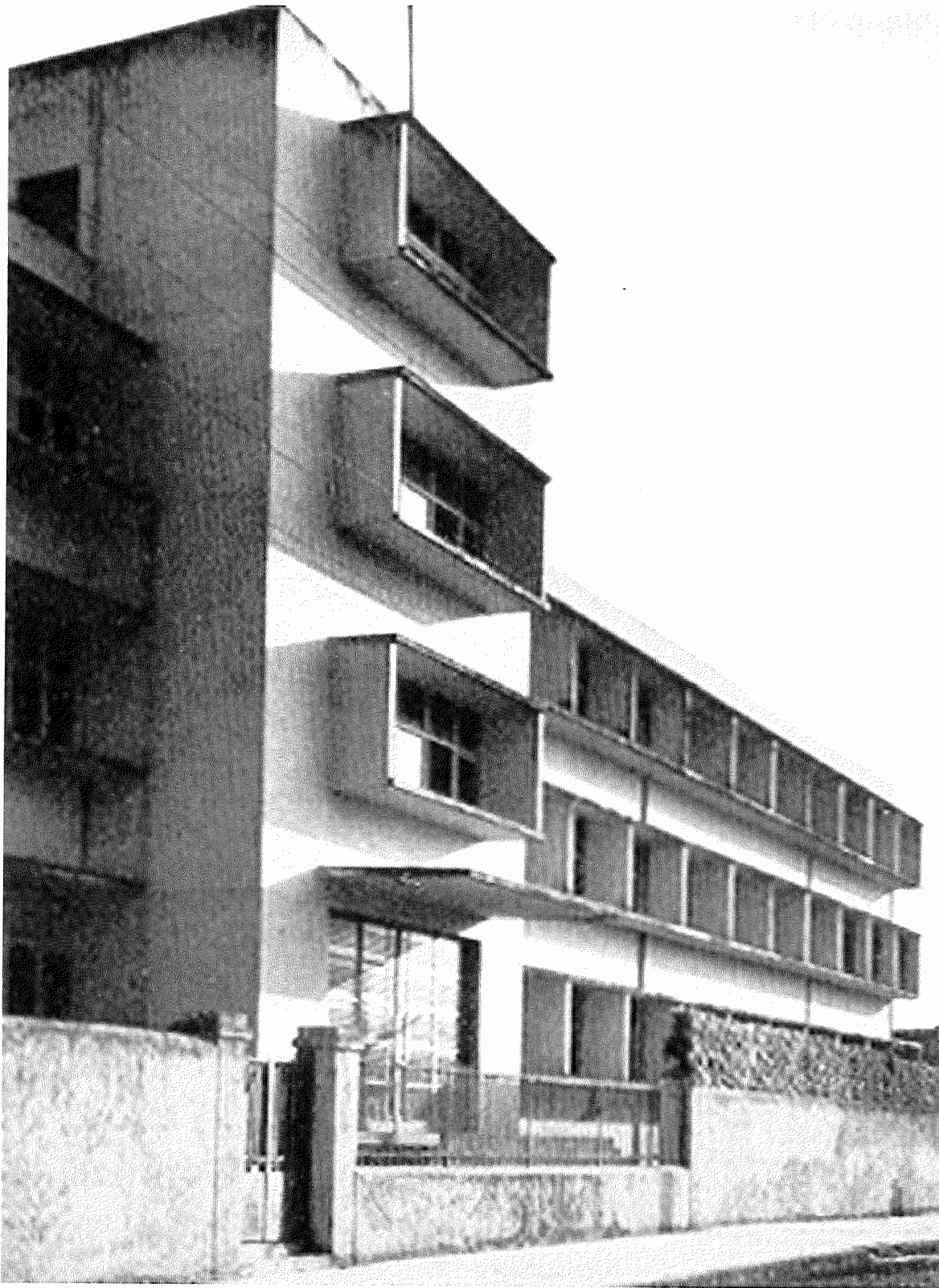
Contudo, o que faz dele, um edifício importante para a história do movimento moderno no Brasil é o raciocínio construtivo empregado, inovador em 1935, pelo arquiteto Paulo de Camargo e pelo engenheiro Nathan Feferman, responsável pelo cálculo das estruturas em concreto armado.

Vários componentes da obra foram confeccionados fora do canteiro e trazidos no momento da montagem: como as placas de isolamento térmico, as paredes divisórias de ‘celotex’, as esquadrias de concreto, etc. As paredes externas em alvenaria foram revestidas com placas retangulares de cimento branco como se fossem ladrilhos. Foi utilizado um sistema de isolamento térmico, conhecido na Europa, mais leve e barato dos que eram comumente usados no Brasil. A laje impermeabilizada foi coberta por placas de concreto armado, colocadas sobre apoios de 15 cm, deixando entre estas pequenos intervalos de 5 cm.

Também a estrutura, assim como elementos de vedação, caixilhos e outros, é modulada, utilizando-se três metros de distância entre os pilares ou paredes. Sendo os vãos pequenos, e os elementos construtivos leves, reduzindo assim a carga em relação ao peso próprio do conjunto, os elementos estruturais puderam ser bastante delgados.

Outro aspecto interessante desta obra são as caixas de concreto que protegem as janelas do sol, utilizadas pela primeira vez no Brasil⁸². As placas que formam estas caixas também foram confeccionadas fora do canteiro e nele apenas montadas. O resultado formal, bastante interessante, constitui uma força expressiva da fachada externa do Casa, além de funcionar como um “brise-soleil”, elemento construtivo extremamente explorado pelos arquitetos brasileiros e que se configurou como uma das marcas da arquitetura moderna realizada no país.

⁸² XAVIER, Alberto; BRITO, Alfredo; NOBRE, Ana Luíza (1991). *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo, FVA/Pini, p. 36.



Fonte: Philip L. Goodwin, *Brazil Builds*, 1943, p. 134. Foto: Kidder Smith.

Pavilhão Lebrão. Vista da R. Tavares Guerra.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

Pavilhão Peixoto. Vista da R. Tavares Guerra.

Retomaremos uma citação, já apresentada na introdução deste trabalho, presente neste mesmo artigo da Revista Municipal de Engenharia, que expressa o caráter arrojado desta obra, tanto projetual como construtivamente, além de seu pioneirismo para a época.

“Pelo que pudemos apreciar no local, temos a certeza de que o Asilo projetado pelo arquiteto Camargo é uma obra notável, não só pela disposição de suas diversas seções, convenientemente estudadas, como também pelos processos modernos empregados na sua construção e que o indicam como uma das mais interessantes obras em execução atualmente nessa Capital.”⁸³

Em 1960, na tese *A arquitetura contemporânea e suas determinantes - ensaio de formulação*, apresentada ao concurso para provimento efetivo do cargo de Professor Catedrático da EESC-USP, Paulo de Camargo volta a comentar o projeto para o Casa São Luiz. No capítulo, “O homem e o meio social”, analisa as responsabilidades do arquiteto, em seu contato permanente com as condições de vida humana.

Ressalta que, após um período ultrapassado, de tendências racionalistas e mecanicistas, a humanidade dirigiu-se em busca de fórmulas visando integrar o homem em seu próprio meio de vida. Toda a tendência arquitetônica, do início deste século até a última guerra, procurava soluções que possibilitassem melhores condições de vida aos usuários. Neste sentido, remetendo-se ao pensamento de Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, afirma que:

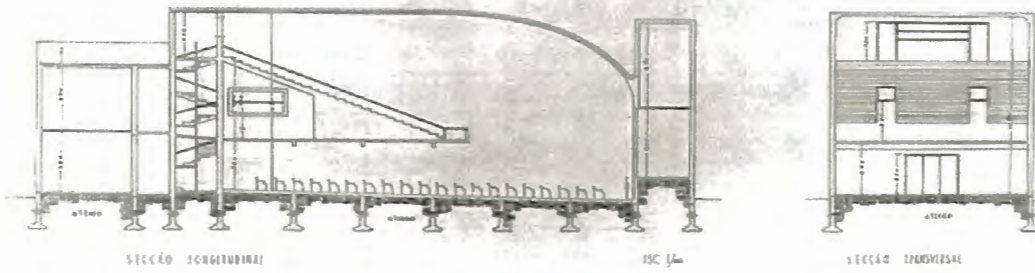
“a preocupação constante deve ser a de integrar plenamente o homem à obra arquitetônica e a escala humana representa o meio empregado para tal fim: é ela mais correlacionada com a sensação psíquica do que com qualquer satisfação de ordem física ou de conforto material; esta sensação é incidência obrigatória nos mais variados temas de arquitetura”⁸⁴.

⁸³ REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA (1937). Visitas Técnicas, Asilo S. Luiz. *Revista Municipal De Engenharia*, n. 02, Rio de Janeiro, mar, p. 107.

⁸⁴ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Arquitetura Contemporânea e suas Determinantes: Ensaio de Formulação*. São Carlos. 83 p. Tese (Provimento de Cátedra) – EESC-USP, p. 58.

PROJECIO DEFINITIVO PARA A RECONSTRUÇÃO DO ASYLO S. LUÍZ PARA A VELHICE PESAMPABADA - PONTA DO CAJÓ - RIO DE JANEIRO

SECCÕES DO **AUDITÓRIO**



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

Auditório. Acima corte e abaixo foto externa.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

Auditório. Vistas interna. Acima o palco e abaixo a platéia suspensa.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

Neste sentido, Camargo considera primordial que os arquitetos procedam às mais distintas análises, quanto às várias idades e suas várias formas de reação, tanto em edifícios escolares, como centros de diversão, nos auditórios, nas habitações, nos hospitais, etc., afim de obterem melhores resultados relativos ao uso destes edifícios, acomodando de maneira adequada e atendendo às necessidades de seus usuários.

A partir destas considerações, Paulo de Camargo analisa o trabalho que realizou na Casa São Luiz, referindo-se a ele como “uma das maiores responsabilidades que nos foi confiada como arquiteto”.

*“Fomos, então, estudar a vida dos velhos, o seu andar, as necessidades de apoio, a constante procura de isolamento, as ‘manias’ de guardar recordações da vida, a mística religiosa, as dificuldades de higiene, etc.; examinamos então as influências decorrentes deste sistema de vida na escolha dos tipos de pavimentação, nos acessos e na situação dos apoios, nas circulações e nas instalações comuns, na distribuição dos locais de repouso e contemplação, na distribuição de armários privativos, nos locais esparsos para a prática religiosa e meditação, na distribuição dos serviços higiênicos em obediência com as distâncias a percorrer; enfim, uma série imensa de dados indispensáveis à satisfação dos desejos e das necessidades daqueles velhos. E ainda fomos alertados: Olhem e examinem o problema dos velhos casais. Há casos em que a separação os liquida - não resistem. Lembre-se que passaram a vida juntos, nas alegrias e nos sofrimentos. É um sério problema a resolver. Projetamos então o pavilhão especial para velhos casais”.*⁸⁵

E conclui dizendo:

*“A observação da vida humana, é certamente um dado fundamental para nós (arquitetos). Sentir todas as necessidades e problemas do homem isoladamente, e, depois relacioná-las com a vida coletiva”*⁸⁶.

⁸⁵ ALMEIDA (1960). *Op. cit.*, pp. 58-9.

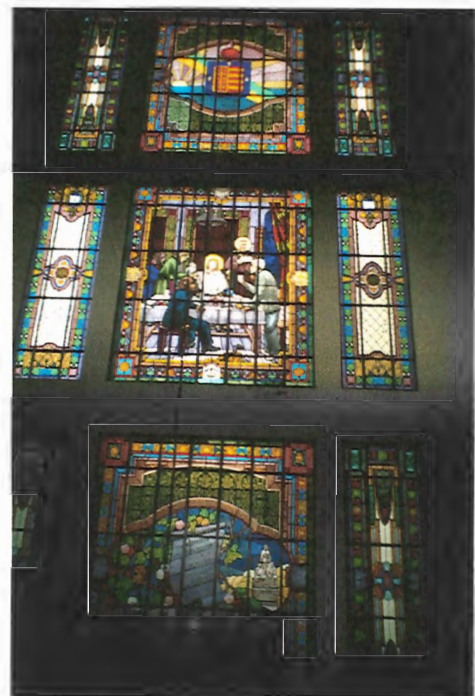
⁸⁶ ALMEIDA (1960). *Op. cit.*, p. 59



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Pavilhão Lebrão. Vistas internas do pavimento térreo. Acima, o hall de entrada e em detalhe o vitral. À esquerda, corredor de acesso ao auditório e aos quartos.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

Pavilhão Peixoto. Acima, corredor externo e abaixo, restaurante dos internos.



Fonte: Casa São Luiz para a Velhice.

A respeito da industrialização da construção civil e dos processos produtivos, Paulo de Camargo afirmou em Relatório escrito à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1972.

*"somente a industrialização maciça da construção civil é capaz de atender às nossas necessidades, bem como reduzir os custos, desde que os processos adotados sejam realmente bem propostos. Evitar-se-á, assim, a permanente elevação de preços com os métodos tradicionais até hoje utilizados, devido o vertiginoso aumento de consumo de materiais provenientes dos planos habitacionais e escolares em andamento no país, sem considerar os absurdos desperdícios de materiais nos processos comuns de construção."*⁸⁷.

A Casa São Luiz para a Velhice é, portanto, a primeira manifestação e o marco da preocupação de Paulo de Camargo com a incorporação pela construção civil das inovações tecnológicas disponíveis em seu tempo, para a qual a noção de "racionalização do sistema produtivo" nos pareceu mais adequada, já que a expressão "racionalização da construção" é utilizada de maneira indiscriminada para caracterizar distintos conceitos, todos incorporados ao discurso moderno, economia de materiais e gastos, racionalização do projeto ou do canteiro de obra, entre outras. Assim, o termo proposto, a nosso juízo mais preciso, engloba todas as noções anteriores, no entanto, agrega a elas a idéia de produção industrial, desde a fabricação dos componentes à execução da obra.

⁸⁷ALMEIDA (1972). *Op. cit.*, p. 5.

2.1.2. RESIDÊNCIAS

Assim como, as escolas públicas construídas para a prefeitura do Rio de Janeiro, vistas anteriormente, as residências⁸⁸ projetadas por Paulo de Camargo revelam uma certa ambigüidade entre a aplicação dos princípios da nova arquitetura, bastante recente no país, e a utilização de soluções e conceitos advindos de sua formação acadêmica. Apesar de fachadas indiscutivelmente modernas e da presença de elementos como terraço-jardim e estrutura em concreto armado, as plantas e sua estrutura hierárquica, além da constituição volumétrica da residência, são ainda tradicionais.

Algumas características consolidadas nas casas brasileiras ao longo do tempo até o período entre guerras no Brasil, podem nos ajudar a estabelecer parâmetros de comparação. Conforme indica Nestor Goulart, no livro *Quadros da Arquitetura no Brasil*, aquelas residências eram caracterizadas por lotes bastante tradicionais herdados do séc. XIX, que definiam a partir de um rígido paralelismo em relação aos limites do terreno a implantação. Era marcante o isolamento da casa em meio a um jardim e o desaparecimento progressivo de hortas e pomares; além da transformação de porões ou pavilhões externos de serviços, destinados a abrigar os empregados, em edículas, convencionalmente localizadas no limite do fundo dos terrenos. Desta forma, os valores sociais e arquitetônicos eram conservados, destacando-se a importância da frente e ocultando-se a modéstia dos fundos⁸⁹.

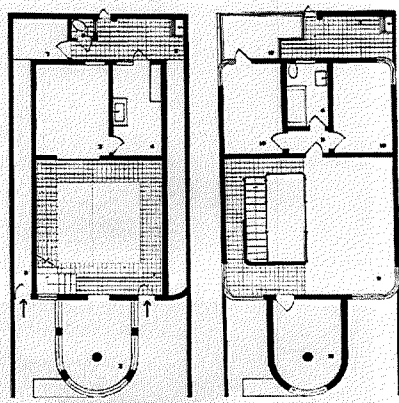
A arquitetura moderna, segundo Goulart, aparecia mais como inovação formal e menos como exigência das transformações sócio- culturais em curso, e mantinha, com raras exceções, a estrutura hierárquica e tradicional.

⁸⁸ Conseguimos localizar quatro residências projetadas entre 1933 e 1940, projetadas e construídas a partir de sua volta da viagem à Europa. Entre elas a Residência Max Zulchner, 1940, a única publicada em revista de arquitetura. Além das que vamos apresentar, localizamos ainda duas outras residências projetadas por Camargo, com o auxílio de sua filha. Uma, para Wladimir Bernardes, em Teresópolis e outra, para Edmundo Loureiro Cid, em Petrópolis, ambas sem data e endereço completo, o que dificultou a localização exata.

⁸⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). *Op. cit.*, pp. 58-68.

“a aparência procura atender às inovações formais, que o modernismo vinha introduzindo, por meio de artifícios de desenho arquitetônico: linhas retas, platibanda ocultando o telhado de telha tipo Marselha, revestimento com mica, alguns ornatos retilíneos e o fingimento de uma poderosa estrutura de concreto. Em outros a preocupação ia mais longe e apareciam janelas de modelos mais recentes, de ferro para as salas e de madeira, tipo ‘ideal’, nos dormitórios”⁹⁰.

Uma destas exceções é o Conjunto Residencial, construído na Alameda Lorena esquina com Ministro Rocha Azevedo, projetado por Flávio de Carvalho, em 1933, portanto contemporâneo às primeiras casas de Paulo de Camargo. São dezessete casas, com muitas variações de planta⁹¹, de um, dois e três dormitórios, organizadas a partir de uma lógica comum, a de explicitar através da arquitetura um novo modo de vida que refletisse a alteração das relações sociais entre os indivíduos, estabelecidas após a revolução industrial.



Flávio de Carvalho. Conjunto Residencial na Alameda Lorena esquina com Ministro Rocha Azevedo, 1933. Planta de uma das casas e fotografia da fachada.

⁹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). *Op. cit.*, p. 68.

⁹¹ Daher, em sua Dissertação de Mestrado, sobre a obra de Flávio de Carvalho, analisa quatro variações de plantas presentes no Conjunto da Al. Lorena. Ver DAHER, Luiz Carlos (1979). *Arquitetura e Expressionismo*. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. pp. XX – XLI.

A grande inovação que aparece nestas casas é a sala com pé direito duplo, que reestrutura a distribuição dos espaços. Como consequência disto, duas mudanças são bastante significativas, a eliminação do corredor ou hall, como elementos que organizam a circulação interna, e a área dos quartos menos resguardada, vislumbrada a partir da sala, estabelecendo assim uma relação menos formal entre os moradores e seus visitantes. Essa relação é ainda mais enfática nas casas com terraço-jardins na cobertura, que obrigavam a passagem pelos quartos.

Em geral as residências de Paulo de Camargo não são tão arrojadas quanto as de Flávio de Carvalho, confirmando, de certo modo, a leitura proposta por Goulart. Em relação às casas tradicionais, tinham em comum muitas características: a implantação é definida pelo rebatimento paralelo das linhas do terreno, mantém dois afastamentos laterais, um maior, destinado à entrada social e de veículos e outro menor, utilizado como corredor de serviço. Na parte frontal, há jardim, varanda, sala de estar, hall e sala de jantar, ambientes mais amplos e conectados com o exterior. Mais resguardadas estão copa e cozinha, sempre mais próximas ao fundo. Os quartos, na parte de cima da casa, desfrutam de maior intimidade.

No entanto, podemos localizar em suas obras soluções que, se não constituem grandes inovações espaciais, são características constantes dos projetos de Camargo, que vão se consolidando e sendo aprimoradas.

A primeira casa da série é a projetada para o casal Maria Celina e Oscar Maria Simon, em 1933, na Glória. Como podemos notar, ocupa quase todo o terreno disponível. A análise do eixo longitudinal revela ainda uma disposição simétrica dos volumes.

A conexão entre as salas vai ficando mais tênue, acabando por constituir um único ambiente. Na primeira casa as salas de estar e jantar estão delimitadas e separadas pelo hall, que define a entrada principal e a distribuição da circulação vertical e horizontal.

Além da varanda na parte frontal, utiliza outra que une as salas a um jardim situado na parte de trás da residência. A sala de jantar abre-se então

para uma varanda, voltada para o fundo do terreno. Esta solução, recorrentemente adotada por Paulo de Camargo, desde a Residência Maria Celina e Oscar Simon, subverte a idéia da casa tradicional, do fundo como reflexo da desvalorização social, passando a qualificá-lo.

“Os fundos e, por vezes, a lateral mais estreita, como áreas de serviço, eram locais de completa desvalorização social, verdadeiro desprestígio, quase tabu, herdado dos tempos em que ali estariam os escravos”⁹².

As dependências de empregados e a área de serviço permanecem na edícula, localizada no limite posterior do terreno, mantendo as relações observadas nas casas tradicionais. Contudo, estes ambientes são colocados no segundo pavimento, com acesso direto aos quartos, enquanto no térreo aloca a garagem. Cria com isso uma passagem coberta que liga a garagem e as salas.

Estas duas soluções, a varanda no fundo e a área de serviço no segundo andar, permitem ao arquiteto valorizar o jardim no fundo. A distribuição da circulação é feita pelo hall e não por corredores, os quais são praticamente eliminados.

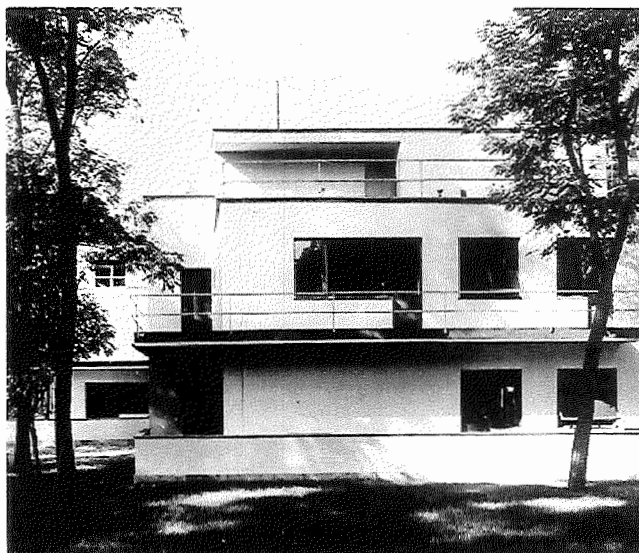
O terraço-jardim cada vez mais é incorporado à residência como espaço livre, provavelmente utilizado para recepções, festas, leituras, etc., desvencilhando-se de outros ambientes, como quartos e salas. O acesso a ele que passava pelo interior da residência, ou seja, pela caixa de escada que levava aos quartos, ganha independência na Residência Max Zulchner, de 1940, ligando-o diretamente com o jardim dos fundos através de uma escada caracol externa.

É nesta residência que percebemos a subversão do esquema mais tradicional, quando o arquiteto elimina os dois volumes, principal e edícula, unindo-os e criando uma área de serviço acoplada à casa, próxima à cozinha. Na primeira casa de 1933, como podemos perceber na planta, a copa e a cozinha estão localizadas o mais próximo possível da área de empregados.

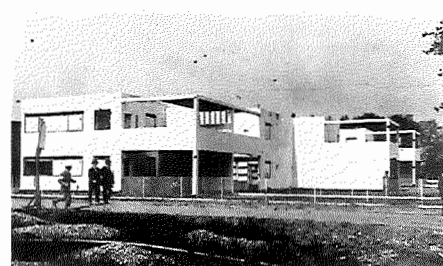
⁹² REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). *Op. Cit.*, p. 72.

Em nenhuma dessas casas Paulo de Camargo utilizou o esquema estrutura independente e planta livre como proposto por Le Corbusier. No entanto, a preocupação com o tipo de material empregado na estrutura é uma característica marcante em suas obras, utiliza concreto armado, tijolo e pedra, muito comum nos anos 40. Dos cinco pontos⁹³ defendidos por Le Corbusier, o único presentes com frequência nas obras residenciais de Camargo é o terraço-jardim. No entanto, a ausência desses princípios parece que não pode ser simplesmente atribuída ao desenvolvimento técnico, visto que foram utilizados em edifícios de apartamento e na Casa São Luiz, foram decisões projetuais

A influência formal das obras de Le Corbusier, em particular as do primeiro período, como o conjunto Pessac, eram muito grande, no entanto não era restritiva, outras referências parecem ter servido de paradigma de modernidade, e foram decisivas como as experiências de construção dos conjuntos habitacionais alemães e as obras de Gropius na Bauhaus de Dessau.



Gropius. Res. Bauhaus, 1925-6.

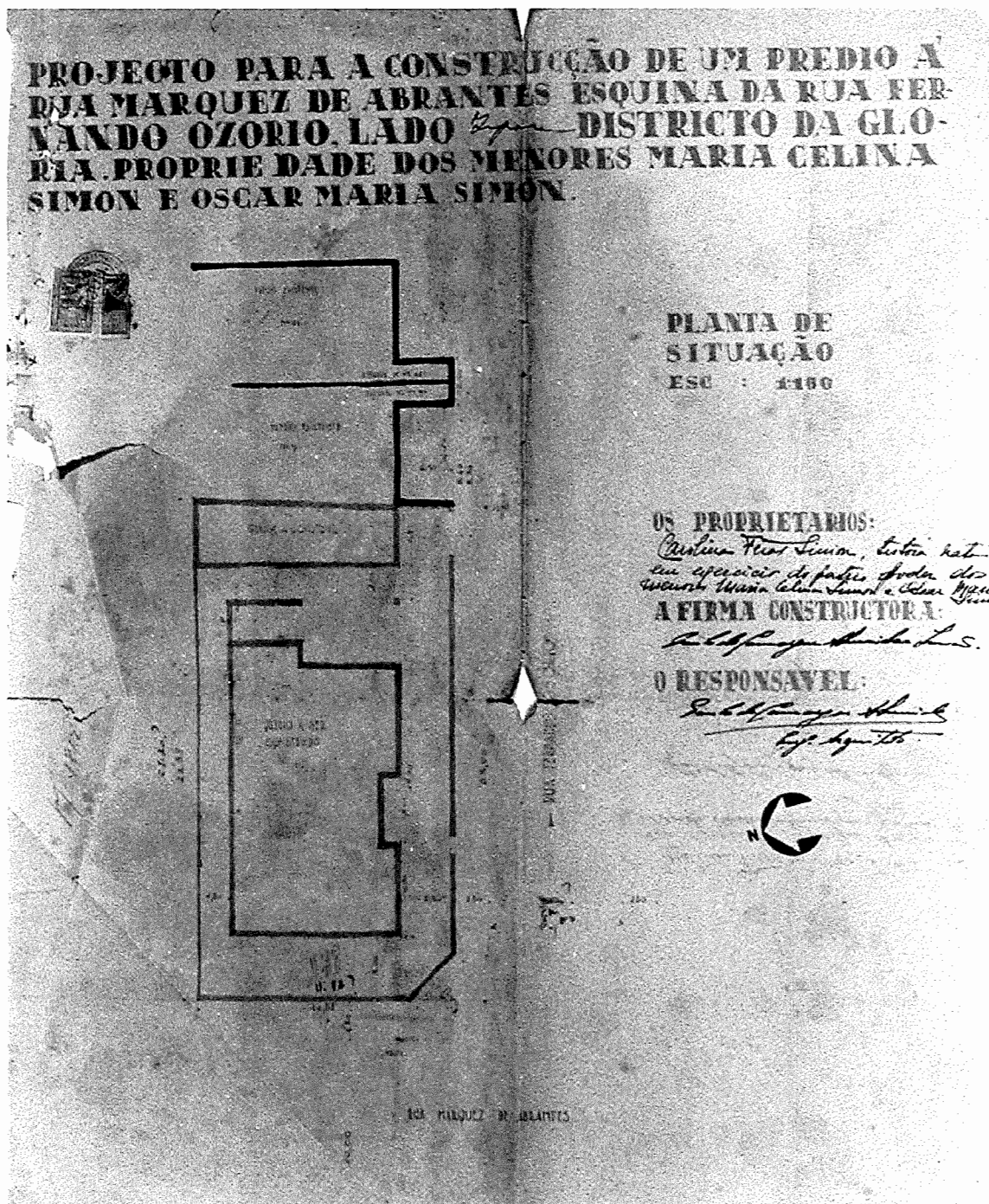


Le Corbusier. Pessac, 1925.

⁹³ Como sabido, os cinco pontos são: estrutura independente, planta livre, pilotis, janela corrida e terraço-jardim.

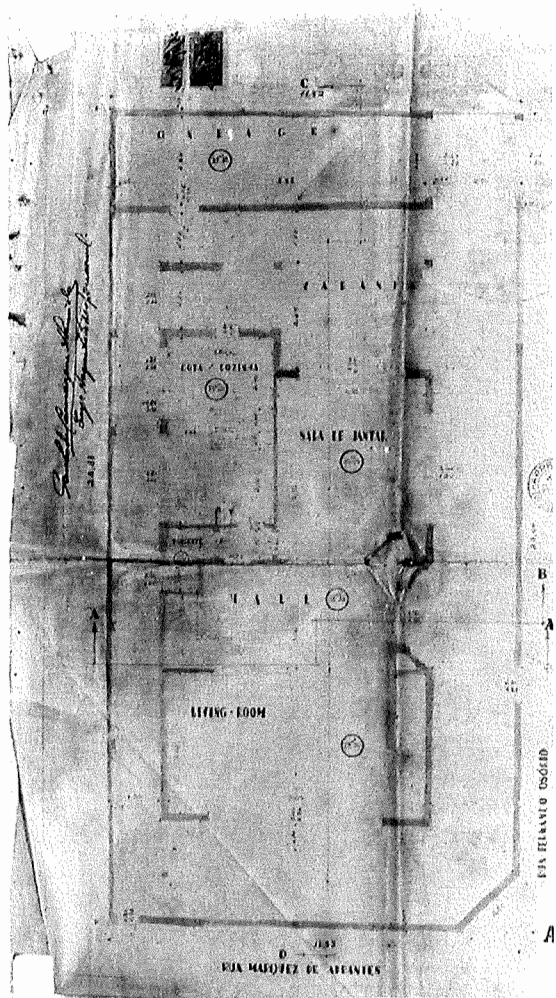
Quanto aos materiais, utiliza cimento armado e estrutura independente. Suas obras, neste sentido, possuem caráter inegavelmente investigativo e experimental. Não constrói obras modernas apenas nas fachadas como aquelas citadas por Nestor Goulart.

2.1.3.1. Res. Maria Celina e Oscar Maria Simon, 1933

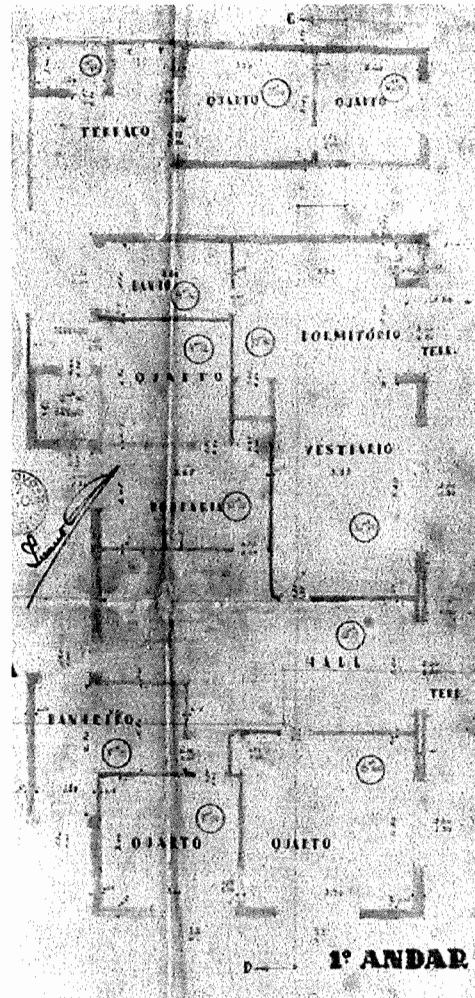


Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi

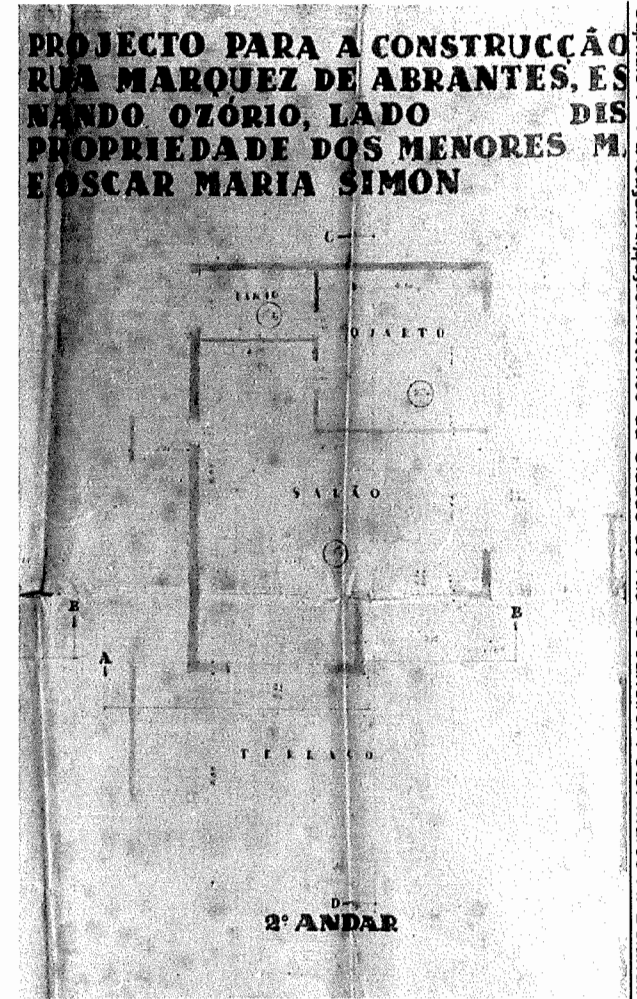
Reprodução da prancha original de implantação.



Andar térreo.



Primeiro andar.

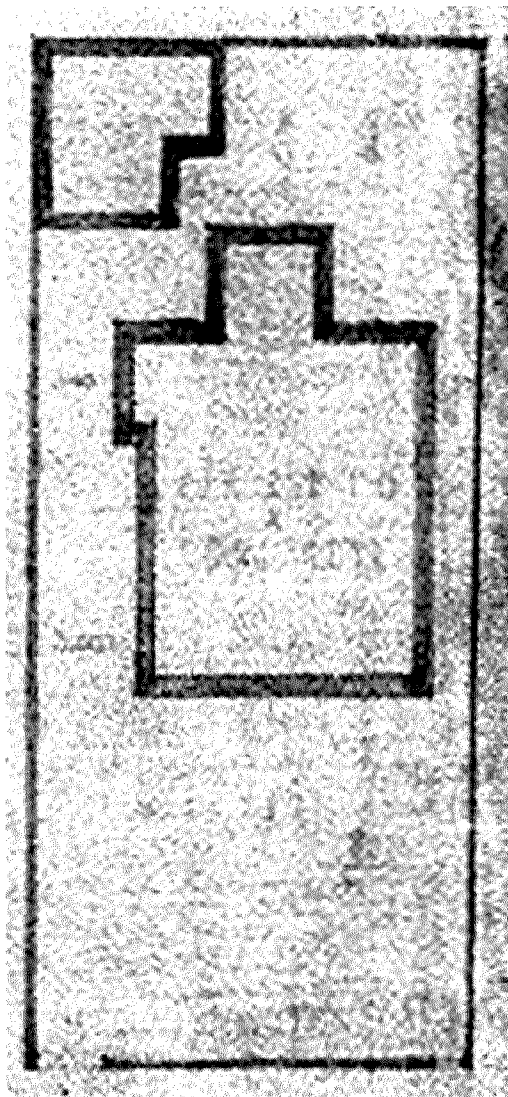


Terraço.

**PROJECTO PARA A CONSTRUCCÃO
RUA MARQUEZ DE ABRANTES, ES
NANDO OZÓRIO, LADO DIS
PROPRIEDADE DOS MENORES M.
E OSCAR MARIA SIMON**

Capítulo 1 - Fôr projecto de arquitectura histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.

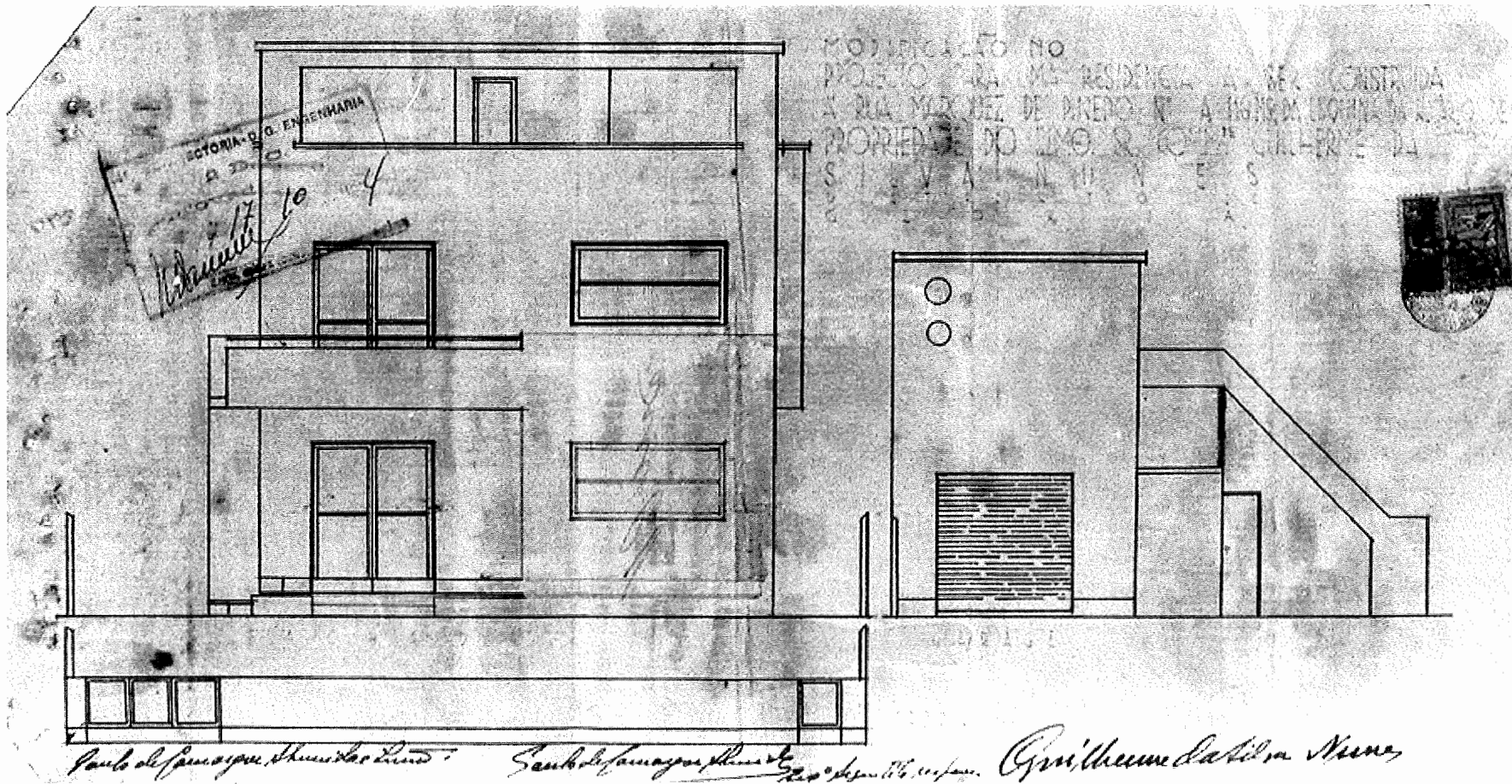
2.1.3.2. Res. Guilherme da Silva Nunes, 1934



Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.

Implantação.

Nesta segunda residência, localizada à R. Marquês de Pinedo, número 49, no Bairro da Glória, no Rio de Janeiro, Paulo de Camargo aumentou o recuo frontal, ampliando a área de jardim. É uma casa menor comparada a primeira. A estrutura de distribuição dos espaços não apresenta mudanças significativas. Percebemos que o arquiteto aproxima as salas de estar e jantar, eliminando o hall que as separava. Este por sua vez, tem papel bem menos destacado, e é praticamente reduzido à caixa de escada.

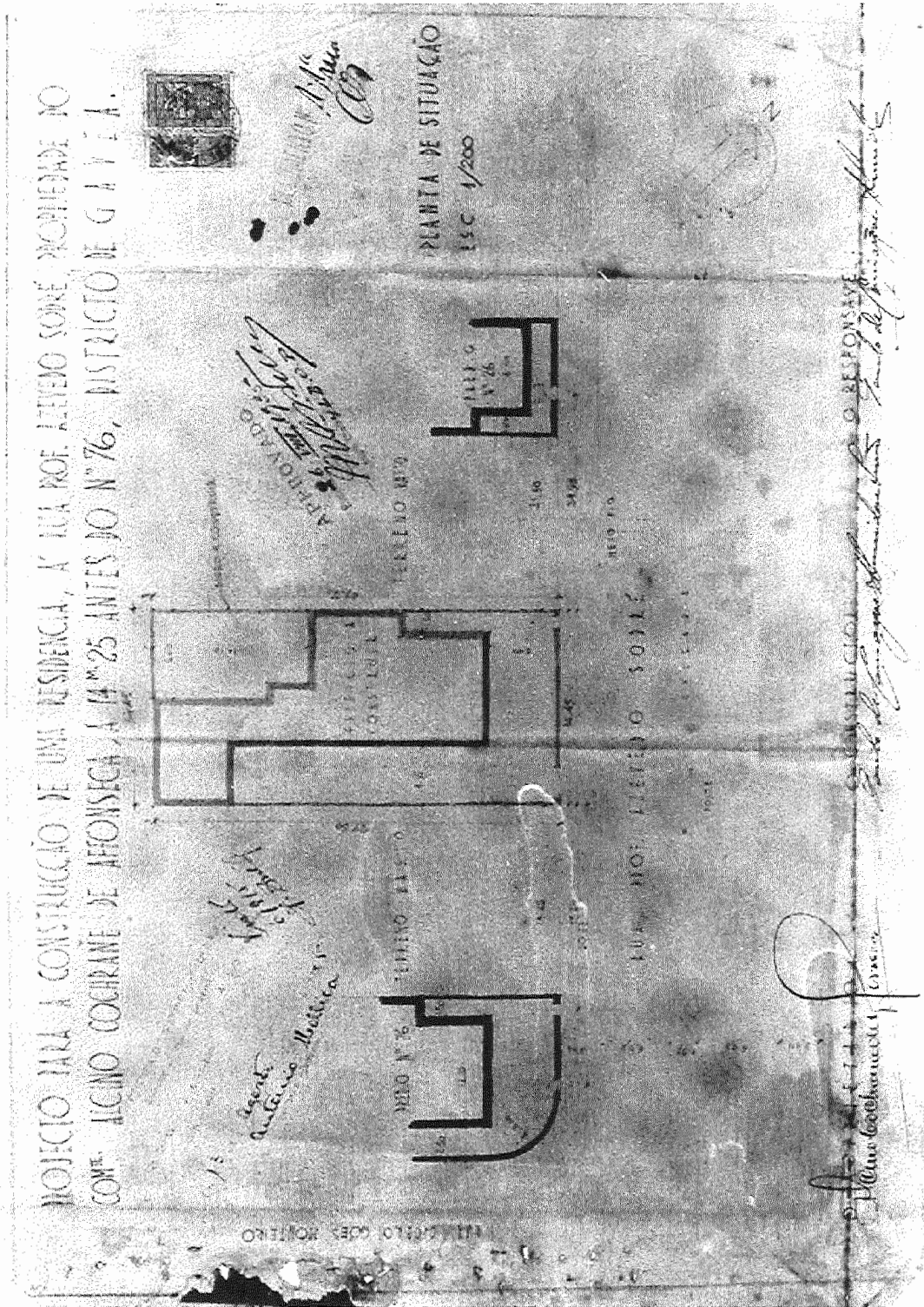


Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.

Fachada frontal. A volumetria, menos expandida, está mais próxima do bloco único, embora não seja um sódio puro, rompe com o equilíbrio simétrico.

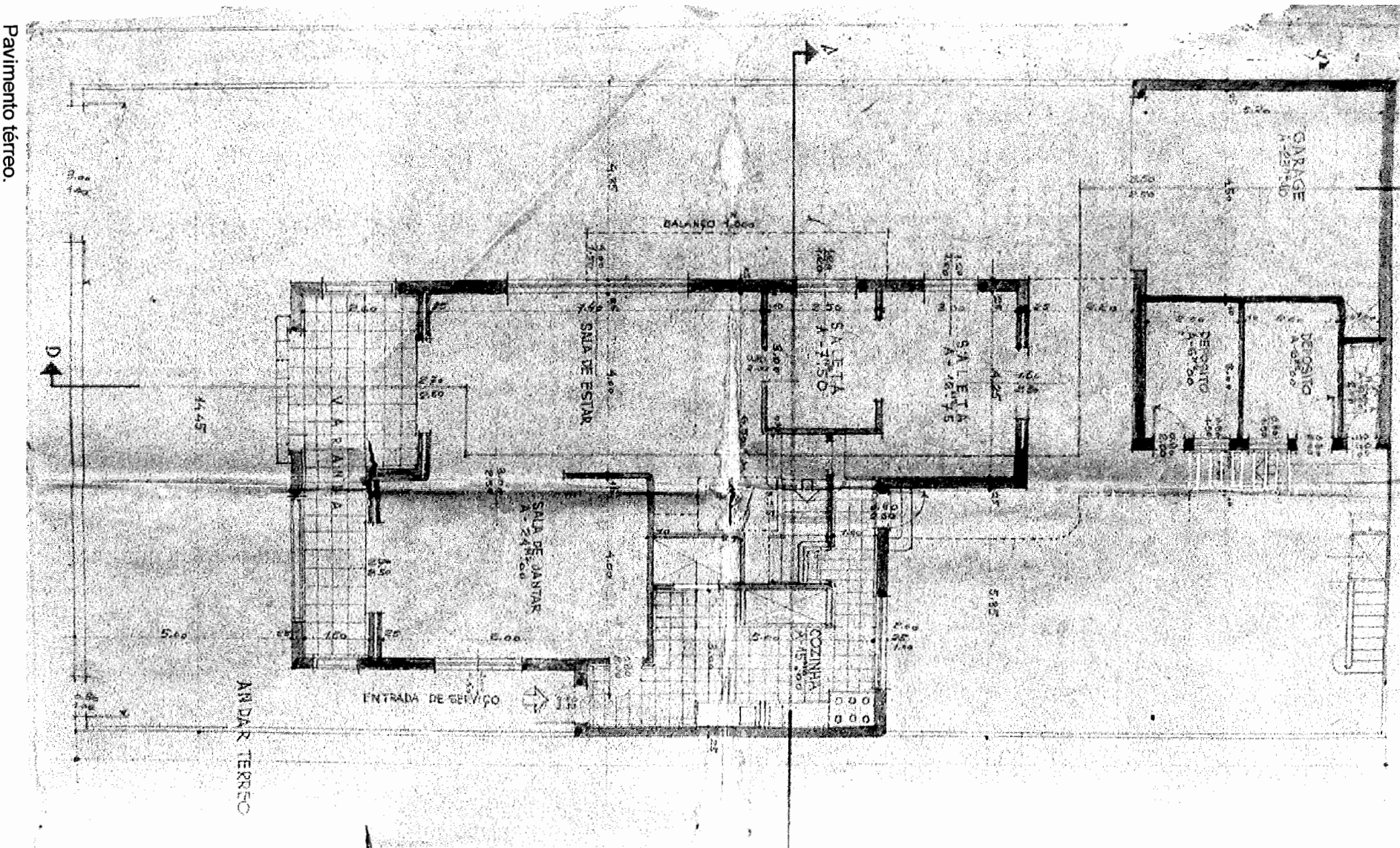
2.1.3.3. Res. Alcino Cochrane de Affonseca, 1935

Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.



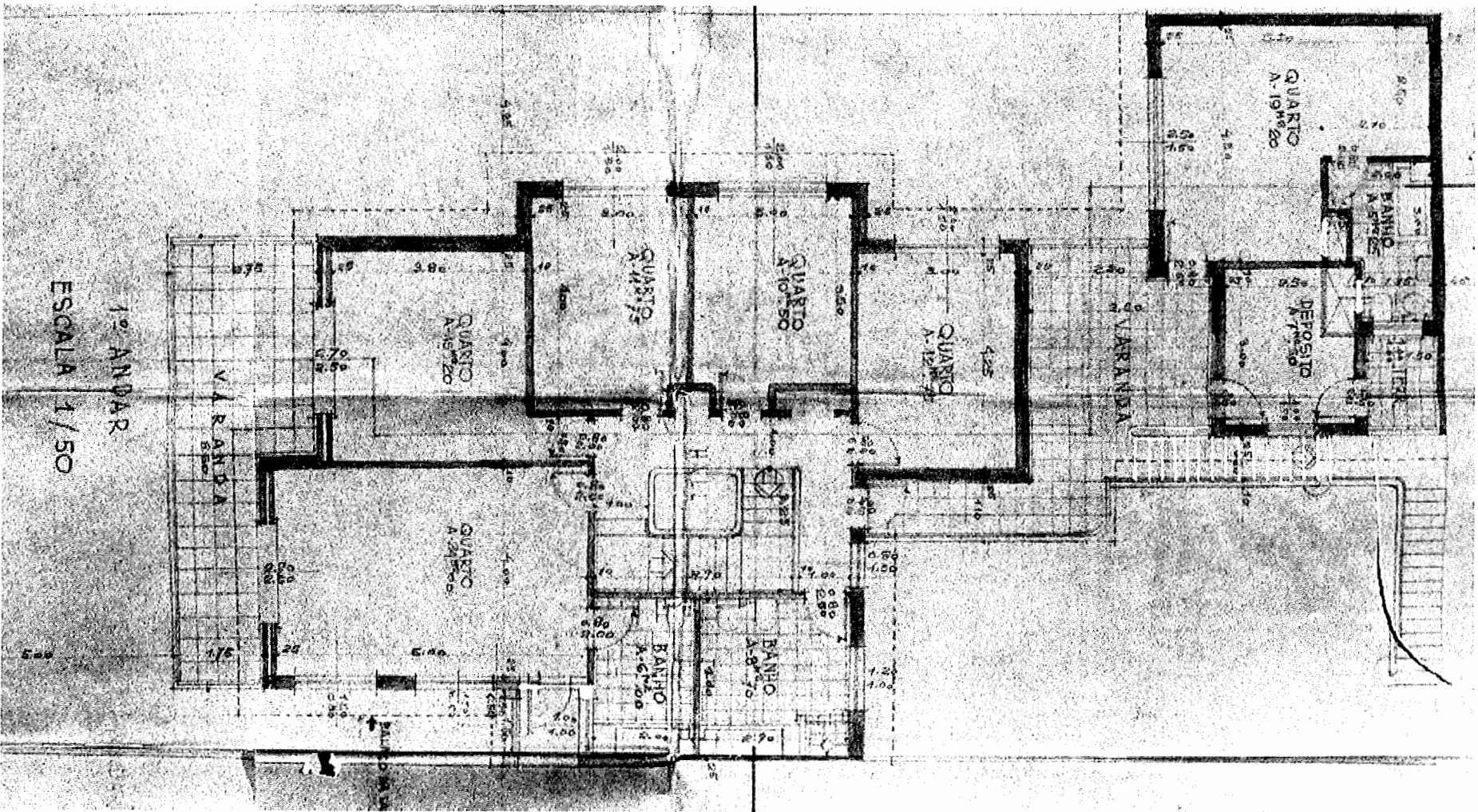
Implantação e relação com as construções próximas. Nesta residência Paulo de Camargo encosta a casa em um dos limites do terreno.

Está residência está localizada na Gávea, na R. Prof. Azevedo Sodré, número 64, no Rio de Janeiro.



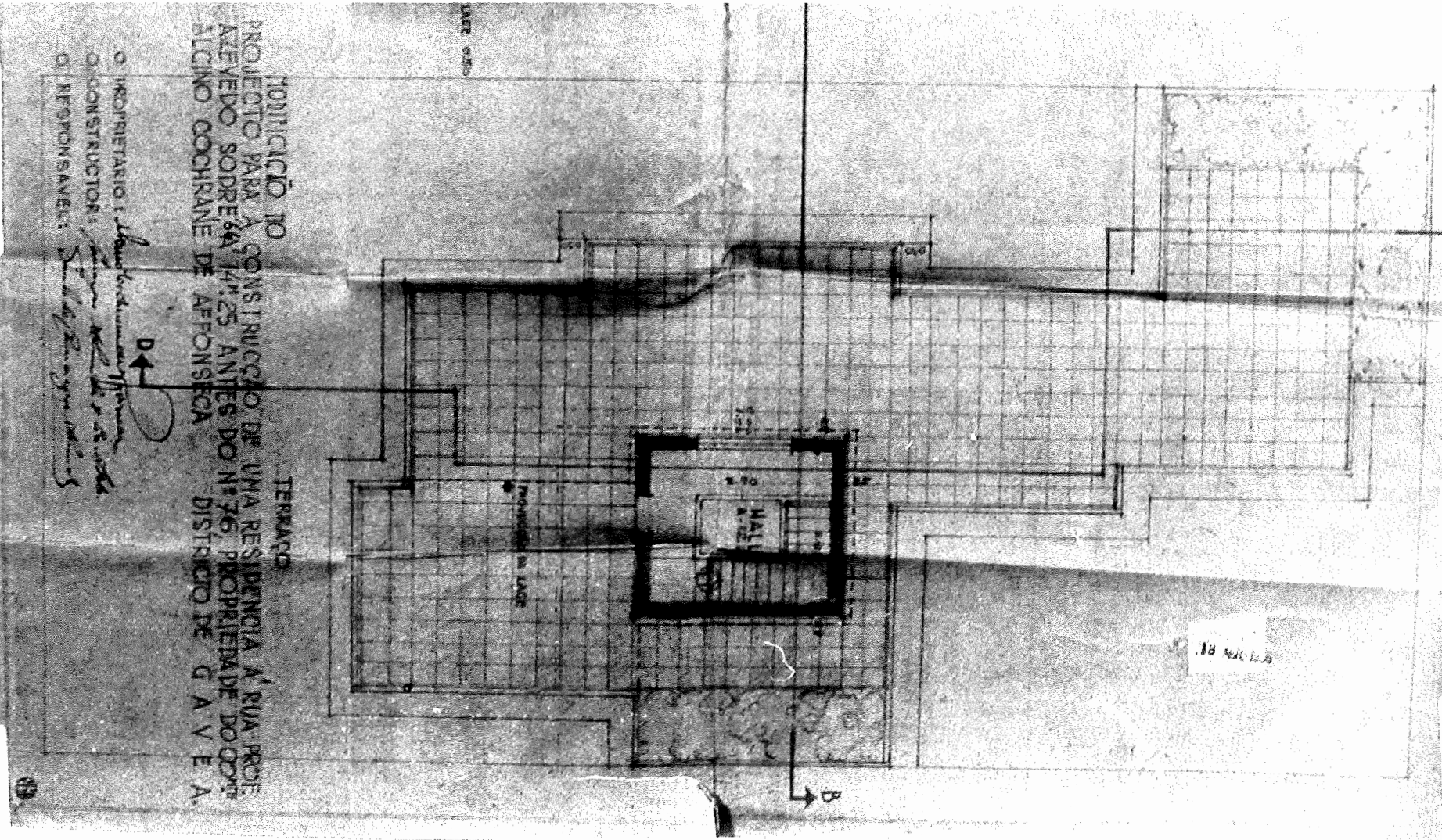
Pavimento térreo.

Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.



Primeiro pavimento.

Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.

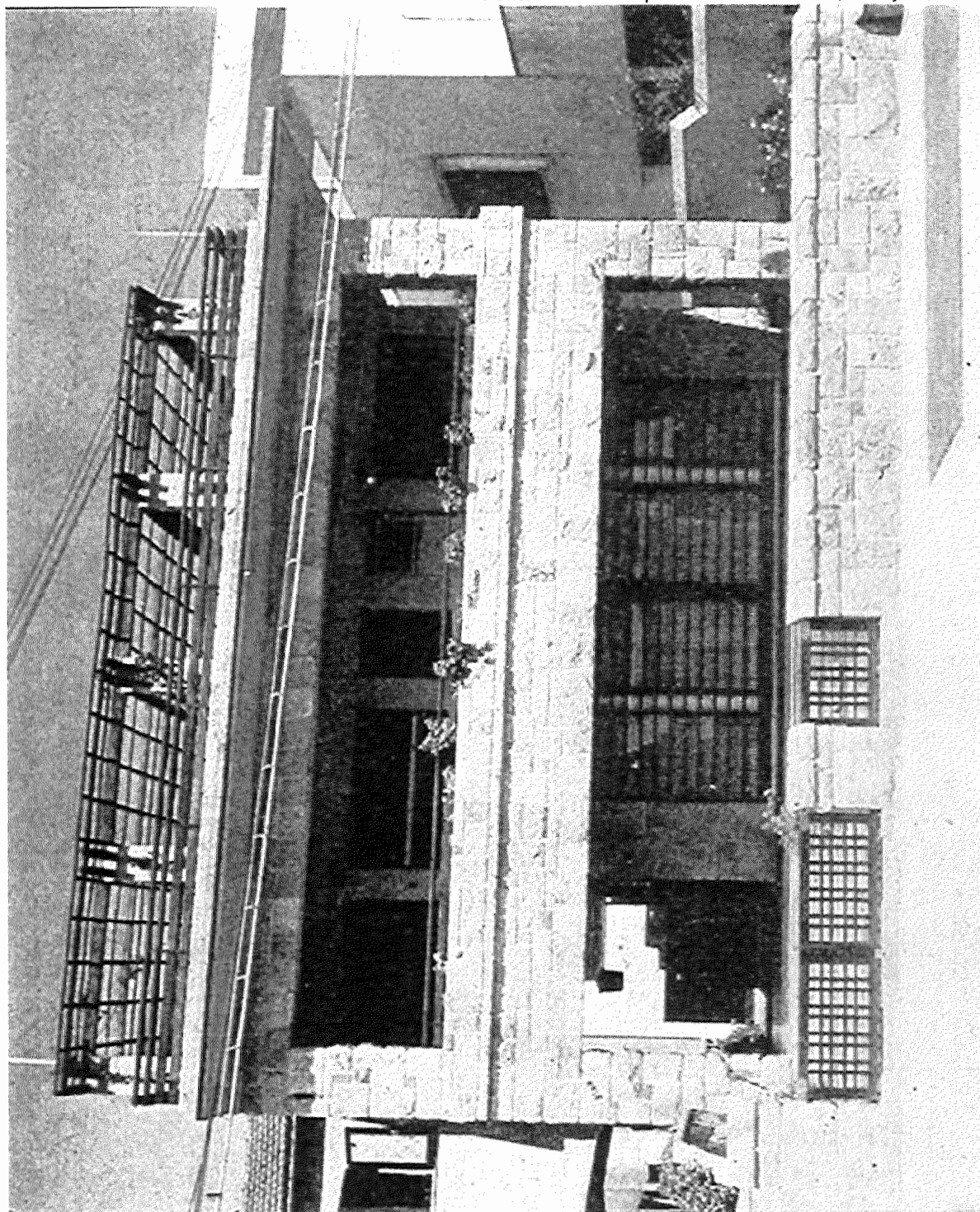


Terraco-jardim.

Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi.

2.1.3.4. Res. Max Zulchner, 1940

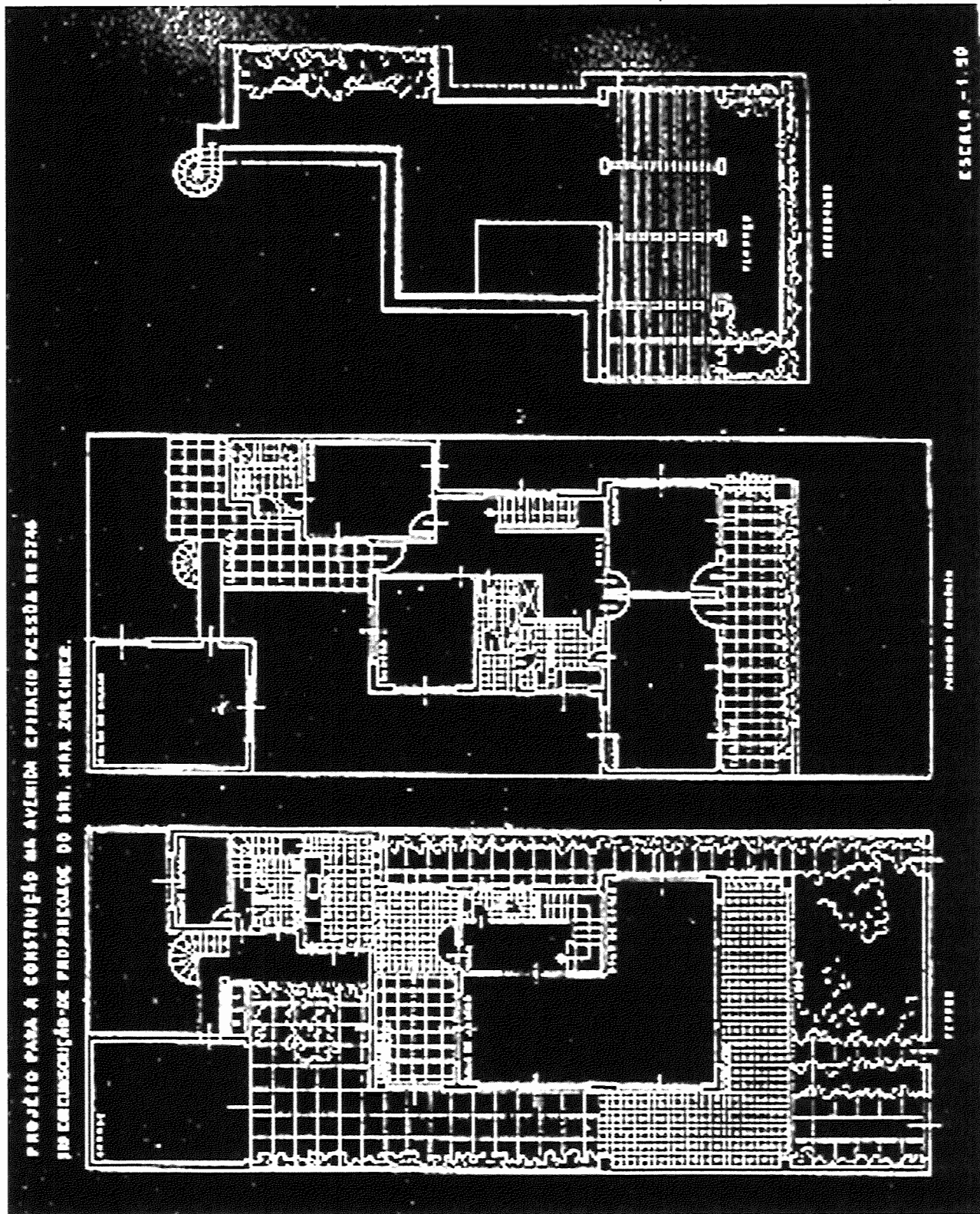
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, mai.-jun., 1940.



Fachada frontal. Foto de época.

Esta residência, uma das mais expressivas de Camargo, localizada à R. Borges de Medeiros, número 67, no Leblon, no Rio de Janeiro. O uso da pedra na fachada não é ornamental e sim elemento estrutural e construtivo.

Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, mai.-jun., 1940.



Na sala em "L" foram eliminadas as divisões internas. Muda o esquema da edícula, unindo-a ao bloco principal. O acesso ao terraço-jardim passa a ser independente.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, mai.-jun., 1940.

Detalhe da entrada na foto de época.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Detalhe da fachada atualmente.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Fachada frontal. Hoje a residência sobrevive entre altos edifícios, com a fachada completamente alterada.

2.1.4. EDIFÍCIOS DE APARTAMENTO

As transformações que vinham ocorrendo desde o início do século, intensificadas após a primeira guerra mundial, impulsionaram a construção de edifícios nas grandes cidades, inicialmente destinados a abrigar escritórios. Este fenômeno era caracterizado por dois fatores: a crescente separação entre o local de moradia e trabalho e o aumento da concentração populacional em áreas urbanas.

“os velhos sobrados comerciais do tipo português, com residências e lojas, começaram a ser substituídos por prédios de alguns andares, com destinação exclusivamente comercial. Esses exemplos mais antigos diferiam apenas discretamente dos prédios que vinham substituir. Apoiados em paredes estruturais de tijolo, às vezes reforçadas nas partes térreas, com vigas e colunas de metal, reuniam todo um conjunto de características de implantação e de uso e detalhes construtivos internos e externos, que as aproximavam de um lado, daqueles velhos sobrados e, de outro, da arquitetura residencial dessa época”⁹⁴.

Estes edifícios do início do século, construídos até meados dos anos 20, abrigavam bancos, edições de jornais, repartições públicas, e se caracterizavam, como aponta Goulart, por programas e soluções plásticas baseadas em esquemas do final do século XIX, muito semelhantes à arquitetura residencial. Por exemplo, mantinham o pé-direito de cerca de quatro a cinco metros de altura, bandeiras sobre portas e janelas e, em geral, possuíam balcões ou guarda-corpos de ferro com arremate em madeira⁹⁵.

Apenas na década de 30 surgem os primeiros edifícios de apartamento, impulsionados pela chegada do concreto armado e dos elevadores. Símbolo de uma grande inovação no setor residencial, foram aceitos inicialmente com relutância.

⁹⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). *Op. cit.*, p. 60.

⁹⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). *Op. cit.*, pp. 60-1.



Júlio de Abreu, Ed. de Apartamentos, Av. Angélica, SP, 1927.



Marcelo Roberto, Ed. de Apartamento, RJ, 1929.

“Esta década de 30 foi o tempo da propagação do concreto armado e em que se aceitou definitivamente o prédio de apartamentos, a solução de moradia coletiva até então altamente rejeitada pelo gosto popular, especialmente pela classe média que não admitia ‘promiscuidades’ semelhantes aos cortiços das classes baixas”⁹⁶.

Quanto ao perfil dos moradores, Nádía Somekh ressalta que os edifícios construídos eram sempre destinados ao aluguel, neles vivia uma elite cultural, que os assumia como padrão de modernidade, imigrantes, já adaptados a este tipo de moradia, funcionários públicos e da iniciativa privada, cujas empresas alugavam apartamentos para seus empregados. Aponta que, além da rejeição referida acima à moradia coletiva, através da associação entre os edifícios de apartamentos e os cortiços, havia ainda o medo de tragédias e o alto custo dos aluguéis, que não foram reduzidos mesmo com sua proliferação e o aumento da oferta.⁹⁷

“(...) o aluguel quase sempre ultrapassa o de uma casa (...) no Rio são caros, principalmente nas praias. Quanto mais se erguem, mais caros

⁹⁶ LEMOS, Carlos A. C. (1979). *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Ed. Melhoramentos / EDUSP. p. 136.

⁹⁷ SOMEKH, Nádía (1997). *A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador*. São Paulo, Studio Nobel / EDUSP / FAPESP. p. 144.

*ficam, não atingindo sua finalidade: morada confortável, em bom lugar, a preço justo*⁹⁸.

Aos poucos os arquitetos alinhados aos princípios modernos, empenhados na causa dos edifícios de apartamento, seguiram as pesquisas e mesmo com todas as dificuldades de adaptação do esquema tradicional, tanto no tratamento das planta como no agenciamento espacial do edifício no lote, foram surgindo casos exemplares. Como em São Paulo: Ed. na Av. Angélica, de Júlio de Abreu; o Ed. Esther, de Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho, 1933, um marco; no Rio de Janeiro: o Ed. de Marcelo Roberto, de 1929; Ed. Edifício- Sede do Ipase (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado), projetado por Paulo Antunes Ribeiro, em 1933; o Ed. Jarau, de Firmino Saldanha, de 1935; e outros.



IPASE, RJ, 1933.



Álvaro Vital Brazil, Ed. Esther, SP, 1935-7.

Neste contexto, Paulo de Camargo constrói em 1933 seu primeiro edifício residencial na Av. Delfim Moreira, 1212, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, considerado por vários autores, entre os quais Paulo Santos e Lúcio Costa, conforme indicado na Introdução deste trabalho, como o primeiro edifício de apartamentos “moderno” sobre pilotis construído no Brasil.

⁹⁸ VAZ, Lilian Fessler (1987). Notas históricas sobre a habitação multifamiliar no Rio de Janeiro – aspectos ideológicos (1850- 1930). In: SOMEKH, Nádia (1997). *Op. cit.*, p. 144.

2.1.4.1. Ed. Residencial, 1933-4



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Fachada frontal do edifício que quando foi construído era envolto por residências. Hoje, no entanto, sobrevive incrustado entre dois altos edifícios contemporâneos. É facilmente perceptível que houveram várias modificações ao longo do tempo. As varandas foram fechadas com janelas diferentes e o terraço foi bastante modificado.

Este edifício apresenta além da marcante presença dos pilotis, outras características da arquitetura corbusiana, como rasgos contínuos e terraço-jardim. É, sem dúvida, a obra mais claramente identificada aos cinco pontos propostos por Le Corbusier em sua arquitetura.



Fachada frontal

A estrutura independente em concreto armado *in loco*, permitiu que Paulo de Camargo trabalhasse com grandes rasgos de janelas. Recuando as paredes de vedação, tanto na fachada frontal como na lateral, cria varandas que contornam os apartamentos voltados para o mar, possibilitando maior ventilação e conforto térmico. Já aqueles que estão voltados para o fundo, mesmo recebendo ventilação direta da rua, não possuem condição tão apropriada de conforto.



Fonte: Lúcio Costa, *Registros de uma vivência*, 1995.

Vista do apartamento localizado no terraço, onde Lúcio Costa viveu por mais de cinquenta anos.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Garagem frontal.



Fonte: Lúcio Costa, *Registros de uma vivência*, 1995.

Escada: circulação vertical.

Paulo de Camargo criou um primeiro alinhamento com o bloco frontal, marcado por símbolos de modernidade: pilotis, varanda em balanço, janelas corrida e terraço-jardim, tudo construído em concreto armado. Em direção ao fundo do terreno, trabalhou com o restante do edifício escalonado de maneira que uma superfície maior recebesse luz e ventilação direta. Este jogo de massas na fachada, criada pelo escalonamento, relacionada com a altura do edifício deu a ele uma proporção bastante harmoniosa, que ainda chama a atenção de quem passa por ali.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Vista dos apartamento que dão para o fundo.

2.1.4.2. Ed. Oceânico, 1936



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Vistas frontal e lateral.

Este edifício está localizado na R. Bolívar, 07. Copacabana, Rio de Janeiro.

Menos arrojado que o Ed. Delfim Moreira, a arquitetura aplicada neste prédio é precursora de um tipo bastante difundido na década de 40.

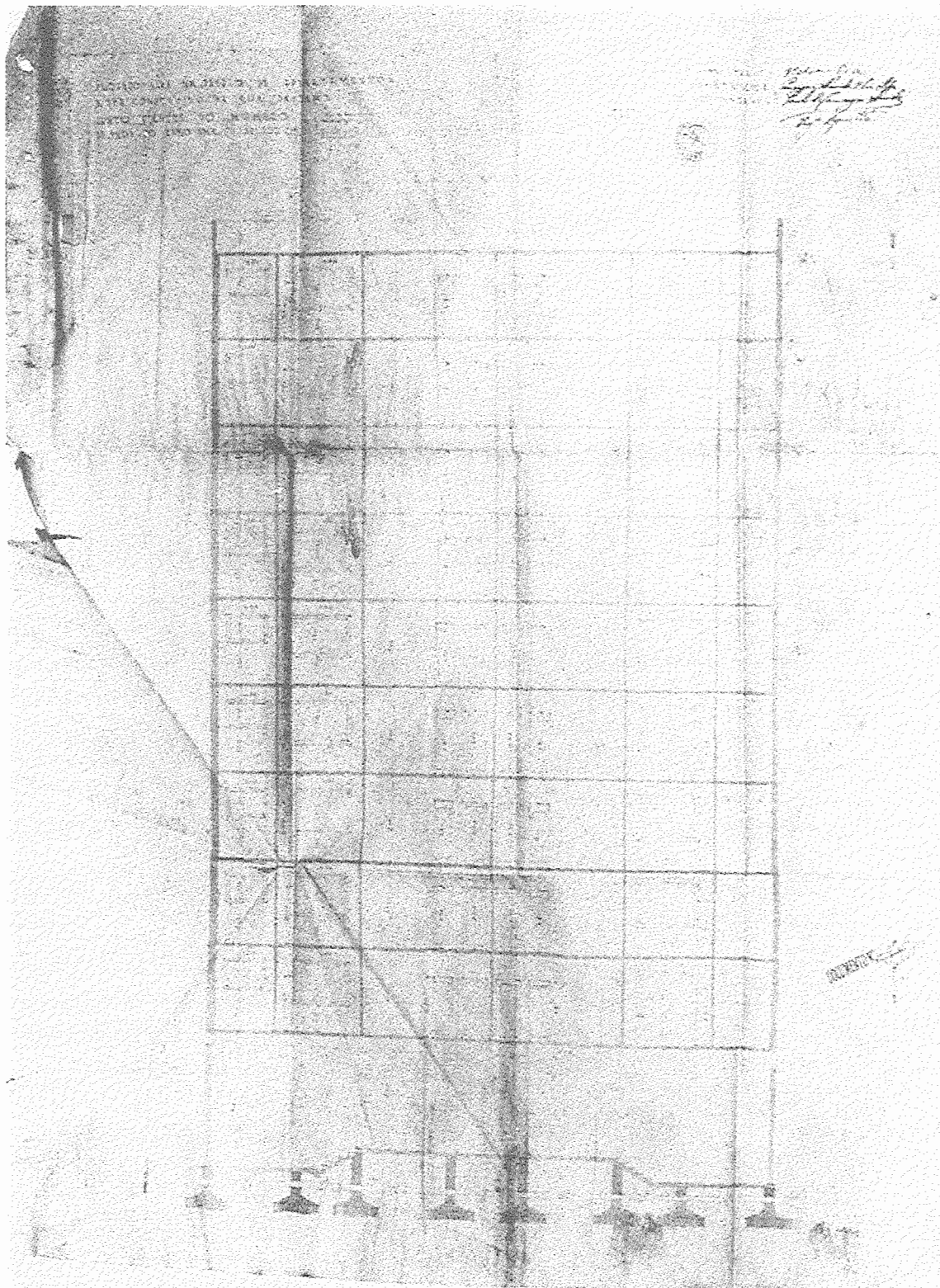
Estão presentes varandas em balanço, grandes caixilhos envidraçados e o uso do concreto armado como elemento estrutural.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Detalhe das varandas e caixilho.

2.1.4.3. Prédio de Apartamentos, 1936



Fonte: Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Foto: Marco A. Belandi

Desenho da fachada frontal. Este edifício estava originalmente localizado na R. Paysandú, 389. Glória, Rio de Janeiro.

2.1.4.4. Ed. Fernanda, 1943

Este edifício está localizado na R. Gomes Carneiro, 66. Ipanema, Rio de Janeiro.

Aqui também pode-se ver as varandas em balanço, hoje quase que totalmente fechadas.



Fonte: Arquivo próprio, 1999.

Detalhe da varanda em balanço.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Vista da fachada frontal.



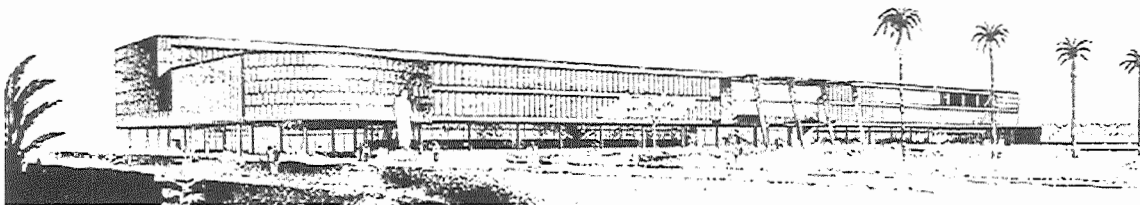
Fonte: Arquivo próprio, 1999.

Detalhe da entrada principal e do acesso para a garagem, localizada no sub-solo.

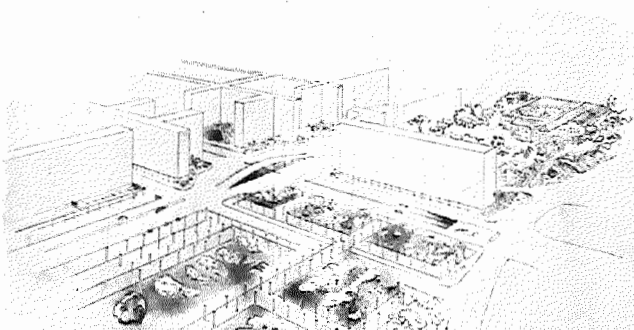
2.1. URBANISMO

Paulo de Camargo elaborou também neste período quatro projetos que auxiliam a compreender seu pensamento arquitetônico/urbanístico, ou porque são projetos urbanísticos, como o projeto de urbanização para o Morro de Santo Antônio ou porque devido a exigências do programa tem na interlocução com a cidade seu principal foco, é o caso dos projetos para os concursos do Aeroporto de Santos Dumont e de Remodelação da Praça da República em São Paulo.

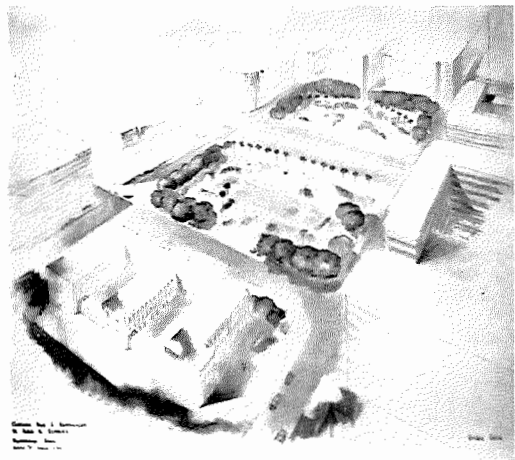
Esta divisão, entre Arquitetura e Urbanismo, obedeceu mais a um critério didático do que propriamente conceitual, visto que para Camargo, como para a maioria dos arquitetos modernos, tanto o edifício como o projeto em larga escala devem obedecer à lógica do espaço de intervenção que elegeram como privilegiado: a cidade.



Projetos para o concurso do Aeroporto de Santos Dumont, Rio de Janeiro. Perspectiva da fachada voltada para a cidade.

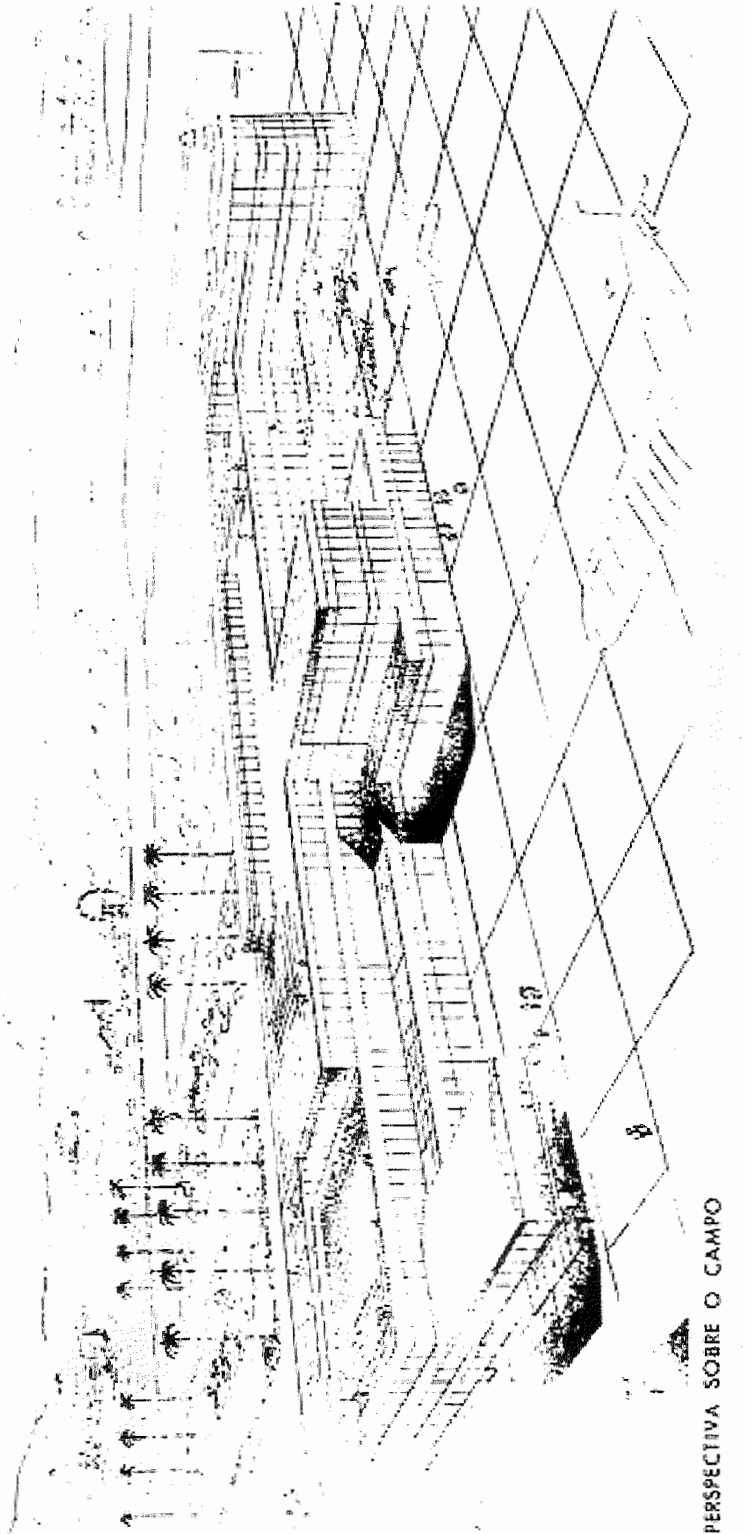


Acima, projeto de urbanização do Morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro e à direita, projeto para o concurso de Remodelação da Praça da República em São Paulo.



2.2.3. Projeto para o concurso do Aeroporto Santos Dumont, 1937

Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, nov-dez./1937.



PERSPECTIVA SOBRE O CAMPO

Perspectiva a partir da pista de pouso e decolagem.

O aeroporto, como novo tipo / programa nas cidades modernas, tornou-se tema corrente no Rio de Janeiro e despertou particular interesse dos arquitetos devido a dois concursos abertos em 1937 pelo Departamento de Aeronáutica Civil. O primeiro teve como programa a Estação de Hidroaviões⁹⁹ e o outro a Estação Central do Aeroporto Santos Dumont.

O anteprojeto para o Aeroporto é um trabalho importante de Camargo, não apenas por suas qualidades projetuais, mas também porque foi uma das parcerias entre este arquiteto e Atílio Correa Lima. Como mencionado na Introdução deste trabalho, eram os responsáveis pela cadeira de Grandes Composições Arquitetônicas, entre 1934 e 1937, sendo Lima o titular da cadeira e Camargo seu assistente. Após a morte de Atílio Correa, em 1943, Paulo de Camargo prestou concurso na ENBA para aquela vaga de titular, no entanto, foi reprovado, sendo contratado o Arq. Paulo Pires.¹⁰⁰

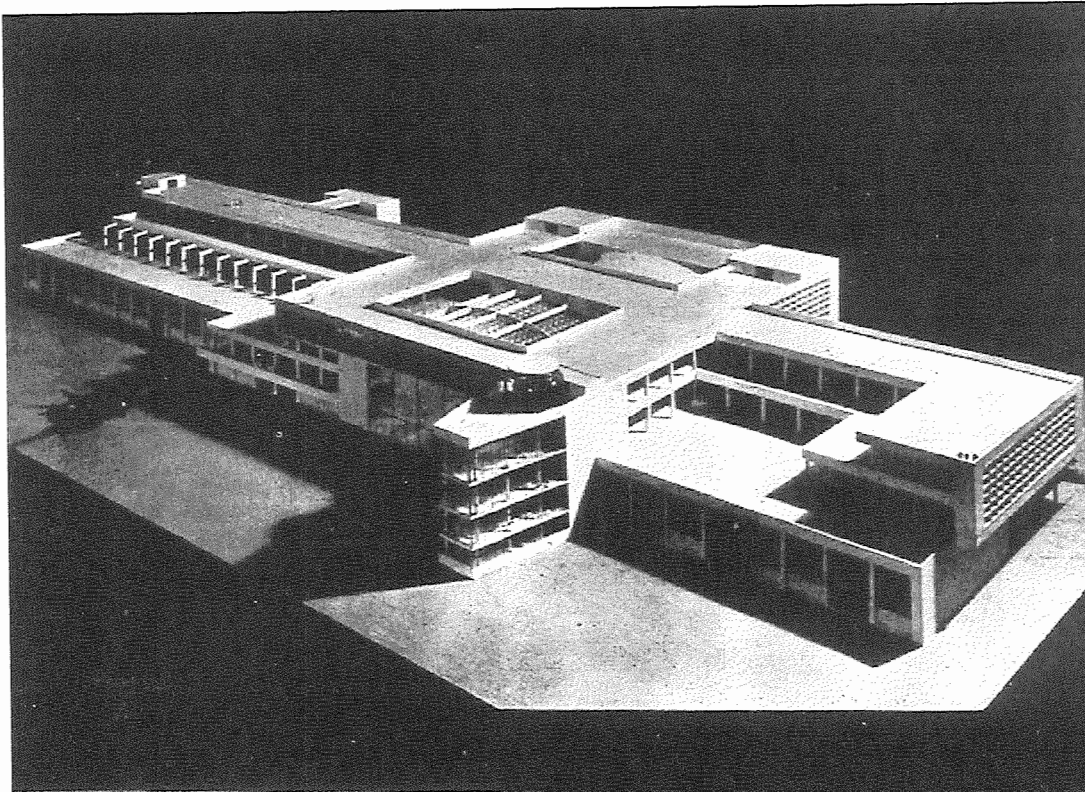
A equipe era formada, além de Paulo de Camargo e Atílio Correa Lima, por Renato Mesquita dos Santos. A proposta elaborada classificada em segundo lugar, tendo vencido o concurso o projeto dos irmãos Marcelo e Milton Roberto, que foi implementado e concluído em 1944, depois de várias alterações.

Os dois concursos deram maior visibilidade ao tema do aeroporto na cidade do Rio de Janeiro e estimularam vários artigos e debates à respeito. A revista *Arquitetura e Urbanismo* (IAB-RJ), de novembro – dezembro de 1937, foi praticamente toda voltada ao assunto. Outras revistas também, como a *Revista Municipal de Engenharia*, deram particular destaque à matéria.

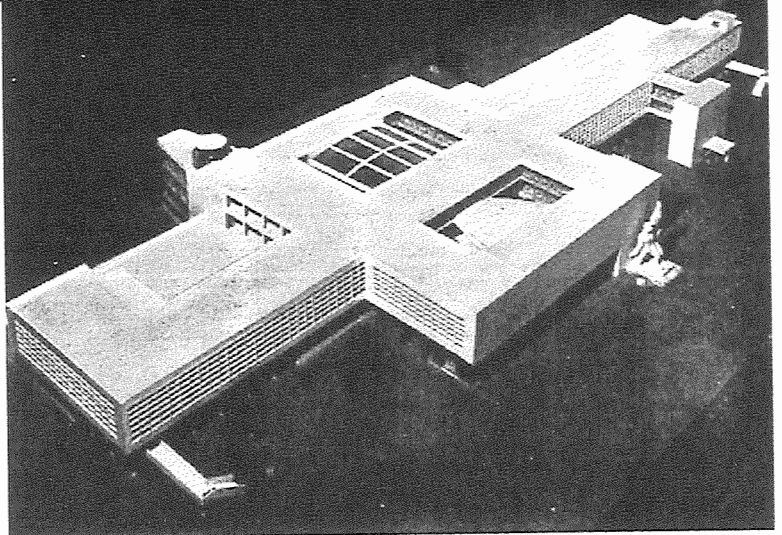
⁹⁹ Paulo de Camargo participou do concurso para a Estação de Hidroaviões como membro do júri, assim, não apresentou nenhum projeto. A equipe classificada em primeiro lugar era composta pelos arquitetos, Atílio Correa Lima, Jorge Ferreira, Thomaz Estrella, Renato Mesquita e Renato Soeiro.

¹⁰⁰ Segundo Fernanda Camargo Mouro, em depoimento à autora, teve muita influência no resultado final do concurso as posições políticas de Paulo de Camargo, partidário das idéias comunistas. Este resultado foi um duro golpe, que trouxe grande decepção ao arquiteto, pois sua contratação era praticamente certa, assumiria a Cadeira da qual já havia sido professor. Foi surpreendido pela contratação de Paulo Pires, mais jovem e inexperiente. Afastou-se das atividades didáticas até 1956, quando presta concurso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, assunto que abordaremos mais à frente, na Parte II – Cap. 3.





Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, nov-dez./1937.



Primeiro prêmio no concurso para a Estação Central do Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro. Arquitetos: Milton e Marcelo Roberto.

*“Hoje, e cada vez mais amanhã, o grande portal será o aeroporto, amplo, iluminado pelo sol, batido pela brisa e a cidade exibirá ao viajante, a plenitude de seus encantos, a moldura de seus horizontes e a beleza de seu céu”.*¹⁰¹

Luiz Cantanhede Filho, engenheiro do Departamento de Aeronáutica Civil, no artigo “O Aeroporto e a Cidade”, publicado no número acima citado da revista *Arquitetura e Urbanismo*, apresentou dados para uma localização correta dos aeroportos. Retomou a discussão sobre a localização do Aeroporto Santos Dumont, ressaltando o movimento que surgiu contra a proposta presente no Plano Agache e a favor de definir a área da Ponta do Calabouço como local mais adequado. A escolha se justificava pela relação mais próxima do Aeroporto, segundo o autor, com o centro da cidade, que implicava uma distância menor de deslocamento para os usuários.¹⁰²

Na época do concurso, a decisão de transferir o Aeroporto para a Ponta do Calabouço era fato, as obras para aterrar a área já haviam até mesmo começado. O projeto exigia assim dos arquitetos uma implantação cuidadosa do edifício, estabelecendo a articulação entre o centro comercial- administrativo e o mar, entre a chegada da zona sul e a região do Castelo, um belo desafio.

O júri, composto por Nestor E. de Figueiredo, Paulo Santos, Maurício Joppert, Ricardo Antunes, Augusto Vasconcelos Júnior, A. Junqueira Aires, Alberto de Melo Flores e o consultor do concurso Luiz Cantanhede Filho, atribuiu as classificações dos anteprojetos¹⁰³, com a indicação de alterações no

¹⁰¹ MELLO, Anhaia (1930). *Aerovias e Aeroportos*. Revista *Politécnica*, no. ago/set. In: CANTANHEDE Fº, Luiz (1937). *O Aeroporto e a Cidade*. *Arquitetura e Urbanismo*, nov.-dez., p. 282.

¹⁰² Define que, “Os aeroportos são destinados ao tráfego público e franqueados a quaisquer aeronaves”, devendo assim serem localizados próximos aos centros comerciais das cidades. Indica também que as aeronaves nunca deveriam sobrevoar núcleos urbanos, deveriam estar longe de áreas poluídas, que prejudicam a visibilidade. Portanto, as melhores soluções admitidas são as em áreas periféricas próximas ou as localizadas perto de rios / oceanos. Cita como exemplos, do primeiro caso, o Aeroporto da Pampulha, em BH, e o Aeroporto de Congonhas, em SP, e do segundo, aqueles localizados na costa brasileira, com várias ilustrações ao final. CANTANHEDE Fº (1937). *Op. cit.*, pp. 282-94.

¹⁰³ A classificação foi definida assim, primeiro lugar: Marcelo e Milton Roberto; segundo: Renato Mesquita, Atílio Correa Lima e Paulo de Camargo; terceiro: José Teódulo da Silva;

primeiro colocado¹⁰⁴. Quanto ao anteprojeto de Paulo de Camargo e equipe, identificado como número quatro, o júri publicou a seguinte nota:

*“Os trabalhos classificados em segundo e terceiro lugar foram escolhidos por maioria absoluta de votos do júri. Os pontos principais examinados, deram lugar à seguinte crítica: (...). TRABALHO NÚMERO QUATRO – I – Planta da estação satisfatória; II – Boa lógica na distribuição das peças; III – Circulação bem resolvida; IV – Iluminação boa na maior parte do edifício e aceitável nas peças do segundo e terceiro pavimentos voltados para oeste; V – Expressão arquitetônica regular; VI – Estrutura boa com alguns senões; VII – Acessos bem previstos”.*¹⁰⁵

Das críticas, apresentadas acima pelo júri, à equipe de Camargo, Lima e Mesquita, em relação ao anteprojeto primeiro colocado, de Marcelo e Milton Roberto, a principal diferença que se pode notar é quanto à estrutura, mais simples e de fácil execução, e à solução das fachadas, mais clara e limpa, sobretudo a da face voltada para o mar.

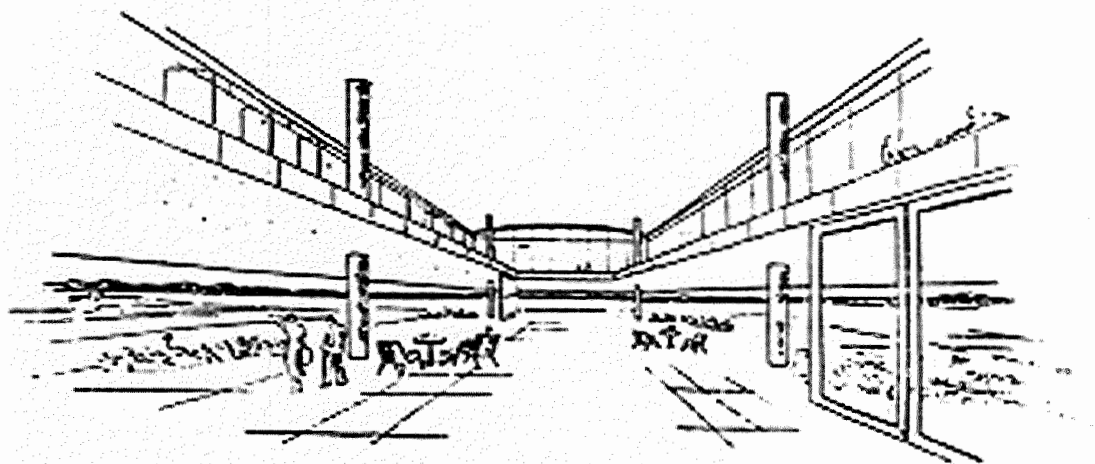
Podemos localizar várias referências importantes neste projeto, como a presenças de elementos característicos da arquitetura corbusiana: pilotis, que elevam o edifício e lhe dão leveza estrutural; o terraço-jardim, permitindo vislumbrar a vista para o mar, a pista e a cidade; além dos planos de janelas contínuas. Percebe-se também a influência da arquitetura de Gropius, principalmente na maneira como agenciam os volumes, conectando-os a um bloco principal. Há visivelmente a preocupação de dar dinamismo às fachadas, através de blocos curvos e de dimensões variadas, no entanto são ainda experiências confusas. A planta, como se vê, é em essência bastante simétrica. Outra referência para este⁶ arquitetos é Neutra, notada sobretudo na entrada principal ressaltada com pórticos estruturais. Estas entre outras

quarto: Angelo Bruhn e quinto lugar: Benedito de Barros, Gastão Tassano e Flávio Amilcar Regis do Nascimento.

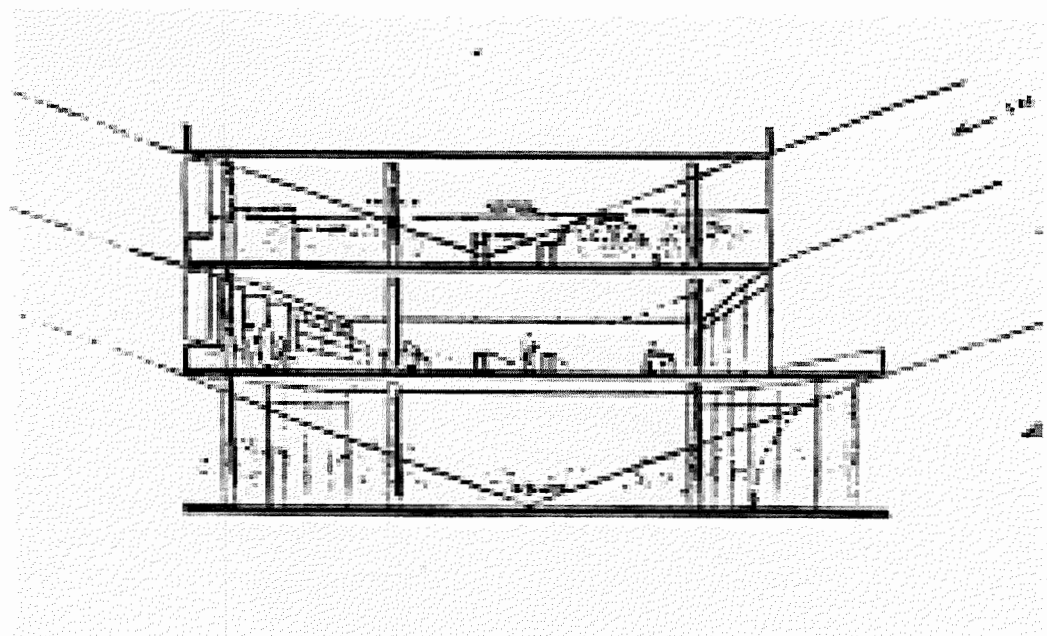
¹⁰⁴ ARQUITETURA E URBANISMO (1937). Aeroporto Santos Dumont. *Arquitetura e Urbanismo*, nov.-dez., pp. 295-7.

¹⁰⁵ ARQUITETURA E URBANISMO (1937). *Op. cit.*, pp. 295-6.

referências podem ser percebidas em obras de Camargo, durante toda sua trajetória profissional.

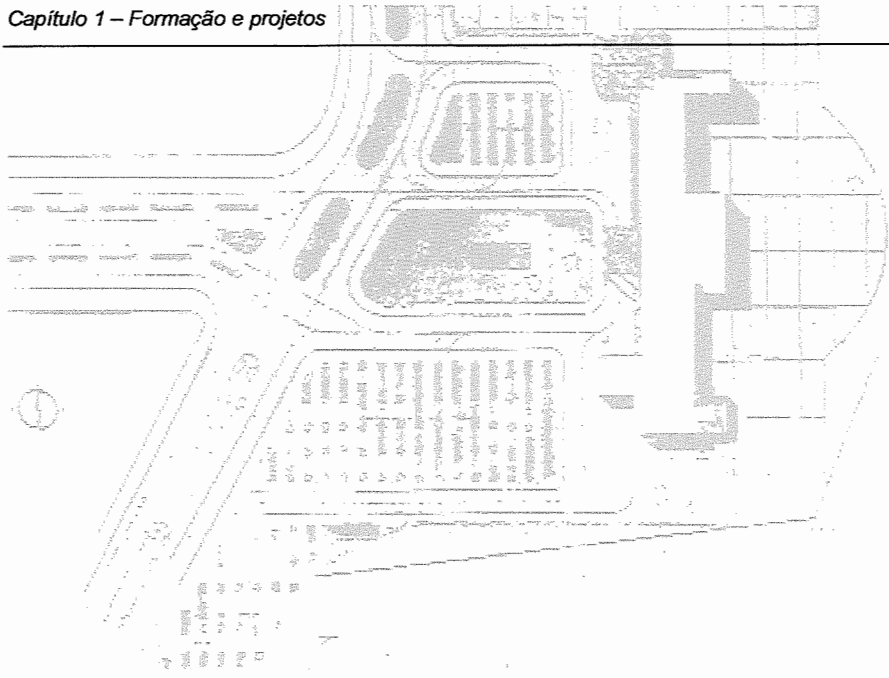


Restaurante. Perspectiva.



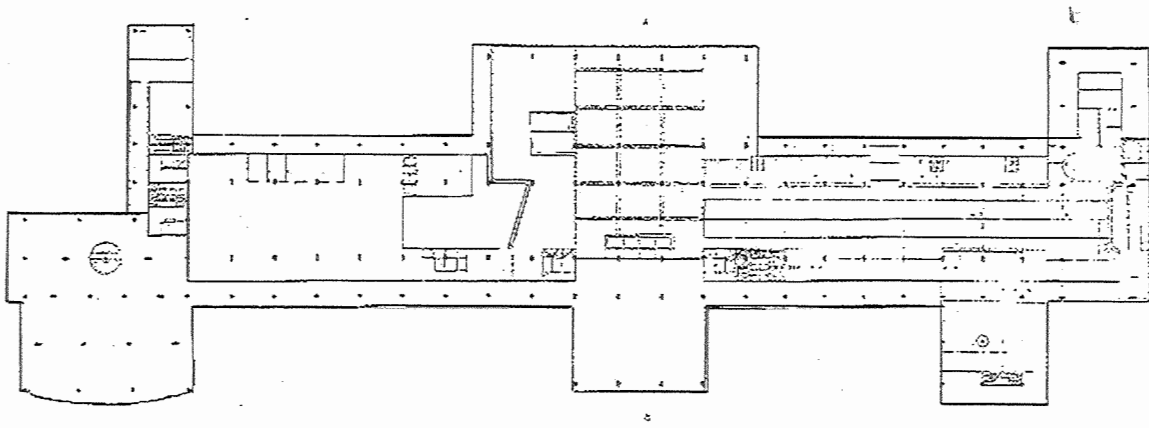
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, nov-dez./1937.

Esquema de iluminação bi-lateral. Grande preocupação com as soluções de conforto térmico é característica marcante na obra de Camargo.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, nov-dez./1937.

Implantação

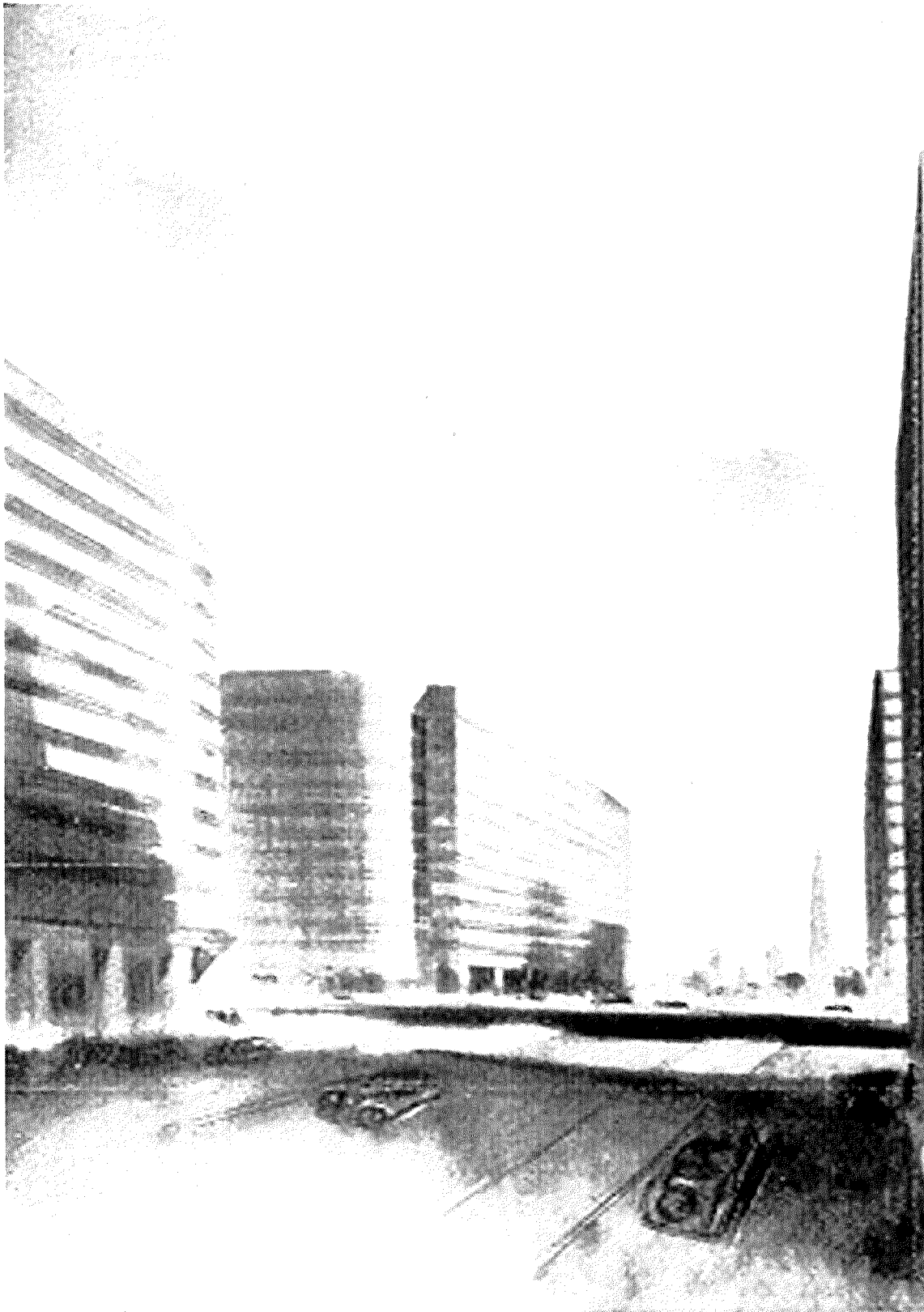


Planta do pavimento térreo.



Perspectiva da fachada voltada para a cidade.

2.2.2. Reurbanização do Morro de Santo Antônio no RJ, 1938



Fonte: Arquitetura e Urbanismo, 1940, mar.-abr., p. 66.

Na segunda metade da década de 30¹⁰⁶, Camargo realizou o Curso de Urbanismo, para pós-graduados, na Universidade do Distrito Federal (UDF). Essa universidade representou um momento importante para o desenvolvimento do pensamento moderno e renovador da cultura brasileira, um capítulo à parte, ao qual não iremos nos deter profundamente.

Com o apoio do prefeito Pedro Ernesto, nasceu em 1935 a UDF, iniciativa do pedagogo e educador Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, responsável também pela implantação da rede de ensino primário vista anteriormente. Esta Universidade, desvinculada das faculdades existentes, tinha como objetivo central a formação de novos educadores. Sua curta existência fez parte de um contexto político mais amplo, mas muito particular, o primeiro período do governo de Getúlio Vargas.¹⁰⁷

“No plano do ensino superior, o governo procurou criar condições para o surgimento de verdadeiras universidades, dedicadas ao ensino e à pesquisa. Até aquela data elas eram uma junção de escolas superiores”¹⁰⁸.

Representou “uma contrapartida arejada para o conservadorismo da ENBA”. Foi criado o Instituto de Arte, cujo objetivo final era a “criação unitária”. Nele coexistiam arquitetura, urbanismo, escultura, pintura, música, literatura, etc.. O novo Instituto teve ainda um núcleo de ensino voltado para as artes industriais, em particular as gráficas e de indumentária. A Universidade que teve como reitor Afrânio Peixoto, contava no quadro de professores com grandes nomes do meio artístico e intelectual, como Mário de Andrade, que ministrou um curso de filosofia e história da Arte; Villa Lobos, Gilberto Freyre, Andrade Muricy, Lúcio Costa, Carlos Leão, Lorenzo Fernandez, Celso Antônio, Guignard, Portinari, que coordenou os estudos do ateliê de pintura; Adolfo

¹⁰⁶ Paulo de Camargo ingressa no Curso de Urbanismo mais ou menos em 1936 ou 1937. Não foi possível precisar a data porque não conseguimos obter informações sobre o período de duração do curso.

¹⁰⁷ FAUSTO, Boris (1999). *Op. cit.*, p. 336-340.

Morales de los Rios F^o.¹⁰⁹, que deu o curso de História do Urbanismo, entre outros.¹¹⁰

Em 1939, após a implantação do Estado Novo, portanto quatro anos depois de sua criação, a UDF foi extinta e incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil.¹¹¹

A tese elaborada por Paulo de Camargo, como requisito à conclusão do Curso de Urbanismo, recebeu o título de *Projeto de remembramento do Centro do Distrito Federal, em relação ao novo traçado dos terrenos conquistados com o futuro desmonte do Morro de Santo Antônio*. Caracteriza-se por uma dupla abordagem, teórica e prática. Teórica por fornecer um diagnóstico da situação da cidade do Rio de Janeiro, num período em que o Morro de Santo Antônio ainda fazia parte da paisagem carioca, efetuar uma análise crítica das propostas realizadas até então, sobretudo as presentes no Plano Agache, e justificar as soluções adotadas no anteprojeto; e prática no sentido de elaborar um anteprojeto, onde apresenta propostas e soluções que considera mais adequadas para a área.

Camargo divide seu trabalho em duas partes, publicadas pela Revista Municipal de Engenharia em março e maio de 1939. Na primeira parte, resgata o processo histórico do Centro do Distrito Federal, desde o período do descobrimento, e indica a localização estratégica dos morros para a configuração urbana da cidade, destacando a importância particular do Morro de Santo Antônio. Aponta ainda a necessidade também histórica de arrasá-lo, por haver se transformado num entrave à expansão da cidade, tornando o traçado viário do Centro caótico, desta maneira, chama a atenção para uma certa “vocação do lugar”. Na segunda parte, o arquiteto analisa questões

¹⁰⁸ FAUSTO, Boris (1999). *Op. cit.*, p. 337.

¹⁰⁹ MORALES DE LOS RIOS (F^o.), Adolfo (1947). *Legislação do Exercício das Profissões de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura*. Rio de Janeiro, Borsói, p. 483. (Apontamentos biográficos do autor).

¹¹⁰ FROTA, Leila Coelho (1993). *Alcides da Rocha Miranda: caminho de um arquiteto*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ. PP. 14-9.

¹¹¹ FAUSTO, Boris (1999). *Op. cit.*, p. 338.

específicas referentes ao Morro de Santo Antônio, como propriedade, as várias tentativas de arrasamento, a interferência no clima do centro da cidade e problemas de tráfego. Apresenta uma alternativa técnica para derrubada do Morro e sua viabilidade econômica, além, do anteprojeto propriamente dito, onde sintetiza todas estas análises.

Parece importante ainda destacar em relação a este projeto que, depois de receber o título de Urbanista, Paulo de Camargo foi imediatamente designado membro colaborador da Comissão de Elaboração do Plano da Cidade do Rio de Janeiro¹¹², restabelecida pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937-45). A comissão tinha como atribuições rediscutir o Plano Agache e propor um novo plano para a cidade. Com a formação da comissão, a cidade passou a ser o centro das reflexões de profissionais que nela atuavam diretamente, sobretudo dos arquitetos ligados ao ideário do Movimento Moderno, que a elegeram como tema privilegiado de intervenção.

A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas realizou em novembro de 1938 a XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, no Pavilhão da Prefeitura. A publicação da Revista Municipal de Engenharia (PDF), de novembro de 1938, traz algumas das obras que foram apresentadas naquela mostra, onde podemos encontrar com grande destaque o anteprojeto de Camargo¹¹³, ainda que não identificado por se tratar de uma exposição geral. Podemos encontrar também trechos presentes em sua tese, onde descreve o anteprojeto proposto.¹¹⁴

“teve a Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas a oportunidade de exibir alguns dos resultados de suas atividades e expor

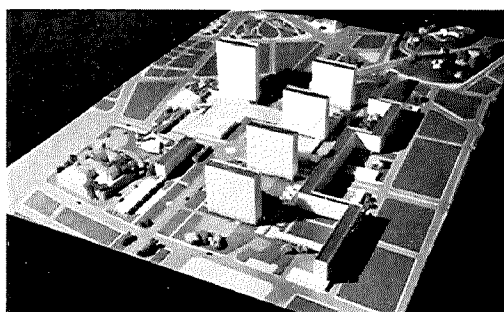
¹¹² A Comissão do Plano da Cidade foi criada para auxiliar A. Agache durante o período de elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro, sendo extinta após a conclusão dos trabalhos.

¹¹³ Uma estatística rápida dá a noção do destaque que teve o anteprojeto de Camargo, ao menos no artigo em questão. Cerca de 40% das imagens apresentadas pertencem ao seu anteprojeto, isto se levamos em consideração apenas as que temos absoluta certeza, todas fotos de maquete.

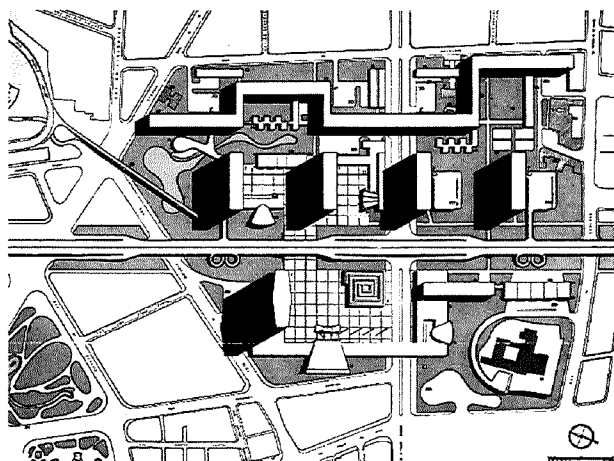
¹¹⁴ REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA (1938). A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, nov. PP. 23-37.

*projetos de suas possíveis realizações futuras, mormente no que diz respeito ao Plano de Urbanização da Cidade*¹¹⁵.

O desmonte do Morro Santo Antônio, na região central do Rio de Janeiro, foi tema constante de reflexão sobre a expansão e desenvolvimento da cidade desde 1853, quando pela primeira vez recebeu autorização do Imperador para efetuar o arrasamento do morro. De lá até sua demolição no início da década de 50, durante a administração do Prefeito Dulcídio Cardoso (1952-5), foram realizadas várias propostas de ocupação da área, entre as quais as mais conhecidas são as do arquiteto e urbanista francês Donat Alfred Agache (1926-30) e do arquiteto Affonso Eduardo Reidy (1948).



Acima, a maquete e à direita, o plano geral elaborado por A. E. Reidy para a Urbanização do Morro de Santo Antônio, RJ, em 1948, portanto, dez anos depois do projeto de Camargo.

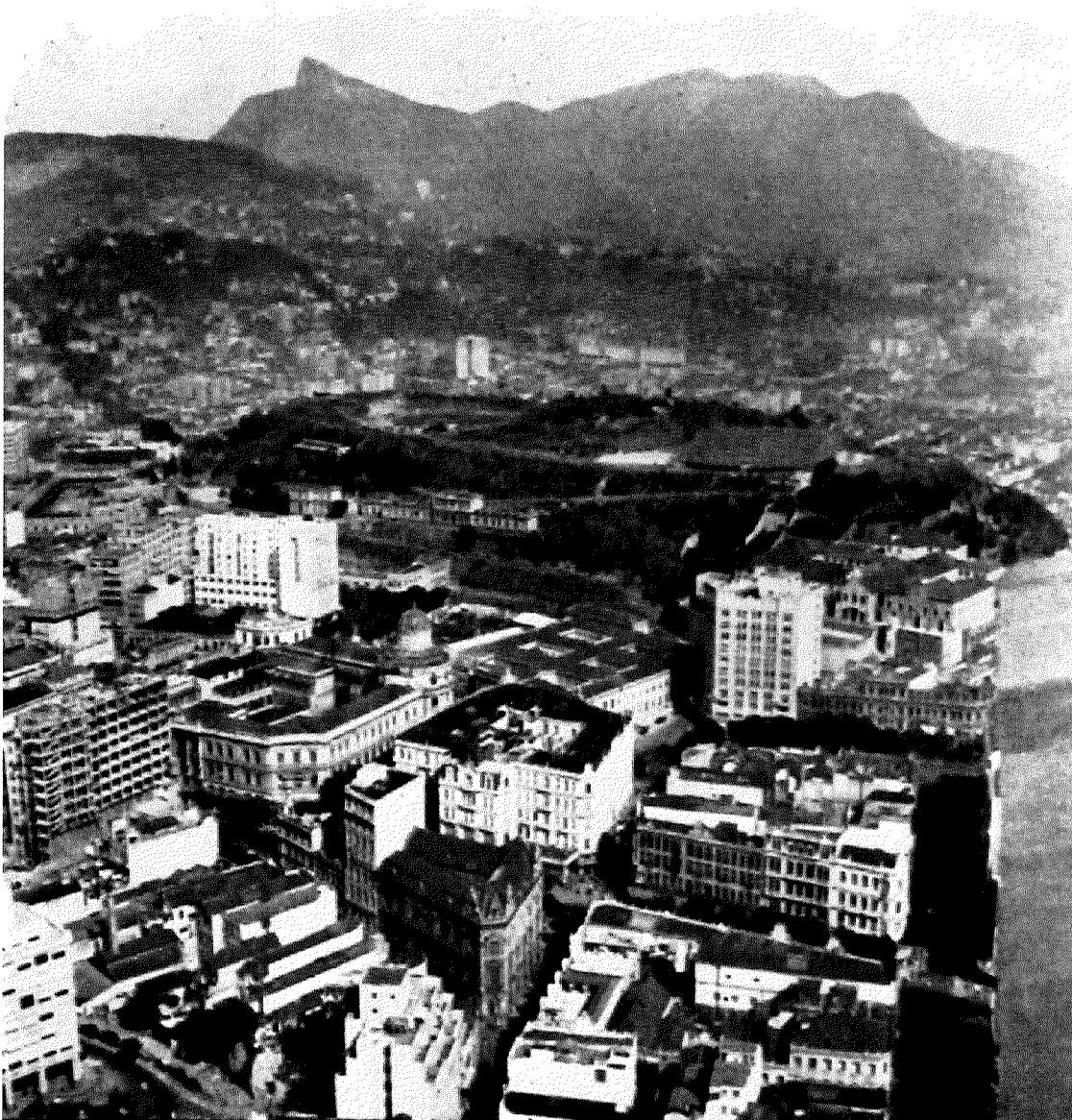


O arrasamento possibilitaria a ocupação da gleba localizada ao lado da Av. Rio Branco, oposta ao Castelo, num total de 280.000 m² de superfície; fora as áreas aterradas, como o Saco da Glória (550.000 m²), que permitiria complementar o conjunto principiado pela península do Calabouço, onde foi implementado o Aeroporto Santos Dumont e o alargamento da Av. Beira Mar até o Morro da Viúva.

Segundo Paulo de Camargo, decidir pela derrubada de um morro é tarefa bastante complexa, que exige muita responsabilidade e argumentos fortemente estruturados. Considerava o desmonte do Morro de Santo Antônio, no Rio, necessário para que se pudesse promover a expansão da região

¹¹⁵ REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA (1938). *Op. cit.*, p. 23.

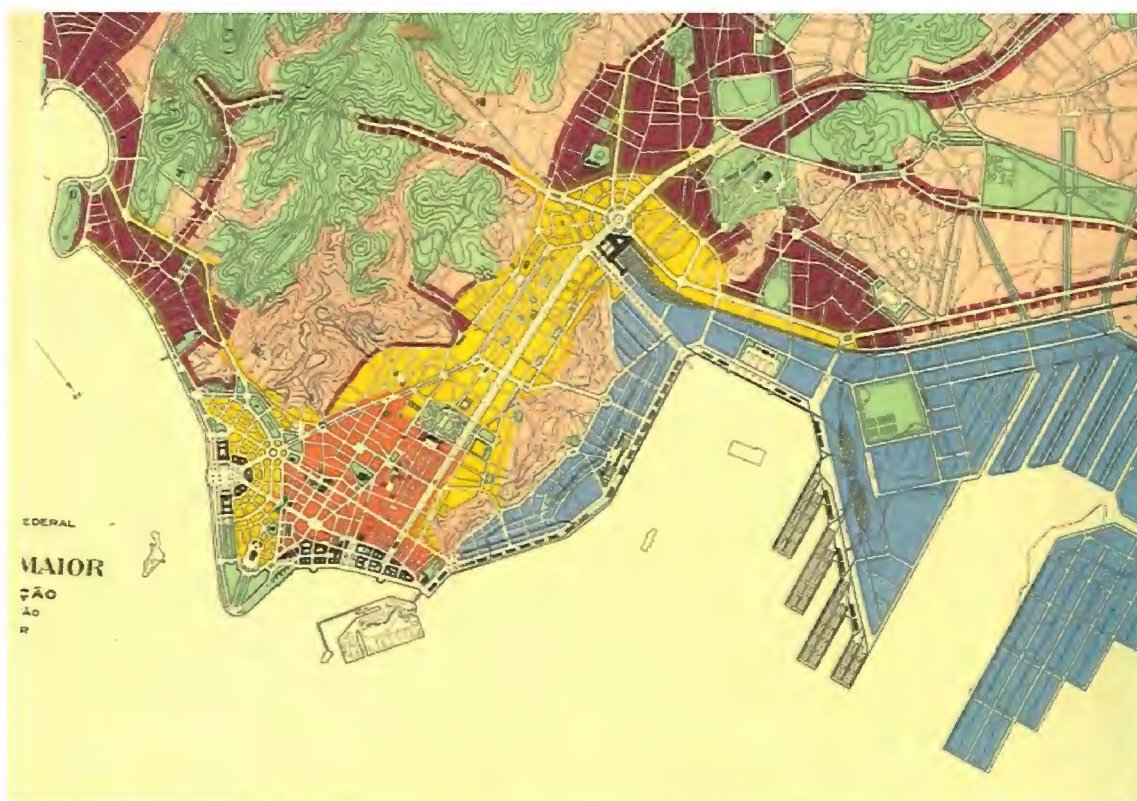
central, que teve seu traçado viário prejudicado, assim como, a interligação do centro com as outras regiões devido a sua presença, que provocou ainda danos graves à qualidade de vida das pessoas, afetando as condições de higiene e a circulação de ar. Na sua argumentação, Camargo recorre ainda à autoridade de Agache, citando trechos de seu plano onde o urbanista indica a necessidade de arrasar o Morro de Santo Antônio.



Rio de Janeiro. Derrubada do Morro de Santo Antônio, década de 50. Fonte:

Inicialmente a intenção de Paulo de Camargo era estudar as conseqüências do arrasamento do Morro Santo Antônio a partir do Plano Agache.

“Ao estudarmos o presente anteprojeto, procuramos fazê-lo orientados pelo plano ‘Agache’, como apareceu-nos aconselhável, e assim a ligação da zona compreendida no presente anteprojeto com as demais, deveria ser prevista de acordo com o plano do Snr. Alfred Agache”¹¹⁶.



Detalhe da planta geral do Plano Agache para o Rio de Janeiro, 1930.

No entanto, ao estudá-lo em maior profundidade, apareceram divergências em pontos centrais do traçado geral, levando Camargo à redefinição da área de intervenção.

“Por divergirmos destes traçados como foram projetados, fomos obrigados a ampliar o problema inicial. O presente estudo fica apenas compreendido entre a Praça da Bandeira na Zona Norte, até Largo do Machado, na Zona Sul.”¹¹⁷

¹¹⁶ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). Projeto de Remembramento do Centro do Distrito Federal, em Relação ao Novo Traçado dos Terrenos Conquistados com o Futuro Desmonte do Morro de Santo Antônio - parte2. *Revista Municipal de Engenharia*, n.º 3, vol. 6, mai., p. 267.

¹¹⁷ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 267.

Para Paulo de Camargo, o problema central não era o traçado proposto por Agache em seu plano e sim a definição da função destinada àquela área. O urbanista francês propôs no plano que os terrenos do Morro de Santo Antônio teriam a mesma função dos terrenos do Castelo, dando continuidade à área administrativa e comercial. Paulo de Camargo considerava mais pertinente transferir para Santo Antônio a ligação do centro com as zonas Norte e Sul da cidade, melhorando assim tanto a distribuição local do tráfego no centro, como também os percursos entre estas regiões.

Esta solução respeitava a tendência natural da área, recuperando sua vocação histórica, colocava em destaque o empecilho à expansão do Centro, impedindo a ligação entre este e as outras regiões da cidade, assim como, a ligação entre estas, principal motivo para eliminá-lo da paisagem da cidade.

Neste aspecto, Camargo critica a pouca importância dada por Agache aos terrenos do Morro Santo Antônio e demonstra que a transferência para a área do eixo de ligação da cidade (Norte – Centro – Sul) teria excelentes resultados sobre a performance do tráfego na cidade.

“todo o centro da cidade ficará aliviado de, no mínimo, 70% do tráfego atual no que se refere a ônibus e bondes, e de 50% quanto aos automóveis”¹¹⁸.

Segundo Camargo, o traçado das avenidas Almirante Barroso, Mem de Sá e Independência eram inadequados. Para o arquiteto, a ligação Norte - Sul deveria ser feita através da Rua do Riachuelo e não da Independência, pois, da maneira como foi traçada acabaria concentrando todo o tráfego no local de ligação entre as zonas norte e sul da cidade.

A Av. Almirante Barroso foi definida como a principal artéria de penetração do Castelo para a zona norte da cidade e serviu como eixo geral de composição para o projeto de Paulo de Camargo. No Plano Agache esta avenida liga a Praça do Castelo à R. do Riachuelo. Paulo de Camargo propõe que esta avenida cumpra o papel que tinha a Av. Independência no Plano Agache, suprimida por Camargo.

¹¹⁸ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 276.



Planos gerais da intervenção viária de Camargo na área do desmonte do Morro de Santo Antônio, onde se pode perceber a preocupação do arquiteto em articulá-la ao resto da cidade.





Planta dos novos loteamentos na área do desmonte do Morro de Santo Antônio e na do Aterro da Glória.

Fonte: Revista Municipal de Engenharia, n. 3, vol. 6, 1939, mar.

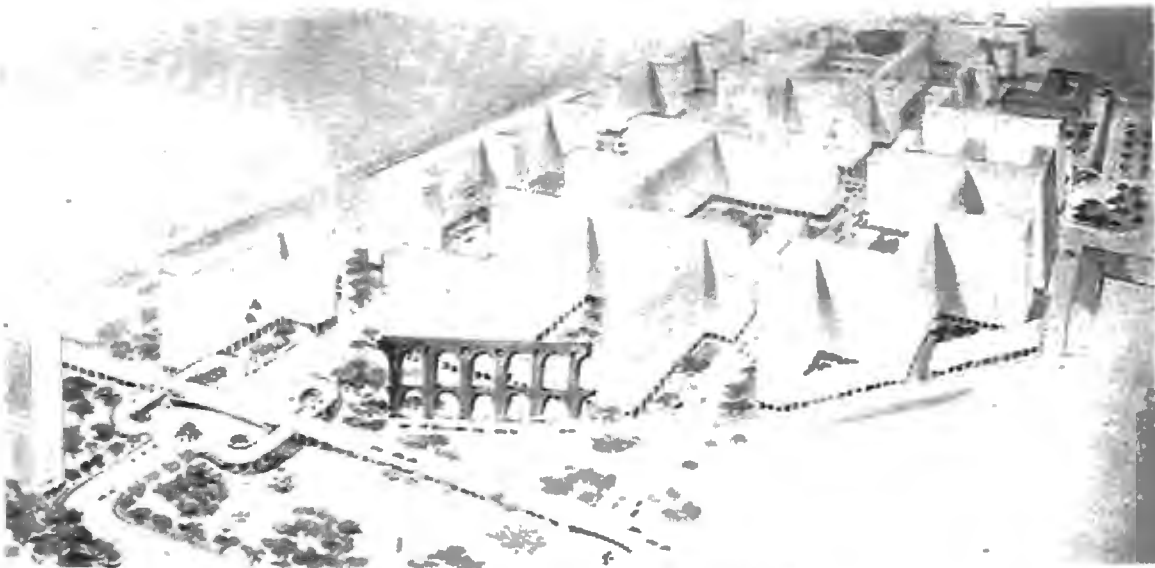
Para Camargo as avenidas Mem de Sá e Independência deveriam servir à distribuição do tráfego local, sendo o tráfego para a zona Norte deslocado para a Av. do Riachuelo. Considera “infeliz” a localização da Av. Independência, entre Mem de Sá e Santo Antônio, pois, o grande número de cruzamentos na Independência em direção a Mem de Sá e Riachuelo prejudicaria o trânsito nessa avenida. A existência da Av. Mem de Sá passa a ser questionável devido às características da Independência, que atrairia o tráfego, mesmo local, tornando a outra subutilizada. Assim sendo, Paulo de Camargo propõe alterar o traçado desta avenida. Desloca a Av. Independência no sentido da encosta do Morro de Santa Tereza, dando continuidade à R. do Riachuelo.

Um ponto a se destacar é a postura de Camargo em relação ao Passeio Público. Considera inadmissível que uma avenida como a Independência corte o Passeio Público pelo meio, como consta no Plano Agache:

“quer do ponto de vista estético, fazendo desaparecer praticamente um dos poucos parques que possuímos, quer quanto ao perigo oriundo da existência de uma grande artéria de circulação passando através de um jardim público”¹¹⁹.

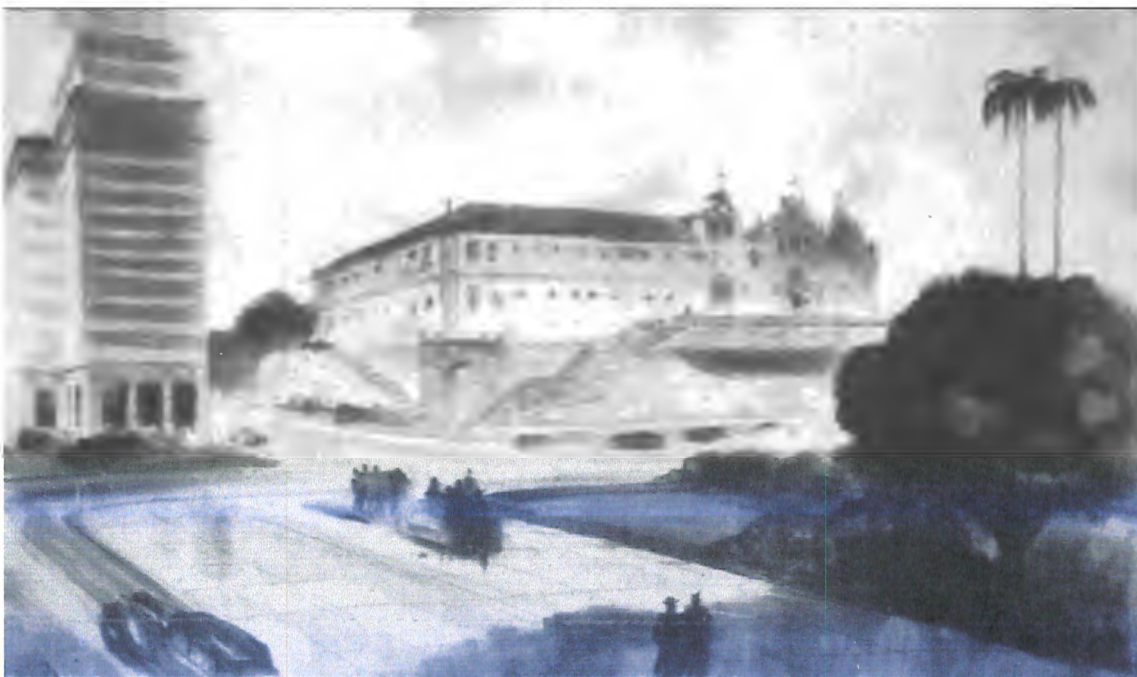
Outro inconveniente apontado pelo arquiteto carioca é o cruzamento da Av. Independência com o Aqueduto da Carioca. Segundo a proposta elaborada por Agache os carros atravessariam os arcos. Paulo de Camargo considera a solução prejudicial ao tráfego em ambas as direções. Em sua proposta o tráfego sobre o viaduto é eliminado, sendo o aqueduto mantido na paisagem apenas como monumento histórico, que foi o que realmente aconteceu posteriormente. A proposta de manutenção de monumentos históricos na cidade moderna está presente no projeto de Le Corbusier para Paris, o Plano Voisin, elaborado em 1925. Além do Aqueduto, também é preservado o Convento do Largo da Carioca.

¹¹⁹ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 268.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, n. 3, vol. 6, 1939, mai.

Perspectiva do novo loteamento da área do Morro de S. Antônio. Em primeiro plano a Aqueduto da Carioca preservado como monumento histórico.



Fonte: Arquitetura e Urbanismo, 1940, mar.-abr., p. 66.

Perspectiva do Largo da Carioca. Aqui convivem o novo edifício moderno e o Convento preservado.

O prolongamento da Av. do Mangue é um outro tema de divergência entre o anteprojeto proposto por Paulo de Camargo e o Plano Agache. Agache propõe prolongar a Av. do Mangue em linha reta até a Candelária, no Castelo. Esta proposta foi implementada como propôs Agache e hoje é a Av. Presidente Vargas. As obras na avenida iniciadas somente nos anos 40 pela administração Dodsworth foram inaugurada em setembro de 1944. Camargo assinala ainda que esta proposta já havia sido feita por vários autores antes de Agache.

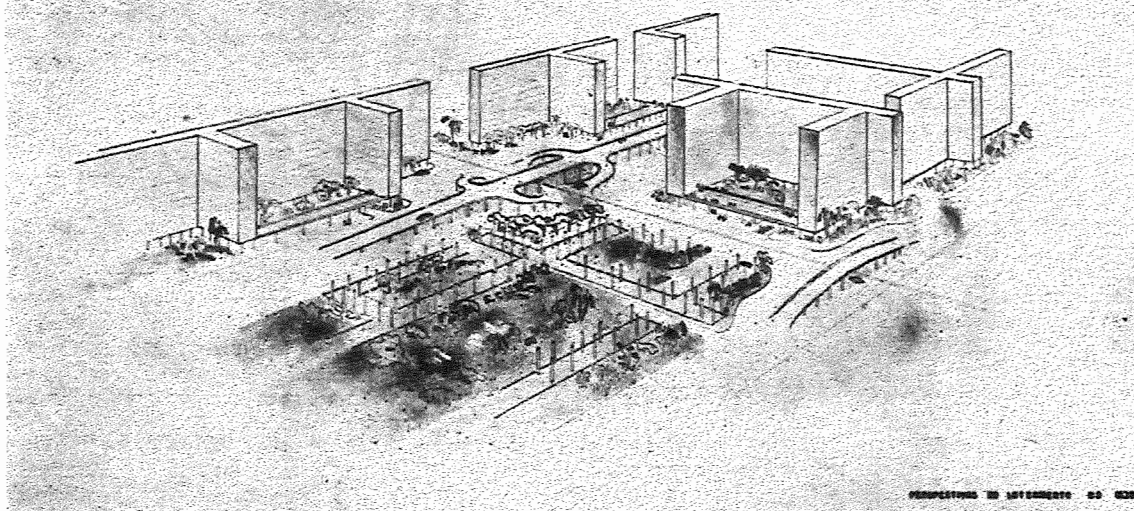
Diferentemente de Agache, Paulo de Camargo considera esta proposta inviável e inexecutável. Elabora uma proposta alternativa, que aproveita de forma mais racional o traçado viário da cidade existente naquela época. A Av. do Mangue seria desviada a partir da Praça da República pela Av. Marechal Floriano, seria duplicada na altura da R. Teófilo Otoni até o mar, sendo necessário desapropriar apenas o quarteirão entre as duas vias existentes.

Esta solução mais econômica aos cofres municipais seria, segundo Camargo, mais prática, pois evitaria a confluência do tráfego na área central para duas grandes avenidas paralelas, Mangue e Floriano. Na sua proposta, vários cruzamentos – Lavradio, Rio Branco e Passos – seriam eliminados com a utilização de passagens em nível como a empregada e projetada por ele para a Praça Santo Antônio.

Do ponto de vista estético, Camargo ressalta as perspectivas resultantes para a composição geral da nova avenida devido a implantação privilegiada de alguns edifícios, como Itamarati, Light, Ministério da Marinha e Prefeitura. Propõe também a construção de uma grande praça, já extrapolando os limites propostos inicialmente.

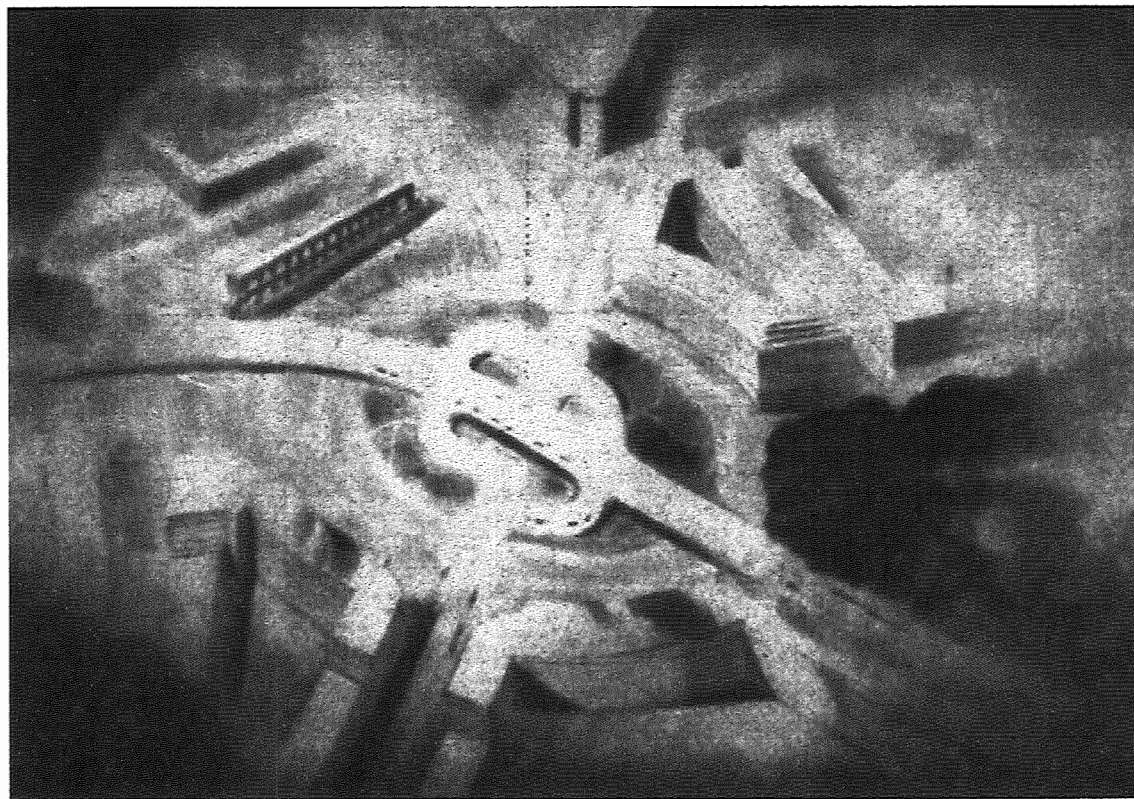
Para realizar a conquista dos terrenos adquiridos com o desmonte, Paulo de Camargo propõe, como “gesto primário”, a criação da Praça Santo Antônio, uma grande praça central, de forma quadrada, com 160 metros de lado, sendo o seu centro definido pelo cruzamento das avenidas Almirante Barroso (prolongada) e Lavradio (projetada). Esta praça teria um grande trevo, distribuindo assim de modo perfeito a circulação dos diversos tipos de veículo, sem cruzamentos. No nível da praça ficaria a estação de ônibus, terminal de intersecção de várias linhas.

M S A 8



Fonte: Rev. Municipal de Engenharia, n. 3, vol. 6, 1939, mai.

Perspectiva do novo loteamento na área do Morro, mostrando a Praça de Santo Antônio no cruzamento das avenidas Almirante Barroso e Lavradio.



Fonte: Arquitetura e Urbanismo, 1940, mar.-abr., p. 66.

Rotatória no encontro da Av. Riachuelo com Av. do Lavradio.

E o próprio Paulo de Camargo continua a descrever a praça e o funcionamento do sistema de transporte coletivo, nela centralizado.

“O esquema do tráfego, que apresentamos, destina-se apenas a demonstrar o resultado prático do novo traçado sob o ponto de vista da circulação. O ponto essencial, a nosso ver, para a reorganização do serviço de tráfego da cidade, é a unidade e conexão dos meios de transporte.

*O sistema de transportes é um fator preponderante no desenvolvimento de uma cidade. No Distrito Federal houve realmente um grande progresso nos meios de transporte, mas falta-lhe justamente o que acima citamos: unidade e falta de conexão entre os diferentes tipos de transportes”.*¹²⁰

A circulação é um dos elementos mais importantes do projeto de Camargo, é o que lhe dá origem. Mesmo a intervenção sendo pontual ou setorial, o projeto demonstra que o arquiteto partiu do entendimento global da cidade, de sua totalidade, para identificar o melhor uso da área.

“A solução básica na solução dos transportes, está a nosso ver, com a encampação por parte da Municipalidade de todos os serviços de transportes coletivos, terminando com a disparidade absurda existente na cidade a esse respeito.

A má direção dos serviços municipais ou federais, não é motivo que determine a entrega dos mesmos a particulares. Modifique-se o sistema administrativo e o problema estará resolvido.

A unidade dos diferentes tipos de transportes é indispensável, quer economicamente, quer quanto ao conforto, quer esteticamente.

*No esquema que apresentamos são três os tipos de transportes coletivos: ÔNIBUS - BONDE - METROPOLITANO”.*¹²¹

Outro aspecto a ser ressaltado no projeto é a preocupação habitacional, que valoriza as áreas mistas e não o zoneamento, evitando assim criar regiões,

¹²⁰ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 280.

¹²¹ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, pp. 280-1.

que durante determinados períodos do dia ou da semana ficam desérticas. Este problema vem sendo enfrentado e amplamente debatido atualmente por vários profissionais que se debruçam sobre o desenvolvimento das cidades, elaboração de planos diretores e revitalização dos centros históricos.

O aterro da enseada da Glória, com a localização do aeroporto Santos Dumont, era um dado novo em relação ao Plano Agache, que havia sido incorporado por Paulo de Camargo em seu anteprojeto, com forma e destino muito distintos daquele pensado pelo urbanista francês.

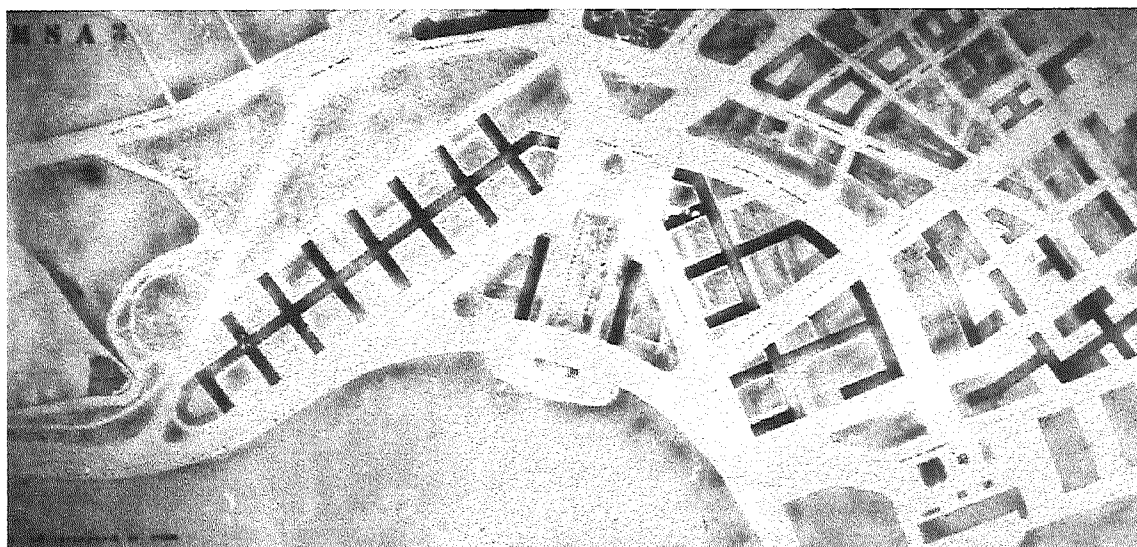
“A área a ser aterrada de acordo com o ‘plano Agache’ era determinada pela ligação de dois pontos extremos, um defronte ao Hotel Glória, na saliência existente, e o outro pela Ponta do Calabouço. Esta última, modificada totalmente pelas necessidades oriundas da construção das pistas de aterrissagem dos aviões, com a localização ali do aeroporto Santos Dumont, é que determinou o estudo de uma nova solução para a área a ser aterrada. Não nos parece justo, o prolongamento retilíneo da Avenida Beira Mar, a partir do Hotel Glória, se encarmos o ponto de vista estético”¹²².

Em relação à área da enseada da Glória, Paulo de Camargo apresenta um novo desenho, muito próximo ao implementado pela municipalidade.

“sentimos a necessidade de uma avenida larga de ligação entre a nova Avenida Beira Mar e a Praça Paris, tendo como eixo de composição o atual monumento ao Marechal Deodoro. Se fizermos o prolongamento retilíneo da Avenida Beira Mar, a partir do Hotel Glória, ou a avenida acima descrita, ficaria enviesada em relação a esta última, ou penetraria demais no aeroporto. Daí a solução que adotamos”¹²³.

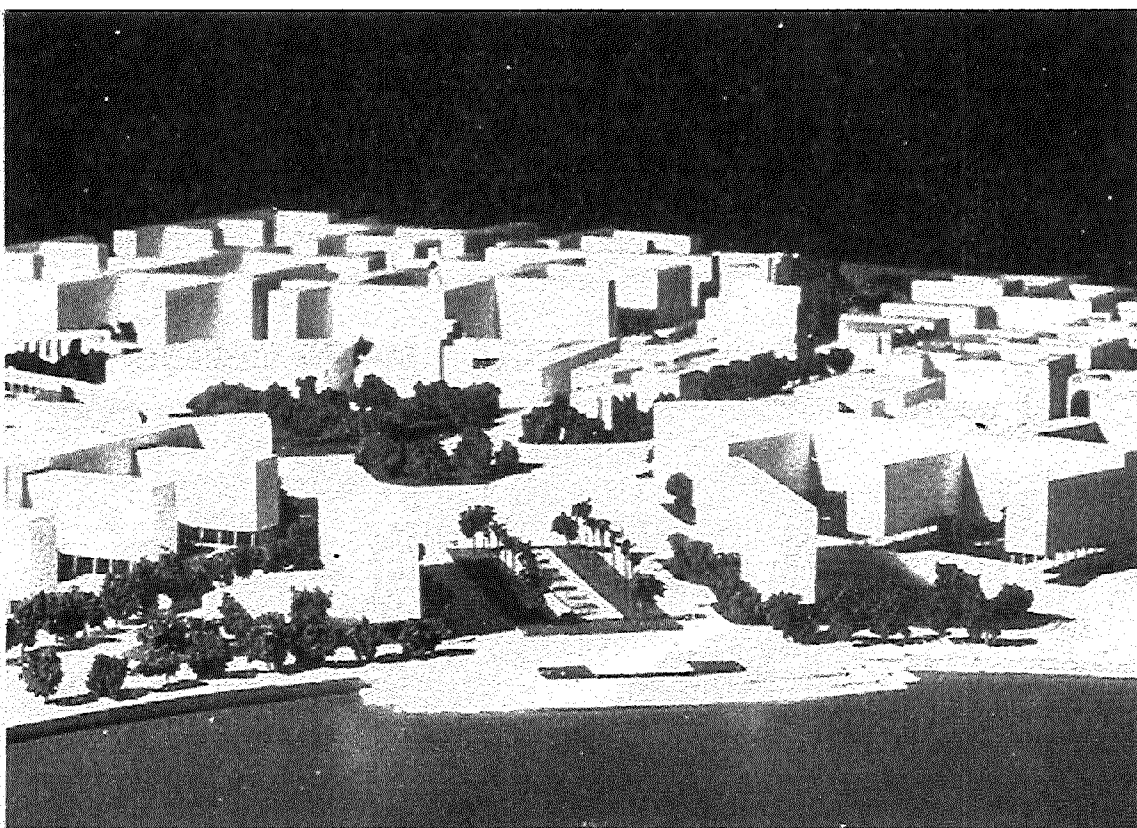
¹²² ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 278.

¹²³ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 278.



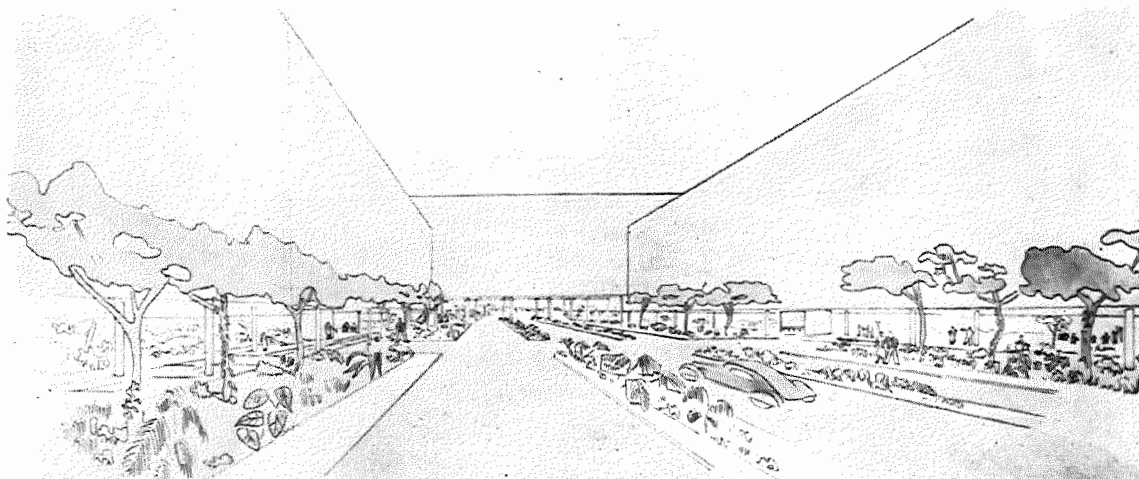
Fonte: Rev. Municipal de Engenharia, n. 3, vol. 6, 1939, mar.

Plano dos loteamentos em redente na área do Aterro da Glória. Ao centro a área administrativa - a Porta do Brasil.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, n. 3, vol. 6, 1939, mai.

Maquete. Em primeiro plano a grande praça chamada Porta do Brasil. À esquerda, os edifícios em redente na área do Aterro.



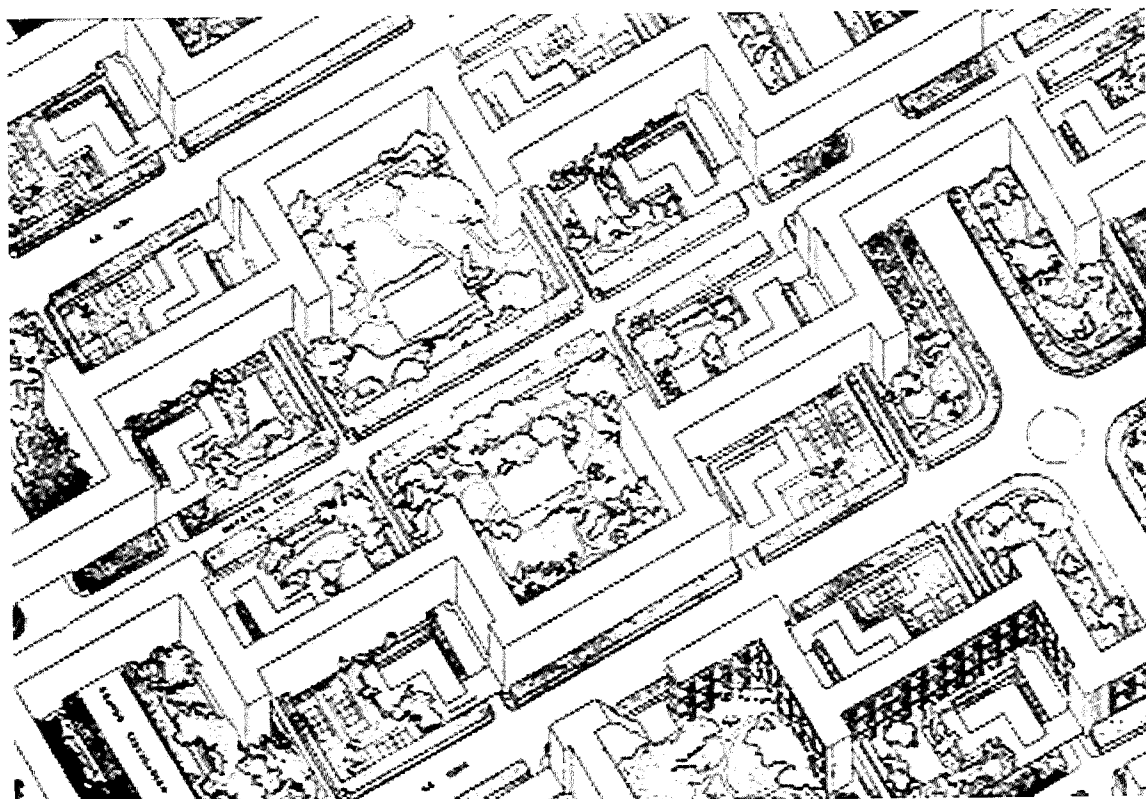
Para a área aterrada na enseada da Glória, Camargo propôs

“divergimos dos que pretendem destiná-la unicamente a jardins, pois nada justifica tal solução. (...). Não pretendemos (...) sugerir a ocupação total da superfície conquistada ao mar, mas sim, aconselhar uma solução mista, com edificações sem áreas internas, e com o pavimento térreo livre, de modo a permitir uma perfeita ventilação das diversas artérias e evitando assim as célebres ‘ruas corredores’ ”¹²⁴.

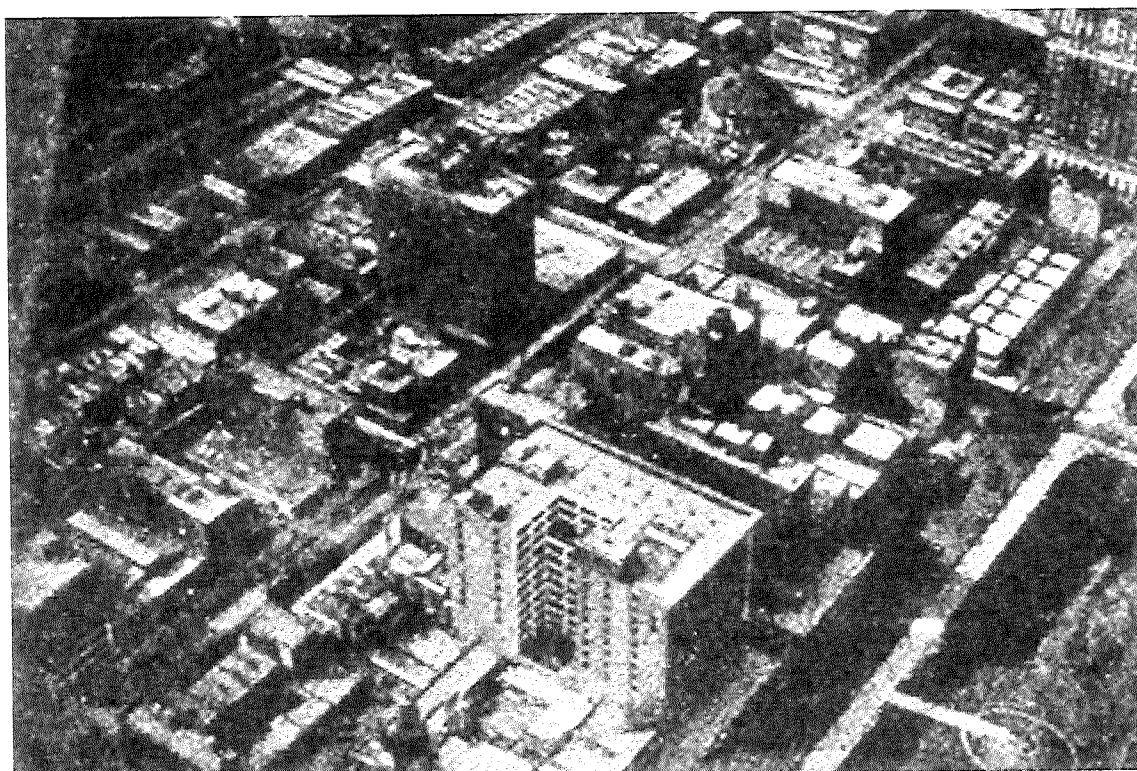
O projeto de Paulo de Camargo abrange tanto a área do morro, como as áreas aterradas. Adotou-se no projeto um loteamento de áreas livres com uma unidade de composição determinada, quer pelas vias de tráfego existente, quer pelas projetadas. Eliminou-se a profundidade excessiva dos lotes, adotando “a dimensão ‘standard’ de 20,50 x 20,50 m”.

¹²⁴ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939b). *Op. cit.*, p. 274.

As aspas foram utilizadas pelo autor. O termo “rua corredor” é uma referência direta a Le Corbusier. No livro *Urbanismo*, publicado em 1925, Le Corbusier combate a “rua corredor” e defende a idéia dos “loteamentos em redente”, também utilizados por Paulo de Camargo no projeto. Segundo Le Corbusier, “Acabando com a rua corredor, é preciso, (...), criar a extensão da paisagem urbana. (...). Ao desenhar os ‘loteamentos com reentrância’, espalho este horizonte longe à direita e longe à esquerda e, mediante voltas sobre o eixo longitudinal, componho arquiteturalmente: a linha outrora seca do corredor encerra agora prismas, acusa recuos ou saliências; a parede árida e enervante do corredor é substituída por volumes que se justapõem, se afastam, se aproximam, criam uma viva e monumental paisagem”. Ver LE CORBUSIER (1925). *Urbanismo*. São Paulo, Martins Fontes. 1ª edição brasileira, p. 218.



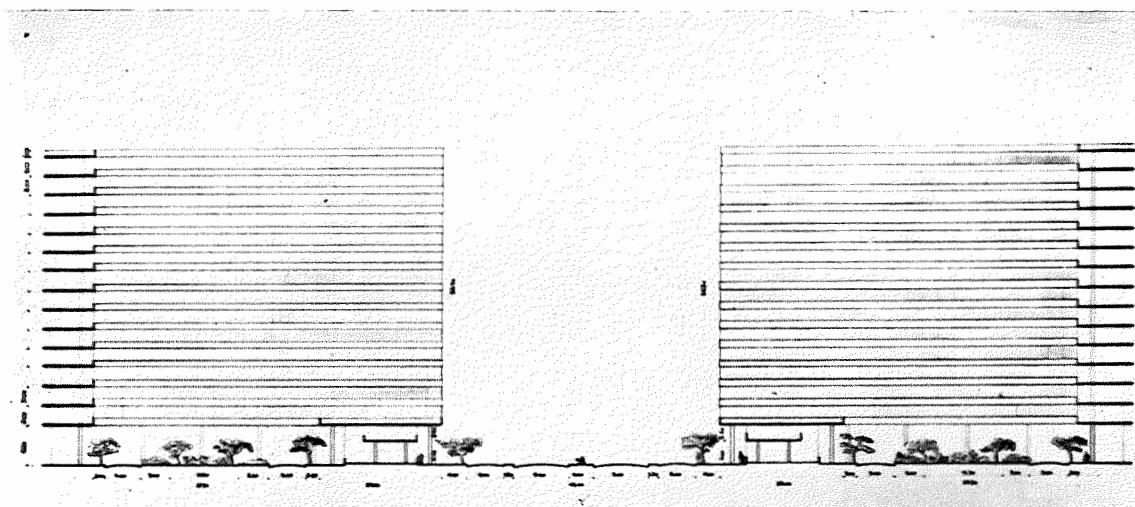
Le Corbusier, Plano para uma cidade contemporânea, loteamento em redente, 1922.



Exemplo do edifício em redente publicado por Le Corbusier no livro *Urbanismo*, 1925.

Fonte: Le Corbusier (1925), *Urbanismo*, 1991.

A combinação - habitação e circulação - símbolo da proposta de Camargo está fortemente presente no projeto de Le Corbusier. O arquiteto carioca utiliza esta situação tanto para a área do desmonte como do aterro. A área do aterro que também foi alvo de intervenção de Affonso Eduardo Reidy, implementada, foi tratada exclusivamente como parque, exatamente o que criticava Camargo.



A variação do gabarito é maior na área aterrada, devido as exigências do aeroporto, mesmo sendo inferiores, em alguns casos, do que ele considera ideal. A solução é destinar as áreas com menor gabarito para edifícios de serviços e comércio.

Dados de ocupação da área do morro e do aterro:

Tabela 1- Área do morro:

	Área edificada		Área destinada a	Área destinada a
	14 pav.	2 pav.	ruas e praças	jardins
Áreas parciais	25.680	30.600	64.600	102.440
	56.280		64.600	102.440
Superfície total útil	263.000			
Coef. de ocupação	36.5%			

Tabela 2 - Área do aterro:

	Área edificada				Área destinada a	Área destinada a
	14 pav.	10 pav.	5 pav.	2 pav.	ruas e praças	jardins
Áreas parciais	25.680	28.400	11.580	14.720	127.000	342.020
	80.380				127.000	342.020
Superfície total útil	550.000					
Coef. de ocupação	15%					

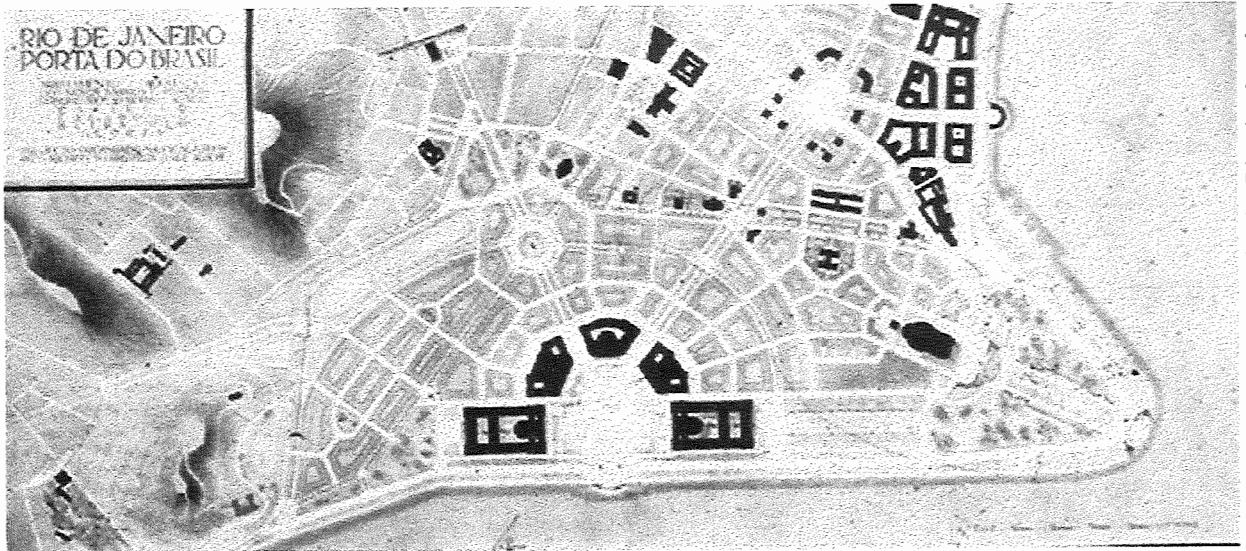
O coeficiente de ocupação na área do aterro, 15%, é exatamente igual ao indicado por Le Corbusier no Plano Voisin para os “loteamentos em redente”¹²⁵. Para Corbusier, estes loteamentos eram adequados para bairros residenciais, pois combinavam grandes áreas verdes - parques - com alta densidade - 300 habitantes por hectare, enquanto em Paris a média era de 364. Na proposta o loteamento era formado por quarteirões de 400 x 600 metros, entre os quais estavam “ruas de grande trânsito” com 50m de largura. A cada 200m cortava o quarteirão “ruas de tráfego médio” e penetrando até os prédios, “ruas privadas” com estacionamento previsto¹²⁶.

Ainda no Aterro da Glória o anteprojeto de Paulo de Camargo previa a localização da área administrativa, o Centro Cívico, mantendo uma das idéias presentes no Plano Agache, a Porta do Brasil. Com todo seu aspecto simbólico, o grande portal voltado para o mar, agora também para o aeroporto, recebia as pessoas que chegavam à cidade.

O portal era composto por uma grande plataforma seca, atrás Camargo previu uma grande praça com duas fileiras de palmeiras, cercada por dois edifícios lâmina sobre pilotis. Na parte oposta ao mar, a praça voltava-se para o Passeio Público.

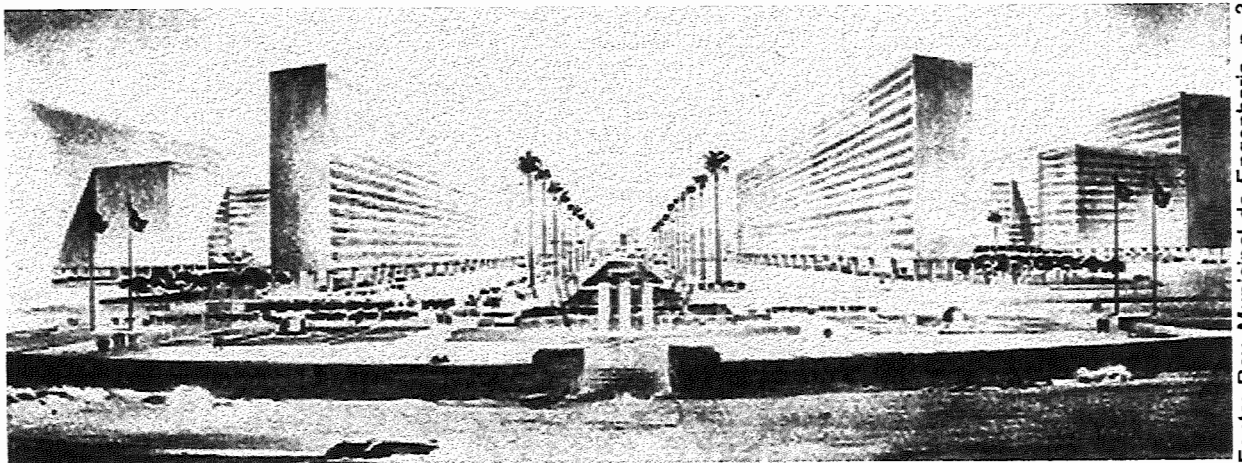
¹²⁵ O edifício em redente também foi utilizado por Reidy no seu projeto de urbanização para o Morro de Santo Antônio. Além destas fez outras referências explícitas a Le Corbusier, como o Mudaneum.

¹²⁶ Le Corbusier (1925). *Urbanismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. P. 220-1.



Fonte: A. Agache, Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embelezamento, 1930.

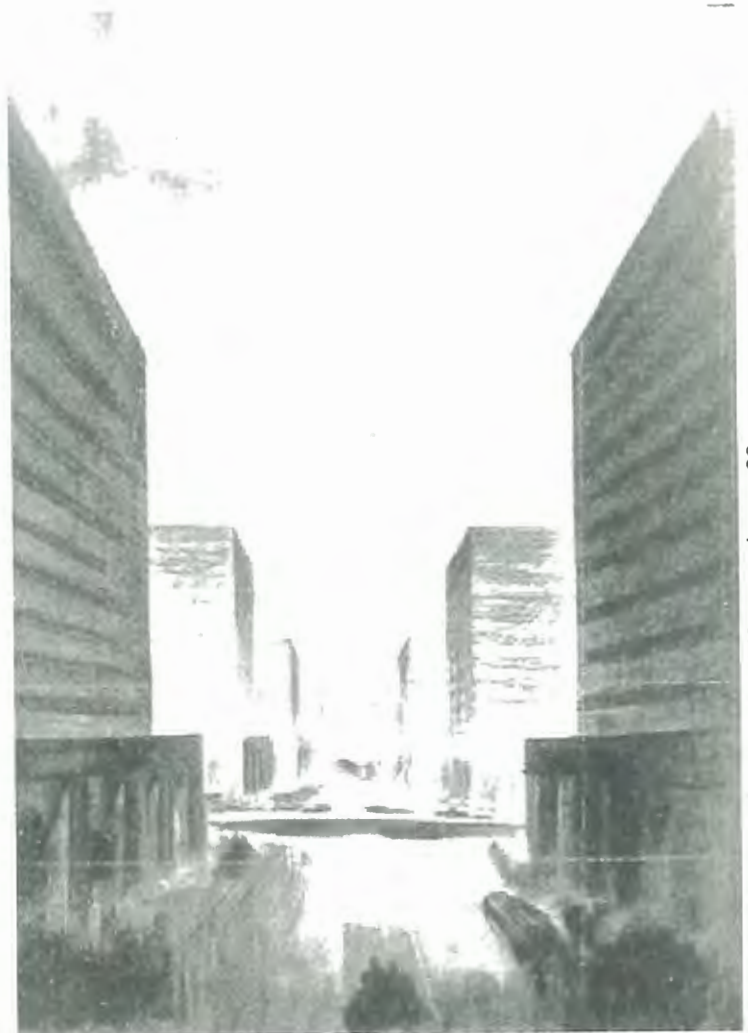
Plano Agache, 1930. Porta do Brasil. Planta.



Fonte: Rev. Municipal de Engenharia, n. 3, vol. 6, 1939, mai.

Paulo de Camargo, 1938. Porta do Brasil. Perspectiva.

Parece marcante que do Plano Agache até o projeto de Paulo de Camargo, tenha se processado entre os arquitetos brasileiros uma rápida transformação da imagem de cidade. Os edifícios compactos tipo manzanas deram lugar a altos arranha-céus. A referência da cidade européia tradicional é substituída pela das cidades norte-americanas e das novas utopias internacionalistas, como de Hilberseimer e Le Corbusier.



Paulo de Camargo, 1938. Perspectiva.

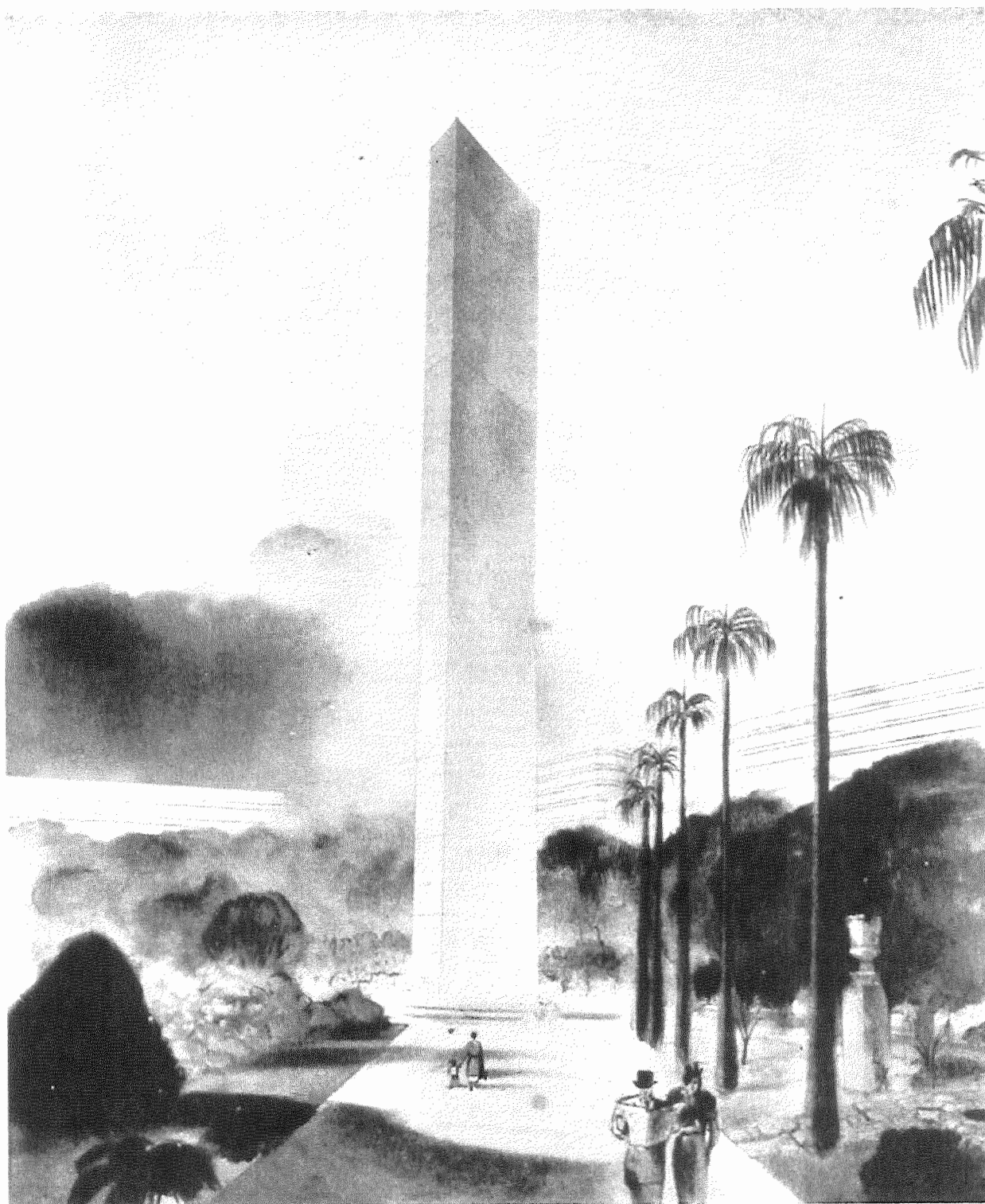
Fonte: Arquitetura e Urbanismo, 1940, mar.-abr., p. 66.



Plano Agache, 1930. Aquarela.

Fonte: A. Agache, Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embelezamento, 1930.

2.2.3. Remodelação da Praça da República em São Paulo, 1939



Perspectiva. Ao centro o Marco Comemorativo da República.

Fonte: Revista Municipal de Engenharia, nov./1939.

O anteprojeto de remodelação da Praça da República, em São Paulo, foi elaborado para o concurso promovido pela Prefeitura Municipal da cidade, em 1939. Participaram dezesseis arquitetos, entre os quais Paulo de Camargo, com o pseudônimo “Vitória Régia”, classificado em primeiro lugar.

Este anteprojeto é o primeiro contato palpável entre Camargo e São Paulo, relação de proximidade que se estreitará progressivamente, em particular durante o ano seguinte, 1940, no V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em Montevideu. Lá ocorreu, segundo Ficher (1989), a articulação entre os arquitetos paulistas e cariocas para a abertura do IAB-SP¹²⁷.

O edital, divulgado pela Prefeitura de São Paulo, que continha um diagnóstico da situação da Praça naquele momento e apresentava algumas especificações, foi transcrito por Paulo de Camargo no artigo “Remodelação da Praça da República em São Paulo”, publicado pela Revista Municipal de Engenharia, de novembro de 1939.

Destacamos algumas questões apontadas pelo edital, que influíram na proposta elaborada por Camargo, como o aspecto sombrio do jardim que havia na Praça da República, seu traçado inadequado, que obscurecia todas as vistas das ruas vizinhas, gerando a desarticulação entre o traçado da praça e os edifícios à sua volta, que ficavam completamente ocultos. A inadequação do projeto paisagístico em relação ao traçado das ruas que a circundavam. E ainda o caráter simbólico, que tinha a Praça para São Paulo, sobretudo por sua centralidade.

Naquele momento, final da década de 30, a região da Praça da República passava por profundas mudanças, a paisagem horizontal, típica dos bairros residenciais, que a envolveu por três décadas, transformava-se rapidamente. Estava em curso na cidade de São Paulo uma série de obras urbanísticas, principalmente na região que circundava o centro. Construiu-se o primeiro anel viário no perímetro central, concebido e implantado por Prestes

¹²⁷ Este assunto será explorado cuidadosamente mais à frente, no item relativo à participação de Paulo de Camargo no IAB.

Maia, em sua gestão como prefeito. Em virtude disso, a Praça da República tornou-se uma das principais áreas da cidade, para onde convergia todo o tráfego no novo traçado viário, sendo alvo de grandes investimentos imobiliários.

Nesse sentido, a frase abaixo, extraída do edital, denota essa expectativa sobre o futuro da Praça. Expectativa que será explorada pelo anteprojeto de Paulo de Camargo.

*“A indigência artística ou decorativa da cidade pedirá uma compensação no único logradouro, que pela área e situação poderá a vir a ser a principal praça da cidade”.*¹²⁸

O edital ainda apontava alguns problemas, que surgiram em decorrência dessas transformações. Com a construção das novas artérias, a Praça passou a obstruir o tráfego, tornando-se um obstáculo ao fluxo de veículos. Mencionava também a ausência de monumentalidade e de áreas de estacionamento na Praça e no seu entorno.

Um último aspecto, que constava do edital, merece destaque. Trata-se do pensamento de dois especialistas em paisagismo, George Bunarp e Thomas Hartings¹²⁹. Segundo os especialistas, praças localizadas em regiões urbanas centrais, devido a suas condições peculiares, deveriam ser pensadas menos como parques e mais como praças públicas, exigindo tratamento arquitetônico. Indicam que se leve em consideração as áreas que as circundam, pois é dela que advirá a harmonia, do traçado retilíneo do entorno e não de um tratamento naturalístico (pinturesco), recomendado apenas para situações residenciais.

¹²⁸ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939c). Remodelação da Praça da República em São Paulo. *Revista Municipal de Engenharia*, n. 6, vol. 6, nov., p. 597.

¹²⁹ Thomas Hartings foi o responsável pelo projeto de remodelação de Mt. Vernon Park, em Baltimore, conforme informações do próprio edital, não havendo nenhuma referência adicional em relação a George Bunarp.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, nov./1939.

Vista aérea da Praça da República, 1939. Imagem fornecida aos participantes do concurso.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, nov./1939.

Perspectiva da praça a partir do lago. Fonte: Revista Municipal de Engenharia, nov./1939.

Ponderadas todas essas informações, Paulo de Camargo explicita as análises que deram subsídio ao seu anteprojeto, baseadas em três elementos fundamentais: tráfego, composição arquitetônica dos edifícios situados no entorno e composição arquitetônica e paisagística da área ajardinada.

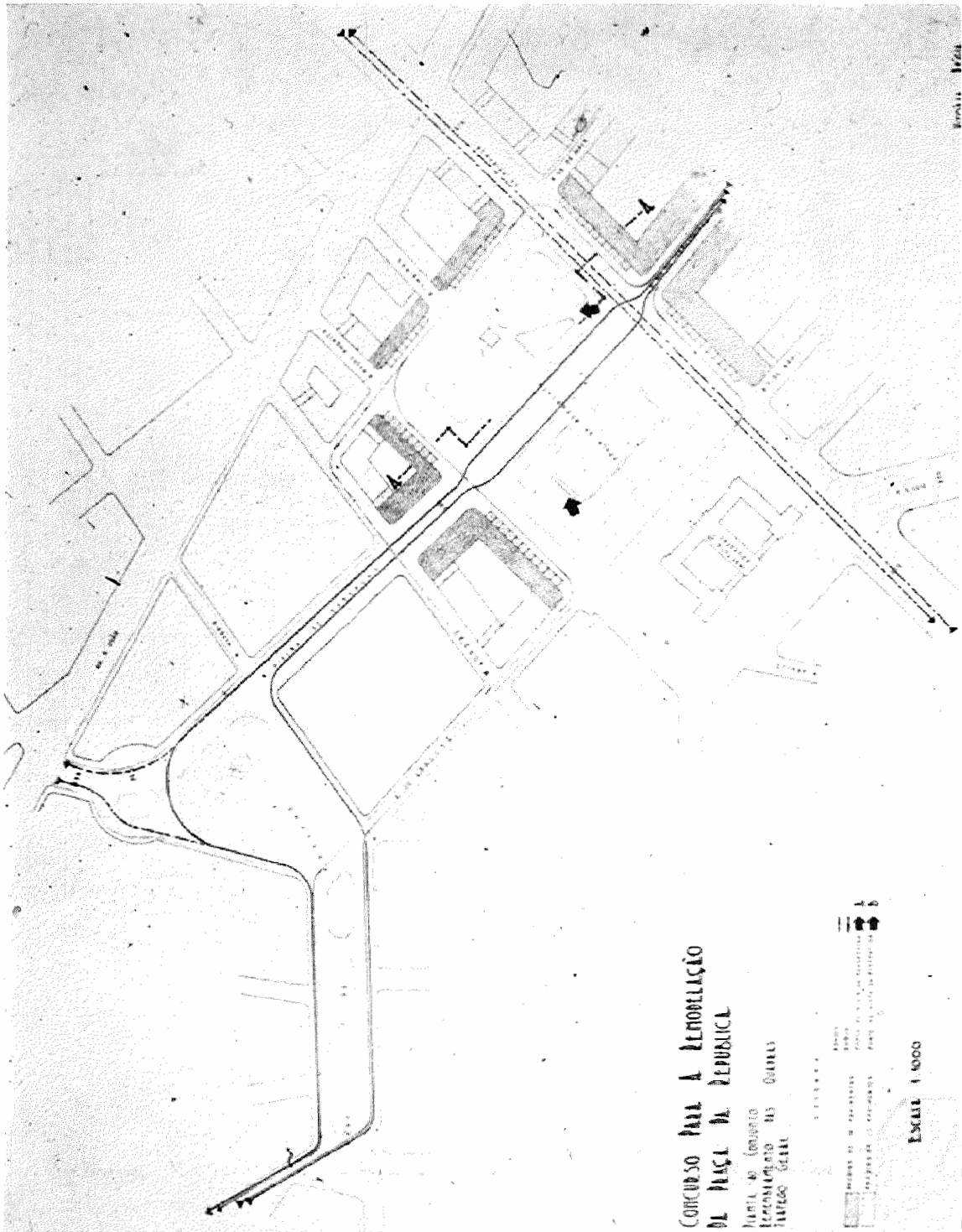
Quanto à questão do tráfego, foram considerados os transportes coletivos e individuais: carros, bondes e ônibus, além de áreas para circulação de pedestres e para estacionamento. No caso de veículos automotores, as vias estavam praticamente determinadas pelo traçado da Av. Ipiranga e R. Vieira de Carvalho, prolongamento da R. Barão de Itapetininga. Para os bondes, Camargo opta pela conservação da linha que passava pela R. do Arouche. Esta solução possibilitaria duas alternativas para o tráfego de volta da cidade. Uma circundaria a praça e atingiria a R. do Arouche e a outra passaria pela R. Aurora. Já os ônibus deveriam passar pela R. Vieira de Carvalho rumo ao Largo do Arouche, dirigindo-se à R. das Palmeiras e à Av. São João, sendo necessário apenas reformar as superfícies de pavimentação dessas ruas e avenidas. No caso do percurso para pedestres, seria criada uma passagem subterrânea, principalmente para os alunos, junto ao edifício da Escola Normal. Por fim, para resolver a criação de áreas adequadas de estacionamento, Paulo de Camargo propõe a conservação da arborização existente nas partes periféricas da Praça, aproveitando os intervalos entre as árvores para alocar o estacionamento de veículos, que estariam, assim, abrigados à sombra.

Outro conjunto de questões abordadas por Camargo diz respeito à relação da Praça com o entorno. Segundo o arquiteto, seria necessário repensar a organização das quadras, devido ao caráter essencialmente central e monumental da Praça. Nesse sentido, ele considera indispensável recorrer ao remembramento¹³⁰ das quadras.

*“A nosso ver, o estudo de remembramento das quadras é um problema fundamental do urbanismo moderno. Não é possível haver conjunto urbano com o absurdo loteamento atual e com o livre arbítrio dos proprietários”.*¹³¹

¹³⁰ Remembramento, segundo o Dicionário Aurélio, significa o reagrupamento de lotes contíguos para constituição de unidades maiores.

¹³¹ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1939c). *Op. cit.*, pp. 599-600.



Planta do conjunto com o remembramento das quadras no entorno da Praça da República e esquema geral do tráfego.

Por outro lado, propõe que os elementos paisagísticos possibilitem a integração e composição da Praça e o conjunto que a envolve. Pensando a composição geral de todas essas partes, o Arq. Paulo de Camargo sugeriu a intervenção nos edifícios existentes localizados no entorno da Praça, através da fixação de coberturas que criassem passeios cobertos, constituindo assim uma galeria e dando unidade ao conjunto. Indica que, para tanto, seria necessário estudar mais cuidadosamente as leis municipais e estaduais vigentes a respeito desta matéria.

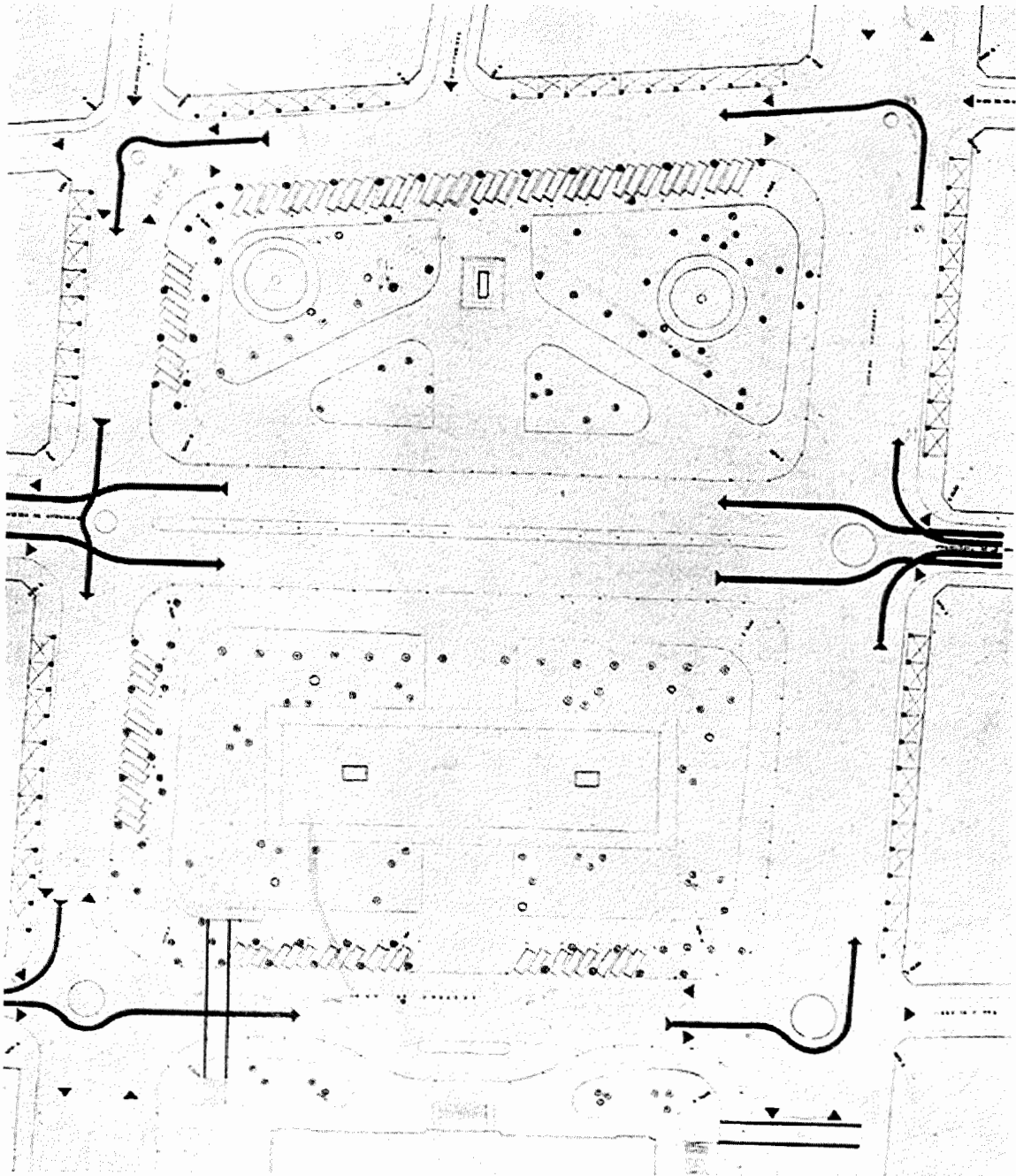
Criou eixos de composição em torno dos quais os diversos pontos de vista pudessem se orientar. Alguns elementos, ora arquitetônicos, como o marco vertical e a Escola Normal, ora paisagísticos, como a fileira de palmeiras e a combinação entre massas vegetais e vazios, definiam estes eixos, que desembocavam sempre na junção de importantes artérias, formadas pelas R. Barão de Itapetininga, Av. Ipiranga e R. do Arouche.

Foi projetado, nesse sentido, um grande marco comemorativo da implantação da República no Brasil, que possuía 50 metros de altura e se localizava no eixo da Escola Normal.

Essas perspectivas, que estruturavam a praça em relação à sua inserção no traçado urbano, foram minuciosamente estudadas. Assim, Paulo de Camargo localizou na Praça alguns elementos secundários, que reforçavam os principais eixos.

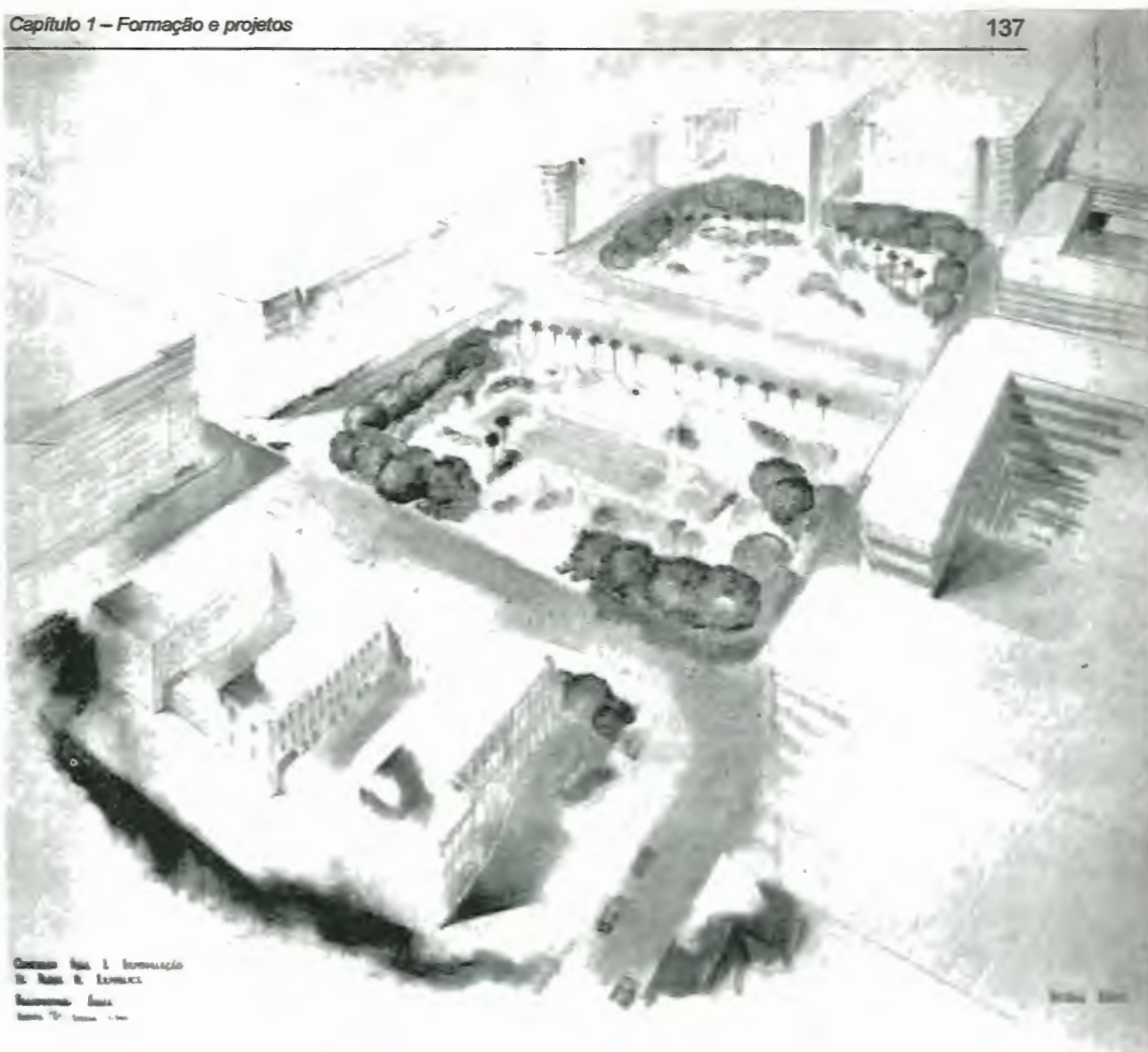
Trata ainda da interferência dos poderes públicos na definição de leis normativas para a criação de galerias cobertas em áreas comerciais, possibilitando assim a definição urbanística e arquitetônica de alguns lugares da cidade.

Ainda sobre o anteprojeto para a Praça da República em São Paulo, deve-se ressaltar a grande repercussão que teve, após ser premiado como primeiro colocado no concurso da Capital paulista. Recebeu o prêmio de honra e diploma (1º lugar), na categoria arquitetura paisagística, na Exposição Pan-Americana de Arquitetura e Urbanismo, que ocorreu, paralelamente, ao V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, em 1940, em Montevideu, Uruguai.



Fonte: Revista Municipal de Engenharia, nov./1939.

Planta de arborização e tráfego. Fonte: Revista Municipal de Engenharia, nov./1939.



Perspectiva do conjunto com os edifícios entorno da praça.



Fonte: Cidade, DPH/SMC/PMSP, no. 4, set./1996.

Prestes Maia, Remodelação da Praça da República, aquarela. Ainda na década de 40 Prestes Maia elabora esta aquarela, destacamos dois elementos: a arquitetura que elege como imagem para a cidade, influenciado pelas referências europeias tradicionais, e o edifício ao fundo que substituiria o prédio da Escola Normal.



Capítulo 2

Ensino e o Instituto de Arquitetos do Brasil

2.1. REFORMULAÇÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA: TESE APRESENTADA NO V CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ARQUITETOS, 1940

Em 1940, portanto dez anos depois de formado, Paulo de Camargo apresentou no V Congresso Pan-Americano de Arquitetos ¹³², realizado em Montevideu, sua primeira proposta de reestruturação do ensino de arquitetura, enfrentando, segundo as concepções de arquitetura difundidas pelo movimento moderno, o desafio de pensar a formação de novas gerações de arquitetos aptas a responder às exigências impostas pelas transformações sócio-econômicas, culturais e produtivas.

Essas transformações e a renovação que se deu no campo da arquitetura precisavam ser, segundo Camargo, incorporadas pelas escolas de arquitetura sem a criação de novas cadeiras nos cursos, como vinha sendo feito até então, mas sim através de uma profunda reestruturação curricular. Propunha, assim, a ruptura definitiva entre a nova arquitetura e a de estilos.

De acordo com sua proposta, a reestruturação deveria considerar que a formação profissional é um ato contínuo e assumir dois níveis distintos de conhecimento, desdobrando os cursos em formação e aperfeiçoamento. Entendia que o excesso de informação não significava melhor preparo profissional.

“O desenvolvimento arquitetônico é imenso, abrange um número cada vez maior de conhecimentos, exigindo a organização de cursos

¹³² Um dos seis temas propostos no Congresso era sobre cursos para pós-graduados, intitulado “Estudios complementarios de especializacion en las escuelas de arquitectura”, da qual Paulo de Camargo foi o representante brasileiro, com o trabalho que passamos a analisar. Desta sessão temática, sob a presidência do arq. Armando Acosta y Lara do Uruguai, participaram também o Arq. Oscar González da Argentina, Arq. Oscar Zaccarelli do Chile e os arqs. Maurício Cravotto, Daniel Rocco, Octávio De Los Campos, José P. Sierra Morató e Julio C. Bauzá, pelo Uruguai. Sobre as teses apresentadas e a conclusão de cada uma das sessões, ver CONGRESSO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 5º, Montevideu, 1940. *Actas y Trabajos*. Montevideu, T. G. Urta y Curbelo, p. 369-389.

complementares de aperfeiçoamento, posteriores à formação do arquiteto, porque só então poderemos compreender tais disciplinas".¹³³

Quanto aos cursos voltados à formação, propôs que se estruturassem em três grupos de atividades ou "sessões", como denominou Camargo, que representavam também a organização técnico-administrativa de uma escola de arquitetura ou diretrizes para um projeto. O primeiro grupo era o de *estudos teóricos*, composto por salas de aula expositivas; o segundo era o de *estudos teórico-práticos*, para o qual pensou a criação de quatro museus: a) salas de exposições – do homem, b) de arquitetura comparada, c) de artes plásticas d) e sobre a evolução urbana. O último, o *experimental*, era constituído por laboratórios, onde se desenvolveria dois tipos básicos de atividades, prática de mão de obra e pesquisa, priorizando os estudos sobre a industrialização da construção e organização e distribuição racional do trabalho.¹³⁴

Uma escola assim organizada, caracterizada por Camargo como "estação experimental", exigia, a seu ver, de alunos e professores, tempo de dedicação integral.¹³⁵

*"Quer o professor, quer os alunos, vivem na escola, para a escola"*¹³⁶.

Depois do aluno ter passado por este conjunto de informações e estar apto a exercer a profissão, podia matricular-se em "Institutos Complementares de Aperfeiçoamento"¹³⁷, sem dúvida o ponto central da tese elaborada por

¹³³ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1940). Estudos Complementares de Especialização nas Escolas de Arquitetura. *Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, IAB, mai-jun, p. 173.

¹³⁴ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1940). *Op. cit.*, p. 174.

¹³⁵ Cabe aqui uma pequena ressalva, a questão do tempo de estudo é um dos princípios defendidos pela Bauhaus, assim como é um dos temas recorrentes no discurso de Anísio Teixeira e do movimento Escola Nova. A escola deveria educar não apenas no sentido formal, tomaria para si a responsabilidade de suprir as deficiências decorrentes das novas relações familiares e de trabalho. A ela era atribuída a função de formar o novo homem-cidadão.

¹³⁶ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1940). *Op. cit.*, p. 174.

¹³⁷ Como para Paulo de Camargo os cursos para alunos graduados têm a função de agregar conhecimento, considera mais adequados chamá-los de "aperfeiçoamento" do que "especialização", que sugere a formação de especialistas. Estava discutindo também o título da

Paulo de Camargo para o V Congresso Pan-Americano de Arquitetos. Nestor E. de Figueiredo, então Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil e da Delegação Brasileira que participou do Congresso, em análise feita para a revista *Arquitetura e Urbanismo*, em 1940, ressalta o empenho de Camargo em aprovar este tema nas conclusões do grupo que estudou o sistema de ensino.

“Paulo de Camargo e Almeida era nosso delegado nessa comissão. A sua atuação foi bastante eficiente e graças a sua inteligente intervenção conseguimos incluir nas conclusões interessantes pontos de vista do nosso Comitê”¹³⁸.

Na afirmação de Figueiredo, notamos ainda o apoio do Comitê Brasileiro à proposta de Camargo, que não representava portanto uma opinião isolada, mas sim uma idéia coletiva, reforçando sua afinidade com o tema.

Vejamos os termos das conclusões do tema referido acima.

“Que é imprescindível, para o progresso constante da profissão, ter em conta a evolução da Arte, da Ciência, e da Técnica, para o qual deverão completar-se os estudos básicos das Escolas e Faculdades de Arquitetura, com Cursos ou Institutos de Aperfeiçoamento, orientados conforme as necessidades culturais dos recém- diplomados de acordo com as tendências vocacionais do aluno, considerando os aspectos: social, econômico, artístico, técnico e de investigação pura”¹³⁹.

Segundo Camargo, estes Cursos além de preparar mais adequadamente os jovens arquitetos, permitiam a reciclagem de profissionais atuantes no mercado e a formação de professores engajados com as novas propostas didático- pedagógicas. Propunha a criação de quatro Institutos: Artes

sessão temática proposta pelo Congresso Pan-Americano, “Estudios complementarios de especializacion en las escuelas de arquitectura”.

¹³⁸ FIGUEIREDO, Nestor E. de (1940). V Congresso Pan-Americano de Arquitetos. *Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, IAB, mar- abr., p. 91.

¹³⁹ ARQUITETURA E URBANISMO (1940). V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, Montevidéu 1940. *Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, IAB, mar- abr., p. 88.

Plásticas, Urbanismo, Técnica Construtiva e por fim, um de Legislação e Economia Especializada.

O Instituto de Artes Plásticas tinha como objetivo a reintegração entre pintura, escultura e arquitetura, que na avaliação de Camargo se mantinham dissociadas, através do desenvolvimento de pesquisas sobre aplicação de diversos materiais e suas possibilidades plásticas. O de Urbanismo era destinado, segundo ele, ao “desenvolvimento cultural e técnico do arquiteto”, visando estudar e propor soluções às necessidades “vitais do homem: habitar, divertir-se, trabalhar e circular (Le Corbusier)”. Já o de Técnica Construtiva estava orientado à pesquisa de novas técnicas construtivas e cálculos apropriados e à aplicação de possibilidades diversas dos materiais e elementos locais. Por fim, o de Legislação e Economia Especializada se destinava a investigar e aperfeiçoar a legislação e regulamentos necessários à organização humana, estudar soluções econômicas para construções individuais e coletivas, além de legislações para condomínios¹⁴⁰.

Nesta proposta elaborada por Paulo de Camargo é possível localizar duas fortes referências teóricas e práticas, a primeira, talvez mais imediata, Walter Gropius e a Bauhaus, a segunda de Anísio Teixeira e o movimento escola-novista, através da absorção de experiências como a da construção de escolas primárias no Rio de Janeiro e do Curso para pós-graduados oferecido pela Universidade do Distrito Federal, ambas referidas neste trabalho¹⁴¹.

A Bauhaus foi um exemplo de escola democrática, concebida como um pequeno mas complexo organismo social, e seu objetivo era a integração e harmonia entre o método didático e o sistema produtivo. Não havia nenhuma intenção de proclamar um “estilo da Bauhaus”, pelo contrário, essa possibilidade era sempre rechaçada por Gropius que considerava inadequado ligar a escola e condicionar a sua função didática e social a um determinado

¹⁴⁰ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1940). *Op. cit.*, p. 174.

¹⁴¹ Não nos propusemos analisar a Bauhaus, nem as experiências empreendidas por Anísio Teixeira, apenas recolhemos alguns fragmentos de trabalhos específicos sobre os temas, afim de contextualizar a proposta elaborada por Paulo de Camargo, este sim objeto de nosso trabalho.

“estilo”. O objetivo era sanear uma situação, estabelecer um método de trabalho, reatar através da arte certas relações de colaboração social e não reafirmar ou defender uma determinada teoria da forma.

Tinha como princípio a colaboração entre professores e estudantes, estes permaneciam na escola em período integral, e participavam do conselho da escola com pleno direito de discussão e voto.

O curso possuía duração obrigatória de três anos após os quais obtinha o título de artesão. O primeiro semestre era destinado ao ensino básico e elementar sobre os problemas da forma, conjuntamente com exercícios práticos em laboratórios. Após o término desse período o aluno podia optar por um dos laboratórios específicos. “(...) a aprendizagem resultava de um conjunto de experiências técnicas e formais”¹⁴² que baseavam-se no tripé sobre o qual era gerada a forma: *observação* - estudo específico da realidade e teoria dos materiais; *representação* - teoria das projeções, técnica das construções, desenhos e modelos e; *composição* - teorias do espaço, da cor e da composição. Podia-se ainda fazer cursos de especialização, mais voltados para arquitetura e para o aprendizado prático, com tempos variados, recebendo após um último exame o título de mestre de arte.

*“O espírito, ou a consciência não é qualquer coisa que preexista e sobreviva à natureza, mas qualquer coisa que se constrói com os nossos atos e que, ao construir-se, constrói a realidade em que está inserida e de que é inseparável”.*¹⁴³

Dessa maneira, a arquitetura, como construção, representa a própria expressão da capacidade de construir da consciência, a ela cabe a tarefa de clarificar os aspectos confusos do mundo moderno. Intervindo em todos os momentos e atos da existência, condiciona as relações do homem com a realidade, determina a dimensão dos espaços e define os locais da vida individual e social. A arquitetura, mais tradicionalmente a construção do espaço

¹⁴² ARGAN, Giulio Carlo (1984). *Op. cit.*, p 32.

¹⁴³ ARGAN, Giulio Carlo (1984). *Op. cit.*, p 34.

do homem para ele mesmo; atinge aqui o status do próprio espaço a ser construído.

Para Gropius a arquitetura nasce da vida, do cotidiano e habitual relacionamento do homem com os objetos de que se serve. Trata-se de um processo contínuo que ia do objeto mais simples e banal do nosso cotidiano à articulação estrutural do edifício, deste para os conjuntos de edifícios, chegando por fim na configuração da cidade. Segundo o arquiteto “o microcosmos do objeto tem como horizonte o macrocosmo da urbanística.”¹⁴⁴

A atividade artística deveria estar integrada à vida retirando qualquer conotação de caráter excepcional ou sublime do momento de criação. Nos períodos de descanso eram programadas audições musicais, conferências, leituras, exposições, competições desportivas e discussões para a organização da representação... “A arte destinada a repercutir-se e confundir-se na vida devia nascer como ato de vida.”¹⁴⁵

Esta concepção presente na Bauhaus estava também, como vimos anteriormente, no pensamento de John Dewey, compartilhado por Anísio Teixeira, de que “educação é vida, (...), preparação para a vida”¹⁴⁶. Neste sentido, a Bauhaus constituiu um referencial para a proposta de Paulo de Camargo, uma maneira bem sucedida de conjugar pedagogia e arquitetura novas à problemática da produção em massa. Todos esses aspectos organizados em ateliês, laboratórios, oficinas, salas de aula, etc.. A adaptação desse modelo à realidade brasileira é certamente devedora da vivência, da prática de muitos desses conhecimentos através das experiências dirigidas por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro.

Neste sentido, destacamos o modelo implementado por Teixeira na Universidade do Distrito Federal, que priorizava a pós-graduação, enfatizando

¹⁴⁴ ARGAN, Giulio Carlo (1984). *Op. cit.*, p 52.

¹⁴⁵ ARGAN, Giulio Carlo (1984). *Op. cit.*, p 32.

¹⁴⁶ Esta citação, assim como seu desdobramento no pensamento de Anísio Teixeira, foi analisada no primeiro capítulo, no item onde tratamos das escolas públicas de primeiro grau construídas no Rio de Janeiro, nos anos 30.

a preocupação de preparar novos pesquisadores e docentes, e a importância dada na proposta de ensino de arquitetura elaborada por Camargo aos “institutos de aperfeiçoamento”, estratégia fundamental, segundo o educador bahiano, para atingir a formação integral do homem brasileiro – do cidadão ou, neste caso, do “arquiteto integral”¹⁴⁷.

“A separação entre o prático e o racional ou o prático e o teórico desapareceu. Todo o conhecimento, em todas as suas fases, passou a ser prático, tanto nos seus objetivos quanto em seus métodos. (...) e prática, por fim, é a aplicação dessa teoria nas artes e tecnologias científicas da produção. (...) Em face dessa unificação, a escola teria de deixar de ser a instituição especial de preparo daqueles ‘homens racionais ou escolásticos’. Esta sociedade, está claro, teria de preparar trabalhadores para as três fases do saber, isto é, a pesquisa, o ensino e a tecnologia, mas todos teriam tudo em comum, exceto o gosto diferenciado por essas fases diversas do conhecimento científico, de sua natureza unitária”¹⁴⁸.

Anísio Teixeira salienta, ainda que se referindo à escola primária, a importância do estudo em período integral, a incorporação de atividades práticas, a necessidade de formar verdadeiros cidadãos, preparados para atuar numa sociedade democrática em constante transformação. Percebemos então a proximidade entre o enfoque da proposta pedagógica implementada na Bauhaus e as idéias defendidas pelo educador bahiano.

Assim, a citação abaixo, ainda que um pouco longa, nos ajuda a resumir e condensar todos os pressupostos incorporados na proposta educacional elaborada por Teixeira, presentes também na concepção pedagógica de Walter Gropius para a Bauhaus, que têm como referência a filosofia da educação de John Dewey.

¹⁴⁷ Termo utilizado por Gropius no texto *Arquitetura Total* e discutido na Introdução desta dissertação.

¹⁴⁸ TEIXEIRA, Anísio (1957). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994. 5ª edição, p. 44.

“É, pois, uma escola que é seu próprio fim e só indireta e secundariamente prepara para o prosseguimento da educação ulterior à primária. Por isto mesmo, não pode ser uma escola em período parcial, nem uma escola somente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão. Não se pode conseguir essa formação em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação e hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte”¹⁴⁹.

A estas preocupações contempladas na proposta de Paulo de Camargo adicionamos dois temas que têm destaque especial na sua reflexão sobre os conteúdos a serem ministrados: a incorporação dos avanços técnico-científicos na construção, através da utilização de novos materiais, e a relação arquitetura e urbanismo, entendido como o elo que relaciona o edifício e a cidade, concepção desenvolvida pelas vanguardas modernistas.

Sobre o primeiro, Paulo de Camargo indica a necessidade dos arquitetos brasileiros enfrentarem o problema da pesquisa e do domínio das técnicas, visando ampliar, além do concreto armado, os elementos utilizados na construção.

“Os novos materiais, todas as possibilidades técnicas da nossa época são esquecidas, com exceção apenas do concreto armado, como se este fosse o único elemento construtivo do momento”¹⁵⁰.

O urbanismo desempenhava para a arquitetura um papel de grande importância, pois exigia do arquiteto uma visão de conjunto, ampla e

¹⁴⁹ TEIXEIRA, Anísio (1957). *Op. cit.*, p. 63.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1940). *Op. cit.*, p. 173.

abrangente, contrária à visão especializada e tópica característica da produção industrializada.

“O arquiteto não pode por exemplo ser um especialista de urbanismo e dedicando-se unicamente a este, colocar de lado os problemas da arquitetura, porque uma disciplina faz parte integrante da outra e as duas formam um complexo perfeitamente homogêneo”.¹⁵¹

Esta proposta demorou quase vinte anos para ser colocada em prática devido à interrupção temporária na carreira docente de Paulo de Camargo, após à reprovação naquele concurso prestado no Rio de Janeiro em meados da década de 40, conforme já relatado, por motivações políticas e não curriculares. Somente depois de sua transferência definitiva para São Paulo em 1958 teve a possibilidade de implementá-la como docente da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

Teve participação ativa no Fórum de 1968, que alterou profundamente a estrutura da universidade com a extinção das Cadeiras e do cargo de Professor Catedrático, mas apenas em 1970, pouco antes de sua morte, pôde concretizá-la através da criação do Curso de Mestrado em Arquitetura, na EESC-USP¹⁵². A proposta inicial foi reformulada, visando melhor atender às novas políticas educacionais em voga naquele momento, mantendo no entanto suas linhas gerais delineadas com maior clareza.

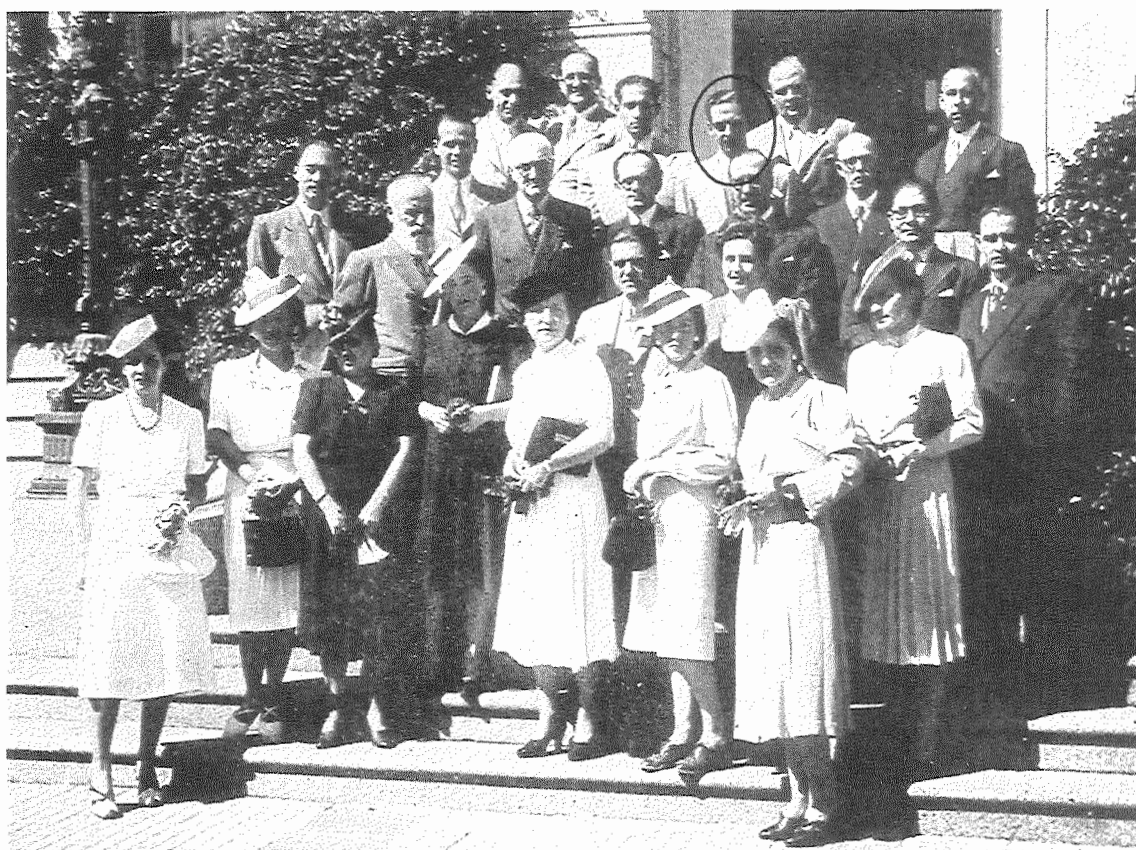
O Mestrado, além de suprir deficiências curriculares e propiciar a atualização profissional, foi um investimento estratégico na formação de novos docentes, aptos a criar na graduação o curso de Arquitetura, ainda inexistente na EESC- USP, somente implementado em 1984. Outra característica do curso de pós-graduação proposto por Camargo foi a definição de uma linha de pesquisa muito precisa, a Industrialização das Construções, capaz de articular vários departamentos, laboratórios e docentes da Escola de Engenharia.

¹⁵¹ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1940). *Op. cit.*, p. 173.

¹⁵² Este assunto será retomado mais à frente, quando analisaremos esta proposta com maiores detalhes.

As questões ressaltadas por Camargo em sua proposta para o ensino de arquitetura, como formação de novas gerações de profissionais, voltadas para um saber amplo e não específico, o planejamento urbano como estratégia de intervenção, a pesquisa centrada na industrialização das construções, propiciando a produção em larga escala e a união de uma gama maior e mais diversificada de profissionais trabalhando juntos, evidenciam sua identificação com a concepção de *Arquitetura Total*.

O ensino de arquitetura foi tema constante de reflexão na trajetória de Paulo de Camargo, que mesmo distante das atividades didáticas por quase vinte anos, manteve-se atuante nas discussões sobre a autonomia das Escolas de Arquitetura. Este foi um dos temas importantes que Camargo encabeçou durante os quatro anos que permaneceu à frente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) como seu Presidente.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, mar.-abr./1940.

A Delegação brasileira durante o V Congresso Panamericano, 1940.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, mar.-abr./1940.

A Delegação brasileira na sessão inaugural do V Congresso Panamericano, 1940.

2.2. ATUAÇÃO JUNTO A ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL

A dedicação a organizações de representação da categoria profissional foi uma constante na trajetória de Paulo de Camargo e Almeida. Em 1941, representou as Escolas de Arquitetura como Conselheiro Suplente no Conselho Regional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (CREA). No ano seguinte foi eleito Vice-Presidente desse mesmo Conselho e em 1943 eleito Conselheiro Efetivo, tendo recebido nesse cargo um certificado de serviços relevantes prestados ao Brasil¹⁵³. No entanto, a função mais destacada que exerceu foi a presidência do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), durante o período de agosto 1943 a julho de 1946¹⁵⁴, quando o Instituto contava com grande prestígio entre os arquitetos¹⁵⁵.

Era um momento de grandes lutas em prol da autonomia profissional e do reconhecimento institucional e social da Arquitetura. Estava em pauta a função social do arquiteto e suas atribuições legais. Neste contexto, os órgãos de representação desempenhavam papel estratégico, tanto no sentido de encaminhar legalmente as reivindicações, como articulando os profissionais, que possuíam profundas divergências de caráter ideológico. A polarização se dava basicamente entre aqueles contra e a favor da arquitetura moderna.

A revista *Acrópole* publicou, em janeiro de 1946, uma conferência proferida em dezembro de 1944 por Carlos A. Gomes Cardim Filho em

¹⁵³ Informações retiradas do Curriculum Vitae do arquiteto, anexado a seu Processo como docente da EESC-USP, no período de 1958-73.

¹⁵⁴ No Curriculum elaborado pelo arquiteto consta o período de agosto de 1942 a julho de 1946, deixando dúvidas sobre o ano em que iniciou sua gestão. Contudo, pudemos confirmar na revista *Arquitetura e Urbanismo*, de maio a dezembro de 1942, último número publicado, que, ao menos oficialmente, o Presidente da diretoria eleita para o ano social 1942-1943 era Nestor E. de Figueiredo. Paulo de Camargo inclusive dela participou como membro do Conselho fiscal ao lado de Atílio Correa Lima e Paulo Pires. Cf. ARQUITETURA E URBANISMO (1942). A nova diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil. *Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, IAB, p. 48.

¹⁵⁵ Paulo de Camargo participava do núcleo do IAB desde os anos 30. Em 1937 assume seu primeiro cargo na diretoria como membro do Conselho Fiscal. Esteve presente na constituição

comemoração ao Decreto Lei que regulamentou as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Neste artigo, Cardim cita excertos do discurso feito por Camargo na posse da primeira diretoria do Departamento de São Paulo do IAB, neste momento do texto explicita alguns dos problemas enfrentados pelos arquitetos no final da década de 30 e começo da de 40, que passamos a transcrever.

“Se assim é tão vasto o campo de atividade do engenheiro e do arquiteto e se o decreto diferencia as duas profissões, falando em curso de engenharia e arquitetura, deve haver uma diferença entre elas. Qual é a diferença? Onde uma começa e a outra termina? Não é fácil a resposta pois no momento é que se inicia a distinção decorrente de suas atividades no Brasil por meio dos órgãos de classe que visam a defesa dos interesses de seus associados. Daí a fundação em São Paulo do Departamento do Instituto de Arquitetos do Brasil, no sentido de aproximar mais aqueles que por identidade de cursos têm a responsabilidade arquitetônica de uma obra”¹⁵⁶.

O IAB foi fundado em 1921, nasceu dentro da Escola Nacional de Belas Artes, seu primeiro Presidente foi o arquiteto Gastão da Cunha Bahiana. Em 1936, fundou-se oficialmente a “Sociedade Civil IAB”¹⁵⁷. Nos anos 30, o Instituto foi palco de disputas entre os arquitetos que aderiram ao movimento de renovação da arquitetura, que defendiam a redefinição de seu estatuto profissional; e outros mais conservadores, que propunham em última instância a manutenção dos valores da arquitetura de estilos. Com o passar do tempo e a consolidação da arquitetura moderna nos anos 40, o IAB tornou-se o principal canal de comunicação dos arquitetos “modernistas” com o governo, outras categorias profissionais e a sociedade.

de diversas diretorias. Em 1938, foi eleito Conselheiro e 1º. Secretário, cargos que reassume em 1940.

¹⁵⁶ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes (1946). *Op. cit.*, p. 241.

¹⁵⁷ INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – DEPARTAMENTO DO RIO DE JANEIRO. *Histórico do IAB*. Rio de Janeiro, IAB/RJ. /Digitado/

“o IAB/SP estava ligado aos arquitetos modernos. Determinados arquitetos eram delicadamente afastados, uma vez que não eram reconhecidos por este time como arquitetos de vanguarda. E o IAB era, sem dúvida nenhuma, para os de vanguarda”¹⁵⁸.

Um dos arquitetos mais importantes à frente do IAB foi Nestor Egydio de Figueiredo, que manteve-se na presidência por seis mandatos consecutivos, de julho de 1936 até julho de 1942¹⁵⁹. A sua permanência como Presidente foi de suma importância para a consolidação da entidade. Foi ainda responsável pela reestruturação política que se processou no interior do Instituto ao fim do seu mandato. O último discurso de Nestor Figueiredo antes da eleição é bastante indicativo.

“chamava a atenção dos presentes à Assembléia convocada para as eleições, que procurassem eleger nomes expressivos da arquitetura brasileira, principalmente aqueles conhecidos internacionalmente, numa clara alusão à mudança que se havia processado na profissão naqueles vinte e poucos anos de Instituto”¹⁶⁰.

Neste contexto, Paulo de Camargo e Almeida¹⁶¹ é eleito o primeiro Presidente não oriundo do quadro dos vinte e sete sócio-fundadores¹⁶². Inicia

¹⁵⁸ Depoimento de Oswaldo Bratke. In: FICHER, Sylvia (1989). *Ensino e Profissão. O curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. São Paulo, 485p. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, p. 218.

¹⁵⁹ É muito difícil ter a confirmação exata desta data, em geral bastante conflitante. É mais comum encontrar que Paulo de Camargo foi Presidente do IAB em 1943, mas em seu Curriculum indica que sua gestão foi de agosto de 1942 a julho de 1946. Consideraremos assim a data por ele indicada.

¹⁶⁰ SERRAN, João Ricardo (1981). *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶¹ Não conseguimos identificar a constituição da diretoria que assumiu junto com Camargo. A fonte mais segura para este tipo de informação é a revista *Arquitetura e Urbanismo*, que deixou de ser editada em 1943, devido a falta de materiais ocasionada pela II Guerra Mundial, conforme descrito em seu último número, do ano anterior.

¹⁶² Estes são: Adolfo Morales de Los Rios, Adolfo Morales de Los Rios Filho, Agostinho Torres da Silva, Alberto Reeve, Angelo Bruhns, Archimedes Memória, Augusto Vasconcelos Júnior, Avelino Nunes Júnior, Celestino Severo San Juan, Cypriano Lemos, Edgar Pinheiro Vianna, Enoch da Rocha Lima, Fernando de Nereu Sampaio, Gabriel Martins Fernandes, Gastão Bahiana, Henrique Rebello de Vasconcellos, José Cortez, Mario Fertin de Vasconcellos, Mario Ruch, Mario Santos Maia, Nestor Egydio de Figueiredo, Oswaldo Vieira Machado, Rafael

uma nova fase na história do Instituto, encerrando um ciclo de quase vinte anos. Seu primeiro mandato tem início em um contexto bastante complexo e difícil, o mundo assistia os desdobramentos da Segunda Grande Guerra, enquanto o país vivia o final do Estado Novo (1937-1945) e do período Vargas (1930-1945). Face a esses acontecimentos, as gestões de Camargo marcaram uma nova postura do IAB, que passou a relacionar a prática profissional às questões políticas mais abrangentes. Esta foi uma de suas contribuições mais relevantes, como destaca Serran:

“Assim, se em 1931 o IAB se posicionava claramente a favor da arquitetura contemporânea, já em 1944 se manifestava abertamente pelo fim da ditadura, por uma anistia geral, pela libertação dos presos políticos e pela convocação de uma Assembléia Constituinte.”¹⁶³

Destacamos ainda outras contribuições marcantes das gestões de Camargo, como a fundação dos Departamentos Regionais do IAB em São Paulo e Minas Gerais, em 1943¹⁶⁴; a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1945; a luta junto com os engenheiros contra o exercício ilegal da profissão e a reivindicação pela autonomia dos cursos de arquitetura.

A história do IAB ainda hoje é contada através de depoimentos, textos comemorativos baseados em lembranças pessoais, notas finais das revistas do IAB, *Arquitetura e Urbanismo* (1936-42) e posteriormente *Arquitetura* (1961-9), e dispersa em vários trabalhos de mestrado e doutorado. Não há, ou pelo menos não encontramos, nenhum trabalho sistematizado que retome as atas e

Galvão, Rafael Paixão, Raul Cardoso de Cerqueira, Zaly Fernandino de Moraes e Zildo Fernandino de Moraes.

¹⁶³ SERRAN, João Ricardo (1981). *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁴ O IAB, centrado no Rio de Janeiro, somente a partir de 1943, com a criação dos departamentos de São Paulo e Minas Gerais, iniciou o processo de construção de sua estrutura federativa, consolidada hoje em 25 Estados brasileiros.

os livros manuscritos que existem no Departamento do Rio de Janeiro¹⁶⁵ em estado absolutamente precário de conservação.

Toda esta situação acaba gerando por vezes afirmações imprecisas e contraditórias. João Ricardo Serran, em um artigo no *Jornal do IAB-RJ*, de 1981, diz que os Departamentos regionais foram criados na gestão de Nestor Egydio.

“Ainda sob a gestão de Nestor de Figueiredo são criados os departamentos de São Paulo e Minas Gerais (1943)”¹⁶⁶.

Já Carlos Cardim Filho reproduz idéias do discurso proferido por Paulo de Camargo no momento da posse da primeira Diretoria do IAB-SP, em artigo já referido da revista *Acrópole* de janeiro 1946.

“Disse muito bem, recentemente, o ilustre arquiteto Paulo Camargo, quando deu posse à primeira Diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo e que vou procurar reproduzir na forma de impressão pessoal”¹⁶⁷.

Independente da dificuldade em determinar corretamente o início da gestão de Paulo de Camargo no IAB, não há dúvidas que em 06 de novembro de 1943¹⁶⁸, quando foi criado o IAB-SP, Camargo era o Presidente, conforme indicações do próprio Serran (1981) que afirma que o mandato de Figueiredo terminava em julho de 1943.

O mais importante a destacar é que a articulação feita para a criação dos departamentos regionais do IAB teve início na gestão de Nestor Egydio de

¹⁶⁵ O IAB- RJ tem realizado um esforço no sentido de recuperar este material, mas é uma tentativa incipiente, que depende da disponibilidade de funcionários que possuem outras atividades.

¹⁶⁶ SERRAN, João Ricardo (1981). *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁷ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes (1946). As profissões de engenheiro, arquiteto e de agrimensor. *Acrópole*, São Paulo, jan., p. 241.

¹⁶⁸ FICHER, Sylvia (1989). *Op. cit.*, p. 218.

Figueiredo¹⁶⁹. Segundo Sylvia Ficher (1989), os primeiros contatos entre arquitetos paulistas e cariocas, ligados ao IAB, para a criação do Departamento de São Paulo, ocorreram durante o V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em Montevidéu, em março de 1940.

“(...) surgiu uma articulação entre os arquitetos do Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB, e o arquiteto paulista Eduardo Kneese de Mello para organizar a sucursal daquela entidade em São Paulo”¹⁷⁰.

No período de 26 a 30 de janeiro de 1945 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo, que tinha por finalidade estudar a função social do arquiteto tanto no meio urbano como rural, estimular pesquisas ligadas diretamente à profissão, atuar frente ao governo e à opinião pública no sentido de enfatizar a necessidade de criar leis facilmente executáveis, possibilitar a circulação de assuntos de interesse imediato dos arquitetos, incidir sobre as indústrias instaladas no país, indicando a necessidade de investir na compra de equipamentos que possibilitassem a “evolução” da arquitetura, e congregar os arquitetos brasileiros, permitindo maior “proteção social e profissional das atividades que desenvolvem”¹⁷¹.

O Congresso foi estruturado em duas grandes sessões temáticas e uma exposição de trabalhos de arquitetos brasileiros. O Tema 1, denominado “Função social do arquiteto”, abrangia: Urbanismo e Problemas de arquitetura; A vida urbana. Habitação. Recreação. Trabalho; O urbanismo e a arquitetura perante os ataques aéreos; A organização das coletividades humanas, tanto do ponto de vista da fixação do homem nos núcleos rurais e nos núcleos industriais. Já o Tema 2, “Assuntos de Interesse Imediato da Profissão”, destinava-se a discutir o Ensino de arquitetura; Normas do trabalho profissional

¹⁶⁹ A responsabilidade da criação de Departamentos é tarefa que não coube a um, nem dois arquitetos, mas sim à articulação que se estabeleceu entre o grupo carioca em torno do núcleo do IAB, do qual certamente Camargo e Figueiredo faziam parte, e arquitetos paulistas e mineiros partidários da arquitetura moderna.

¹⁷⁰ FICHER, Sylvia (1989). *Op. cit.*, p. 218.

¹⁷¹ CAMPELO, Américo R. (1945). Primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos. *Revista de Arquitetura*, n^{os}. 5-6, Rio de Janeiro, IAB, mai.- jun., p. 18.

do arquiteto, compreendendo norma de contrato com o cliente e norma de caderno de encargos; regulamentação profissional¹⁷².

Uma das deliberações importantes aprovada pelo Congresso foi a indicação de que o Instituto de Arquitetos deveria constituir uma comissão para elaborar o anteprojeto de cursos de arquitetura, seguindo as diretrizes da reforma do ensino superior, para ser apresentado ao governo.

Logo depois, em 28 de junho do mesmo ano, uma delegação, composta por membros do IAB e por um representante do curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, entregou ao Presidente Getúlio Vargas um memorial sobre o ensino de arquitetura no país.¹⁷³ Segundo Sylvia Ficher, os desdobramentos desta carta foram imediatos, tendo sido criada dois meses depois pelo Presidente, através de um decreto-lei, a Faculdade Nacional de Arquitetura.

“Este documento, (...), lembrava que, por seu lado, os arquitetos estavam realizando ‘obras tidas em todo o mundo como uma verdadeira revolução arquitetônica, considerada nos seus aspectos técnicos e artísticos, e em suas finalidades sociais’. (...) Para finalizar, considerando que ‘a atual legislação do ensino de arquitetura no Brasil está completamente desorientada’, era solicitado a criação de uma faculdade de arquitetura”¹⁷⁴.

Ainda em 1945, em outubro, ocorreu, no Rio de Janeiro, o I Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura, promovido pelos Diretórios Acadêmicos de Engenharia e Arquitetura no Brasil e patrocinado pelos Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5ª. Região, Clube de Engenharia e Instituto de

¹⁷² CAMPELO, Américo R. (1945). *Op. cit.*, p. 20.

¹⁷³ BOLETIM DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1945b, p. 8-10. In: FICHER, Sylvia (1989). *Op. cit.*, p. 220.

¹⁷⁴ FICHER, Sylvia (1989). *Op. cit.*, pp. 220-1.

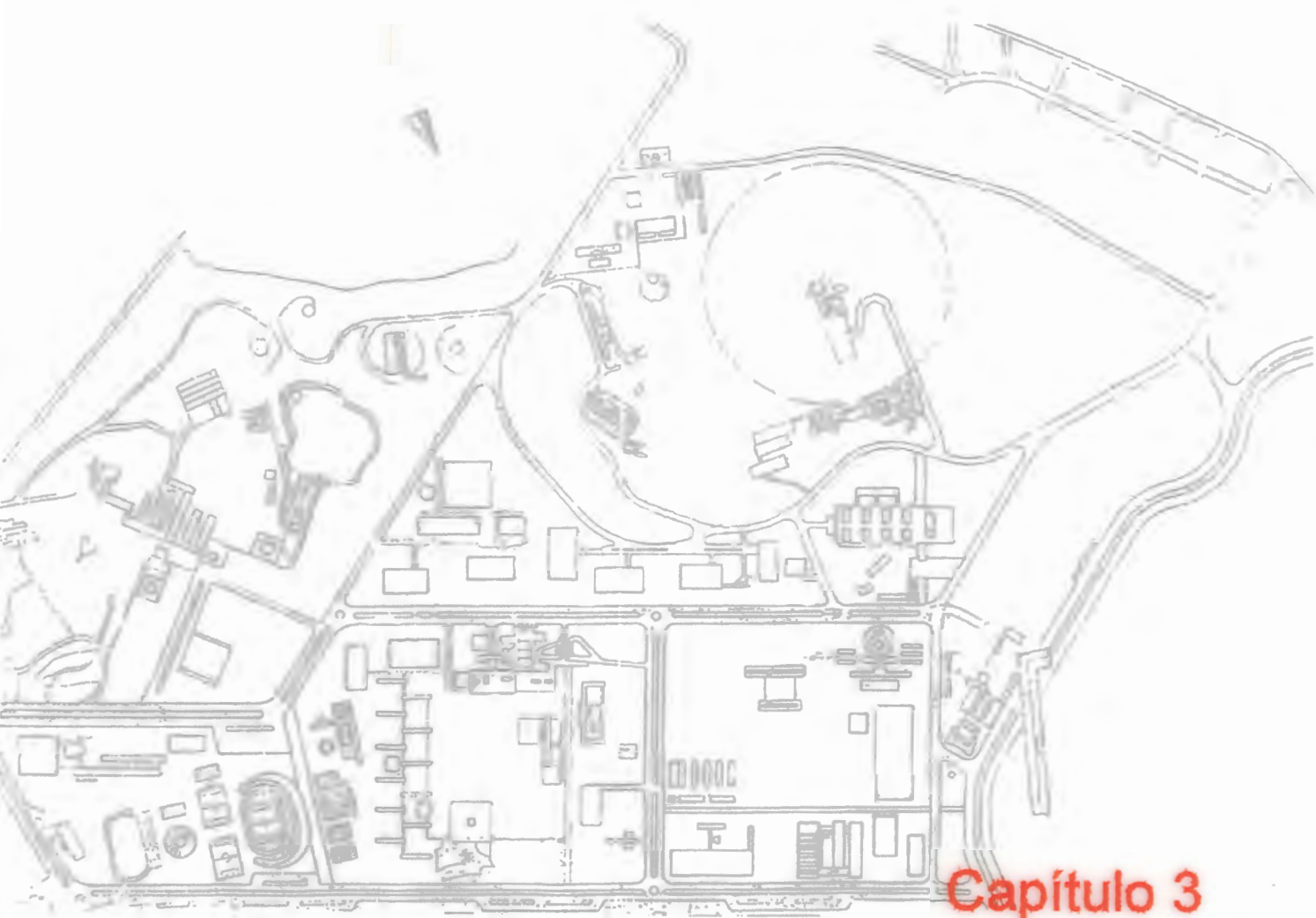
Arquitetos do Brasil. Paulo de Camargo participou como Vice-Presidente da Comissão Organizadora, representando o IAB¹⁷⁵.

¹⁷⁵ | Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura (1946). *Anais*. Rio de Janeiro.



Parte II

São Paulo: 1957- 1973



Capítulo 3

Aplicação dos princípios: a Arquitetura Total

Paulo de Camargo se mudou definitivamente para São Paulo em julho de 1957, quando foi contratado para o cargo de Chefe da Seção de Projetos do Escritório de Engenharia e Arquitetura da Comissão de Construção da Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira” (CUASO). Estava neste momento com cinquenta e um anos de idade e dispunha de grande respeitabilidade no cenário nacional.

Como já visto, sua relação com os arquitetos paulistas ficou mais estreita a partir dos anos 40, sobretudo depois do V Congresso Pan-americano de Arquitetos. Nesse sentido, vale ressaltar sua participação no processo de constituição do IAB-SP, em 1943, e a realização em São Paulo do I Congresso Brasileiro de Arquitetos em 1945, ambos quando Camargo era o Presidente deste Instituto.

Esta “guinada” em sua trajetória, que acabou definindo sua transferência para São Paulo, parece ter sido motivada durante a II Bienal de São Paulo, em 1954, no ano de comemoração do IV Centenário da cidade. Seu reencontro com o arquiteto alemão Walter Gropius, que veio ao Brasil para receber o Prêmio São Paulo e participar do júri do concurso de arquitetura na exposição que ocorria paralelamente à mostra.

Segundo depoimento de sua filha, ao retornar ao Rio de Janeiro Camargo manifestou o desejo de retomar as atividades didáticas de maneira mais intensiva¹⁷⁶.

“seus dias de dedicação à construção civil privada estavam definitivamente contados, pois, estava no momento de começar a dedicar-se novamente ao ensino e a incrementar, ainda mais, a pesquisa sobre novos materiais para a construção, pesquisa esta que nunca o abandonara”.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Neste momento parece que ele dava aulas na Universidade do Brasil, conforme consta no memorial do concurso de Brasília, mas não temos maiores informações a este respeito já que Camargo não inclui esta atividade em seu curriculum.

¹⁷⁷ Informações dadas por Fernanda Camargo e Almeida Moro, filha do arquiteto, a autora em nov/97.

Antes de sua transferência definitiva, há dois episódios que marcam esta disposição de vir para São Paulo, primeiro sua participação num concurso para docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em 1956 e depois sua associação junto a Artigas, Cascaldi e Mário Wagner Vieira da Cunha para a elaboração do anteprojeto para o Plano Piloto de Brasília em 1957.

3.1. O CONCURSO PARA A FAU-USP

Em maio de 1956, Paulo de Camargo concorreu a uma vaga para a Cadeira n.º 16 de Composição na FAU-USP. O então responsável pela Cadeira, Zenon Lotufo também participou do primeiro concurso realizado nesta faculdade. Além dos dois arquitetos se apresentaram como candidatos Ernest Robert de Carvalho Mange, Lina Bo Bardi e Mário Russo.

Na banca estavam Sylvio Vasconcellos, Diógenes Rebouças (Bahia), Lorival Gomes Machado e Demétrio Ribeiro (Montevidéu), entre outros. Apesar dos cinco candidatos serem nomes reconhecidos no meio arquitetônico, a banca não considerou suficiente seus desempenhos e reprovou a todos.¹⁷⁸

“Foi um célebre concurso para uma vaga de catedrático (...) Só sei que massacraram os candidatos de uma maneira fora do normal. A tradição é justamente o contrário: de muita gentileza, todos os candidatos tendo notas altas, etc. Mas neste reprovaram todos”.¹⁷⁹

Recentemente Lemos¹⁸⁰ disse, que a reprovação de todos os candidatos parece ter obedecido a diretrizes políticas partidárias definidas pelo PCB, que no entanto não soube explicitar melhor.¹⁸¹

Sobre este concurso nos restam as teses para provimento de cátedra apresentadas por todos os candidatos, como parte dos requisitos para a inscrição. Zenon Lotufo escreveu um texto intitulado “O Espaço Psicológico da Arquitetura”, com setenta e quatro páginas; Lina Bo Bardi, ainda assinando Achillina, apresentou um ensaio sobre o ensino de arquitetura com o título de

¹⁷⁸ FICHER, Sylvia (1989). *Op. Cit.*, p. 268.

¹⁷⁹ FICHER, Sylvia (1989). *Op. Cit.*, p. 268.

¹⁸⁰ Depoimento de Carlos Lemos em conversa informal durante uma visita a São Carlos.

¹⁸¹ As atividades políticas de Paulo de Camargo constituem um capítulo muito nebuloso de sua trajetória, a qual não conseguimos elementos suficientes para caracterizar. É Ricardo Martucci, professor da EESC-USP, quem nos esclareceu esta questão. Havia um pacto de silêncio. Éramos proibidos de conversar com um companheiro hierarquicamente superior por motivos de segurança. Disto decorre, que ninguém sabe afirmar ao certo as posições políticas de Camargo, havendo inclusive contradições entre os depoimentos.

“Contribuição propedêutica ao ensino de teoria da arquitetura”, com noventa e cinco páginas; o trabalho de Mange chamado “A função abrigo em arquitetura”, possuía oitenta e cinco páginas; Mário Russo participou do concurso com a tese “Tradução arquitetônica da célula habitativa: sua evolução e previsões lógicas”, com setenta e três páginas; e por fim Paulo de Camargo apresentou um texto bastante curto comparativamente ao dos outros candidatos, intitulado “Função Social do Arquiteto”, que tinha apenas quinze páginas.

Apesar de simples e curto, o texto explicita a filiação de Paulo de Camargo a uma arquitetura mais “participativa”, voltada aos interesses da cidade e da população, o que caracterizamos como *Arquitetura Total*¹⁸².

Camargo abre o texto com duas epígrafes, que indicam sua linha de argumentação. Analisa a situação do canteiro de obras e a condição particular dos operários que participam do processo produtivo. Indica que a baixa qualidade das construções realizadas no país se deve a precária qualificação da mão-de-obra que executa o serviço e aponta a desigualdade sócio-cultural, existente entre o projetista e os trabalhadores “braçais”, como fatores que contribuem para o resultado final da obra construída.

*“O contraste do meio em que se processa e se executa a arquitetura moderna em nossa terra, principia no canteiro de obras, onde operários analfabetos, subnutridos e esfarrapados, sem o mínimo preparo profissional; dirigidos por mestres, na maioria das vezes semi-analfabetos, devem executar os planos dos arquitetos, utilizando sistemas construtivos os mais evoluídos e materiais de construção de aplicação as mais diversas, num contraste flagrante com a sua própria formação social”.*¹⁸³

¹⁸² Não iremos analisar todas as teses apresentadas, apenas a de Paulo de Camargo que nos ajudar a delimitar o eixo de suas preocupações ao longo da trajetória profissional do arquiteto.

¹⁸³ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1956). *Função Social do Arquiteto*. Tese (Provimento de Cátedra) - Concurso para Provimento da Cadeira n.16 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, p. 3.

"La patria debe a todo niño que nasce el mismo regalo de bienvenida: débese ella misma, em su conjunto, sin restriccion; y no es sólo en la grandesa de su natureza y de su espíritu, sino también en la facilidad para alcanzar a éstos, an la comodidad para gozarlos, en lo que reconoce una gran pátria".

(Jean Giraudoux - Congresso C.I.A.M. Atenas)



A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO

Tése apresentada pelo arquiteto Paulo de Camargo e Almeida para provimento da cadeira n.º 16 — "Composição de Arquitetura — Pequenas Composições", na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. — Maio de 1956.



ses menos favorecidas são levadas cada vez mais para longe dos centros de trabalho, ensino e saúde, congestionando os meios de transporte já escassos. Zonas que deveriam se transformar em reservas para os centros populosos são retalhadas em "ridículos lotes de 10 x 30 m, sem nenhuma infra-estrutura urbana e higiênica.

"(...) o volume maior de construções hoje em dia destina-se à especulação imobiliária a mais desenfreada, cuja única finalidade é o lucro; e as conseqüências aí estão claras: deturpação de todas as formas arquitetônicas honestas a fim de servir aos intentos de maiores lucros; aceitação de uma acabamento de baixo nível que lhes permitam maiores lucros; desmoralização da obra do arquiteto em benefício de

Associa a melhoria no nível da mão-de-obra com o desenvolvimento industrial, sinalizando que os efeitos podiam ser verificados se comparados os acabamentos de produtos manufaturados de regiões como São Paulo e Rio Grande do Sul, que alcançaram índices superiores de produtividade, e o arremate das construções realizadas de maneira tradicional.

Um segundo núcleo de problemas, apontado pelo arquiteto, é referente à especulação imobiliária. À medida em que ela se alastra para a periferia das cidades, as clas-

maiores lucros; habitações com péssimas condições de ventilação e insolação, oriundos principalmente de um aproveitamento excessivo dos terrenos, o que lhes propiciam maiores lucros” 184.

Os danos causados pela especulação imobiliária são processos amplos, que envolvem além da arquitetura, o urbanismo e o planejamento da cidade. O loteamento de terreno não obedece à lógica do bem estar comum e sua melhoria, mas sim aos interesses privados de especuladores e donos de terra.

Para alterar o *status quo* e atingir os resultados esperados, melhor qualidade de vida nas cidades, será necessário dispor, segundo Camargo, de novos meios até então não empregados, dado que a tendência era o aumento em ritmo acelerado de construções miseráveis, sem nenhum controle e planejamento. Deve-se ressaltar que algumas realizações parciais foram implementadas, no entanto, na maioria das cidades os “poderes públicos” permitiram a construção e o desenvolvimento de inúmeros cortiços e fabelas, verificando-se o aumento de habitações insalubres.

“A habitação, principalmente nas grandes cidades, passou a ser um negócio de especulação, transformando o bem estar e a saúde do homem, em cortiços de concreto armado, sob a capa de arquitetura moderna. (...) Tudo o que o arquiteto concebe honestamente, ou é destruído de imediato, tornando-se irrealizável, ou se deforma, malogrando toda a verdade programada, (...) transformando a esperança de uma vida feliz, no desalento e no desespero do homem moderno, vivendo (...) em cidades onde imperam, a balbúrdia, a confusão e a miséria, desprovidos de água, esgoto, enfim de tudo o que é necessário à vida” 185.

O arquiteto amplia seu raciocínio, alertando que “o mau é universal”, diz em seu texto que, os congestionamentos constantes e o abandono do interior estão presentes em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, assim como,

184 ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1956). *Op. Cit.*, p. 4.

185 ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1956). *Op. Cit.*, pp. 5-6.

Paris, Londres e Nova Iorque. Suas conseqüências trágicas e a ausência de planejamento também.

Todos esses desajustes sociais refletem diretamente no trabalho do arquiteto, pois, ao enfrentar os problemas arquitetônicos e urbanísticos colocados é levado a defrontar-se sobre eles. É neste âmbito que se concentra o enfoque do texto de Camargo, a atuação de arquitetos e urbanistas no contexto do anos 50.

3.2. O PROJETO PARA BRASÍLIA: 1957

Paulo de Camargo e Almeida participou do concurso para o Plano Piloto de Brasília, como mencionado, com os arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi e o sociólogo Mário Wagner Vieira da Cunha. O anteprojeto entregue pela equipe foi classificado em 5º. lugar, ao lado de duas outras equipes, uma formada por Henrique Mindlin e Giancarlo Piretti e a outra pelo escritório Construtécnica S.A..

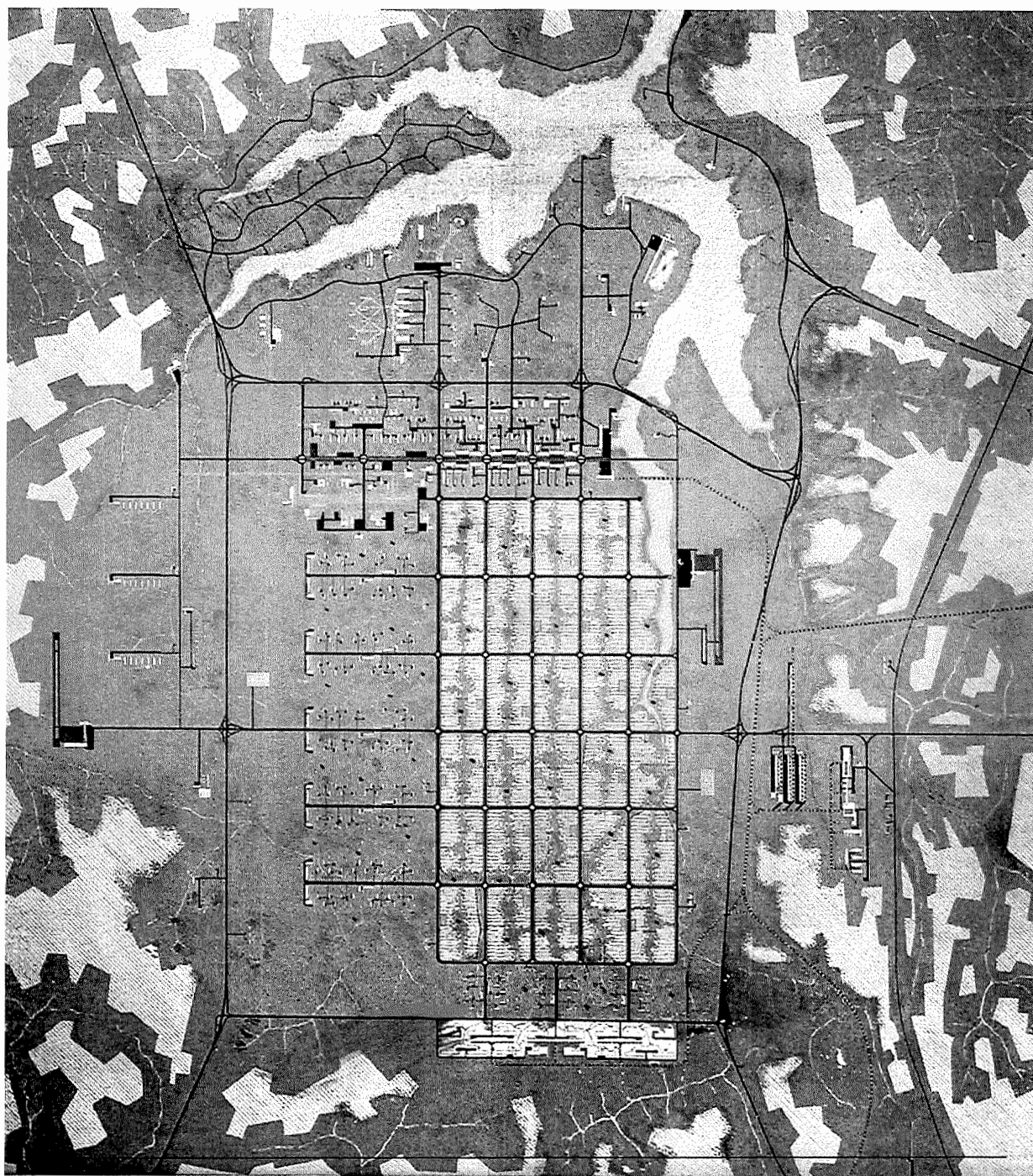
O concurso como é sabido teve como vencedor o projeto apresentado por Lúcio Costa e foi cercado por diversas polêmicas, tanto pela maneira como foi anunciado e encaminhado, como pelo resultado final. As controvérsias continuaram durante a construção de Brasília sob responsabilidade de Oscar Niemeyer e seguiram após sua conclusão.

Nosso intuito não é discutir a opção do júri e as polêmicas que cercaram o concurso e a construção de Brasília, mas sim compreender as concepções urbanísticas presentes no projeto da equipe de Camargo/ Artigas/ Cascaldi/ Vieira da Cunha, para identificar a contribuição de Camargo.

A escala urbanística foi esporádica e restrita a intervenções setoriais na obra dos dois arquitetos paulistas¹⁸⁶, no entanto, esteve presente de maneira freqüente na de Paulo de Camargo, através de intervenções setoriais como as apresentadas no Capítulo 1, o curso de Urbanismo realizado na UDF e sua atuação como professor ao lado de Atílio Correa Lima. Posteriormente, seu comprometimento com as idéias do Planejamento Urbano fica evidente em sua ação junto ao FUNDUSP como Diretor Executivo e através do curso de Pós-Graduação por ele idealizado em 1970, que tinha como concepções estruturais a industrialização das construções e o planejamento urbano.

Com a ausência quase completa de Camargo do quadro histórico da arquitetura moderna brasileira, torna-se mais difícil repensar a importância de

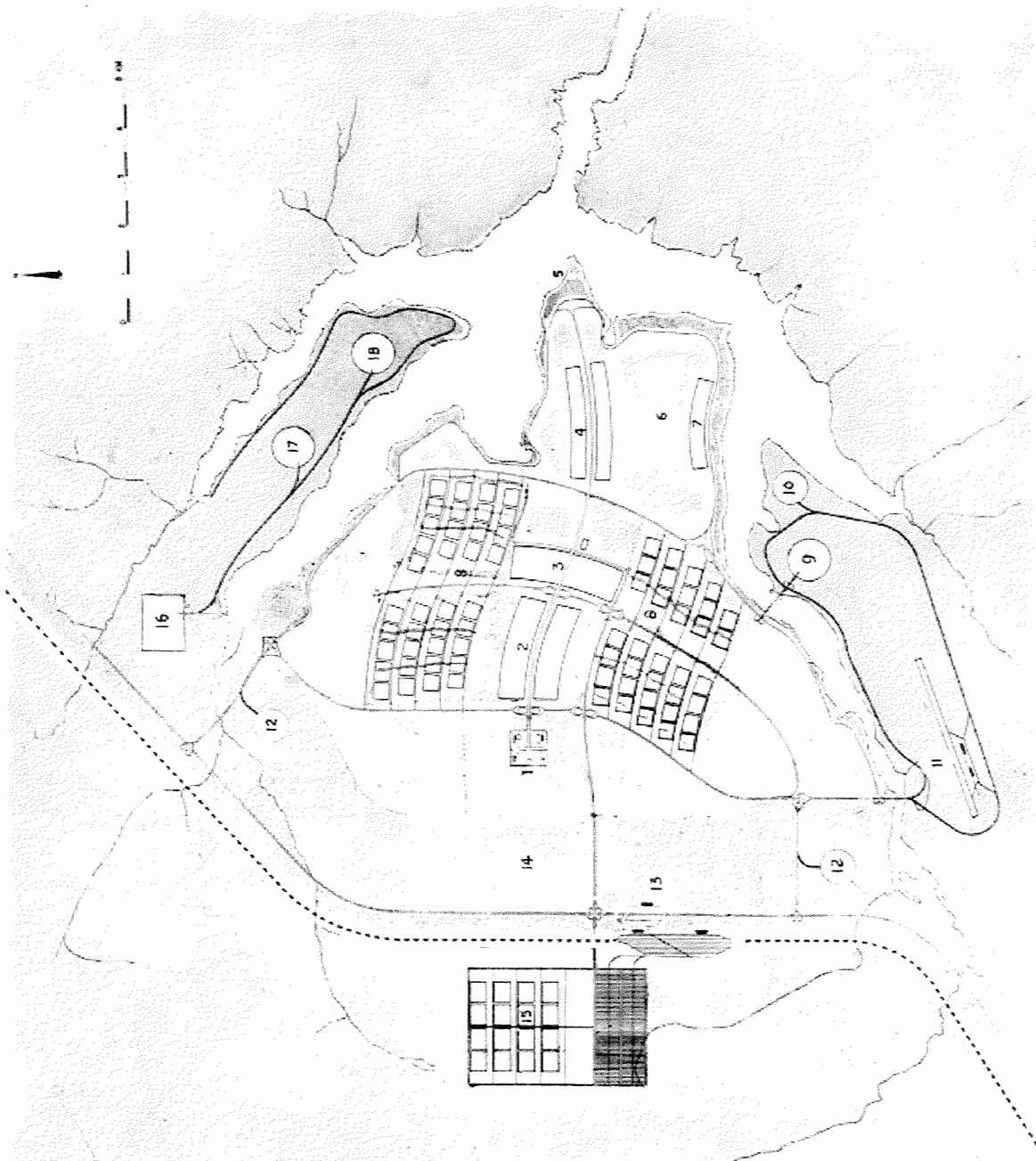
Fonte: Módulo, no. 8, 1957.



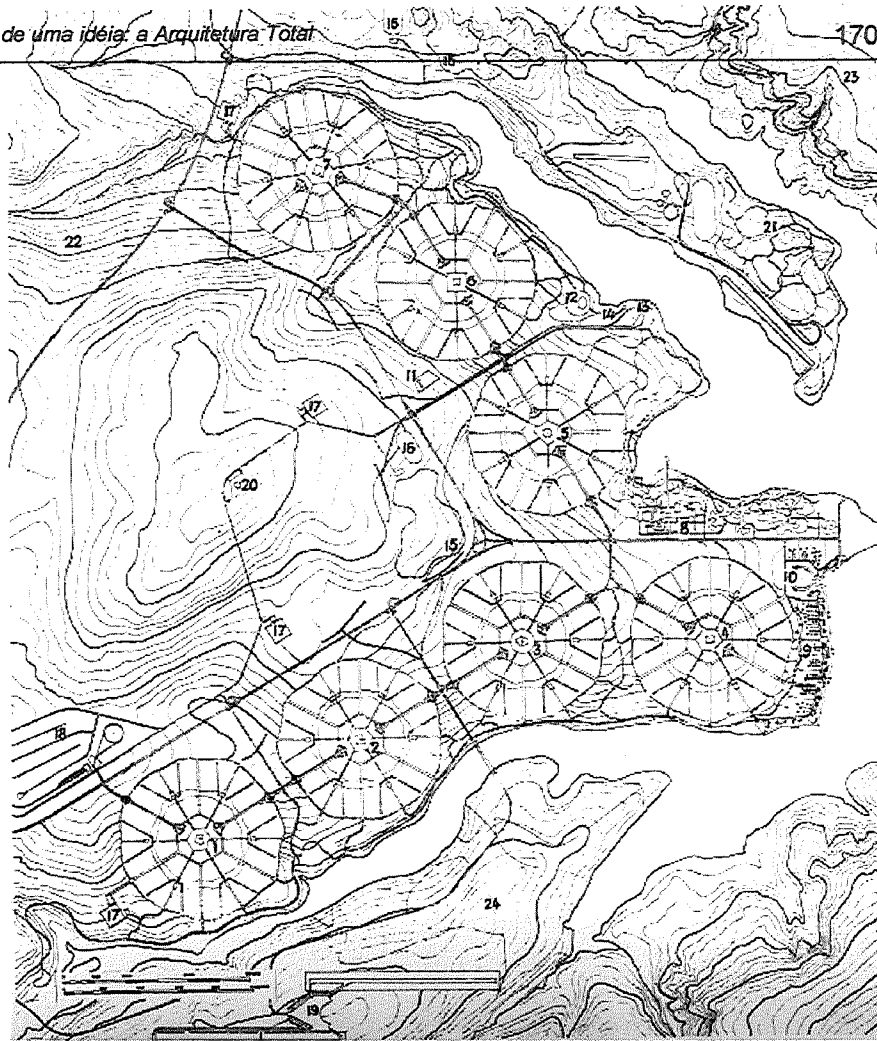
Plano geral.

¹⁸⁶ Artigas participou do projeto de Warchavchick para o concurso do Paço Municipal de São Paulo, em 1939, e posteriormente nos anos 70, apresentou um projeto para o concurso para o Vale do Anhangabaú e construiu o Conjunto de Cumbica.

Fonte: Norma Everson, *Two Brazilian Capitals*, 1973.

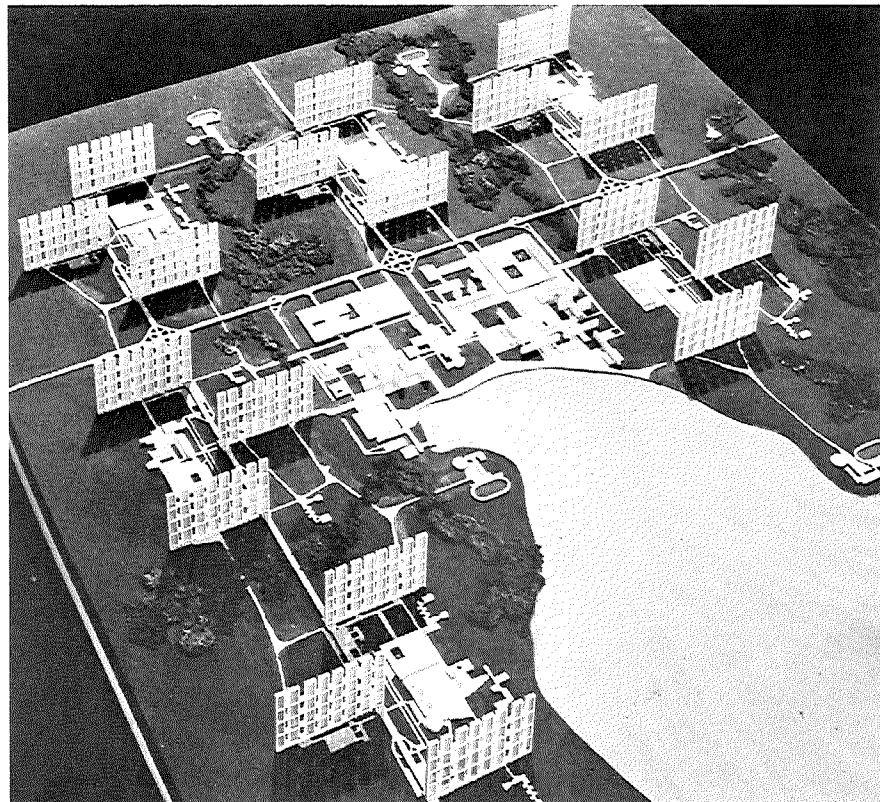


Piano apresentado por Henrique Mindlin e Giancarlo Piretti também classificado em quinto lugar.



Plano apresentado por MMM Roberto classificado em terceiro lugar.

Fonte: Norma Everson, *Two Brazilian Capitals*, 1973.



Plano apresentado por Rino Levi, Roberto Cerqueira César e L. R. Carvalho Franco, que recebeu o terceiro e quarto prêmios reunidos.

Fonte: Norma Everson, *Two Brazilian Capitals*, 1973.

Fonte: Carlos Lemos, *Arquitetura Brasileira*, 1974.



Lúcio Costa, Plano Piloto de Brasília. O plano apresentado por Costa ao concurso foi classificado em primeiro lugar.

sua colaboração neste projeto. Os trabalhos mais recentes realizados sobre o concurso atribuem a autoria do anteprojeto a Vilanova Artigas¹⁸⁷, talvez apenas pela notoriedade de seu nome. Então cabe lembrar que em meados dos anos 50, Camargo era um arquiteto reconhecido e respeitado no cenário nacional, tanto por sua atuação como Presidente do IAB, como pelos diversos prêmios recebidos em concursos e exposições nacionais e internacionais.

Nesse sentido, é significativo que Juscelino Kubistchek ao comentar o resultado do concurso para o Plano Piloto de Brasília, refira-se ao projeto de Camargo.

“Como acontece em todos os concursos, séria divergências tumultuaram o julgamento. Paulo Antunes Ribeiro, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, irritara-se como a seleção fora feita. Os jurados, após haverem examinado o conjunto, eliminaram 16 projetos, reservando 10 para um exame mais cuidadoso. Entre os classificados, figuravam os maiores nomes da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil, como Lúcio Costa, Nei da Rocha e Silva, M.M.M. Roberto, Henrique Mindlin, Paulo de Camargo e a firma Construtec”.¹⁸⁸

Esta afirmação de Kubistchek pode ajudar a redefinir, não a importância histórica de Camargo e Artigas, mas as relações de trabalho e a hipótese de uma co-autoria mais equilibrada entre os quatro profissionais, Camargo/ Artigas/ Cascaldi/ Vieira da Cunha, que constituíam a equipe de direção.

Outro elemento que dificulta pensar a dinâmica interna de funcionamento da equipe e a contribuição específica de cada um de seus membros é a ausência de análises ou depoimentos contemporâneos à realização do concurso. Somando-se a isso, declaração posterior de Artigas sugerindo a rejeição ao projeto e a negativa a comentá-lo, numa entrevista à

¹⁸⁷ Nesta perspectiva, exceção é o recente trabalho de Milton Braga, que procura dar tratamento mais equilibrado aos membros da equipe em questão. Ver BRAGA, Milton L. de Almeida (1999). *O Concurso de Brasília. Os sete projetos premiados*. São Paulo. 164p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

¹⁸⁸ KUBISTCHEK, Juscelino (1975). *Porque construí Brasília?*. Rio de Janeiro, p. 55.

revista *A Construção em São Paulo*, publicada em 1984, apenas reforça a dificuldade já explicita acima.

A pergunta feita pelo entrevistador:

“O Sr. se refere à sua obra como uma pequena contribuição à arquitetura paulista. Entretanto, estudiosos o apontam como o pioneiro dessa arquitetura, com influências nas gerações posteriores. E sua obra não está restrita à São Paulo, o Sr. tem obras em outros Estados, e participou do concurso de Brasília ...

(resposta) É, tinha todas aquelas ilusões de construir uma cidade democrática¹⁸⁹, mas era um projeto meio bobo. Achávamos que a terra urbana deveria continuar como propriedade do Estado, mas não gosto de falar nele. Nunca mais toquei neste projeto”.¹⁹⁰

Em relação aos projetos selecionados para o concurso, podemos dividi-los simplificadamente em duas grandes tendências do urbanismo moderno. Uma representada pelas cidades verticais baseadas em mega unidades urbanas, superblocos que dão à cidade uma nova escala espacial, inicialmente desenvolvidas por Le Corbusier, e outra fundamentada nos princípios difundidos pela *Carta de Atenas*, onde se destaca a importância do zoneamento, dos diversos níveis de circulação e vias na cidade, etc..

A primeira tendência foi desenvolvida nos projetos da equipe de Rino Levi e dos irmãos Roberto, que

“apresentam soluções bastante singulares dos princípios urbanísticos modernos: (...). Tanto a verticalização das cidades como a noção de

¹⁸⁹ Esta afirmação de Artigas feita em 1984 precisa ser contextualizada para não gerar confusões conceituais, porque no momento em que o plano foi elaborado essas idéias, que ele chama de “ilusões”, eram avassaladoras e não se restringiam à arquitetura e ao urbanismo, estavam também presentes nas propostas para a Educação, na política e em diversas instâncias do pensamento brasileiro e internacional.

¹⁹⁰ A CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO (1984). In: XAVIER (1987). *Op. cit.*, pp. 193-4.

*uma federação de unidades urbanas eram idéias já debatidas, mas em ambos os casos as equipes lhe conferiram uma feição radical*¹⁹¹.

Na segunda tendência, encontravam-se a maioria das equipes, inclusive a de Camargo/ Artigas/ Cascaldi e Vieira da Cunha e o próprio Lúcio Costa, que alguns autores preferem caracterizar como exceção.

Esta terceira postura adotada por Lúcio Costa, segundo Mário Pedrosa, unia os princípios do urbanismo modernos à atitude do desbravador, à tradição colonial, ou seja, instituíam no território um marco, um ato que determinava sua posse. Assim, Costa distinguia em seu plano aquilo que teria permanência, daquilo que seria temporário.

*“A sabedoria de Lúcio Costa constituiu em aceitar a incongruência inerente ao programa, (...), o reconhecimento pleno de que a solução possível ainda era na base da experiência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz ou numa evocação mais “moderna” e otimista, fazendo pousar docemente sobre a superfície, a forma de um avião*¹⁹².

A atitude de Costa, marcada na frase abaixo, é contrastante com a da de várias equipes, inclusive com a de Camargo/ Artigas/ Cascaldi e Vieira da Cunha, são duas concepções distintas do exercício profissional: o urbanista e os planejadores urbanos.

*“Estar desarmado de preconceitos e tabus urbanísticos e imbuído da dignidade implícita do programa: inventar a capital definitiva do país*¹⁹³.

Retornando ao plano proposto pela equipe Camargo/ Artigas/ Cascaldi e Vieira da Cunha, além da *Carta de Atenas*, percebemos outra importante referência já mencionada, a do planejamento urbano. O esforço em fazer uma

¹⁹¹ BRAGA, Milton L. de Almeida (1999). *Op. cit.*, p. 151.

¹⁹² PEDROSA, Mário. *Reflexões em torno da nova capital*. In: BRAGA, Milton L. de Almeida (1999). *Op. cit.*, p. 147.

¹⁹³ COSTA, LÚCIO (1995). *Registro de uma vivência*. In: BRAGA, Milton L. de Almeida (1999). *Op. cit.*, p. 151.

avaliação científica dos problemas da nova capital, realizando estudos coordenados com o plano físico-espacial urbano, era como acreditavam que deveria proceder o urbanismo.

Para Norma Everson, autora do livro *Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*, os estudos estatísticos representaram sobretudo uma tentativa de afirmação do planejamento científico.

“Apesar de verdadeiro que muitos aspectos do planejamento de cidades envolvam estudos estatísticos, tal informação é reunida com propósitos específicos. Ao contrário, a informação agregada a alguns dos projetos do concurso de Brasília parece ter sido reunida mais ou menos por acaso e foi essencialmente irrelevante para os planos apresentados. Em termos de projeto, todos os planos foram baseados em decisões intuitivas”¹⁹⁴.

Embora não possamos fazer essa discussão mais profundamente, não é possível deixar de considerar a afirmação que faz Norma Everson. É evidente o esforço de várias equipes em marcar uma posição favorável em relação ao planejamento urbano, mesmo com o prazo relativamente curto do concurso¹⁹⁵. Nesse sentido, parece-nos que a avaliação de Everson de que informações foram agregadas ao acaso e de que todos os planos foram baseados em decisões intuitivas deveria ser relativizada. Se levarmos em consideração apenas a equipe alvo deste trabalho, Camargo/ Artigas/ Cascaldi e Vieira da Cunha, veremos que os dados presentes no memorial são essenciais para definir o zoneamento urbano e que o plano é quase um rebatimento literal deste.

¹⁹⁴ EVERSON, Norma (1943). *Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. Tradução in: BRAGA, Milton L. de Almeida (1999). *Op. cit.*, p. 148.

¹⁹⁵ O concurso iniciado em 20 de setembro de 1956 através de publicação no *Diário Oficial*, deveria terminar em janeiro de 1957, contudo o prazo foi adiado e transferido para 11 de março do mesmo ano.

Fonte: Vilanova Artigas, Inst. Lina Bo e P. M. Bardi/FVA, 1997.



Croqui geral do plano apresentado pela equipe.

A tentativa de trabalhar com uma grande equipe interdisciplinar, organizada em direção, arquitetos colaboradores e conselheiros especiais¹⁹⁶, reforça a idéia do planejamento urbano como metodologia, ou instrumento de trabalho que desse conta da complexidade inerente à cidade, da qual o arquiteto / urbanista não podia mais dar conta isoladamente. Naquele contexto, restringir os estudos realizados a mero levantamento estatístico inúteis, não parece fazer juz à intenção e ao esforço realizado.

O memorial começa por marcar a postura da equipe diante do planejamento urbano e da construção de uma cidade nova, ressaltando a responsabilidade política de integrar o homem à cidade planejada.

“(...) integrar o homem na cidade planejada – uma das mais árduas e delicadas tarefas do urbanismo contemporâneo, onde se chocam filosofias, interesses e opiniões as mais antagônicas. Conceituar um problema dessa natureza, eqüivale a fixar um verdadeiro quadro de relações homem e mundo, levando em conta, desde imperativos de ordem social, econômica e política, até decorrências de caráter etnográfico ou histórico. Deixar à margem o mínimo de considerações que determinaram a unidade de ação da equipe encarregada deste plano, seria negar o interesse humano, as diretrizes metodológicas, em

¹⁹⁶ Faziam parte da equipe os arquitetos colaboradores, Heitor Ferreira de Souza, Júlio Roberto Katinsky, Mario Alfredo Reginato e Ubirajara Gilioli, e como conselheiros especiais: energia elétrica – Catulo Branco, engenheiro assistente do Depto. De Águas e Energia Elétrica da Sec. De Viação do Estado de S. Paulo; planificação regional – Lino de Mattos, professor de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP; história – Flávio Motta, professor da FAU-USP; Agricultura e Abastecimento – José Calil, assessor técnico do Conselho Coordenador do Abastecimento da Presidência da República; legislação – Lauro Müller Bueno, jurista e professor da UB; educação e ensino – Maria José Garcia Werebe, docente de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia da USP; higiene e assistência hospitalar – Dr. Odair Pacheco Pedroso, professor de Administração Hospitalar na USP; higiene e saneamento – Otacílio Pousa Sene, professor de saneamento da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP; transporte – Plínio Branco, da Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos da Cidade de São Paulo; e saúde pública – Dr. Rodolfo dos Santos Mascarenhas, professor de Técnica de Saúde Pública da USP.

*tomo da cidade nova, falseando a verdade ou escondendo aquilo que é ponto de partida e ponto de chegada*¹⁹⁷.

Segundo os autores, a cidade é produto das investigações científicas, da técnica e da história, assim como das artes. A escala humana de uma cidade não é dada apenas pelo dimensionamento de áreas, mas sobretudo pelas possibilidades que oferece a seus habitantes de uma vida digna, satisfazendo todas as camadas da população, permitindo o desenvolvimento progressivo dos indivíduos, o progresso nacional e o espírito de iniciativa de interesse coletivo. Nesse sentido, destacam as atividades culturais e educacionais como elementos determinantes.

(...) no atual plano foram oferecidas condições de descentralização e gradativas oportunidades de desenvolvimento para todas as camadas da população”.

Consideravam que Brasília deveria ser uma cidade política por excelência, voltada para o desenvolvimento de toda a Nação e, ao mesmo tempo, cidade administrativa, de clima intenso e propícia ao trabalho. A capital política do país deveria organizar à sua volta a rede de comunicações entre os diversos núcleos administrativos e políticos, possibilitando a união entre o litoral e o Sertão. No entanto, segundo os autores, seria preciso evitar que a cidade se transformasse num grande núcleo demográfico, comercial, industrial, turístico e cultural, provocando deslocamento em massa de recursos de outros pontos do país, aumentando o desenvolvimento desequilibrado do território nacional.

Para tanto, elaboram um zoneamento regional, onde prevêm a conexão de Brasília às cidades vizinhas e a importantes centros administrativos do país, definindo desta forma a vocação da nova cidade em termos econômicos e

¹⁹⁷CASCALDI, Carlos et. alli. (1957). Memorial de Atividades para o concurso do Plano Piloto de Brasília. Item Brasília: Capital da Nação e Cidade Administrativa. Sem numeração contínua. Arquivo Fundação Vilanova Artigas.

produtivos. Este estudo gerou dois elementos estruturadores do plano elaborado, o Centro Geral de Abastecimentos e o Sistema Viário

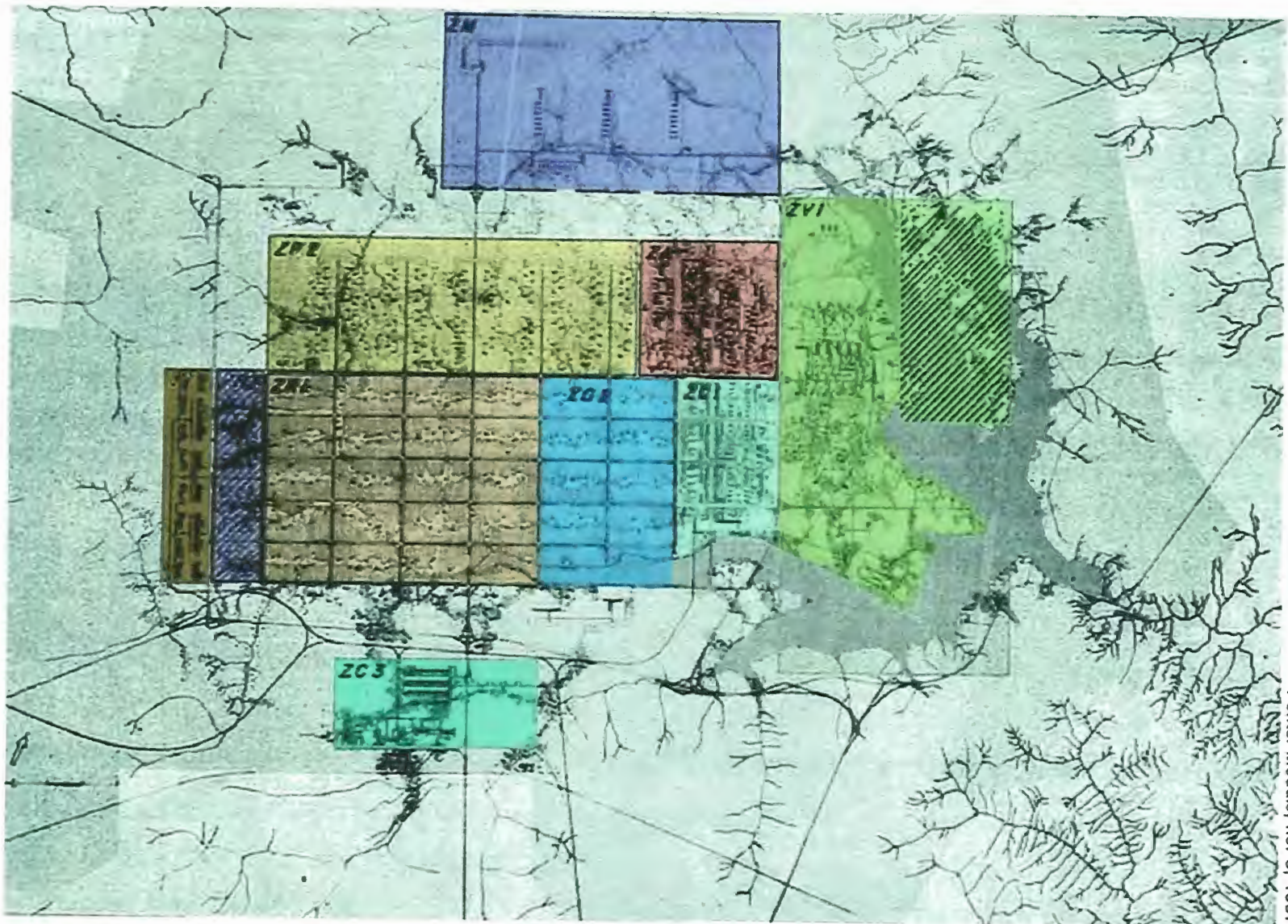
- a) Produção agrícola e pecuária – Centro Geral de Abastecimentos, elemento que coordenaria a produção de alimentos. Seria subdividida em três zonas: agricultura intensiva, agricultura extensiva e agricultura extensiva e pastoril.
- b) Sistema viário – o sistema viário urbano seria integrado e conectado ao sistema rodoviário e ferroviário, assim como a rede aeroviária.

“O planejamento urbano só é completo quando integra a cidade planejada num sistema coerente e racional de organização do espaço”¹⁹⁸.

O plano para a cidade previa como marcos o centro cívico e de negócios, situados próximos à represa e ao grande parque nacional; as unidades de vizinhança estariam situadas à parte, atravessadas pelas linhas de comunicação com o centro de abastecimento. Situados na região periférica, estariam as zonas industriais e militares totalmente integradas ao núcleo central e mais distante a área rural, responsável pelo abastecimento da nova capital.

Diante dos vários estudos realizados foi elaborado o zoneamento urbano, que assumiu no plano a seguinte configuração:

¹⁹⁸ CASCALDI, Carlos et. alli. (1957). *Op. cit.*, p. 10.



Proposta de zoneamento.

Fonte: Módulo, no. 8, 1957.

- ZR1 – zona residencial com unidades de vizinhança isoladas e individuais, para 12 mil habitantes;
- ZR2 – zona residencial com unidades de vizinhança de 29 mil habitantes de apartamentos com gabarito alto de no máximo dez andares;
- ZR3 – zona residencial com unidades de vizinhança de 14 mil habitantes de apartamentos com gabarito alto destinado a classes sociais de menores recursos;
- ZM – a zona militar além das instalações especializadas incluirá unidades de residência para o pessoal militar de níveis mais baixos da hierarquia militar e respectivas famílias;
- ZA – zona administrativa de governo ou Centro Cívico da Cidade (sic), onde se localizam a sede do governo federal e local, assim como, espaço para a realização de manifestações cívicas;
- ZC1 e ZC2 – zona comercial de prestação de serviços, cujos edifícios de escritório terão gabarito alto e edifícios para lojas com gabarito de três pavimentos;
- ZC3 – zona destinada ao armazenamento de mercadorias e ao comércio atacadista, inclusive combustíveis líquidos, cereais, frigoríficos, etc., grandes garagens e depósitos;
- ZI – zona de indústrias de transformação;
- ZV1 – área verde destinada ao grande parque nacional, às margens da represa, com instalações especializadas para a recreação;
- ZV2 – área verde que segue como prolongamento do Parque Nacional, envolvendo o núcleo urbano, pelo norte e sul. Está delimitada pelas grandes perimetrais que ligam Brasília ao restante do país. É uma zona destinada a aeroportos, cemitérios, grandes hospitais e presídios, servindo a toda a cidade.

Dos vários estudos realizados pela equipe, apresentados em um extenso memorial descritivo com mais de cem páginas, entre os quais estimativa da população da nova capital e sua distribuição social, proposta de um sistema educacional integrado e de uma rede de saúde, atividades econômicas, residenciais e de serviços, produção industrial e agropecuária, arrendamento da terra, tratamento de água e saneamento básico, uma questão nos chamou a atenção, o destino da população que trabalhou nas obras de construção de Brasília. Caso tivesse sido prevista no plano construído, teria evitado uma das maiores mazelas dessa cidade, o desenvolvimento de várias cidades satélites e a miséria ali existente.

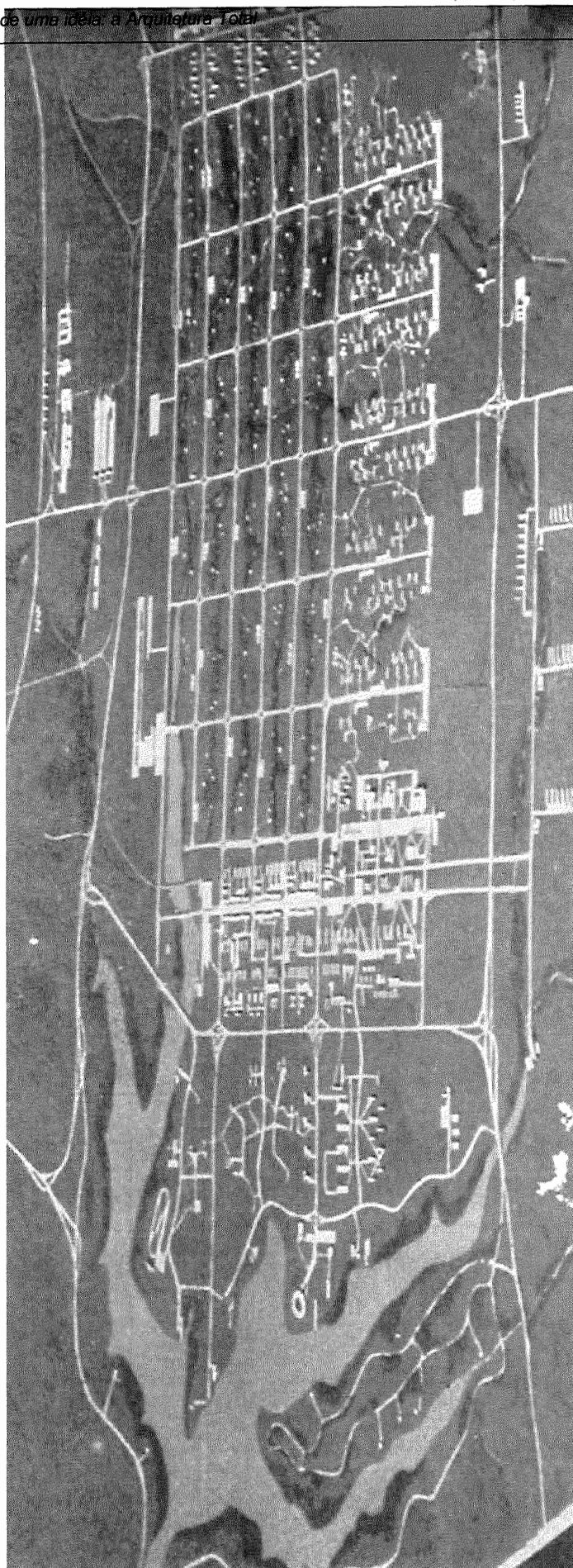
Estimaram a possibilidade de permanência de cerca de 22 mil operários da construção civil em Brasília, já efetuado o cálculo de evasão, após o término das obras, através da transferência de atividade ocupacional. Assim, era preciso organizá-la e prever condições humanas e dignas de moradia.

Tabela 3 – Estimativa de transferência dos operários da construção civil para outros ramos de atividade.

Setores para transferência dos operários da construção civil	%	Ramo de trabalho	Subtotal
produtivo e de prestação de serviço	10%	agricultura e pecuária.....	448
		indústrias extrativas.....	161
		comércio de mercadorias.....	3088
		prestação de serviços.....	5750
		atividades sociais.....	1790
		administração pública.....	400
		segurança pública.....	261
		atividades diversas.....	151
transporte e de comunicação	30%	151	151
indústria de transformação	50%	3766	3766
construção civil (permanência)	20%	5000	5.000
SUBTOTAL			22.659 (sic.)
evasão	10%	2341	2.341
TOTAL			25.000

Na concepção da equipe, ao plano piloto caberia a definição do zoneamento urbano, a inserção dessa estrutura na região central do país e sua articulação a outros importantes centros, ligando o litoral ao sertão. As zonas eram entendidas como áreas perfeitamente delimitadas, integradas e unas. A cidade deveria possuir o menor tamanho possível, possibilitando maior rapidez na construção, estruturas urbanas mais simples e agilidade em seu funcionamento. A terra, tanto urbana como rural, pertenceria ao governo e não seria vendida, para evitar a especulação imobiliária e garantir sua melhor utilização social e econômica, sugerem a implementação de um sistema arrendatário, recomendado pela *Carta de Atenas*. Este sistema foi ainda destacado pelo júri como uma das vantagens do plano, ao lado da solução para a economia rural.

A proposta cercada de estudos interessantes e cuidadosos, possível graças ao auxílio de diversos especialistas, demonstra a atitude sensível e profissional destes arquitetos e do sociólogo Mário Wagner V. da Cunha, além do comprometimento metodológico com o planejamento urbano. O plano é bastante estruturado e ancora-se nos estudos viários e de zoneamento, no entanto, parece ter faltado tempo para um desenvolvimento mais aprimorado do desenho urbano, consequência quase literal do rebatimento desses estudos.



Maquete.

3.3. TESE PARA PROF. TITULAR DA EESC-USP, 1960. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE OS CAMINHOS DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Desde que se transferiu definitivamente para São Paulo, Paulo de Camargo assumiu a Cadeira de Arquitetura¹⁹⁹, na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (EESC-USP), na qual se efetivou em 1960 mediante realização de concurso para Professor Catedrático.

Enfocaremos mais que o concurso, a tese apresentada por Camargo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Professor Catedrático. O texto crítico intitulado *A arquitetura contemporânea e suas determinantes – ensaio de formulação*, é um dos poucos ensaios críticos a respeito do desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, que permite situar de maneira privilegiada a posição do arquiteto em relação ao debate interno que se travava naquele momento, quando se acirrou a crítica frente à arquitetura de caráter mais formalista, sobretudo após a construção de Brasília. Basicamente se discutia os rumos da arquitetura moderna, tanto no Brasil como internacionalmente.

Além da apresentação da Tese (ensaio crítico), Paulo de Camargo passou por provas didática e prática, defesa da Tese e Exame de Títulos. A banca examinadora foi constituída por nomes importante da arquitetura e do urbanismo brasileiro, participaram dela os professores Luiz de Anhaia Mello, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, escolhido como Presidente da banca, José Carlos de Figueiredo Ferraz, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, indicado como Secretário da Comissão, Paulo Ferreira dos Santos, da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, Antônio Alves de Noronha, da Escola Nacional de

¹⁹⁹ Tese apresentada ao concurso para provimento efetivo do cargo de Professor Catedrático da Cadeira Reunida no. 20 - Arquitetura - formada pelas disciplinas: "Arquitetura", "Higiêne das Habitações", "Técnica das Construções (I e II)", "Desenho" e a disciplina subordinada "Urbanismo", da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

Engenharia da Universidade do Brasil, e Fernando de Oliveira Escorel, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

CONCURSO PARA A CADEIRA REUNIDA N° 20 - ARQUITETURA - "Arquitetura", "Higiene das Habitações", "Técnica das Construções (I e II)", "Desenho", mais a disciplina subordinada "Urbanismo"

QUADRO GERAL DAS NOTAS ATRIBUÍDAS PELA COMISSÃO JULGADORA AO CONJUNTO DE TÍTULOS E AS PROVAS REALIZADAS PELO CANDIDATO INSCRITO, ENG° ARQUITETO PAULO DE CAMARGO E ALMEIDA

Comissão julgadora	Prova de Títulos	Prova Prática	Provas Didáticas	Defesa de tese	MÉDIAS
Prof. Dr. Antonio Alves de Noronha	9	10	9	9	9,25
Prof. Dr. Fernando de Oliveira Escorel	9	8	7	9	8,25
Prof. Dr. José Carlos de Figueiredo Ferraz	9	8	9	9	8,75
Prof. Dr. Luiz de Anhaia Mello	10	10	7	8	8,75
Prof. Dr. Paulo Ferreira dos Santos	10	9	8	9	9,00

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS, em 12 de novembro de 1960

O EXAMINADOR: *Paulo de Camargo e Almeida*

OS DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO: *Paulo F. dos Santos, Fernando de Oliveira Escorel, José Carlos de Figueiredo Ferraz, Luiz de Anhaia Mello*

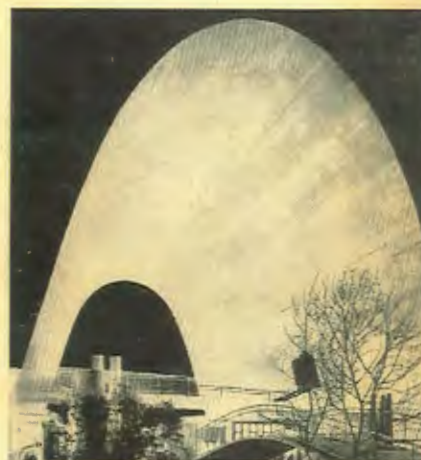
Tabela com a nota de todos os membros da banca para o provimento do título de Professor Catedrático da EESC-USP, em 1960.

Fonte: EESC-USP.

Nosso objetivo ao analisar este texto é aprofundar o conhecimento sobre as idéias de Paulo de Camargo, identificar qual sua leitura a respeito das diferentes proposições e doutrinas do movimento moderno internacional e quais suas principais referências no campo específico da arquitetura e do urbanismo.

Através da análise de outros projetos já pudemos verificar a influência de vários profissionais no trabalho de Paulo de Camargo, na arquitetura, W. Gropius, Le Corbusier, Josep L. Sert, Alvar Aalto, Mallet-Stevens e Hoffman, no urbanismo, Agache, Atílio Correa Lima, os alemães através de Hilberseimer, os norte-americanos e sobretudo Le Corbusier. Neste ensaio, mesmo com o destaque que Camargo dá à obra de Corbusier, sendo o autor com o maior número de livros presente em sua bibliografia, a grande referência conceitual para as idéias que defende vêm de Gropius, sendo decisiva inclusive para a formulação dos aspectos urbanísticos.

universidade de são paulo
escola de engenharia de são carlos



paulo de camargo e almeida

a arquitetura contemporânea
suas determinantes
ensaio de formulação

paulo de camargo e almeida

a arquitetura contemporânea
e suas determinantes
— *ensaio de formulação*

Fonte: Arquivo ARQBRAS.

A tese apresentada está estruturada da seguinte maneira: Introdução; 1. A Revolução Industrial; 2. A Era da Técnica; 3. A integração Espacial; 4. O Homem e o meio social e Conclusão. Os dois primeiros capítulos seguem uma estrutura clássica de narração da história da Arquitetura Moderna, relacionando-a às transformações industriais do século XVIII, como os principais textos da historiografia internacional, Benévolo, Pevsner e Banham. Mais do que uma filiação a esta corrente, esses capítulos servem para embasar e dar substância à tese que Camargo defende mais a frente, de que para a arquitetura prosseguir seu desenvolvimento seria preciso superar os desvios formalistas e retomar os princípios que nortearam a origem do movimento moderno.

“O formalismo condenável e perigoso, capaz de levar a arquitetura ao caminho da imitação, da “moda” e, em certo sentido, tendente à mediocridade”²⁰⁰.

É no terceiro capítulo que Paulo de Camargo explicita a natureza de seu texto e quem são seus interlocutores. Para que possamos expor com mais clareza as questões que propõe, vamos considerar primeiramente as categorias e os conceitos e depois examinaremos as leituras de obra que realiza.

Camargo aborda neste capítulo a problemática da escala e as relações entre arquitetura e urbanismo. Reafirma também os princípios do planejamento urbano como instrumento mais adequado para o enfrentamento das dificuldades impostas ao arquiteto, em virtude da complexidade das cidades modernas. E indica que o domínio da técnica é um conhecimento necessário ao arquiteto para a criação de formas que integrem o homem à obra arquitetônica.

“Somada a estas qualidades básicas de um arquiteto, domínio na conceituação do espaço e domínio da técnica, outra ainda parece ser

²⁰⁰ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 43.

*muito desejável e necessária, e hoje particularmente: o sentido de coordenação, a capacidade num arquiteto para ver o mundo visível que o rodeia, como uma entidade orgânica, na qual todas as partes estão interrelacionadas*²⁰¹.

Assim como o domínio técnico influi na criação espacial, segundo o arquiteto, também o conhecimento construtivo é elemento determinante, não sendo positiva a separação entre projetar e construir. Novamente Camargo recorre a Gropius:

“A prática na obra não deve ser admitida, como experiência separada, após um ensinamento acadêmico de vários anos; deve ser parte integrante do programa de ensino”.

A tradução das necessidades físico e psicológicas dos seres humanos para uma obra de arquitetura passa a ser caracterizada por Camargo como uma categoria de análise, que ele denomina de interpretação tridimensional ou espacial. Esta categoria estaria condicionada ao conhecimento técnico e ao domínio construtivo, que representam apenas o seu lado material, propõe ainda que se considere a satisfação dos sentimentos e as necessidades humanas, que a seu ver devem existir harmoniosamente.

*“Este tema espacial satisfaz um antigo requisito da arte arquitetônica, a saber, equilibrar com destreza as massas de edifícios e dos espaços abertos, em conseqüência com a capacidade humana de experimentar e sentir a harmonia e escala”*²⁰².

Portanto, segundo Paulo de Camargo,

²⁰¹ Walter Gropius (1955). In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *A arquitetura contemporânea e suas determinantes – ensaio de formulação*. São Carlos. Tese (Professor Catedrático) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, p. 41.

²⁰² GROPIUS, Walter. In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 44.

“a interpretação espacial é concebida como espaço urbanístico e espaço arquitetônico, num sentido uno e indestrutível, que nos leva a uma conceituação geral de interpenetração espacial”²⁰³.

Camargo compartilha o conceito “espaço-tempo” tão bem compreendido por Giedion, segundo o qual a representação dos objetos sob vários ângulos, introduziu na arquitetura um novo princípio - a simultaneidade - e a medida que caminhamos, envolvendo os edifícios, nossas sensações vão se alterando e, se penetrarmos no seu interior, sempre caminhando, vamos pouco a pouco, vivendo toda a obra, visualizando a quarta dimensão - o tempo.

“Para produzir semelhante estímulo, os arquitetos contemporâneos tratam de criar a ilusão do movimento”²⁰⁴.

Para Paulo de Camargo as relações e interpretações espaciais podem ser analisadas pelas conceituações dadas por diferentes profissionais, como Maillart, Gropius, Wright, Neutra, Mies van der Rohe, Le Corbusier, Nervi, Reidy, Niemeyer, etc.

Na obra de Gropius os espaços interpenetram-se, destacando-se planos e volumes. Gropius, ao explicar os princípios determinantes do seu projeto para o “Centro de Graduados da Universidade de Harvard”, preocupado em integrar na sua obra a missão histórica de uma grande instituição educativa à mentalidade irrequieta da nova geração, ao atender seus propósitos de forma total e com o “respeito devido às tradições arquitetônicas específicas de Harvard”, transmite-nos o seguinte pensamento:

“Agora, qual é esta tradição? O “Pateo” de Harvard, tão familiar a numerosos filhos deste país, põe, de imediato, um tema puro e básico de projeto arquitetônico, mantido reverentemente através dos séculos, por quase todos os arquitetos que projetaram os diversos edifícios: uma composição de quadrados em diversos tamanhos, limitados por edifícios

²⁰³ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 44.

²⁰⁴ GROPIUS, Walter. In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 46.

*individualmente distintos, oferece uma série de atraentes surpresas espaciais*²⁰⁵.

Segundo Camargo, na obra de Wright e Neutra

*“os espaços internos e externos interpenetram-se: no primeiro, a partir de um núcleo orgânico interior de expansão e no segundo, através de uma integração comum entre os ambiente interiores e exteriores”*²⁰⁶.

Camargo considera também que o conceito de espaço integral está bem definido na obra de Mies van der Rohe e que no projeto para o Instituto Tecnológico de Illinois, onde para o arquiteto brasileiro Mies

*“atinge uma perfeita concepção espacial dos diversos edifícios, respeitando a absoluta integridade da forma, na qual os planos e volumes se sucedem, sem uma dominante, permitindo o ensejo de obter-se um exemplo típico da simultaneidade espacial”*²⁰⁷.

Quanto a Le Corbusier, Camargo diz que em toda a sua obra está presente a preocupação de envolver o homem na integração espacial.

“em seus projetos urbanísticos chega à continuidade espacial segundo elementos verticais, sem contudo definir o elemento orgânico do conjunto. Os volumes e planos nascem, desenvolvem-se e estancam.

*Em seus projetos arquitetônicos, a busca de elementos de ligação espacial é evidente. As aberturas e os corpos volumétricos no terraço do conjunto de Marselha são soluções encontradas, pelo notável arquiteto, como ligação plástica do espaço interno e do infinito”*²⁰⁸.

Em relação a arquitetos brasileiros, Paulo de Camargo analisa apenas duas obras recentes de Afonso Reidy e de Niemeyer somente Brasília.

Quanto a Afonso Reidy diz,

²⁰⁵ GROPIUS, Walter. In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 44.

²⁰⁶ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 49.

²⁰⁷ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 49.

“no conjunto residencial de Pedregulho, aproxima-se da interpretação espacial de Le Corbusier, enquanto no Museu de Arte Contemporânea do Rio de Janeiro possibilita à forma uma integridade construtiva acentuada, faltando contudo aí, a nosso ver, um conceito espacial definido, desde que os espaços internos e externos são desligados”²⁰⁹.

Sobre a nova capital do país começa dizendo que, Brasília representa por si mesma, devido às suas características inerentes, o verdadeiro sentido de emancipação econômica do Brasil, no entanto, isso não impede que se considere uma falha na sua concepção urbanística e arquitetônica, evidenciada pela falta de conceituação espacial observada em seu conjunto e pela falta de preocupação de integrar o homem à sua própria composição.

“No caso específico de Brasília, em que a preocupação da unidade arquitetônica foi tão acentuadamente almejada, os edifícios isolam-se, projetam-se individualmente como monumentos plásticos relacionados a espaços próprios e desaparecendo a integração geral por força de uma semelhante interpretação espacial, acabam por isolar o homem do conjunto arquitetônico”²¹⁰.

E, continua:

“No Palácio do Congresso a interligação espacial do conjunto é bloqueada pela limitação planimétrica e volumétrica das partes individuais que constituem os elementos dominantes da composição arquitetônica. Nos Palácios da Alvorada, do Planalto e da Justiça, nota-se o mesmo bloqueio espacial. As funções interiores são envolvidas por formas exteriores, sem qualquer integração relativa. Na Praça dos Três Poderes, apesar da unidade arquitetônica procurada, não sentimos a necessária integração espacial, mas, apenas três monumentos arquitetônicos distintos, dentro de uma organização essencialmente cênica. Já na Catedral, Niemeyer atinge incontestavelmente uma

²⁰⁸ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 50.

²⁰⁹ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 51.

²¹⁰ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 45.

*sensação plástica admirável em relação ao infinito, mas partindo de uma conceituação puramente formal e sem consistência arquitetônica*²¹¹.

Para concluir, diz que a falta de integração espacial determina o isolamento do homem da obra arquitetônica, determina a sua perda de escala. A obra é vista e mesmo admirada, mas não sentida ou vivenciada. Considera que o homem não deve ser perante a obra arquitetônica um mero espectador, mas sim, parte integrante dela.

Nesse sentido, consideramos pertinente retomar a leitura de E. A. Graeff sobre Brasília, realizada no estudo sobre *Arquitetura Brasileira - espaço arquitetônico e monumentalidade*, conforme indicado por Paulo de Camargo na tese e à qual ele se opõe abertamente, para que possamos considerar a visão da outra vertente.

Segundo Camargo, Graeff condena os princípios orgânicos do espaço arquitetônico, procurando conceituar espacialmente as obras de Brasília através de um “método racional de composição”, que as liga à idéia nacionalista de emancipação.

“A Arquitetura Brasileira, realizada segundo o método racional de composição, está no caminho certo da melhor autenticidade, porque corresponde à realidade da vida humana no Brasil.”

*“Compete-nos compreender definitivamente que não trabalhamos para satisfazer as teorias e as idéias dos mestres europeus e norte-americanos”*²¹².

Opondo-se ao pensamento de Graeff, Paulo de Camargo lembra que todo o movimento renovador da arquitetura se desenvolveu num sentido universal, com a preocupação de unir intrinsecamente o homem à obra arquitetônica, independentemente de sua origem e, parece-nos um retrocesso

²¹¹ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, pp. 51-52.

²¹² E. A. Graeff. In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, pp. 45-6.

lamentável e profundamente negativo, tentarmos, atualmente, ligar o processo evolutivo da arquitetura a fundamentos nacionalistas.

“Gropius, a nosso ver, caracterizou muito bem como causa decisiva na tendência de desvirtuamento, que se processa na arquitetura contemporânea ‘a ignorância dos verdadeiros motivos de seus fundadores’ ”²¹³.

Por isso, Paulo de Camargo defende que se procure no próprio movimento moderno, nas idéias de seus criadores, as verdadeiras bases do trabalho de arquitetos e engenheiros.

“Existem dois pontos de vista diversos para contemplar a própria época: um, pelo qual se estuda por fora e outro, que com a consciência de ser parte, procura-se, no seu próprio interior, compreender o sentido e o rumo”²¹⁴.

Neste texto Paulo de Camargo marca qual sua postura frente ao debate que se travava na época, onde o que estava em questão era o futuro do movimento moderno. Camargo deixa claro que partilha daquele das idéias defendidas pelo grupo que critica a vertente formalista, encabeçada no Brasil por Niemeyer, e defende o retorno aos princípios que deram origem à arquitetura moderna.

Paulo de Camargo considera que para a criação do espaço arquitetônico é fundamental a prática profissional, pois ela permite uma perfeita interpretação, compreensão e assimilação dos problemas. Defende que as formas não devem ser fruto de virtuosismo plástico, mas produtos naturais das condições humanas, sociais, técnicas e científicas.

“A força que originou a evolução arquitetônica, nos últimos decênios,

²¹³ ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 48.

²¹⁴ S. GIEDION. In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 1.

almejava um objetivo supremo: restabelecer a unidade entre a vida e a arquitetura²¹⁵.



Jornais divulgando a cerimônia de posse do cargo de Professor Catedrático. Fonte: EESC-USP.

²¹⁵ S. GIEDION. In: ALMEIDA, Paulo de Camargo e (1960). *Op. cit.*, p. 52.

3.4. CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA: O FUNDO DE CONSTRUÇÃO, 1960-6

“No que se refere ao planejamento do campus, o período de Reitoria do Prof. Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1960-3), reflete a retomada dos ideais valorizadores da escola pública. Com o apoio do Prof. Anhaia Mello, Diretor da FAU-USP, o Reitor incorporou ao planejamento da universidade alguns dos melhores profissionais arquitetos de São Paulo, abrindo-lhes uma oportunidade única”.²¹⁶

O ano de 1960, quando foi empossado Reitor o Prof. Ulhôa Cintra, foi especialmente importante para a construção da Universidade. Neste período foram implantadas renovações em vários níveis distintos. Entre essas, foi criado, através de decreto estadual, em junho de 1960, o Fundo para Construção da Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira”, que assumiu todas as tarefas administrativas e construtivas do empreendimento. Para o seu funcionamento definiu-se um Conselho de Administração do qual o Reitor era presidente nato, e um Diretor Executivo, delineando sua estrutura hierárquica.

Paulo de Camargo, como já indicado, foi nomeado o primeiro Diretor Executivo do Fundo, tendo permanecido no cargo até 1966. O cargo, recém criado, seria entregue ao Arq. Hélio Queiróz Duarte, então chefe da Comissão de Construção da CUASO²¹⁷. Segundo o Arq. Celso Lamparelli²¹⁸, Hélio Duarte abdicou do cargo alegando motivos pessoais. Cogitou-se então o nome de Camargo, que foi levado e aceito pelo Prof. Luiz Inácio de Anhaia Mello.

Há continuidade entre o trabalho iniciado por Duarte e aquele que viria a ser desenvolvido por Paulo de Camargo²¹⁹, conforme nos explica Geraldo

²¹⁶ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA” (1985). *Espaço da USP: Presente e Futuro*. São Paulo, USP, p. 50.

²¹⁷ Paulo de Camargo trabalhava na Comissão de Construção da Cidade Universitária desde 1958.

²¹⁸ Em depoimento dado à autora em dezembro de 1998.

²¹⁹ Durante o exercício da profissão, as trajetórias dos dois arquitetos se entrelaçaram em vários momentos distintos. Pode-se inclusive identificar posturas muito semelhantes no campo profissional, sobretudo no educacional.

Ferraz num artigo publicado em 1960, comentando as visões convergentes dos dois arquitetos em relação ao planejamento do campus.

“Inicialmente, cabe recordar que o esforço de Paulo de Camargo e Almeida teve um antecessor na visão doutro notável arquiteto, Hélio de Queiróz Duarte, que colocou o problema do ‘planejamento’ em 1956, quando o Escritório Técnico, sob sua direção, procedeu a um levantamento, que se apresentava como uma contribuição documentária, a ‘Constatação’, estudo em extensão e em profundidade, para ‘a verificação do que havia sido feito, premissa de um estudo-base adequado que poderia sugerir problemas e idéias no replanejamento propriamente dito’. Do que ali se revelou, nasceu parte do atual Planejamento”. 220

No contexto geral de transformações da Universidade, o esforço de cientistas e educadores em prol da autonomia e qualificação da escola pública não era em vão. Em 7 de junho de 1962 foi promulgado o novo estatuto, que incluía em seus artigos o “Fórum Universitário”²²¹, congregando docentes, discentes e ex-alunos.

Estes debates trouxeram mudanças significativas para o espaço físico da universidade, que foram incorporadas no replanejamento realizado pelo Fundo de Construções, graças à equipe formada por Paulo de Camargo, que “veio favorecer uma visão inovadora do espaço físico e social da USP”.

*“Chegava-se a admitir que, antes, a Cidade Universitária estivera condicionada à estrutura da Universidade, enquanto naquele momento os projetos para a Cidade Universitária fomentariam ou favoreceriam a reestruturação da Universidade”*²²².

²²⁰ FERRAZ, Geraldo (1962). CUASO: A Cidade Universitária de São Paulo. *Habitat*, n. 69, SP, set., p. 16.

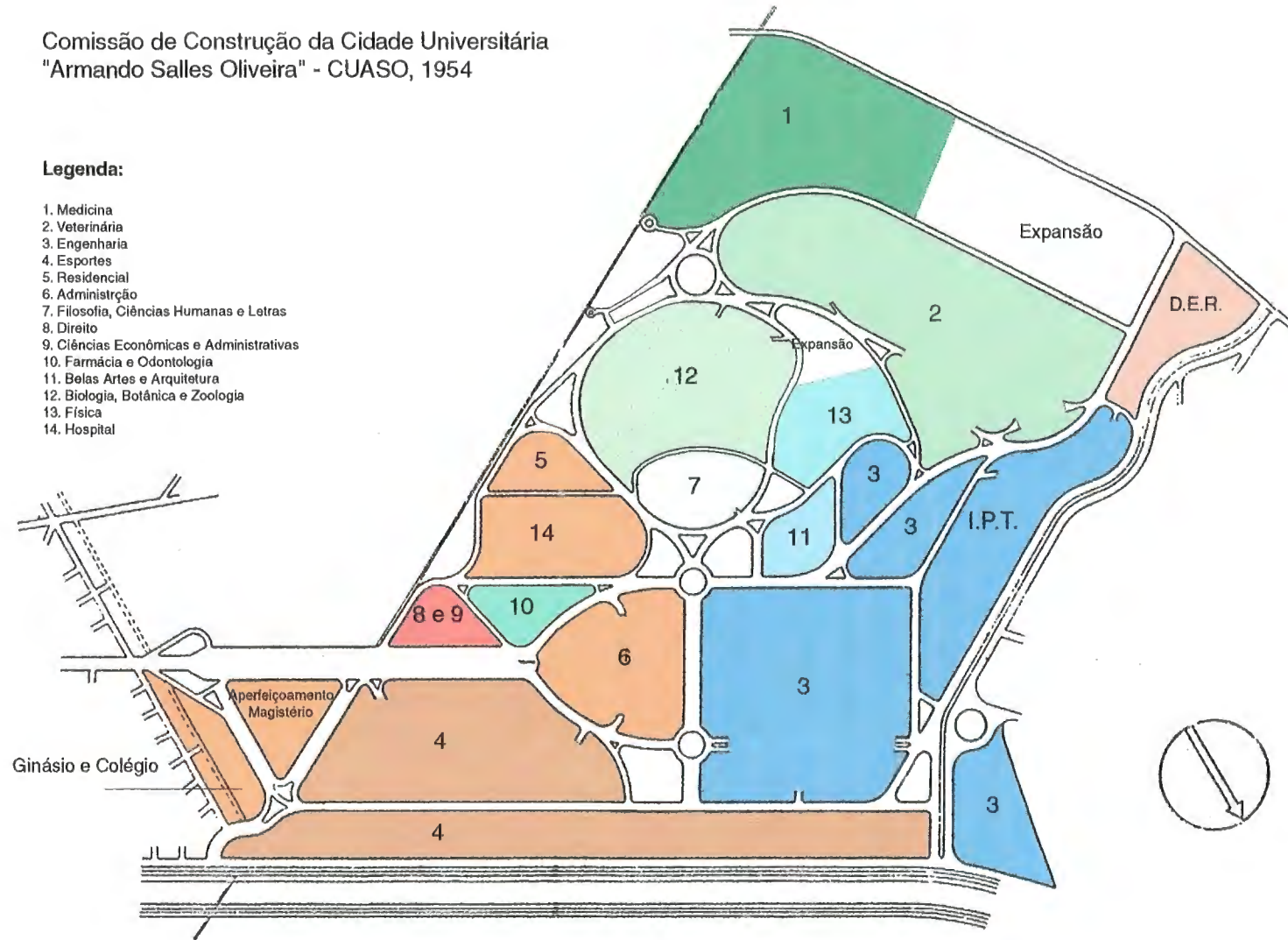
²²¹ O primeiro Fórum foi convocado para os dias 10 e 11 de maio de 1963, onde discutiu-se dois grandes temas: “A integração universitária na Cidade Universitária” e “Plano de Assistência ao universitário”. Estes debates tinham como objetivo a investigação da situação econômica dos estudantes e seus problemas de ajustamento à vida acadêmica. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA” (1985). *Op. cit.*, p. 50.

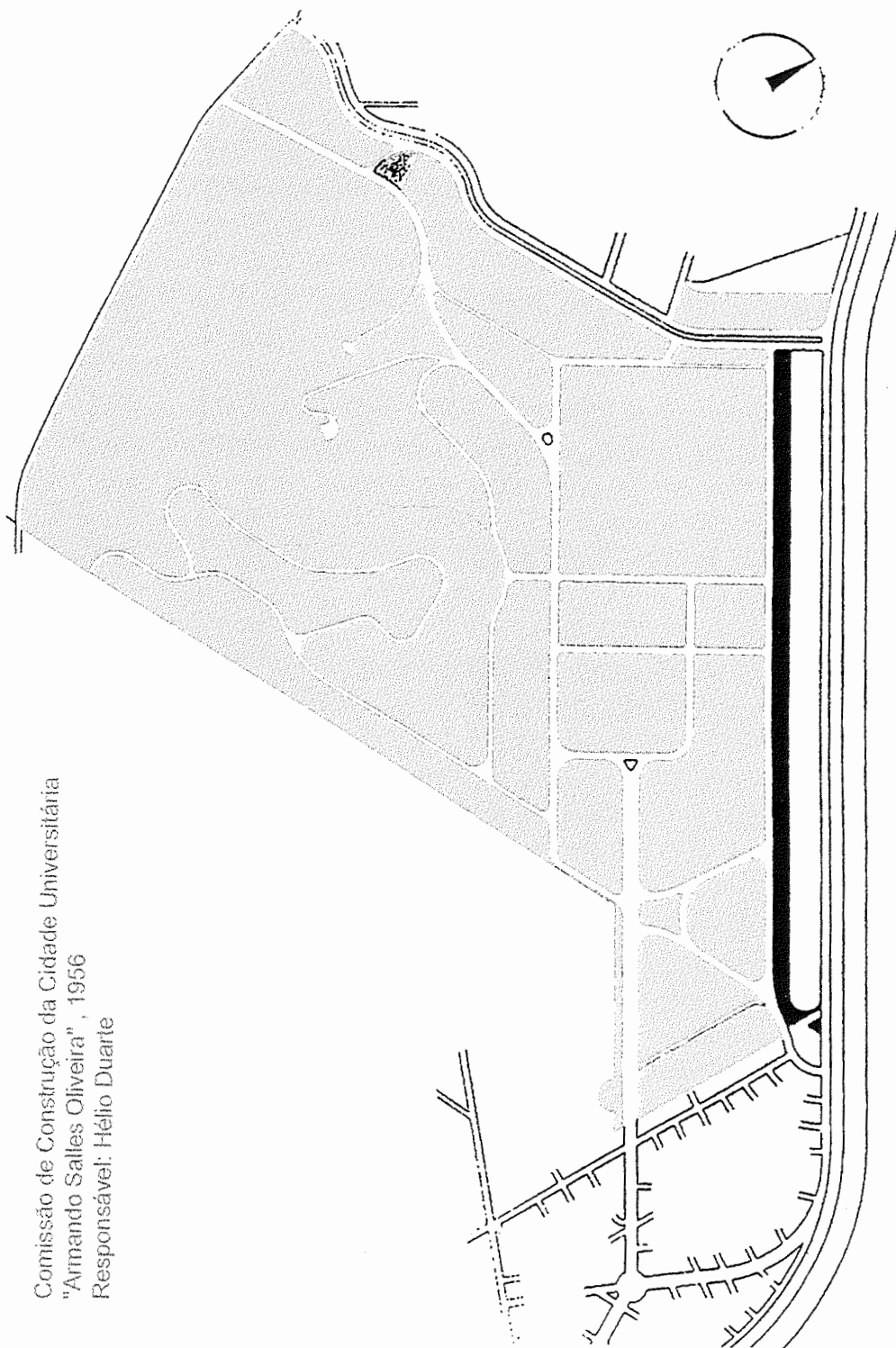
²²² UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA” (1985). *Op. cit.*, p. 50.

Comissão de Construção da Cidade Universitária
"Armando Salles Oliveira" - CUASO, 1954

Legenda:

1. Medicina
2. Veterinária
3. Engenharia
4. Esportes
5. Residencial
6. Administração
7. Filosofia, Ciências Humanas e Letras
8. Direito
9. Ciências Econômicas e Administrativas
10. Farmácia e Odontologia
11. Belas Artes e Arquitetura
12. Biologia, Botânica e Zoologia
13. Física
14. Hospital



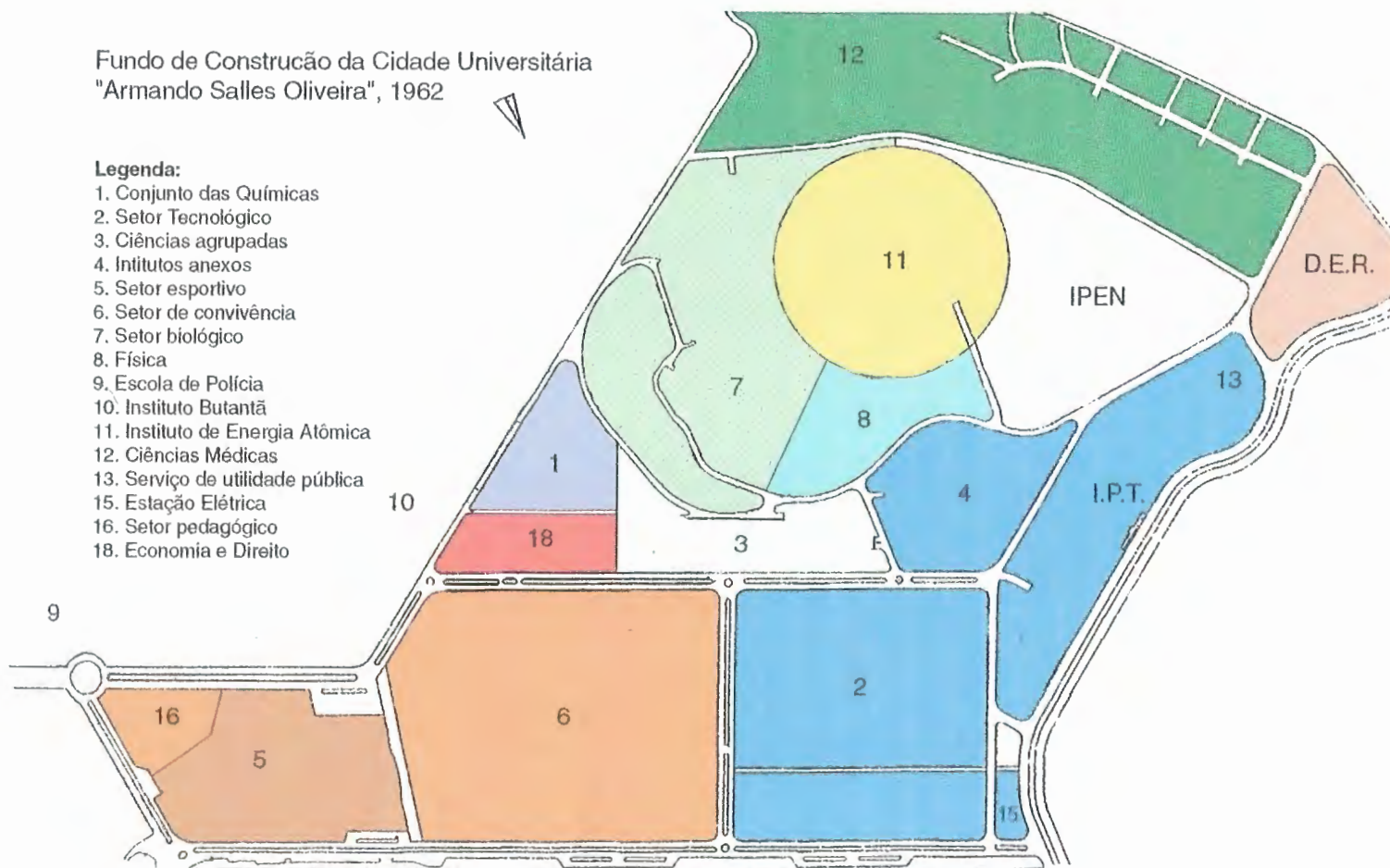


Comissão de Construção da Cidade Universitária
"Armando Salles Oliveira", 1956
Responsável: Hélio Duarte

Fundo de Construção da Cidade Universitária
"Armando Salles Oliveira", 1962

Legenda:

1. Conjunto das Químicas
2. Setor Tecnológico
3. Ciências agrupadas
4. Intitutos anexos
5. Setor esportivo
6. Setor de convivência
7. Setor biológico
8. Física
9. Escola de Polícia
10. Instituto Butantã
11. Instituto de Energia Atômica
12. Ciências Médicas
13. Serviço de utilidade pública
15. Estação Elétrica
16. Setor pedagógico
18. Economia e Direito



O replanejamento do espaço físico deveria refletir o incentivo à pesquisa, ao regime de dedicação integral à vida acadêmica e à participação generosa da Universidade na discussão dos grandes temas nacionais. Embora a organização por Faculdades e por Cátedras tenha sido mantida, houve uma forte disponibilidade dos setores avançados da universidade em instituir uma estrutura baseada em institutos aglutinadores de disciplinas afins.

Neste sentido, definiu-se em relação ao zoneamento 19 setores para fins de projeto:

1. Conjunto das Químicas, que reuniam em 22 blocos todas as disciplinas de Química de todas as escolas e institutos;
2. Setor tecnológico, com os edifícios da Escola Politécnica;
3. Ciências agrupadas;
4. Institutos anexos, Oceanografia e Eletrotécnica;
5. Setor esportivo;
6. Setor de Convivência, com o Core e o conjunto residencial;
7. Setor biológico;
8. Instituto de Física;
9. Escola de Polícia;
10. Instituto Butantã;
11. Instituto de Energia Atômica ²²³;
12. Ciências Médicas e Aplicadas;
13. Serviços de utilidade pública;
14. Gleba permutada com o DER;
15. Subestação elétrica;
16. Setor pedagógico;
17. IPT;
18. Economia e Direito;
19. Serviços de segurança;

Houveram mudanças significativas na locação urbanística e no projeto arquitetônico do Setor Esportivo, do Core e da Administração Superior. Retomou-se ainda a valorização das Ciências Humanas, que se traduziu pela disposição dos departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao longo da atual Av. Prof. Luciano Gualberto, unidos espacialmente por pátios e terraços que, na prática, constituíam uma grande rua de convivência, estendida desde o atual edifício da História e Geografia até a Faculdade de Arquitetura.

²²³ Os setores 9, 10 e 11 não pertenciam ao campus, mas foram absorvidos pelo Fundo mediante convênio. As obras realizadas neste setores foram realizadas com verbas dotadas pelas respectivas Secretarias de Estado.

Estes edifícios passaram a dominar a paisagem acima do talude da avenida, colocados como transição entre o Setor Tecnológico, no vale, e o Setor Biológico na parte mais alta do campus.

Abaixo do talude ficava o Centro Cívico e Cultural, que incluía centro de convivência, restaurante, centro comercial, estação rodoviária, centro de saúde, hotel, serviço social e posto de gasolina; a Praça Magna com a reitoria, biblioteca, aula magna e museu; o Core e a habitação estudantil.

Definido o planejamento do campus e as diretrizes projetuais, o Paulo de Camargo convidou para a elaboração dos projetos específicos alguns dos mais importantes profissionais que atuavam no ambiente paulistano. A distribuição dos edifícios foi feita da seguinte maneira:

- * Arquitetura e Urbanismo: J. Vilanova Artigas;
- * Sociologia e Filosofia: Paulo Mendes da Rocha;
- * Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrologia: Pedro Paulo de Melo Saraiva;
- * Letras: Carlos Barjas Milan;
- * História e Geografia: Eduardo Corona;
- * Conjunto residencial (CRUSP): Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho e Sidney de Oliveira;
- * Centro Cívico e Cultural: Rino Levi;
- * Matemática: Joaquim Guedes;
- * Setor Esportivo: Ícaro de Castro e Mello;
- * Minas e Metalurgia: Oswaldo Batke

Ferraz, no artigo já citado, destaca a dinâmica de trabalho imposta por Paulo de Camargo, ressaltando a forma séria e responsável como as atividades foram conduzidas.

“Cabe, ao assinalar que disposto o Planejamento, por inter-relações didáticas, o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida tenha considerado ultimado o trabalho para que se passasse à ‘demonstração arquitetônica’, a qual, em sua orientação, que consideramos a mais acertada, deveria moldar-se ‘sem os formalismos e os luxos condenáveis que vimos percebendo e sentindo nas realizações da arquitetura mundial contemporânea’.

Essa orientação, aliás, parece-nos estar informando amplamente o espírito da nova arquitetura, que se desliga dos deslumbramentos do desenho para ater-se

a uma mentalidade crítica, fundamentada nos dados construtivos, ou seja, naquele estágio de autenticidade que só uma mentalidade de coordenação metodológica pode estabelecer. A displicência programática, plástica, formalística, em benefício de uma arquitetura de valores monumentais, como predominou em Brasília, aqui não tem lugar".²²⁴

Cabe ressaltar ainda que o período de 1959 a 1965 foi bastante propício à construção da Universidade. Num primeiro momento, os projetos propostos foram viabilizados com os recursos advindos do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-62)²²⁵. E posteriormente, com a verba obtida do Governo Adhemar de Barros (1963-5), tendo em vista a realização dos jogos Pan-Americanos em 1963 e a necessidade de hospedar os atletas.

Dos vários projetos elaborados foram construídos: os 6 blocos residenciais, todos em pré-moldado; os edifícios de Minas e Metalurgia, História e Geografia, o Estádio Olímpico e obras referentes ao sistema.

"Nisso tudo, brilhava a arquitetura paulista. (...) esses projetos encomendados para dar o caráter arquitetônico dos anos 60 na Cidade Universitária. (...) caracteriza um momento único". ²²⁶

Em 1966, com a indicação do nome de Luís Antônio da Gama e Silva como Reitor e com o recrudescimento político mais aberto instituído na Universidade, Paulo de Camargo pede demissão, devido às divergências políticas em relação à nova reitoria e a confiança que o cargo exigia.

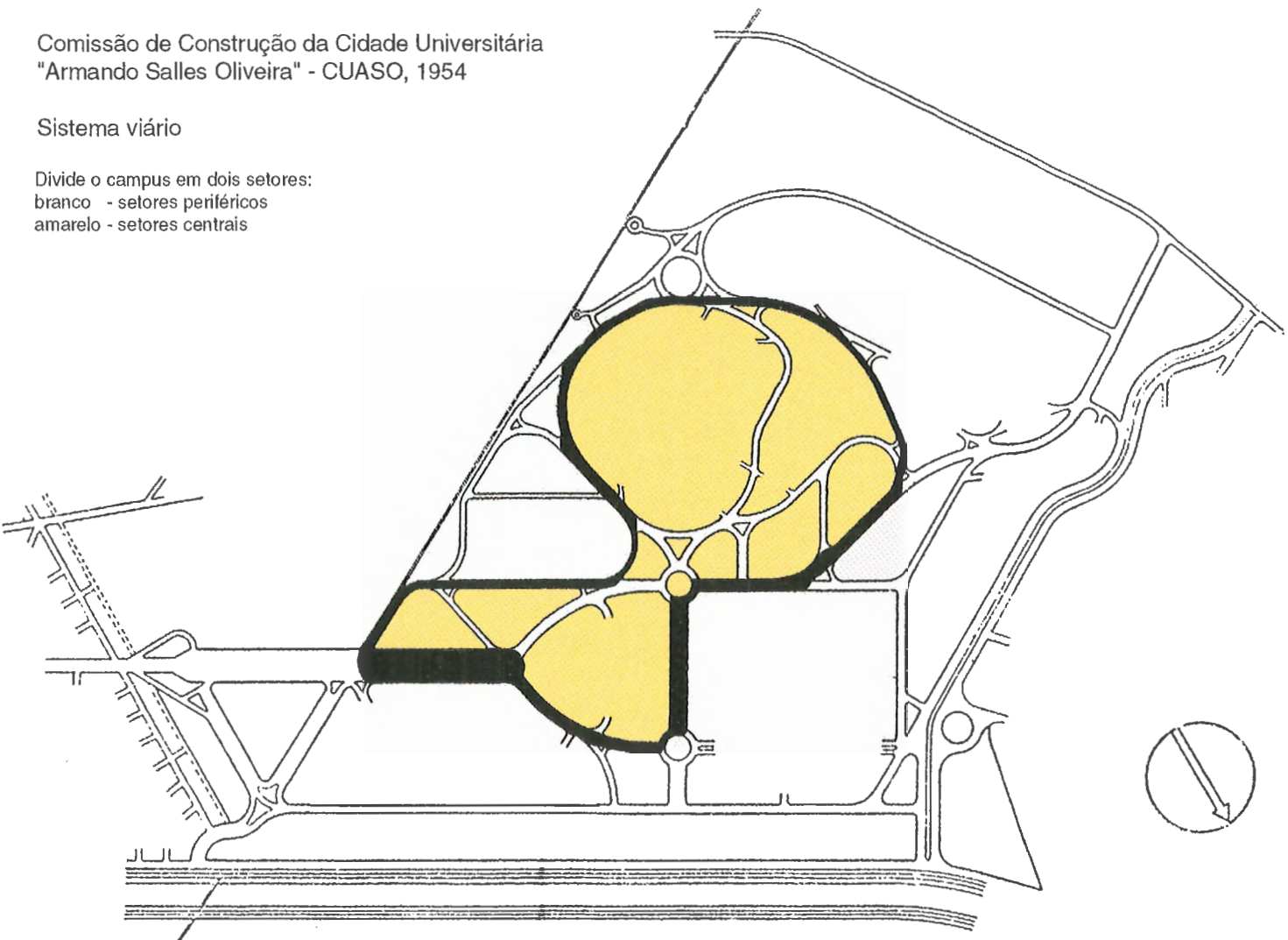
²²⁴ FERRAZ, Geraldo (1962). *Op. cit.*, pp. 17-8.

²²⁵ Formulado em 1959, o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto vigorou até 1963, fim do seu mandato como governador de São Paulo. O Plano de Ação pretendia criar condições para o fortalecimento da economia paulista, de modo a garantir emprego para todos e proporcionar serviços básicos para atender, pela via do poder público, "necessidades de reprodução da força de trabalho; sem no entanto nenhuma alteração fundamental no sistema sócio-econômico vigente. O Plano foi formulado por uma equipe de apenas oito pessoas - formada por professores universitários e diretores de departamentos -, conhecida como Grupo de Planejamento (GP), foi assessorada por uma equipe técnica de onze pessoas, e levou cerca de seis meses para ser elaborado. Sobre o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto ver: SAMPAIO, Plínio de Arruda (1981). Depoimento: O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto: planejamento e política no Estado de São Paulo em 1959. *Espaço & Debates*, no. 04, ano I, dez., p. 127.

Comissão de Construção da Cidade Universitária
"Armando Salles Oliveira" - CUASO, 1954

Sistema viário

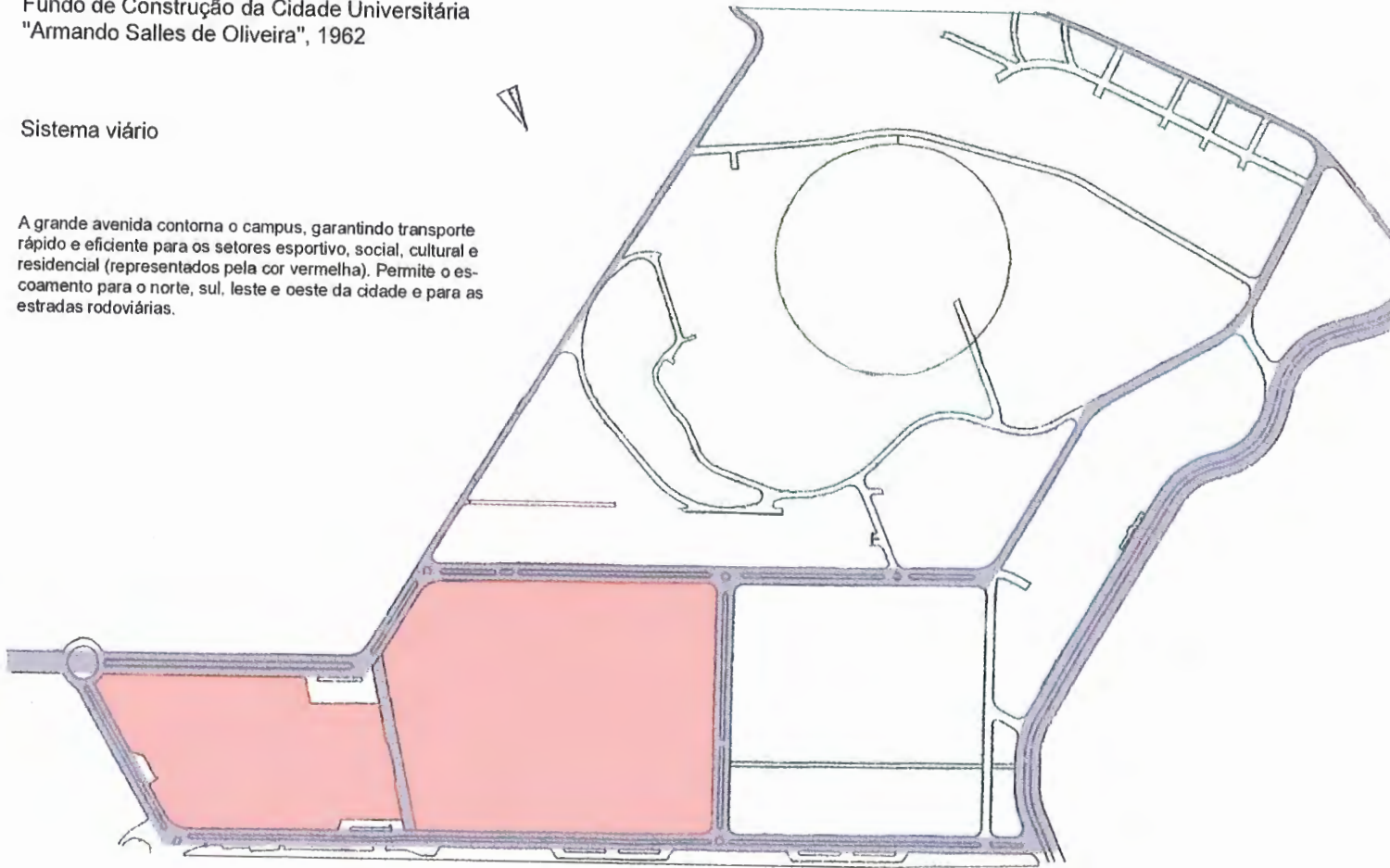
Divide o campus em dois setores:
branco - setores periféricos
amarelo - setores centrais



Fundo de Construção da Cidade Universitária
"Armando Salles de Oliveira", 1962

Sistema viário

A grande avenida contorna o campus, garantindo transporte rápido e eficiente para os setores esportivo, social, cultural e residencial (representados pela cor vermelha). Permite o escoamento para o norte, sul, leste e oeste da cidade e para as estradas rodoviárias.



Então, o Conjunto Residencial, considerado por ele como a grande realização de sua gestão no Fundo, torna-se centro de uma grande polêmica e Paulo de Camargo assume um importante papel político dentro da Universidade contra a demolição do bloco e a alteração do sistema viário proposto no Plano, sendo um dos responsáveis pela Ação Popular contra a reitoria.

A decisão, tomada em 1966, de demolir um dos prédios do CRUSP para a construção de uma avenida monumental que desse acesso ao campus, proposta pelo Reitor Gama e Silva e referendada pelo Conselho Universitário, é um exemplo de intervenções não previstas, motivadas por circunstâncias políticas, realizadas nos planos, que acarretaram várias distorções e criaram problemas no espaço físico do campus.

O Reitor propôs que a avenida de entrada fosse prolongada até a Reitoria, atravessando a área prevista para esportes, comprometendo o projeto do Centro Social e obrigando a demolição de um bloco do Conjunto Residencial, destruindo todo o projeto destas áreas. Professores, estudantes e órgãos profissionais, como o IAB-SP, se manifestaram contrariamente e apelaram para que o Reitor retirasse a proposta.

No entanto, a resposta do Reitor, divulgada pela imprensa na época, foi a seguinte:

*“Às vezes, um advogado tem idéias melhores sobre arquitetura do que os arquitetos. Além disso, as decisões aqui são tomadas pelo Conselho Universitário. Não admito que um órgão profissional dê opinião sobre um assunto que não é de sua alçada”.*²²⁷

A avenida monumental desprezava completamente a intenção original do Plano, elaborado em 1962, de estabelecer uma ligação harmoniosa com a cidade, onde o tráfego de chegada deveria ser sempre pelas laterais e pelas marginais, nunca frontal aos setores de convivência. No mesmo artigo do

²²⁷ “Uma avenida cria problemas”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 1/nov./1966.

Jornal da Tarde, o Arq. Paulo Mendes da Rocha explica a concepção original do Plano.

“A Grande Avenida do projeto original faria o contorno da Cidade Universitária e daria escoamento para o Norte, Sul, Leste e Oeste de São Paulo e para as entradas rodoviárias. Além disso, ao lado do rio passa a Estrada Sorocabana, a ser ligada ao Metrô. Tudo isso significa que haveria transporte rápido e fácil para os setores cultural, social, esportivo e residencial da Cidade Universitária, que ficariam exatamente ao lado do rio. Aí é que apareceria o grande público. Mais afastados para lá da esplanada, ficariam os prédios de atividades técnicas, de pesquisa e tecnologia, menos procurados”.

Começa aí um importante capítulo político da história da USP. Professores e alunos decidem entrar na justiça com uma Ação Popular contra o Reitor. A proposta consistia do seguinte: “de acordo com a nova lei, uma pessoa física pode mover ‘ação popular’ contra outra pessoa física, mesmo quando a pessoa, objeto da ação, ocupa alto cargo público. Foi proposto, então, mover-se uma ‘ação popular’ contra o Reitor, pois, assim, poder-se-ia sustar a demolição do prédio até março, uma vez que nessa época haverá possibilidade de fazer-se ‘movimento de massa’”²²⁸.

Através deste relatório arquivado hoje no DEOPS, pudemos constatar que em uma reunião realizada na USP, campus de São Paulo, em 29 de novembro de 1966, para a tomada de posição em relação à demolição do prédio do CRUSP, foi explicitado que Prof. Paulo Camargo,

*“se encarregaria de colaborar no levantamento toda a parte técnica, relativamente à “Ação Popular” contra o Reitor Luís Antônio da Gama e Silva relativa ao assunto, no qual se baseará a ação”*²²⁹.

Ainda segundo um dos estudantes, que se encontrava no plenário, Camargo já teria todo o levantamento da parte técnica pronto. Já a parte jurídica desse processo ficaria a cargo do advogado Mario de Souza Lopes.²³⁰

²²⁸ Do relatório reservado de um informante do DEOPS. Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado, Pasta 50 – C – 22 – 1484.

²²⁹ Do mesmo relatório. Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado, Pasta 50 – C – 22 – 1484.

²³⁰ Idem, ibidem. Assina este relatório específico o informante Dirceu de Almeida.

Fundo de Construção da Cidade Universitária
"Armando Salles Oliveira", 1966

Plano realizado após a saída de Paulo de Camargo.
Já podemos observar a previsão de demolição de um
dos blocos do CRUSP.



Em novembro daquele mesmo ano, Paulo de Camargo proferiu uma Conferência²³¹ no Conjunto Residencial da Cidade Universitária, sobre o tema da “Construção da Cidade Universitária”. Procurou demonstrar em sua explanação que o plano diretor, do qual fez parte, havia sido radicalmente modificado, e que embora não quisesse criticar a Universidade, ele era contrário a essas modificações²³². No entanto, num desfecho traumático confirmou-se a demolição dos prédios.

Resumidamente podemos destacar alguns aspectos importantes da gestão de Paulo de Camargo, como a utilização de elementos pré-fabricados e industrializados, ou seja, a tentativa de racionalização das construções realizadas pelo FUNDUSP, além, da oportunidade de colocar em prática todos os pressupostos arquitetônicos, os quais sempre havia defendido. Nesse sentido, o projeto mais importante construído na sua gestão, também por ele considerado²³³, foi o do conjunto residencial para os estudantes – o CRUSP.

²³¹ Trechos do relatório que descreve parte da Conferência: “Levamos ao conhecimento dessa Chefia que, segundo nossos observadores, realizou-se na noite de ontem, dia 26, das 20:30 às 23:00 horas, no Cojunto Residencial da USP, perante, aproximadamente 150 pessoas (estudantes em quase toda sua totalidade), uma conferência do Professor PAULO CAMARGO DE ALMEIDA, sob o tema, digo, sobre o tema “Construção da Cidade Universitária”.

O conferencista procurou demonstrar que o plano diretor, do qual fez parte, e que criou a Cidade Universitária, foi radicalmente modificado; que ali não se encontrava para falar sobre a boa ou a má orientação da Universidade, mas sim, para demonstrar a todos que ele, Paulo Camargo de Almeida, é contrário às modificações levadas a efeito no plano primeiro.

A palestra transcorreu sem que despertasse grande interesse à maioria dos presentes, visto que parte da assistência, era composta por casais de namorados, mais preocupados com a situação amorosa do que, propriamente com a conferência ou com o que, ao seu redor, pudesse estar acontecendo.

Terminada a palestra, foram abertos os debates em torno do tema, propiciando aos mais interessados, oportunidade para se inteirar sobre a atual situação da Universidade.

Entre as ‘peruntas formuladas’, uma houve que indagava do conferencista se ‘articulado um movimento geral universitário, contra a demolição de conjuntos na Cidade Universitária, esse movimento poderia, de alguma maneira, ajudar a pronta resolução do problema, junto ao Conselho Universitário’, ao que o conferencista respondeu ser, o problema, mais de ordem técnica do que administrativa.

Terminados os debates, o Professor Paulo Camargo de Almeida retirou-se, fazendo uso do veículo de chapa número 2 -77- 65, do Distrito Federal”. (Pasta 50 – C – 22 1484)

²³² Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado, Pasta 50 - C - 22 - 1789

²³³ Depoimento do Prof. Dr. Azael Camargo Rangel, ex-aluno de Paulo de Camargo, à autora

Após sua saída do Fundo em 1966, não faltaram críticas aos “desperdícios” com os elementos pré-fabricados, com os pátios e espaços de convivências. No entanto, todas essas críticas tornaram-se desatualizadas, quando em 1969 o Fundo de Construções da Cidade Universitária publicou um excerto do relatório das atividades do Governo do Estado de São Paulo, no ano anterior, contendo as construções realizadas. Era ilustrado com uma imagem da recém construída Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e divulgava o custo unitário e global da obra: menor do que qualquer edifício equivalente em área construída no mercado²³⁴.

O período de 1960 a 1966, quando Paulo de Camargo e Almeida estava à frente do Fundo para a Construção da Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira”, é particularmente importante, por ser o momento onde pôde exercer, ao mesmo tempo, todas as atividades às quais vinha se dedicando até então. Camargo era o responsável pela concepção urbanística do campus, assim como pela política de construção dos edifícios ou blocos. É também, como vimos neste capítulo, docente na Escola de Engenharia de São Carlos - USP, onde dá continuidade ao trabalho de pesquisador, desenvolvendo o suporte teórico e técnico para sua atuação no campo projetual. É ainda neste período que escreve seus principais textos sobre industrialização das construções.

Além, desta atividade, neste período Paulo de Camargo também projetou alguns edifícios para a Universidade:

Edifício da Física Experimental, (1957-8)

Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira”. São Paulo, SP.

Projeto realizado em conjunto com A. Pinheiro.

Projeto dos arcos do Grande Hall do Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica.

Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira”. São Paulo, SP.

Projeto do grupo de salas de aula da Biologia.

Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira”. São Paulo, SP.

²³⁴ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA” (1985). *Op. cit.*, p. 59.

Projeto da casa de comando de estufas do Departamento de Botânica.
Cidade Universitária "Armando Salles Oliveira". São Paulo, SP.

Projeto do Instituto de Genética.

Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz". Piracicaba, SP.

Projeto do Centro Social dos Estudantes, 1960.

EESC-USP. São Carlos, SP.

Projeto do Laboratório de Mecânica, 1961.

EESC-USP. São Carlos, SP.

OS PROJETOS PARA A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Destes trabalhos realizados para a Universidade de São Paulo, muitos deles anteriores a nomeação de Paulo de Camargo para o cargo de Diretor do FUNDUSP, o mais expressivo é o anteprojeto para o Centro Social dos Estudantes da EESC, elaborado em 1960.

Edifício da Física Experimental, USP, São Paulo, 1957-8



Fonte: Arquivo próprio, 1999.

Este edifício foi projetado ainda no período da Comissão de Construção da CUASO por Paulo de Camargo em parceria com A. Pinheiro.

Apresenta brises e proteção nas janelas da fachada principal para proteção contra o sol, utilizada por Camargo na Casa São Luiz. Possui ainda outros elementos que o identificam à arquitetura de Camargo como a base de sustentação do prédio construído em pedras.



Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Instituto de Genética, ESALQ-USP, Piracicaba, 1960



Fonte: Arquivo próprio, 1999. Fotos de Cristina Baron.

O edifício do Instituto de Genética apresenta várias características comuns na arquitetura de Paulo de Camargo, como estrutura destacada e bem marcada na fachada, o bloco horizontal enfatizado pelas janelas, o balanço nas laterais e a marquise na entrada principal, um pouco suspensa em relação à rua. Neste prédio também aparece uma novidade, a utilização dos elementos vazados na fachada frontal.



Laboratório de Mecânica, EESC-USP, São Carlos, 1960

Fonte: Arquivo próprio, 1998.

Os laboratórios da Mecânica eram um conjunto formado por cinco edifícios interligados por uma passarela, que nunca foi construída. Hoje após sofrer várias alterações ainda é possível identificar elementos originais, como os caixilhos, que marcam a horizontalidade dos prédios, a estrutura aparente em concreto armado e as paredes externas em tijolo aparente. Apesar de muito simples, dadas as exigências programáticas, Paulo de Camargo dá um tratamento muito interessante ao conjunto, que se destaca no campos também por sua implantação, infelizmente aos poucos completamente destruídas pelas intervenções e “puchadinhos” construídos atualmente.





Fonte: Arquivo próprio, 1999.

**Arcos do Grande Hall do Laboratório de Hidráulica da Politécnica, USP
São Paulo, 1962**



Fonte: Arquivo próprio, 1999.



Fonte: Arquivo próprio, 1999.

O projeto de todo o conjunto da Hidráulica, inclusive do Laboratório é de Ariosto Mila, realizado em 1956. Por erros de projeto e cálculo foram feitos mais de seis projetos estruturais, então em 1961 o próprio Paulo de Camargo, como Diretor do FUNDUSP e a pedido do então Chefe do Departamento de Hidráulica, realiza o projeto da estrutura dos arcos em concreto armado que sustentam a cobertura.



Capítulo 4

Pesquisa e Ensino: a industrialização das construções

4.1. A DITADURA MILITAR E A VIAGEM DE 1969: A PESQUISA SOBRE INDUSTRIALIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES

“A história da arquitetura sempre conheceu fases onde a forma era destacada do conjunto e colocada abaixo das noções da função e da construção. Os sistemas de construção modular (industrializados) traz por conseguinte uma solução de transformação e essa prática, colocando no mesmo nível - forma, função e construção numa predominância de uma arquitetura total contra a hegemonia da forma”²⁰³.

A partir de 1969, Paulo de Camargo realizou uma série de viagens por alguns dos mais importantes centros de pesquisa internacionais, nos EUA, Canadá, México, França e Japão, com o objetivo de ampliar, complementar e atualizar seus conhecimentos nas áreas de pré-fabricação e de industrialização das construções.

A pré-fabricação e a industrialização da construção civil foram temas recorrentes na obra de Paulo de Camargo; desde o projeto e construção da Casa São Luiz para a Velhice (1935), até os estudos que liderou na EESC-USP. Talvez essa tenha sido a sua maior contribuição para a configuração do contexto do qual emerge o que se convencionou chamar “escola paulista”²⁰⁴. É sabido, que o tema da industrialização foi uma das questões centrais da produção dos arquitetos que a compuseram, alguns dos quais trabalharam diretamente com o arquiteto.

²⁰³ ALMEIDA (1972): p. 372.

²⁰⁴ A denominação “escola” deve ser precisada para não gerar confusões conceituais. O termo “escola” ou “grupo”, no caso da arquitetura brasileira, não é consensual, por parte de alguns arquitetos e teóricos, considerados como seus integrantes. Nem que existisse uma “escola paulista” que se diferenciava ou estivesse em oposição à “escola carioca”. Ver a esse respeito o dossiê “Escola Paulista”, Revista AU (Pini), no. 17.

Em 1972 recolheu os resultados, decorrentes de sua pesquisa e de suas viagens ao exterior, em um relatório onde destacou a arquitetura como fruto das transformações sócio-econômicas mundiais, não podendo estagnar-se frente à revolução industrial. Seria necessário preparar as novas gerações de arquitetos de modo a considerarem tanto o problema técnico-construtivo, “desenvolvimento e execução de todos os elementos da edificação”, como aprender a “compor belos edifícios”, visando um resultado global. Assim, um processo de desenvolvimento da indústria da construção civil teria como finalidade atender à demanda brasileira em seus vários campos, sobretudo, habitação, edifícios escolares e hospitalares.²⁰⁵

Paulo de Camargo inicia o texto “A Função do Arquiteto Perante a Industrialização das Construções” citando esta frase de Sullivan, e em seguida complementa:

*“Nestas condições, a arquitetura precisa ser dinâmica acompanhando a própria evolução da sociedade, o que nos obriga a pesquisar seus fundamentos, seus rumos e não a encarar como obra contemplativa”.*²⁰⁶

Na apostila que prepara para o CONESCAL 1971²⁰⁷, Camargo afirma que os fatores que determinam reformulações nos princípios que norteiam a maneira de fazer e as motivações para se fazer arquitetura, entendida num sentido amplo como projeto e construção, situam-se basicamente nas rupturas entre sociedade, desenvolvimento científico e tecnológico, arquitetura, indústria e construção.

Camargo acredita que as transformações decorrentes dessas rupturas alteram as estruturas sociais e o comportamento humano. Aponta que os problemas surgidos em virtude destas questões, como a insatisfação e a crise, conseqüência da ausência de infra-estrutura para a maioria da população: habitação, escolas, hospitais, rede de água e esgoto, etc., preocupam e

²⁰⁵ ALMEIDA (1972): 372-5.

²⁰⁶ ALMEIDA (1972): 371.

assolam as sociedades de todos os continentes, dos países desenvolvidos e industrializados aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Dados daquele período indicam que “o atendimento ao problema habitacional no mundo até o ano 2.000, exigiria a construção de um bilhão de habitações”(sic.). Isto segundo Van Ettinger, fundador da BOWNCENTRUM da Holanda. No Brasil o déficit habitacional seria agravado pela taxa de crescimento vegetativo, estipulada em 3,1% e pela taxa de crescimento urbano, cerca de 6,5% ao ano.²⁰⁸

As transformações que nesse momento atingem o mercado da construção não se restringem ao crescimento demográfico, envolvem também a evolução da forma de vida, a evolução e modificação da psicologia dos usuários, a evolução tecnológica, o desenvolvimento industrial, entre outras. Neste sentido, o arquiteto atribui à arquitetura a função primordial de dar ao “homem” o “Habitat”, não no sentido restrito do abrigo, mas sim no sentido que compreende todo o conjunto de exigências indispensáveis à satisfação das necessidades da sociedade contemporânea.

O problema do “Habitat” reflete a incapacidade da arquitetura em resolvê-lo através dos métodos tradicionais, meios artesanais e “conservadores da construção civil”. Nesse quadro, tanto a arquitetura como a construção, comparadas a outras indústrias, se encontrariam atrasadas.

*“Enquanto a industrialização de todo o equipamento necessário à simplificação e melhoria da vida humana penetra na célula habitacional, esta permanece estagnada”.*²⁰⁹

Com uma pequena estatística, Camargo demonstra como cresciam as indústrias do ramo de equipamentos eletrônicos em São Paulo, que empregavam em 1970 cerca de 140 mil operários, contra 62 mil, em 1962.

²⁰⁷ ALMEIDA, CONESCAL - tema 18.1, p. 2

²⁰⁸ ALMEIDA, CONESCAL - tema 16, p. 1

²⁰⁹ ALMEIDA, CONESCAL - tema 18.1, p. 4.

Tabela 4

tipo de equipamento	1962	1970
geladeiras	300 mil	500 mil
televisores	190 mil	800 mil
receptores de rádio	650 mil	2 milhões
pilhas de lanterna	100 milhões	300 milhões
acumuladores	800 mil	1400 mil
líqüidificadores	290 mil	450 mil
aparelhos de ar condicionado	15 mil	60 mil
enceradeiras	150 mil	250 mil

Considerando os aspectos acima apontados, novas exigências requeridas pela sociedade, alto crescimento demográfico nas cidades, alta demanda de edificações, etc., atributos específicos de uma sociedade industrializada Paulo de Camargo propõe a industrialização das construções. Meio mais adequado da arquitetura responder às necessidades às quais está sendo solicitada, uma alternativa em sintonia com o seu tempo.

Para reforçar esta idéia, é pertinente lembrar, uma das referências mais importantes para a postura profissional de Paulo de Camargo, o arquiteto alemão Walter Gropius. Este chamava a atenção dos arquitetos para a necessidade de adaptação de suas atividades à nova situação, pois considerava imprescindível a participação no processo produtivo da construção industrial, caso contrário, estariam incorrendo no risco de serem substituídos por outros profissionais como, engenheiros, cientistas e empresários, que estariam inseridos de forma mais integrada à sociedade e eram efetivamente reconhecidos por esta.

A este respeito, afirma em Relatório escrito à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1972:

"somente a industrialização maciça da construção civil é capaz de atender às nossas necessidades, bem como reduzir os custos, desde que os processos adotados sejam realmente bem propostos. Evitar-se-á, assim, a permanente elevação de preços com os métodos

tradicionais até hoje utilizados, devido o vertiginoso aumento de consumo de materiais provenientes dos planos habitacionais e escolares em andamento no país, sem considerar os absurdos desperdícios de materiais nos processos comuns de construção."²¹⁰.

Um dos argumentos mais comuns e polêmicos contra a industrialização das construções no Brasil, é o desemprego. Nesse mesmo relatório, o arquiteto contra-argumenta:

*"(...) a industrialização absorverá totalmente a (...) mão de obra não qualificada, parte nas próprias usinas cujos trabalhos permitirão o seu aproveitamento em melhores condições com contínuo aperfeiçoamento, e parte nos próprios canteiros de obra, nos serviços de montagem e arremates". E se pergunta, "(...) seria o caso de combatermos a mecanização agrícola para não provocar desemprego no campo, cuja situação sócio-econômica do trabalhador ainda é muito mais grave"?*²¹¹

Camargo define, neste relatório, os conceitos necessários para que se possa compreender o que exatamente entende por industrialização das construções, já que existe uma certa confusão e imprecisão no emprego da terminologia e na definição dos conceitos, nas publicações a este respeito. E sua visão pode ser identificada com a proposta realizada por Gropius:

*"(...) a sociedade deseja (...) unificar através da idéia da industrialização o trabalho artístico do arquiteto com o econômico do empresário"*²¹²

Através da industrialização da construção, a arquitetura soluciona em si a experiência do artesanato, que é experiência da matéria, e coloca-se inteiramente no processo industrial, atingindo, assim, o limiar da construtibilidade pura.

²¹⁰ALMEIDA (1972): 5.

²¹¹ ALMEIDA (1972): 207.

²¹² GROPIUS, Walter. "Industrialização da construção: 1910", apud. FIZ, Simón Marchan. *La Arquitectura del Siglo XX*, p. 35.

Segundo Gropius, os elementos industrializados são formas em potência, não podem ser concebidos como elementos de uma composição fechada ou acabada, desta maneira, o seu escoamento lógico não é a arquitetura, no sentido tradicional da palavra, mas sim a urbanística como arquitetura alargada a toda a zona em que se entrelaçam e se desenvolvem as relações de colaboração econômica e social de uma comunidade. A urbanística já não é, portanto, uma premissa geral da arquitetura, mas sim a sua forma histórica atual; é, mais precisamente, uma arquitetura entendida como atividade coletiva, resultante da vontade de um povo inteiro, imagem e instrumento do seu progresso.²¹³

A idéia de que os elementos industrializados são formas em potência e não podem ser concebidos como elementos de uma composição fechada ou acabada, deve ser ressaltada. Dentro desta concepção foi desenvolvida a definição de sistemas fechados e abertos. É importante abrir um parênteses para explicitar estas definições, pois os sistemas abertos apesar de serem considerados ideais por Paulo de Camargo nunca foram completamente implementados.

Sistemas fechados são aqueles:

*“compostos por elementos ou componentes na maioria dos casos fabricados por um único fabricante com dimensões e características próprias e unidos única e estritamente no próprio sistema. Nesse caso, não há possibilidade explícita de intercambialidade com produtos de outras procedências”.*²¹⁴

E sistemas abertos são aqueles:

“compostos por elementos ou componentes, provindos de diferentes fabricantes e que podem se adaptar ou se integrar uns aos outros e ao próprio sistema. Estes sistemas permitem a intercambialidade, exigem uma coordenação dimensional e uma estreita

²¹³ ARGAN, Giulio Carlo. *Walter Gropius e a Bauhaus*, pp. 32-35

²¹⁴ ALMEIDA, CONESCAL - tema 18.1, p. 18.

ligação entre os diversos fabricantes a fim de respeitarem as tolerâncias, os detalhes de ajustagem, bem como as prescrições quanto às uniões”²¹⁵.

Neste sentido, o objetivo último do desenvolvimento da industrialização das construções só seria alcançado quando os indivíduos pudessem satisfazer todos os seus desejos em relação à sua casa, sem com isso perder as vantagens econômicas da fabricação em série.²¹⁶

“Construir significa a configuração dos processos vitais. A maioria dos indivíduos têm necessidades vitais parecidas. Por consequência, satisfazer de um modo uniforme e similar estas necessidades humanas semelhantes, é lógico no sentido do fenômeno econômico. (...) A cada indivíduo lhe cabe a liberdade de eleger dentro dos diferentes tipos” aquele que melhor lhe satisfaça”²¹⁷.

E dando continuidade a seu argumento continua Gropius:

“Nossas futuras casas não serão necessariamente produtos estereotipados como consequência da padronização e da pré-fabricação; a competição natural, do mercado livre, cuidará para que as partes de construção pré-fabricadas apresentem uma multiformidade tão individual quanto aos artigos produzidos pela máquina, que hoje dominam o mercado”²¹⁸.

Na esteira do pensamento de Gropius estes conceitos acabaram sendo sistematizados. Paulo de Camargo conclui, da mesma forma que o arquiteto alemão, mas em outras palavras, que:

“A sistematização dos processos construtivos visa a coordenação de todas as partes, bem como de todos os aspectos da construção”²¹⁹.

²¹⁵ ALMEIDA, CONESCAL - tema 18.1, p. 18.

²¹⁶ GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitectura.*, p. 163.

²¹⁷ GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitectura.*, p. 163.

²¹⁸ GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitectura.*, p. 119.

²¹⁹ ALMEIDA, CONESCAL - tema 16.1, p. 1.

É portanto a coordenação modular²²⁰ um dos fundamentos da construção industrializada, uma padronização imprescindível para a sua implementação. Estas “normas” permitem estabelecer meios racionais e lógicos de coordenar:

*“(...) capazes de possibilitar uma íntima colaboração de todas as indústrias integrantes da construção, visando uma organização apropriada e sistemática aplicável à construção de um ou de uma série de projetos”. Isto possibilitaria uma maior produtividade, uma maior eficácia e um menor custo.*²²¹

²²⁰ Coordenação modular é a padronização de medidas e o estabelecimento de parâmetros para os elementos e componentes da construção. É uma normatização que deveria ser adotada pelas indústrias, na fabricação de “peças” e pelos projetistas, no momento de execução dos projetos.

²²¹ ALMEIDA, CONESCAL - tema 16.1, p. 1.

4.2. A CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDÉIA: A ESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO NA EESC-USP EM 1971

Em 1971, Paulo de Camargo fundou na EESC-USP o primeiro Mestrado em Arquitetura do País, com ênfase em Industrialização das Construções. Ainda neste ano, participou, como conferencista, do Conselho de Planejamento Escolar da América Latina (CONESCAL), apresentando um curso sobre produção e demanda da sociedade moderna e apontando a industrialização das construções como solução para o atendimento das amplas necessidades sociais, como deixou claro no relatório que enviou à FAPESP no ano seguinte.

É importante notar nesse trecho como a industrialização está vinculada diretamente à atividade de pesquisa, ensino e atuação profissional "(...) sente-se a importância de serem revistas as estruturas de ensino, a fim de fornecerem-se aos profissionais, arquitetos ou engenheiros, os conhecimentos indispensáveis e uma nova forma de se construir, que determina, conseqüentemente, um novo sentido de se projetar"²²², destaca também a necessidade do aluno se habituar ao trabalho em equipes multidisciplinares, permitindo que o "(...) estudante se adapte às novas condições da sua futura vida profissional."²²³.

Como professor da EESC-USP, Paulo de Camargo, em documento dirigido ao Diretor da Escola de Engenharia Theodoro de Arruda Souto, pedindo extensão do regime de tempo integral à docência e à pesquisa, em 1966, demonstra a continuidade de seu pensamento. "...acredito que devo hoje uma obrigação a esta Escola, qual seja a de desenvolver implicitamente os estudos sobre a industrialização da construção civil tão indispensáveis ao desenvolvimento nacional, principalmente no campo da habitação e escolar,

²²² ALMEIDA, Paulo de Camargo, *Industrialização da Construção*, Relatório à FAPESP, 1972, p. 33.

²²³ ARGAN, Giulio Carlo. *Walter Gropius e a Bauhaus*, p 34.

bem como providenciar publicações didáticas sobre a vasta matéria a meu cargo.”²²⁴

Parece pertinente pensar que nesse caso o fundamental é entender o que significou naquele período investir num curso de pós-graduação, que provavelmente se destaca mais pela ênfase proposta e pela forma como foi montado do que pelo seu pioneirismo. Criar o curso de mestrado era uma estratégia indispensável para assegurar a atividade de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, materiais e sistemas no campo de industrialização civil.

A utilização da industrialização na construção, requer numa primeira fase uma análise de funções e de meios técnicos, e numa segunda fase a criatividade que molda formas e espaços.

“O arquiteto não é nem totalmente técnico, nem inteiramente artista; ele se completa aliando os domínios técnicos objetivos ao seu poder artístico, que permite-lhe criar formas facilmente perceptíveis e compreensíveis. Visa-se reunir a suas forças com vistas a um resultado global”²²⁵.

A arquitetura nesse momento ganha seu sentido mais amplo e “global”, a arquitetura que Walter Gropius denominou *Total*, onde as diferenças de domínio e ordem entre forma, função e construção desaparecem.

Essas transformações certamente implicam problemas: estavam os arquitetos preparados para assumir essa nova faceta ou essa nova exigência de sua profissão? As escolas de arquitetura estavam formando profissionais preparados para atender as necessidades do mercado?

“(...)temos de reconhecer que poucos arquitetos participaram da idealização e execução dessa profunda transformação e no projeto de

²²⁴ Prontuário do Prof. Paulo de Camargo e Almeida, na Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, p 93.

²²⁵ ALMEIDA (1972): 372.

*produção industrial de partes de construção, que, no entanto, todos nós utilizamos em nossas edificações”.*²²⁶

Walter Gropius citado por Paulo de Camargo, diz que é necessário reconquistar o tempo perdido e preparar os futuros arquitetos para que possam inserir-se na indústria da construção ativamente, desenvolvendo e executando todos os elementos da edificação e comporem “belos” edifícios, partindo dos elementos industrializados.²²⁷

*“Se (o arquiteto) quiser permanecer leal à sua alta missão, deverá educar a nova geração em sintonia com os novos métodos de produção industriais, em lugar de formá-la apenas na prancheta platônica, isolada do processo da produção e da construção.”*²²⁸

Esta deveria ser atitude do arquiteto, se quisesse desempenhar um papel significativo na sociedade em que vive. Para tanto, diz Gropius:

*“(...) se o arquiteto do futuro quiser ocupar de novo uma posição de primazia, terá que retomar forçosamente um contato mais íntimo com a produção construtiva”.*²²⁹

²²⁶ GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitectura*, p.45.

²²⁷ ALMEIDA, *Industrialização da Construção*, Relatório à FAPESP, 1972, p. 372.

²²⁸ GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitectura*, p. 123.

²²⁹ GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitectura*, p. 121.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redigir esta parte da dissertação não é tarefa das mais simples, especialmente nas condições que cercaram este trabalho. A primeira tentativa de levantamento e sistematização da trajetória profissional de Paulo de Camargo e Almeida e o desafio de avaliar a sua contribuição específica para a arquitetura brasileira significaram um percurso ao mesmo tempo estimulante e algo frustrante. No momento mesmo de fechar a dissertação, novos dados ainda surgiam, reforçando a sensação de incompletude do trabalho. O próprio esforço final de alinhar a narrativa suscitava questionamentos, dúvidas, novas hipóteses. A conclusão imediata: ficaram faltando obras a pesquisar, muitas entrevistas por fazer, a necessidade de aprofundar a leitura das obras, os vários desdobramentos (falta uma história do IAB, falta uma história da CUASO, falta...). O reconhecimento de que ainda há muito o que fazer, muitas questões a incorporar, muitas pistas a explorar, marca indelevelmente as “conclusões” do trabalho. Desdobramentos ainda pendentes para outros trabalhos.

Neste momento, e no âmbito de nosso trabalho, com todas as suas dificuldades, talvez caiba apenas retomar algumas questões que foram pontuando não apenas o texto mas a nossa descoberta de um personagem pouco conhecido, ou melhor, de uma concepção de arquitetura significativamente relegada ao esquecimento.

A proposta inicial da pesquisa era investigar a obra e a trajetória de Paulo de Camargo e Almeida no contexto de uma premissa geral: uma das referências ou interlocuções fundamentais no processo de constituição da arquitetura moderna paulista foi certamente estabelecida com os arquitetos oriundos do Rio de Janeiro, formados pela ENBA no início da década de 30 e que vieram posteriormente para São Paulo. Estes arquitetos desempenharam o papel de vetores entre o Rio e São Paulo, sendo responsáveis diretos pela introdução das arquiteturas realizadas no Rio e, também, do que se pode propriamente caracterizar como “linguagem carioca”, através da associação

com engenheiros arquitetos formados pela Escola Politécnica, pelo papel exercido por seus escritórios, enquanto pólos de formação profissional das novas gerações e pelo trabalho desenvolvido em órgãos públicos.

A investigação da obra e da trajetória de Paulo de Camargo e Almeida confirmou esta hipótese geral de trabalho mas trouxe novos elementos e informações. Cabe agora verificar até que ponto são situações ou características específicas da trajetória deste arquiteto ou se é possível desdobrá-las para outros atores do processo de constituição de uma cultura arquitetônica paulista. Há ainda por se desvendar a avaliação de um novo fluxo de interlocuções e referências nos anos 50, as repercussões da II Bienal, o Brasil como tema e motivo de uma nova internacionalização do debate arquitetônico, a importância da criação das escolas de arquitetura, o problema da industrialização das construções, etc..

Se não conclusões taxativas, temos ao menos fortes evidências de que o universo de preocupações que constitui o ideário de Paulo de Camargo não é um caso isolado. Se numa primeira aproximação a trajetória desse profissional chamava a atenção para o problema da industrialização, o trabalho deixou claro que a contribuição de Paulo de Camargo e Almeida vai além, na medida em que a preocupação com a produção em larga escala é parte indissociável de uma concepção de arquitetura que articula a convicção da necessidade do trabalho em grupo, a valorização do trabalho do arquiteto através da organização de entidades de representação profissional, que permitisse construir uma nova imagem da profissão perante a sociedade, e a relação mais estreita entre projeto e construção.

O tratamento dessa outra concepção de arquitetura, certamente mais devedora das concepções de Gropius e da Bauhaus, não parece ainda uma questão suficientemente resolvida pelos trabalhos de história da arquitetura brasileira. Embora apareça como questão relevante nos estudos específicos sobre alguns arquitetos (Luís Nunes, Alcides da Rocha Miranda, o próprio Warchavchik), não está claramente definido o peso próprio dessa outra interlocução no quadro de conjunto da arquitetura moderna no Brasil.

Neste, a nosso ver, busca-se sempre os elos com o trabalho, teórico e projetual de Le Corbusier, quando nos pareceria mais pertinente assumir a grande maioria dos protagonistas da renovação da linguagem e da prática arquitetônica tinham uma forte admiração pela arquitetura corbusiana, sem que isto impedisse – ou mesmo fosse visto como contraditório – a exploração de diferentes perspectivas de trabalho. Cabe portanto reavaliar se apenas esta referência é a determinante, se o foi para todos os arquitetos, se podemos pensar em distintas correntes. Uma conclusão inevitável é que o contato com a obra e a trajetória de Paulo de Camargo permitiu, se não responder de forma conclusiva a estas perguntas, ao menos afirmar a convicção da sua pertinência.

A noção de *Arquitetura Total*, como chave de leitura para a trajetória e a “obra” de Camargo, explorada neste trabalho, talvez possa estimular uma reflexão sobre a pertinência de aplicá-la a outros arquitetos.

Assim, uma das idéias centrais que passou a orientar este trabalho foi a de que toda a obra arquitetônica e urbanística, construída ou não do arquiteto, está interligada à sua participação em entidades de representação profissional, à atividade docente e à sua produção teórica e tecnológica. Ou seja, foi-se cristalizando a convicção de que há três temáticas gerais - ensino, pesquisa e atuação política - no âmbito profissional, que perpassam toda a obra de maneira indissociada.

Paulo de Camargo, como vimos, atuou de maneira intensa e diversificada nos distintos campos referentes à arquitetura. Politicamente, esteve comprometido com as entidades profissionais, assumindo cargos significativos e representando-as em congressos nacionais e internacionais. Como projetista, teve um papel pioneiro na afirmação da importância de uma estreita afinidade entre projeto e canteiro de obras, assim como na imperiosa necessidade de racionalizar os processos produtivos na arquitetura. Como arquiteto-urbanista experimentou a crítica à proposta de Agache e procurou explorar toda a potencialidade das intervenções urbanísticas setoriais. Como dirigente, durante seis anos, do processo de implantação do plano da Cidade

Universitária “Armando Salles Oliveira”, mostrou acreditar não apenas no caráter multidisciplinar da atividade do planejamento mas também, e talvez fundamentalmente, na possibilidade de fazer de um setor específico da cidade uma obra de conjunto, articulando as realizações particulares de alguns dos mais importantes arquitetos em atividade no ambiente paulista. Como pesquisador e docente desenvolveu uma concepção inovadora para a época, pelo menos para os padrões brasileiros, da relação entre pesquisa, ação projetual e formação de novos profissionais.

Suas preocupações acerca do ensino, da organização das entidades de representação profissional e da industrialização das construções - vista como a alternativa mais apropriada para a arquitetura atender às demandas crescentes da sociedade - são concebidas e explicitamente defendidas como a única forma do arquiteto se inserir nos processos produtivos estabelecidos pela modernidade.

Na recuperação da trajetória de Camargo, permanecia presente a conclusão de Argan a propósito de Gropius, não apenas como chave para a leitura de uma trajetória individual, mas como esforço de dar concretude ao que aparecia como desafio para toda uma geração:

“(...) é impossível separar o momento teórico do momento criativo ou do momento pedagógico: cada um dos edifícios, dos seus programas urbanísticos, das suas intervenções práticas e polêmicas a favor de uma renovação radical dos métodos produtivos na arquitetura e na arte aplicada, ou a favor de uma reforma do ensino formal, tudo é simultaneamente produção teórica, aplicação prática, acto criativo.”²³⁰

A ênfase usual sobre a originalidade da apropriação brasileira da linguagem corbusiana ou, por outro lado, a descrença recente nas possibilidades de um pleno desenvolvimento da industrialização das construções, não deveriam fazer com que o historiador esquecesse que a

²³⁰ ARGAN, Giulio Carlo (1984). *Op. cit.*, p. 7.

reflexão sobre o papel da arte e do artista na sociedade moderna industrial e sua integração a ela constituiu, desde seus momentos fundantes, uma questão crucial também para a arquitetura brasileira.

Mesmo com todas as dificuldades do nosso incipiente desenvolvimento industrial, a standardização foi, também para aqueles arquitetos, uma tentativa de equacionar a ambigüidade do binômio artesanato - indústria, integrando a atividade artística aos novos meios de produção e à racionalidade técnica da indústria. Os artistas e arquitetos acreditaram que deviam pensar do objeto micro ao macro, dos objetos da vida cotidiana, à pintura, ao design, à arquitetura, de forma que eles pudessem enfrentar os dilemas de sua "reprodutibilidade técnica". As idéias de pré-fabricação na construção e da racionalização do processo construtivo nasceram dessa concepção, apontando para a construção do conjunto do espaço social.

Se é verdade que temos mais a aprender com os desafios e problemas enfrentados pelos arquitetos modernos do que com suas soluções, então podemos nos socorrer novamente de Gropius para uma definição certamente preciosa a Paulo de Camargo e toda uma geração de arquitetos brasileiros:

"O arquiteto do futuro não mais permitirá que o estorvem em sua necessidade natural de produzir, em conjunto com a indústria, construções e partes de construções. O trabalho de grupo será cada vez mais acentuado".²³¹

²³¹ GROPIUS, Walter (1970). *Op. cit.*, p. 125.

BIBLIOGRAFIA

- ACRÓPOLE. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Acrópole**. n. 366, SP; 1970, set. p. 15-17.
- _____. "Setor Residencial da Cidade Universitária". **Acrópole**, n. 303, SP, 1964, fev. p. 93-101.
- Afonso Eduardo Reidy**. Rio de Janeiro, PUC-RJ/Solar GrandJean de Montigny/Index, 1985. Catálogo.
- AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro Extensão- Remodelação- Embelezamento**. Paris, Foyer Brésilien.
- _____. **Prefeitura do Distrito Federal, Cidade do Rio de Janeiro. Extensão. Remodelação. Embelezamento**, 1930.
- ALIM, Pedro. "Depoimento sobre Affonso E. Reidy". **Arquitetura**, no. 30, Rio de Janeiro, IAB-RJ, dez/1964.
- ALMEIDA, Paulo de Camargo e. **Função Social do Arquiteto**. São Paulo, 1956. 15p. Tese (Provimento de Cátedra) - Concurso para Provimento da Cadeira n.16 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. **Arquitetura Contemporânea e suas Determinantes: Ensaio de Formulação**. São Carlos, 1960. 83 p. Tese (Provimento de Cátedra) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, .
- _____. **Industrialização da Construção**. Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos. Departamento de Arquitetura e Planejamento. 1971. 432 p. Relatório à FAPESP.
- _____. **Projeto e Produção dos Elementos Constitutivos do Edifício Escolar: projeto dos elementos**. São Carlos, EESC-USP, 1971. Comunicação ao Curso Regional Especial de Adiestramiento, CONESCAL, México, 1971.
- _____. **Projeto e Produção dos Elementos Constitutivos do Edifício Escolar: produção dos elementos**. São Carlos, EESC-USP, 1971. Comunicação ao Curso Regional Especial de Adiestramiento, CONESCAL, México, 1971.
- _____. **A Coordenação Modular como um de seus fundamentos: aspectos conceituais**. São Carlos, EESC-USP, 1971. Comunicação ao Curso Regional Especial de Adiestramiento, CONESCAL, México, 1971.
- _____. "Projeto de Remembramento do Centro do Distrito Federal, em Relação ao Novo Traçado dos Terrenos Conquistados com o Futuro Desmonte do Morro de Santo Antônio - parte1". **Revista Municipal de Engenharia**, n. 2, vol. 6, 1939, mar.
- _____. "Projeto de Remembramento do Centro do Distrito Federal, em Relação ao Novo Traçado dos Terrenos Conquistados com o Futuro Desmonte do Morro de Santo Antônio - parte2". **Revista Municipal de Engenharia**, n.. 3, vol. 6, 1939, mai.
- _____. "Remodelação da Praça da República em São Paulo". **Revista Municipal de Engenharia**, n. 6, vol. 6, 1939, nov.
- _____. Estudos Complementares de Especialização nas Escolas de Arquitetura. **Arquitetura e Urbanismo**, 1940, mai-jun.
- AMARAL, Aracy. **Arte para quê?**. São Paulo, Nobel, 1984.
- _____. **Artes Plásticas na Semana de 22**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

- AMÉRICA MAGAZINE. Cidade Universitária Armando Salles Oliveira. São Paulo, n. 2, 1962.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. (1943). Attílio Correa Lima. In: XAVIER, Alberto (org). **Arquitetura Moderna Brasileira: Depoimento de uma geração**. São Paulo, ABEA/FVA/Pini, 1987.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1992.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Historia del Arte como Historia de la Ciudad**. Barcelona, Laia, 1984.
- _____. **Walter Gropius e a Bauhaus**. Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- ARQUITETURA (1963). "Attílio Correa Lima". **Arquitetura**, no. 14, ago. pp. 3-17.
- ARQUITETURA E URBANISMO (1937). Aeroporto Santos Dumont. **Arquitetura e Urbanismo - IAB-RJ**, nov-dez.
- _____. (1937). Anteprojeto da Estação Central do Aeroporto Santos Dumont. **Arquitetura e Urbanismo - IAB - RJ**, nov-dez.
- _____. (1938). Estação de Hidro-aviões do Aeroporto Santos Dumont - Rio. **Arquitetura e Urbanismo - IAB-RJ**, nov-dez.
- _____. "Ante-Projeto da Estação Central do Aeroporto Santos Dumont". **Arquitetura e Urbanismo**, 1937, nov-dez.
- _____. "Exposição Pan-Americana de Arquitetura e Urbanismo". **Arquitetura e Urbanismo**, 1940, mar-abr.
- _____. "Residência". **Arquitetura e Urbanismo**, 1940, mai/jun.
- _____. "V Congresso Pan-Americano de Arquitetos - Montevidéu 1940". **Arquitetura e Urbanismo**, 1940, mar-abr.
- ARQUITETURA, **IAB - 70 anos: 1921-1991**, Revista Arquitetura, n. especial, RJ, ed. Projeto, 1991.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. **A Função Social do Arquiteto**. São Paulo, ed. Nobel/Fund. V. Artigas, 1989.
- _____. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo, Fundação Vilanova Artigas/Pini, 1986.
- ÁVILA, Affonso (org.). **O Modernismo**. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- AZEVEDO, Ricardo Marques de. **Metrópole e Abstração**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BALTAR, J. Bezerra (1963). "Luiz Nunes". **Arquitetura**, no. 13, Rio de Janeiro, IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), jul/1963. pp. 6-10. BLOC, André. "Arquitetura enlutada". **Arquitetura**, no. 33, Rio de Janeiro, IAB-RJ, mar/1965.
- BANHAM, Reyner. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo, Perspectiva, 1975. (trad. A .M .G. Coelho)
- BEHRENDT, Walter Curt (1937). **Arquitectura Moderna. Su naturaleza, sus problemas y formas**. Buenos Aires, Ed. Infinito, 1959.
- BENEDETTI, Mara de e PRACCHI, Attilio. **Antologia dell'architettura Moderna - testi, manifesti, utopie**. Bologna, ed. Zanichelli, 1992.

- BENÉVOLO, Leonardo et alli. **La Proyección de la Ciudad Moderna**. Barcelona, Gustavo Gili, 1978.
- BRAGA, Milton L. de Almeida (1999). **O Concurso de Brasília. Os sete projetos premiados**. São Paulo. 164p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- BRITTO, Alfredo. “Rio Contemporâneo”. In: _____. **Rio - Guia para uma História Urbana**. Rio de Janeiro, Fundação Rio, 1981.
- BRUAND, Yves. **A Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- BRUNA, Paulo J. V.. **Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento**. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- BÜRGER, Peter. **Teoría de la Vanguardia**. Barcelona, Ed. Península, 1987.
- CAMARGO, Azael R.. **Industrialização da Construção no Brasil**, dissertação de mestrado, EESC-USP, 1975.
- _____. **Industrialização da Construção no Brasil**, relatórios à FAPESP - 1 e 2, EESC-USP, 1972.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. **Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: Aspectos Gerais do Planejamento e Execução**. São Paulo, Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, 1954. 160p.
- _____. **Universidade de São Paulo. História da Universidade de São Paulo**. São Paulo, EDUSP, 1954. 582p.
- _____. **Universidades: Cidades Universitárias ou Universidades, Cidades Universitárias**. São Paulo: Imprensa da USP, 1945. 186p.
- CAMPOS, Humberto de. **Os Páris**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1933. 3ª Edição.
- CANTANHEDE FILHO, Luis. O Aeroporto e a Cidade. **Arquitetura e Urbanismo**, 1937, nov.-dez.
- CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. “As profissões de engenheiro, arquiteto e de Agrimensor”. **Acrópole**, n. 93, SP, 1946, jan. p. 240-2.
- CARDOSO, Joaquim (1956). “Dois episódios da história da arquitetura moderna Brasileira”. **Módulo**, no. 04, mar. pp. 32-6. (republicado em **Arquitetura**, no. 13, jul/1963)
- CHIPP, Herschel B.. **Teorias da arte moderna**. São Paulo, Martins Fontes, 1988. (trad. W. Dutra)
- COLLOTTI, Enzo. “La Bauhaus en la experiencia politico-social de la Republica de Weimar”. In **AAW et alli. Bauhaus**, Madri, Comunicación, 1971.
- COLQUHOUN, Allan (1989). **Modernidad y Tradición Clásica**. Barcelona, Júcar Universidad, 1991.
- CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ARQUITETOS, 5º, Montevideu, 1940. **Actas y Trabajos**. Montevideu, Urta y Curbelo.
- CORONA, Eduardo. “A Construção da Cidade Universitária”. **Acrópole**, n. 299, SP, 1963, set. p. 314.
- _____. “Explicação Necessária”. **Acrópole**, n. 330, SP, 1966, jul. p.18-23.

- _____. "Lúcio Costa e equipe: a Memória Descritiva do projeto para a Universidade do Brasil. 1936". **Acrópole**, n. 344, SP, 1966, nov. p. 28-31.
- _____. "Problemas da Cidade Universitária". **Acrópole**, n. 316, SP, 1965, abr. p. 20.
- _____. "Tragédia em um ato na Cidade Universitária". **Acrópole**, n. 330, SP, 1966, out. p. 20.
- COSTA, João Cruz (1974). **Pequena história da República**. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 150p.
- De FUSCO, Renato. **L'idea di architettura, storia della critica da Violet-le-Duc a Persico**. Milão, Etas Libri, 1977.
- DE MICHELI, Mario. **Las vanguardias artísticas del siglo XX**. Madri, Alianza, 1985. (trad. A. S. Gijón)
- DROSTE, Magdalena. **Bauhaus 1919-1933**. Berlim, Benedikt Taschen, 1991. (trad. María Ordóñez Rey)
- DUARTE, Hélio et ali. "Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina". **Habitat**, n. 43, SP, 1957, jul-ago. p. 2-16.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS. **Processo do concurso para professor catedrático**, n.o 339/58, EESC-USP, 1960-1.
- _____. **Prontuário do Prof. Paulo de Camargo e Almeida**, EESC-USP, 1958-73.
- EVENSON, Norma. **Two Brazilian Capitals, Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasilia**. London, Yale University, 1973.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, EDUSP/FDE, 1999. 6ª Edição.
- FERRAZ, Geraldo. **Warchavchik e a introdução da Nova Arquitetura no Brasil: 1925-1940**. São Paulo, MASP, 1965.
- _____. Walter Gropius - o homem e a obra. **Habitat**, n. 25, SP, 1955, dez.
- _____. Meditação de Fim de Ano: Uma palavra a arquitetos, engenheiros, urbanistas, sociólogos. **Habitat**, 25, SP, dez, 1955.
- _____. Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. **Habitat**, n. 27, SP, fev., 1956.
- _____. Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura. **Habitat**, 26, SP, jan., 1956.
- _____. Posições de Frank Lloyd Wright. **Habitat**, 53, SP, mar-abr, 1959.
- _____. CUASO: A Cidade Universitária de São Paulo. **Habitat**, n. 69, SP, set. 1962.
- FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o Desenho**. São Paulo, Ed. Projeto, 1982.
- FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo, Projeto Ed., 1982.
- FICHER, Sylvia. **Ensino e Profissão. O curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo**. São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.
- FIEDLER, Konrad. **Escritos sobre arte**. Madri, col. La Balsa de la Medusa, Visor, 1989. (trad. de Francisca Péres Carreño)
- FIZ, Simón Marchan. **La Arquitectura del Siglo XX**. Madri, Alberto Editor, 1985.

- FROTA, Leila Coelho (1993). **Alcides da Rocha Miranda: caminho de um arquiteto**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- GIEDION, Siegfried (1955). **Arquitectura y Comunidad**. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1963.
- _____. **Espacio, Tiempo y Arquitectura: el futuro de una nueva tradición**. Madrid, Editorial Dossat, 1978.
- _____. (1954). **Walter Gropius**. New York, Dover Publications, 1992.
- GOODWIN, Philip L.. **Brazil Builds**. Architecture old of new: 1952-1942, New York, MoMA, 1943.
- GÖSSEL, Peter; LEUTHÄUSER, Gabriele. **Arquitectura del Siglo XX**. Espanha, Taschen.
- GRISOTTI, M.. **A Industrialização da Construção**. Bari, Instituto di Architectura F.I., U d S, 1965.
- GROPIUS, Walter. **Alcances de la Arquitectura Integral**. Buenos Aires, Ed. la Isla, 1959.
- _____. **Bauhaus: Novarquitectura**. São Paulo, ed. Perspectiva, 1974.
- GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica**. Madri, Cátedra, 1983.
- HABERMANS, J.. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.
- HABIAT. Cidade Universitária do Rio de Janeiro. **Habitat**, n. 15, SP, mar-abr., 1954, p. 2-28.
- _____. Cidade Universitária de São Paulo: Instituto do Professor Primário. **Habitat**, n. 17, SP, jul-ago, 1954, p. 27-31.
- HILDEBRAND, A. von. **El problema de la forma en la obra de arte**. Madri, col. La Balsa de la Medusa, Visor, 1989. (trad. de María I. P. Aguado)
- HOBSBAWN, Eric J.. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KLINGEDER, Francis D.. **Arte y revolución industrial**. Madri, Cátedra, 1983. (trad. P. Salsó)
- KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo, Nobel / EDUSP, 1990.
- KUBISTCHEK, Juscelino (1975). *Porque construí Brasília*. ***
- LAFETÁ, João Luís (1973), "Estética e Ideologia: O Modernismo em 1930", **Argumento**, no. 2, pp. 19-32.
- LAMPARELLI, Celso M.. "A habitação e a industrialização da construção". **Espaço e Debates**, n. 7. São Paulo: Neru, 1982. p. 21-27.
- LE CORBUSIER (1923). **Por Uma Arquitetura**, Estudos, São Paulo, Perspectiva, 1973.
- _____. **Os Três Estabelecimentos Humanos**, Debates, São Paulo, Perspectiva, 1976.
- _____. (1925). **Urbanismo**, São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo, Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999.

- LEMOS, Carlos A. C.. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo, Melhoramentos/ EDUSP, 1974.
- LEVI, Rino (1925). **Arquitetura e estética das cidades**. In: XAVIER, Alberto (org). **Arquitetura Moderna Brasileira: Depoimento de uma geração**. São Paulo, ABEA/FVA/Pini, 1987.
- _____. (1935). **Justificação arquitetônica. Memorial para o projeto do Viaduto do Chá**. In: **Projeto**, no. 111, jun/1988.
- _____. (1939). **O que há na arquitetura**. In: **GFAU**. Depoimento 1. São Paulo, 1960.
- _____. (1939). **Síntese das artes plásticas**. **Acrópole**, no. ?, São Paulo, set, 1954
- _____. (1948). **Mudam os Tempos**. In: **GFAU**. Depoimento 1. São Paulo, 1960.
- _____. (1948). **Situação da arte e do artista no mundo moderno**. In: **GFAU**. Depoimento 1. São Paulo, 1960.
- MACEDO, Adilson Costa. **Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira**. São Paulo, 213p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1987.
- MAIA, Francisco Prestes (1945). **Os Melhoramentos em São Paulo**. Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo.
- MANGE, Ernest R. C.. "Cidade Universitária: Edifício da Mecânica". **Acrópole**, n. 327, SP, 1966, abr. p. 31-43.
- MANRIQUE, Jorge Alberto. (1974) "¿Identidad o modernidad?". In: BAYÓN, Damián. **América Latina en sus Artes**. México: Siglo XXI, 1974. pp. 19-33.
- MARTINS, Carlos A. F. (1992). **Razón, Ciudad y Naturaleza. La génesis de los conceptos en el urbanismo de Le Corbusier**. Tese de doutoramento. Madrid, Universidad Politécnica de Madrid, 1992.
- _____. **Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lúcio Costa 1924/1952**, Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1988.
- _____. "A constituição da trama narrativa na historiografia da arquitetura moderna brasileira". **Revista Pós**, n. especial. São Paulo: FAU-USP, Departamento de História, 1994. pp. 82-86.
- _____. "Identidade Nacional e Estado no Projeto Modernista: Modernidade, Estado e Tradição". **Óculum**, PUCCAMP, n. 2, pp. 71-76.
- _____. **CONSTRUIR A ESCOLA, CONSTRUIR A CIDADE, CONTRUIR O CIDADÃO: a Ação do Convênio Escolar e a São Paulo dos anos 50**. (CD ROM) **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidades em confronto**. Campinas, PUCCAMP, 1998. / Trabalhos completos / Ref. 244.
- MEYER, Regina, **Metrópole e Urbanismo: São Paulo anos 50**, São Paulo, 1991. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, - Universidade de São Paulo, 1991.
- MINDLIN, Henrique E.. **Modern Architecture in Brazil**. New York, Reinhold, 1956.
- MORALES DE LOS RIOS Fo., Adolfo (1938). **Exercício das Profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor - resoluções e documentação**. Rio de Janeiro, Borsói & C.. 263 p.

- _____. (1947). **Legislação do Exercício das Profissões de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura**. Rio de Janeiro, Borsóii. 502 p.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-74: pontos de partida para uma revisão historiográfica**. São Paulo, Ática, 1977. 3ª Edição.
- NUNES, Luiz (1936). "Uma Diretoria de Arquitetura". **Arquitetura**, no. 13, Rio de Janeiro, IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), jul/1963. pp. 16-20.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **A Modernidade Oficial: a arquitetura das Escolas Públicas do Distrito Federal (1928-1940)**. São Paulo. 360p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1991.
- OLIVERI, G. M.. **Prefabricación: el meta proyecto constructivo**. Barcelona: Gustavo Gili, sd.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Edifícios USP-CUASO: uma análise comparativa; avaliação de pós-ocupação - APO**. São Paulo, 1991. 3V. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1991.
- PANOFSKY, Erwin. **Historia de la arquitectura**. Madri, Hermann Blume Ed., 1984.
- PEDROSA, Mario. **Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília**. São Paulo, Perspectiva/EDUSP.
- PEVSNER, Nikolaus. **Las orígenes de la arquitectura moderna y del diseño**. Barcelona, Gustavo Gili, 1969.
- PONTI, Gio. "O edifício de física nuclear". **Habitat**, n. 12, SP, 1953, set. p. 20-25.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1970.
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA (1935). Projeto do Hospital da Força Pública do Estado de Pernambuco. **Revista Municipal de Engenharia**, jan. (ficha bibliográfica no. 236)
- _____. "Visitas Técnicas, Asilo S. Luiz", **Revista Municipal De Engenharia**, n. 02, 1937, mar.
- REZENDE, Vera. **Planejamento Urbano e Ideologia. Quatro Planos para o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- RIEGL, Alois. **Problemas de Estilo. Fundamentos para una historia de la ornamentación**. (1893). Barcelona, Gustavo Gilli Ed., 1980. (trad. de Frederico M. Saller)
- ROCHA, João Augusto de Lima. As inovações de Anísio Teixeira na Arquitetura e na Construção Escolar: os casos da Bahia e do Rio de Janeiro. In: ROCHA, João Augusto de Lima *et alii*. **Anísio em Movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura do Brasil**. Salvador, Fundação A. Teixeira. 1992.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Depoimento: O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto: planejamento e política no Estado de São Paulo em 1959. **Espaço & Debates**, no. 04, ano I, 1981, dez.
- SANTOS, Cecília Rodrigues *et al.*. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo, Tessala/Projeto Ed., 1987.

- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: 1894-1984**. São Paulo: RUSP, 1985. 668p.
- _____. **Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Cronologia Geral da Escola Politécnica**. São Paulo, Escola Politécnica, 1984.
- SANTOS, Paulo Ferreira. A Arquitetura da Sociedade Industrial. **Habitat**, n. 20, 23 e 30.
- _____. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Barra do Pirai, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SIMÕES, João Roberto Leme. **Arquitetura na Cidade Universitária Armando De Salles Oliveira: o espaço construído**. São Paulo, 317p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1984.
- SISSON, Rachel (1986). Escolas Públicas do Primeiro Grau. Inventário, tipologia e história. **Arquitetura Revista**, no. 4, jul.- dez., p. 78.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 5ª Edição.
- SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo, Studio Nobel/EDUSP/FAPESP, 1997.
- SOUZA, Abelardo de. **Arquitetura no Brasil: depoimentos**. São Paulo, Diadorin/EDUSP, 1978.
- SOUZA, Ricardo F. C. de. Gregori Warchavchik: do modernismo oficial à realidade brasileira. **Arquitetura e Urbanismo**, no. 44, São Paulo, PINI, 1992. Documento.
- SPAGNOLI, Lorenzo. **Arquitectura y Sociedad en Alemania (1880-1914)**. In AAW et alli. **Bauhaus**. Madrid, Comunicación, 1975.
- TAFURI, Manfredo, CACCIARI, M., DAL CO, Francesco., **De la Vanguardia a la Metropolis**, Barcelona, Gustavo Gili, 1972.
- _____. **Teorias e histórias da arquitetura**. Lisboa: Presença, 1979. Tradução de A. Brito e L. Leitão.
- TEIXEIRA, Anísio (1957). **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994. 5ª Edição.
- _____. **Pequena Introdução à Filosofia da educação. A Escola Progressiva ou a Transformação da Escola**. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. 5ª Edição.
- TELLES, Sophia S.. "Lucio Costa: Monumentalidade e intimismo". in **Novos Estudos CEBRAP**, no. 26, pp. 120-140.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA "ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA". **Espaço da USP: Presente e Futuro**. São Paulo, USP, 1985. 256P.
- VAZ, Rita de C. Alves (1993-4). "Luiz Nunes: raízes brasileiras da arquitetura moderna". **Arquitetura e Urbanismo**, no. 51, São Paulo, PINI, dez-jan. pp. 63-72. Documento.
- VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**. 3a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- VENTURI, Lionello. **História da Crítica de Arte**. Lisboa, Edições 70, 1990. (trad. de Rui Eduardo S. Brito)
- VIEIRA, Lúcia Maria Gouvêa. **Salão de 31, marco da revelação da arte moderna em nível nacional**. Rio de Janeiro, FUNARTE/INAP, 1984.

- WICK, Rainer. **Pedagogía de la Bauhaus**. Madri, Alianza Forma, 1986.
- WINGLER, Hans M.. **La Bauhaus - Weimar, Dessau, Berlin - 1918-1933**. Barcelona, ed. Gustavo Gili, 1980.
- WORRINGER, Wilhelm. **Abstracción y Naturaleza**. México-Argentina, Fondo de Cultura Económica, 1966. (trad. de Mariana Frenk)
- XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. **Arquitetura Moderna em São Paulo**. São Paulo, Pini, 1983.
- XAVIER, Alberto (org). **Arquitetura Moderna Brasileira: Depoimento de uma geração**. São Paulo, ABEA/FVA/Pini, 1987.
- XAVIER, Alberto; BRITO, Alfredo; NOBRE, Ana Luíza. **Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo, FVA/Pini, 1991.
- ZANINI, Walter (org.). **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo. Instituto Walter Moreira Sales, 1983, 2v., il.
- ZEVI, Bruno. **Storia dell'Architettura Moderna**. Torino, Einaudi, 1950.
- WARHAVCHIK, Gregori (1925). Acerca da Arquitetura Moderna. **Correio da Manhã**, RJ, 01/nov. In: XAVIER: 23-6 ou FERRAZ: 39a-d.
- _____ (1925). Futurismo. **Il Piccolo**, São Paulo, 15/jun. In: BRUAND: 379-81.
- _____ (1951). Acerca da architectura moderna. **Habitat**, jan-mar. (republicação)
- _____ (1954). Acêrca da architectura moderna. **Acrópole**, jan. (republicação)
- _____ (1967), Acerca da arquitetura moderna 1966. **Arquitetura**. RJ, maio.